

ENTRE

Revista de Extensão

ISSN 2446.9769 Volume 4 Número 1 Ano 2020

GALERIA CSMAC DE ARTE FERNANDO LOPES

PROGRAMA GALERIA DE ARTE CSMAC EM AÇÕES REMOTAS

TODAS AS QUINTAS

Vendas em Redes Virtuais

Prof. Alberto Mario Mafra Netto

10 Junho | 19h

A Coordenação Geral de Extensão informa: Todo o contato referente às Ligas Acadêmicas como: envio de Estatutos, relatórios anuais, certificados e/ou informações referentes às Ligas, devem ser enviadas para o e-mail:

ligas.academicas@cesmac.edu.br

QUARTAS CRIATIVAS

Empreendedorismo Digital

Prof. Alberta Maria Mafra Netto

08 Julho | 19h

@academica.cesmac

EDITAL DE EXTENSÃO COMUNITÁRIA REMOTA VOLUNTÁRIA

INSCRIÇÕES ABERTAS ATÉ 03 DE JUNHO

WWW.CESMAC.EDU.BR/EXTENSÃO

“PROSA EM CASA CSMAC”

SE ARTE TORNA-SE LINGUAGEM

“Inadentes e os ideais da Conjuracão Mineira”

21 Abril | 19h

@rodrigoguimaraesal

II SALÃO VIRTUAL DE EXTENSÃO

Extensão remota como alternativa às demandas do século XXI

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

08h as 11h Apresentação dos áreas de Exatas e Humanas

13h as 16h Apresentação da área de Saúde

21 Dezembro

Clique aqui e acesse a sala

CARRAPATOSE



Chegamos em 100 LIGAS ACADÊMICAS NO CSMAC

Constituído em Outubro 2019

1000 alunos extensão aprendendo e ensinando em atividades extracurriculares

EXTENSÃO CSMAC

LIVE A Música e a quarentena

11 Julho | 16h

@academica.cesmac

EXTENSÃO COMUNITÁRIA REMOTA VOLUNTÁRIA • EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CSMAC

LIVE ARTE E CULTURA EM 10 ANOS DA GALERIA DE ARTE CSMAC

25 Junho | 19h

@rodrigoguimaraesal

Curso de Extensão em ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EMPREENDEDIMENTO*

23, 24 e 25 Março | 8 às 12h

Laboratório 3, Campus II

Participe!

Informações: 3215.5094

Inscrições: extensao@cesmac.edu.br

CESMAC

*Os participantes receberão Certificado

LIVE Com o Prof. Dr. Douglas Apratto

28 Abril | 19h

@rodrigoguimaraesal

“As pandemias no mundo: da Peste na Grécia à gripe Espanhola e à Covid-19”

II SALÃO VIRTUAL DE EXTENSÃO

Extensão remota como alternativa às demandas do século XXI

APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

08h as 11h Apresentação das áreas de Exatas e Humanas

13h as 16h Apresentação da área de Saúde

21 Dezembro

Informações: extensao@cesmac.edu.br

Clique aqui e acesse a sala

LIVE Yoga, Meditação e Controle da Ansiedade

29 Abril | 15h

@rodrigoguimaraesal

Parabéns a todas as mulheres Professoras, alunas, colaboradoras e todas que fazem parte da Comunidade Acadêmica Csmac.

PROJETO CRESCER

RESPONSABILIDADE SOCIAL CSMAC

Curso de Extensão DIREITO INCLUSIVO: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO JURÍDICO-SOCIAL

Inscrições: 3 a 20 Agosto

Portal Acadêmico/ Site de Extensão

Certificado: 10 horas

Período do Curso: 25 a 28 Agosto

Inscrições: extensao@cesmac.edu.br

CESMAC

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CSMAC

LIVE Com o Maestro Luiz Martins

26 Maio

@academica.cesmac

LIVE Com o Prof. Dr. Douglas Apratto

26 Maio

@academica.cesmac

QUARTAS CRIATIVAS

Atendimento às Crianças em Redes Virtuais

01 Julho | 19h

@rodrigoguimaraesal

PARABÉNS QUARTAS CRIATIVAS

01 Julho | 19h

@rodrigoguimaraesal

Salão Virtual de Fotografia

26 Maio

@academica.cesmac

Salão Virtual de Fotografia

26 Maio

@academica.cesmac

LIVE Com o Prof. Dr. Douglas Apratto

26 Maio

@academica.cesmac



EQUIPE EDITORIAL

Editores Chefes

Prof. Dr. Douglas Apratto Tenório

Profa. Dra. Claudia Cristina Silva Medeiros

Prof. Dr. José Rodrigo de Araújo Guimarães

Conselho Editorial

Prof. Me. Sérgio Venancio da Silva

Profa. Ma. Vanina Papini Goes Teixeira

Prof. Selenobaldo Alexinaldo Cabral de Sant'Anna

Prof. Dr. Fernando Wagner da Silva Ramos

Projeto Gráfico

Profa. Vania Luiza Barreiros Amorim

SUMÁRIO

PERCEPÇÃO DO ESTAGIÁRIO DE FISIOTERAPIA NO ÂMBITO DA UTI PEDIÁTRICA ONCOLÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	4
A CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSIONISTAS DO CESMAC PARA DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DA PAZ E DA HARMONIA NO CONVÍVIO EM SOCIEDADE.....	13
ADAPTAÇÕES DA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE COLETIVA FRENTE AO PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	26
SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E CIDADANIA: PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA BRINQUEDOTECA NO PROJETO CRESCER DO CÊSMAC.....	41
GESTÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA FRENTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS NO BRASIL.....	55
ISOLAMENTO SOCIAL EM PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID 19: IMPACTOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	70
RELATO DE EXPERIÊNCIA EXITOSA NA FUNDAÇÃO DA LIGA DE LIBRAS INTEGRADA À MEDICINA (LALIM).....	92
PROJETO DE BENEFICIAMENTO DA FIBRA DA BANANEIRA NA COMUNIDADE DA CHÃ DA JAQUEIRA, UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL.....	106
APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE PESCA DE BALANÇA DE PEIXE EM MACEIÓ, ALAGOAS.....	124
MEDIAÇÃO ESCOLAR REMOTA EM TEMPO DE PANDEMIA: UMA EXPERIÊNCIA DOS ACADÊMICOS DO CESMAC NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS.....	135
AS PATOLOGIAS QUE MAIS ATINGEM A POPULAÇÃO MASCULINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	149
O USO DAS MÍDIAS SOCIAIS NAS AÇÕES DO NOVEMBRO AZUL:RELATO DE EXPERIÊNCIA DA LIGA ACADÊMICA INTERDISCIPLINAR SAÚDE DO HOMEM.....	161
CINEMA E QUALIDADE DE VIDA ADOLESCENTE: RODA DE CONVERSA COM ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DA CIDADE DE MACEIÓ SOBRE OS SENTIMENTOS HUMANOS QUE APARECEM NO FILME DIVERTIDA MENTE (2015).....	172
CONDIÇÕES HIGIENICOSSANTIÁRIAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÕES EM AMBULANTES QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS PRÓXIMO A UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MACEIÓ.....	182

SUMÁRIO

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO POLICIAL: uma análise crítica das normas que regem a formação e a atividade policial no Estado de Alagoas.....	195
VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA: uma análise crítica da (des)construção da imagem da vítima de homicídio numa cidade do Agreste de Alagoas.....	211
DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA: prevenção do feminicídio e construção de redes de apoio para mulheres e meninas carentes na cidade de Maceió.....	228
Notas.....	249

PERCEPÇÃO DO ESTAGIÁRIO DE FISIOTERAPIA NO ÂMBITO DA UTI PEDIÁTRICA ONCOLÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

PERCEPTION OF PHYSIOTHERAPY TRAINEE IN THE CONTEXT OF ONCOLOGICAL PEDIATRIC ICU: EXPERIENCE REPORT

Catarina Maria Leite de Abreu¹; Jaqueline Maria da Silva²; Camilla Barros Costa de Oliveira³; Edilma Gomes Santos³; Fabricia Jannine Torres Araújo³; Isabela Lyra de Holanda Silva³; Izabelle Quintiliano Montenegro Bomfim⁴

¹Fisioterapeuta formada pelo Centro Universitário Cesmac. ²Docente curso de Enfermagem do Centro Universitário Cesmac - Faculdade do Sertão, Palmeira dos Índios - AL. ³Fisioterapeutas do Hospital Santa Casa de Misericórdia, Maceió - AL. ⁴Docente curso de Fisioterapia do Centro Universitário Cesmac, Maceió - AL.

RESUMO

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é caracterizada como uma área protegida, complexa, repleta de monitorização contínua e recebe pacientes potencialmente graves ou descompensados de um ou mais sistemas orgânicos. Sendo assim, busca-se com este relato, refletir e discutir a experiência da estagiária de fisioterapia em uma UTI Pediátrica de um hospital de referência de Maceió/AL. Este estudo consiste em um relato descritivo e reflexivo, bem como traz a discussão sobre a atuação da fisioterapia no âmbito hospitalar. Vivenciado durante o estágio não-obrigatório de uma acadêmica no 10º período de graduação em fisioterapia no período de fevereiro a dezembro de 2019. Onde foi possível ter a oportunidade de lidar com muitas questões antes somente descritas na teoria, relacionadas ao processo de morte, diminuição do desconforto respiratório após serem atendidos, cuidados paliativos, morte encefálica e trabalho multidisciplinar na tomada de decisões. Outro grande benefício foi à relação com os outros profissionais do setor, o que ampliou a visão acerca da equipe multiprofissional, evidenciando uma atuação muito mais abrangente e complexa do que o imaginado, não estando apenas ligada a aplicação de condutas, mas também pautada na empatia, respeito e trabalho em equipe. A experiência evidenciou o valor da prática na UTI, uma vez que promoveu um enriquecimento não apenas dos conhecimentos específicos ligados à fisioterapia, mas também na construção de uma profissional mais ética e de um ser

mais humano.

Palavras-chave: Aprendizagem. Unidade Hospitalar de Oncologia. Fisioterapia. Humanização.

ABSTRACT

The Intensive Care Unit (ICU) is characterized as a protected, complex area, full of continuous monitoring and receives potentially serious or decompensated patients from one or more organ systems. Therefore, this report seeks to reflect and discuss the experience of the physiotherapy intern in a Pediatric ICU of a reference hospital in Maceió - AL. This study consists of a descriptive and reflective report, as well as a discussion on the role of physiotherapy in the hospital environment. Experienced during the non-mandatory internship of an academic in the 10th undergraduate period in physiotherapy from February to December 2019. Where it was possible to have the opportunity to deal with many issues previously only described in theory, related to the process of death, decrease respiratory distress after being attended to, palliative care, brain death and multidisciplinary work in decision making. Another great benefit was the relationship with other professionals in the sector, which broadened the view of the multidisciplinary team, showing a much more comprehensive and complex performance than imagined, not only linked to the application of conducts, but also based on empathy, respect and teamwork. The experience showed the value of the practice in the ICU, since it promoted an enrichment not only of the specific knowledge related to physiotherapy, but also in the construction of a more ethical professional and a more human being.

Keywords: Learning. Oncology Hospital Unit. Physiotherapy. Humanization.

INTRODUÇÃO

Considerado uma enfermidade crônica, o câncer causa problemas que repercutem de forma danosa na integridade do paciente e da sua família que também adocece, em especial nos pacientes pediátricos. Vem, nas últimas décadas, se tornando cada vez mais comum em todo o mundo, por isso passou a ser tratado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um problema de saúde pública

mundial. Em 2012 foram registrados 14,1 milhões de casos novos da doença no mundo e 8,2 milhões de morte. Para 2030 são estimados cerca de 21,4 milhões de novos casos de mortes pela doença (SILVA et al, 2015; SUBTIL et al, 2017).

Uma das situações mais delicadas na vida de qualquer ser humano é a hospitalização, fazendo-se necessário que sejam estabelecidos cuidados especiais quando se trata de crianças, pois são geradas grandes mudanças nas suas rotinas e de suas famílias. Para esses pacientes, a internação hospitalar é traduzida em experiências difíceis, traumáticas, criando ansiedade e gerando estresse em um ambiente turbulento e desconhecido (BAUMAN et al, 2014; FONSECA et al, 2017).

Além dos efeitos negativos comuns à hospitalização, o paciente oncológico que encontra-se internado está exposto ao estresse que o processo da doença provoca. Assim, a assistência do fisioterapeuta à criança deve ter como objetivos básicos minimizar o estresse, a própria hospitalização e assegurar uma conduta efetiva para recuperação. As técnicas e recursos utilizados nestes pacientes vão depender de particularidades inerentes aos sinais e sintomas apresentados, devendo então o fisioterapeuta durante o período de internação atuar prevenindo, minimizando e tratando as complicações respiratórias, motoras e circulatórias do quadro clínico gerado pela doença desse paciente (FRANÇA et al, 2012; OLIVEIRA et al, 2016).

Os fisioterapeutas que atuam em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica devem desenvolver o olhar para a melhoria da qualidade de vida infantil. No processo de hospitalização, a experiência estressante pode ser diminuída pela presença dos familiares, mantendo o melhor contato com outros profissionais de saúde e inserindo atividades recreativas em sua rotina diária, como forma de reduzir o estresse emocional dessa fase (ALVES, 2012; COSTA et al, 2018).

Não basta somente o conhecimento teórico. Os profissionais devem estar preparados para exercer habilidades que vão além da conduta profissional como uma boa escuta, diálogo e atendimento das necessidades da criança, levando em consideração que o paciente oncológico em cuidados paliativos não é um paciente comum, pois exige um atendimento diferenciado, com flexibilidade, de acordo com as necessidades do momento (SCHRAMM, 2012; TAQUARY et al, 2013).

No processo de mudança desse panorama, muitas atitudes estão sendo implementadas nos hospitais. A humanização, que antes estava relacionada a movimentos religiosos e filantrópicos, tem o seu conceito remodelado no decorrer dos últimos anos. Atualmente, é compreendida como a capacidade de ofertar atendi-

mento de qualidade, articulando os avanços tecnológicos, com acolhimento, com melhoria dos ambientes de cuidado e das condições de trabalho dos trabalhadores (SILVEIRA et al, 2014; BACKES et al, 2017).

Humanizar refere-se a assumir uma postura ética de respeito ao outro, de acolhimento do desconhecido, de respeito ao paciente, o mesmo passando a ser entendido como um cidadão e não apenas como um consumidor de serviços de saúde (PICCOLI et al, 2013; PASCHOAL et al, 2017).

A formação do fisioterapeuta deve ir além de uma preparação para atuação técnica, enfocando diretamente no ser humano. O fisioterapeuta deverá estar voltado à atenção integral ao paciente, não só do ponto de vista físico, como também social, ético e humano (HERMES et al, 2013).

O estágio nessa área é de extrema relevância, tendo em vista que promove uma correlação entre a teoria ministrada em sala de aula com a prática exercida em uma UTI, proporcionando uma maior e melhor consolidação dos conhecimentos obtidos (PIROLO et al, 2018).

Ressalta-se que ainda são escassas, no Brasil, as pesquisas sobre fisioterapia em cuidados oncológicos (CEZARIO, 2018). Assim, justifica-se a relevância deste estudo, visto que contribuirá para a produção de novas evidências científicas sobre a atuação do fisioterapeuta no tratamento do paciente pediátrico com câncer, como também, para a socialização do conhecimento entre a equipe multidisciplinar de saúde e de toda a sociedade.

Com base nestas considerações, busca-se com este relato, refletir e discutir a experiência e atuação do fisioterapeuta em uma Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica de um hospital de referência de Maceió/AL.

METODOLOGIA

Este estudo consiste em um relato descritivo e reflexivo, bem como traz a discussão sobre a atuação da fisioterapia no âmbito hospitalar.

Foi vivenciado durante o estágio não-obrigatório de uma acadêmica no 10º período de graduação em fisioterapia no período de fevereiro a dezembro de 2019, em um hospital de referência de Maceió - AL.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A vivência ocorreu na UTI pediátrica com pacientes oncológicos, a qual atende crianças até os 12 anos de idade e com diagnóstico de câncer em seus diferentes estágios.

A proposta inicial foi observar a rotina da UTI, o papel do fisioterapeuta, bem como suas responsabilidades, condutas e acompanhamentos durante os atendimentos. Consequente à observação ocorreu à prática e interação com os pacientes, por meio de diálogos com os mesmos.

Este contato proporcionou conhecer seu diagnóstico clínico e diagnóstico cinético-funcional, quadro clínico e possíveis complicações e, a partir dessas informações buscava a fisioterapeuta responsável do plantão para esclarecer as dúvidas que emergiam após os atendimentos a estas crianças.

O contato com o paciente foi o momento mais oportuno não só para treinar a capacidade no diagnóstico cinético-funcional, objetivos e condutas fisioterapêuticas, mas também uma oportunidade única de colocar em prática a ética e a humanização.

Foi possível ter a oportunidade de lidar com muitas questões antes somente descritas na teoria, relacionadas ao processo de morte, humanização na assistência, cuidados paliativos, morte encefálica e trabalho multidisciplinar na tomada de decisões.

Outro grande benefício foi à relação com os outros profissionais do setor, o que ampliou a visão acerca do papel profissional, evidenciando uma atuação muito mais ampla e complexa do que o imaginado, não estando apenas ligada a aplicação de condutas fisioterapêuticas, mas também pautada na humanização, respeito e trabalho em equipe.

A inserção do fisioterapeuta no contexto da UTI torna mais amplo o modelo de assistência holística e multidisciplinar. Além disso, as condutas fisioterapêuticas realizadas no período do estágio contribuem para o desenvolvimento do profissional fisioterapeuta, enquanto parte integrante dos cuidados a essas crianças, desenvolvendo suas habilidades teóricas e práticas no manejo do paciente no âmbito hospitalar.

Tiveram muitos pacientes que marcaram os atendimentos durante este período, entretanto ocorreu uma experiência significativa diante de um óbito que também mobilizou toda equipe. Tratava-se de uma criança com síndrome de down e diagnóstico clínico de leucemia, os seus atendimentos sempre foram de forma lúcida. Ela apresentava uma forma carismática que conquistou a todos, porém apre-

sentou uma recaída do seu quadro clínico de forma súbita, vindo a falecer, o que provocou uma comoção geral na UTI.

Ficando evidente que um bom profissional precisa ter a habilidade de perceber as características particulares dos indivíduos que cuida e acompanha, conseguindo traçar em suas condutas fisioterapêuticas alternativas que possam facilitar ou aprimorar o seu atendimento, fazendo com que tenha uma maior adesão das crianças alcançando, com isso, resultados mais eficazes e realizando uma conduta correta e criativa.

Gestos muito simples com o paciente podem tornar o atendimento humanizado, como chamá-lo pelo nome, olhá-lo nos olhos, explicar com antecedência os procedimentos que serão realizados, estar atento aos sinais não verbais emitidos por ele, preservar sua privacidade e confiança, preocupar-se com as dores e desconforto, facilitar a aproximação dele com sua família, possibilitar que ele participe de seu processo de cura, agindo com apreço, respeito e ética.

Por fim, outro grande benefício advindo dessa experiência foi à quebra das perspectivas frente ao setor, de fato, a UTI traz consigo um perfil clínico específico que requer um maior cuidado e atenção diante das práticas empregadas sobre eles. No entanto, também representa um ambiente de esperança e integração, uma vez que toda ação, por mínima que seja, repercutirá em grandes mudanças na vida daquela criança e de seus familiares.

DISCUSSÃO

O fisioterapeuta atua fortemente em programas de promoção, prevenção e proteção de saúde, tendo como base um conjunto de conhecimentos científicos, que são utilizados em benefício do bem-estar do paciente. Como profissão de nível superior reconhecida e habilitada à prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, tem na sua formação as diretrizes curriculares cujo parâmetro é formar o profissional voltado à realidade social. Nesse sentido, está incluso o campo de conhecimento hospitalar na UTI (GIRÃO et al, 2016; CARDOSO et al, 2017).

Silva e Silveira (2013) discorrem sobre a importância do toque empregado pelo fisioterapeuta afirmando através dos benefícios do contato direto entre o profissional e o doente, o que contribuirá para a humanização do atendimento e a valorização do profissional. O acompanhamento dos responsáveis, durante as práticas profissionais, também, colabora nesse entendimento.

A presença do fisioterapeuta tem sido cada vez mais frequente na UTI, onde suas condutas de atendimento são de grande importância para uma recuperação eficaz e a preservação da funcionalidade. O trabalho da fisioterapia não depende somente da qualidade técnica, mas também de qualidade relacional, pois nas condições que os pacientes se apresentam durante o tratamento intenso, as questões psicológicas estão adjuntas a patologias físicas. Em vista disso, para minimizar os danos e efeitos prejudiciais ocasionados pela hospitalização, deve-se dar valor ao atendimento humanizado, oferecendo ao paciente um tratamento benemerente durante o seu período de internação (SANTUZZI et al, 2013; KAPPAUN et al, 2018).

No estágio, o acadêmico poderá praticar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas anteriormente cursadas e desenvolver sua capacidade de planejamento, tratamento e execução, através de uma visão integralizada, com a finalidade de atender todas as necessidades do paciente (MENDES et al, 2016; PIMENTEL, 2019).

O estágio não-obrigatório é um procedimento didático-pedagógico que propicia ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho do seu meio social. Segundo a Lei do Estágio Nº 11.788, o estágio é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos discentes. Esta fase da formação compreende atividades teórico-práticas que possibilitam aos estudantes aprimorar os conhecimentos obtidos no processo ensino-aprendizagem. Caracteriza-se como momento de ação/reflexão/ação das aplicações práticas dos conhecimentos obtidos por meio do ensino, da pesquisa e atividades de extensão (FELÍCIO et al, 2018).

Ser estagiário possibilita aplicar o referencial teórico adquirido, desenvolver as competências e habilidades necessárias à atuação profissional, proporcionar autonomia, despertar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional, fomentar a educação/atualização profissional permanentes e sensibilizar a responsabilidade social (KRAYCHETE et al, 2011; MONTENEGRO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que o estágio é uma aprendizagem considerada significativa para colocar em prática tudo o que foi estudado, debatido e problematizado na faculdade, além de vivenciar e oportunizar uma nova visão de trabalhar em uma equipe multiprofissional.

A experiência evidenciou o valor da prática na UTI, uma vez que promoveu ampliação não apenas dos conhecimentos específicos ligados à fisioterapia, mas também na construção de um profissional mais ético e de um ser mais humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. N. A importância da atuação do fisioterapeuta no ambiente hospitalar. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, p.173-184, 2012.

BACKES, M. T. S. et al. Desenvolvimento e validação de teoria fundamentada em dados sobre o ambiente de unidade de terapia intensiva. **Esc Anna Nery**, p. 18-22, 2017.

BAUMAN, J. R. et al. The Integration of Early Palliative Care with Oncology Care: The times has for a New Tradicion. **J Natl Compr Canc Netw**, p. 1763-1771, 2014.

CARDOSO, D. H. et. al. Cuidados Paliativos na Assistência Hospitalar: a vivencia de uma equipe multiprofissional. **Contexto Enferm**, p.1134-1141, 2017.

CEZARIO, E.P. O Fisioterapeuta diante dos Cuidados Paliativos e da Morte. Cuidados paliativos: diretrizes, humanização e alívio de sintomas. **Atheneu**, p.307-314, 2018.

COSTA, F. M. et al. Avaliação da funcionalidade motora em pacientes com tempo prolongado de internação hospitalar. **UNOPAR Cientí Ciênc Biol Saúde**, p.87-91, 2018.

FELICIANO, V. A. et al. A influência da mobilização precoce no tempo de internamento na Unidade de Terapia Intensiva. **ASSOBRAFIR Ciência**, p.31-42, 2018.

FONSECA, A. et al. Cuidados Paliativos na Formação dos Profissionais da Área da Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, p.120-125, 2017.

FRANÇA, E. E. T. et al. Fisioterapia em pacientes críticos adultos: recomendações do Departamento de Fisioterapia da Associação de Medicina Intensiva Brasileira. **Rev Bras Ter Intensiva**, p.6-22, 2012.

GIRÃO, M. et al. Fisioterapia nos Cuidados Paliativos. *Salutis Scientia - Revista de Ciências da Saúde da ESSCVP*, p.35-41, 2016.

HERMES, H. L. et al. Cuidados Paliativos: Uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, p.2577-2588, 2013.

KAPPAUN, N. R. C. et al. O Trabalho de Cuidar de Pacientes Terminais com Câncer. **Ciência & Saúde Coletiva**, p.2549-2557, 2018.

KRAYCHETE, D. et al. Dor Oncológica em Cuidados Paliativos: avaliação e tratamento. **Atheneu**, p.375-386, 2011.

- MENDES, T. R. et al. Ocorrência da dor nos pacientes oncológicos em cuidado paliativo. **Acta Paul Enferm**, p.56-61, 2016.
- MONTENEGRO, J. H. L. V. Fisioterapia na UTI. **Fisioterapia Manual**, p. 15-26, 2017.
- OLIVEIRA, E. A. R et al. Evidência científica das técnicas atuais e convencionais de fisioterapia respiratória em pediatria. **Fisioter Bras**, p.88-97, 2016.
- PASCHOAL, M. L. H. et al. Características clínicas e gravidade de pacientes internados em UTIs. **Rev Esc Med Florianópolis**, p. 32-36, 2017.
- PICCOLI, A. et al. Indicações para Inserção do Profissional Fisioterapeuta em uma Unidade de Emergência. **ASSOBRAFIR Ciência**, p.33-41, 2013.
- PIMENTEL, L. M. Fisioterapia em Cuidados Paliativos. **Senac**, p.187-192, 2019.
- PIROLO, S. M. et al. A integralidade do cuidado e ação comunicativa na prática interprofissional da terapia intensiva. **Rev Esc Med USP**, p.150-156, 2018.
- SANTUZZI, C. H. et al. Aspectos éticos e humanizados da fisioterapia na UTI: uma revisão sistemática. **Fisioter Mov**, p. 415-422, 2013.
- SCHRAMM, F. R. Morte e finitude em nossa sociedade: implicações no ensino de cuidados paliativos. **Revista Brasileira de Cancerologia**, p.17-20, 2012.
- SILVA, M. M. et al. Cuidados Paliativos na Assistência de Alta Complexidade em Oncologia: percepção de enfermeiros. **Esc. Anna Nery**, p.460-466, 2015.
- SILVA, I. D; SILVEIRA, M. F. A. A humanização e a formação do profissional em fisioterapia. **Ciênc Saúde Coletiva**, p.1535-1546, 2013.
- SILVEIRA, M. H. et al. Percepção da Equipe Multiprofissional sobre Cuidados Paliativos. **Rev Bras Geriatr Gerontol**, p.7-16, 2014.
- SUBTIL, M. M. L. et al. O relacionamento interpessoal e a adesão na fisioterapia. **Fisioter Mov**, p.745-753, 2017.
- TAQUARY, A. S.S. et al. Perfil clínico e atuação fisioterapêutica em pacientes atendidos na emergência pediátrica de um hospital público de Goiás. **Fisioter Pesq**, p.262-267, 2013.

A CONCILIAÇÃO E A MEDIAÇÃO COMO MÉTODOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSIONISTAS DO CESMAC PARA DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DA PAZ E DA HARMONIA NO CONVÍVIO EM SOCIEDADE

CONCILIATION AND MEDIATION AS METHODS OF SOLVING CONFLICTS: AN EXPERIENCE OF CESMAC EXTENSIONISTS TO DISSEMINATE THE CULTURE OF PEACE AND HARMONY IN SOCIAL CONVERSATION

Zelinda Maria Albuquerque Pinheiro¹; Sônia Maria Albuquerque Soares²; Janyne Maria Tavares Bento³; Bruna Letícia Duarte Damasceno³; Mylena Isabelle de Oliveira Silva³; Camylla Fonseca Ageu da Silva³; Fernanda Silva Ferreira³; Beatriz Vieira Alves³

¹Docente do Centro Universitário CESMAC; Coordenadora da LASCEJUC; Conciliadora do CEJUSC/CESMAC; Conciliadora pelo CNJ. ²Docente do Centro Universitário CESMAC; Coordenadora do CEJUSC/CESMAC; Vice-Coordenadora da LASCEJUC; Conciliadora pelo CNJ.

³Bacharelas em Direito, egressas do Centro Universitário CESMAC.

RESUMO

O projeto foi desenvolvido por extensionistas do Curso de Direito, através do Edital de Extensão Comunitária do Centro Universitário Cesmac, em parceria com o Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC-CESMAC), na Comunidade Espírita Nosso Lar, com o objetivo de atender a comunidade local e áreas adjacentes, com o desenvolvimento de técnicas extrajudiciais de solução de conflitos, como a Conciliação e a Mediação, apresentando a viabilidade de uma justiça alternativa, comunitária e célere. Para tanto, os alunos foram capacitados para atuar, junto à equipe do CEJUSC, em mutirões de audiências de Conciliação ou ações desenvolvidas no local para prevenção de conflitos, além de orientações para a comunidade envolvida no projeto no setor de triagem. Com a intervenção na comunidade, foram realizados seiscentos e dezesseis atendimentos, a maioria dos casos em torno de questões referentes à família e com acordos homologados. Com esse resultado, o projeto transforma-se em importante ferramenta em busca da cultura da paz, compartilhando experiências e dificuldades, além de reflexões

acerca de como prevenir e conciliar conflitos.

Palavras-chave: Conflitos. Técnicas Consensuais. Cultura da Paz.

ABSTRACT

The research was developed by students of the CESMAC community extension project, in partnership with the Judicial Center for Conflict Resolution (CEJUSC-CESMAC) in the Spiritist Community Nosso Lar. The present study aimed to serve the local community and surrounding areas, with the development of extrajudicial techniques for conflict resolution, such as conciliation and mediation, showing the viability of an alternative, community and speedy justice. To this end, the students were trained to work with the CEJUSC team, in joint efforts of conciliation hearings or actions developed on the spot for conflict prevention, in addition to guidance for the community involved in the project in the screening sector. A survey was carried out between March 18, 2019 and June 14, 2019, and between August 8, 2019 and November 21, 2019, with 506 consultations, with the majority of cases involving health demand and the hearing of conciliation and mediation. In addition, 110 beneficiaries were assisted at the Mutirão da Justiça Itinerante, including holding hearings, filing petitions, requesting a second copy of registration, among others. The project became an important tool in the search for a culture of peace, sharing experiences and difficulties, as well as reflections on how to prevent and reconcile conflict.

Keywords: Conflicts. Extrajudicial techniques. Hearings.

INTRODUÇÃO

O CNJ – Conselho Nacional de Justiça, visando dar tratamento adequado aos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, editou a Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, com o intuito de buscar a eficiência operacional para o acesso à Justiça, sendo a responsabilidade social um dos seus objetivos estratégicos, nos termos do art. 5º, XXXV da Constituição Federal e da Resolução CNJ nº 70, de 18 de março de 2009.

Entre a matéria tratada na referida Resolução, acham-se medidas visando

solucionar a demanda causada diante da necessidade de se consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígio, considerando que a Mediação e a Conciliação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e que a sua apropriada disciplina em programas já implantados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses (Dantas, 2005).

Por outro lado, a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que aprovou o novo Código de Processo Civil, já previu, no seu art. 165, a criação, pelos tribunais, de centros judiciários de solução de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de Conciliação e Mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, tornando obrigatória a realização da audiência de Conciliação ou de Mediação em diversas oportunidades, como constado no “Capítulo V da Audiência de Conciliação ou de Mediação”.

Examinando os dois instrumentos legais, vê-se que em ambos se acha disciplinada a possibilidade da atuação do Conciliador ou Mediador voluntário, constando no novo CPC, art. 169 § 1º, que a Mediação e a Conciliação podem ser realizadas como trabalho voluntário, observada a legislação pertinente e a regulamentação do tribunal, possibilidade já prevista na regulamentação do CNJ.

Dessa maneira, como demonstram Barbosa (2010), Dantas (2005), Braga Neto (2003), entre outros, criaram-se novos direitos de cunho social, o que significa, na esfera da Justiça, um reflexo da crise do Estado providência, mediante a incapacidade do próprio Estado de atender às expectativas e responsabilidades ocorridas diante do aumento da procura de justiça por parte dos cidadãos. Isto é, na concretização das necessidades da sociedade contemporânea. Daí a necessidade de alteração das políticas de Justiça.

Isso acontece porque as situações de conflitos aparecem em vários contextos sociais e podem ser conduzidas pela gestão profissional do diálogo. Desse modo, a implantação da Mediação e da Conciliação de conflitos estende-se, além dos diversos tribunais de justiça, a distintos segmentos da sociedade (ANDRADE, 2010), inclusive no âmbito das Faculdades de Direito, como é o caso do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Cesmac, disseminando a cultura da paz e da harmonia no convívio em sociedade.

Foi com esse pensamento que o Tribunal de Justiça de Alagoas inaugurou uma sala do Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) na Co-

comunidade Espírita Nosso Lar, que tem a sede na Av. Senador Rui Palmeira, nº 481, Vergel do Lago, em Maceió (associação de caridade dotada de personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, não havendo qualquer distribuição de lucros, dividendos, pró-labore ou remuneração de qualquer natureza aos associados, colaboradores ou trabalhadores voluntários da instituição, conforme informações coletas no local.

Entretanto, apesar da importância da implantação da sala do CEJUSC, existe uma carência de pessoal da área para atuação na comunidade, haja vista que os trabalhos desenvolvidos no local são voluntários. Daí a importância deste projeto de extensão comunitária, que teve por objetivo desenvolver, juntamente com a equipe do CEJUSC do CESMAC e da Comunidade Espírita Nosso Lar, técnicas extrajudiciais de solução de conflitos, como a Conciliação e a Mediação, apresentando, à comunidade, a viabilidade de uma justiça alternativa.

METODOLOGIA

A extensão universitária implica em uma forte interação na qual o espaço acadêmico atua disponibilizando, ao público externo a universidade, o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa. Com isso, diferentes maneiras de participação ou de cooperação são requeridas nas ações desenvolvidas ao longo dos projetos, pois a metodologia representa os caminhos utilizados para se criar possibilidades de materializar um processo vivenciado que, neste projeto, foi desenvolvido no Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) na Comunidade Espírita Nosso Lar, Maceió/Alagoas.

Inicialmente foi realizado um levantamento teórico, leitura e fichamento de alguns textos, com a formação de um grupo de estudos e um curso de capacitação em conciliação e mediação de conflitos para os extensionistas. Em seguida, foram feitos os contatos para estabelecimento de parceria com o CEJUSC/CESMAC e Nosso Lar e, por fim, foram registrados os resultados alcançados.

A primeira etapa do projeto foi aprofundada com a pesquisa bibliográfica acerca do tema, para a orientação técnica na intervenção da comunidade, além da organização de um quadro de informações sobre o tema proposto, mais especificamente acerca da sua aplicação em audiências de Conciliação e Mediação, em que o grupo de estudos baseou-se no posicionamento de alguns teóricos que tratam do tema, entre eles, Barbosa (2010), Tavares (2002), Warat (2001) e Watanabe

(2003).

De posse do material teórico, um curso de capacitação foi oferecido para que os extensionistas compreendessem como funcionam as audiências de Conciliação e Mediação, quais casos podiam ser levados a essa demanda, de que maneira poderiam atuar (postura, seriedade, imparcialidade), bem como pudessem aplicar o conhecimento desenvolvido nos atendimentos.

Na segunda etapa, foram definidas e aplicadas estratégias que possibilitaram a sua execução, iniciando-se com o primeiro contato para conhecer a Associação Espírita Nosso Lar (apresentação do projeto e coleta de informações acerca dos conflitos no local) e com o CEJUSC, para proposta de atuação em mutirões e ações desenvolvidas no local para conciliação e prevenção de conflitos, entre elas, audiências de Conciliação ou Mediação (com a supervisão das orientadoras do projeto e de conciliadores voluntários do CEJUSC Nosso Lar), além de orientações para a comunidade envolvida no projeto, sendo demonstrada a importância da participação dos extensionistas no local.

O acompanhamento do projeto foi realizado semanalmente por meio de reuniões de planejamento, além de apresentação de relatórios mensais de cada atendimento diário, apreciação dos resultados apresentados pela equipe extensionista e cumprimento de metas estabelecidas. Todas as informações das ações desenvolvidas foram organizadas em pastas para facilitar a escrita do relatório final.

Por fim, na terceira etapa, foi feito um estudo das informações coletadas no início da pesquisa, confrontando-as com os resultados obtidos após a intervenção na comunidade contemplada com o projeto. Com isso, foi elaborado um texto científico para publicação em periódico acadêmico e, assim, divulgar os resultados obtidos com a intervenção na comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Departamento Jurídico do Nosso Lar tem ofertado, à Comunidade Sururu de Capote e outras regiões, um pouco mais de humanização com os serviços do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). O trabalho é fruto de um convênio com o Tribunal de Justiça (TJ-AL) para a regularização das demandas de família, tais como, pensão alimentícia, união estável, divórcio, investigação de paternidade, guarda, segunda via de documentos e consultoria, sem custo algum para os assistidos.

Isso porque a crescente demanda de processos nos tribunais fez com que o Judiciário incentivasse a utilização de métodos alternativos de gestão de conflitos, com o intuito de resolvê-los no menor espaço de tempo e da forma menos onerosa possível, conforme Braga Neto (2003). Existe, ainda, uma parceria com a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que auxilia na agilização das ações de demanda de saúde, segunda via de documentos, bem como no encaminhamento das ações judicializadas, como constatado neste projeto com as intervenções na comunidade.

A união do sistema judicial aos meios alternativos de resolução de litígios, então, parece ser a melhor resposta aos anseios de mudança do Estado diante da problemática da grande demanda de processos nos tribunais. A sua adequação possibilita melhores resultados da máquina estatal na solução de conflitos, pois permite, ao sistema judicial, proporcionar maior celeridade e participação das partes em conflito para solucionar a lide, caso a caso (TAVARES, 2002). Para além disso, mediante os meios consensuais, tais como, a Conciliação e Mediação, fora da esfera judiciária, em muitos casos permitem aos cidadãos a escolha de querer ou não ingressar com uma lide judicial.

Isso levando em consideração que os meios extrajudiciais de resolução de litígios modificaram a sistemática de atendimento do Judiciário, evitando-se, na maioria das vezes, a institucionalização dos conflitos, ou seja, a propositura de ações judiciais. Nesse contexto, o Estado faz com que as vias conciliadoras sejam integradas ao Poder Judiciário como uma forma de acesso à Justiça, mas não apenas isso, visto que também houve a introdução de permissibilidade das partes interessadas de atuarem de forma decisiva para solucionar o impasse (DANTAS, 2005).

O local de desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos por este projeto de extensão universitária foi entorno da favela Sururu de Capote, às margens da Lagoa Mundaú, no Vergel do Lago, em Maceió/Alagoas, que comporta mais de 3.000 (três) mil pessoas. Hoje, é um ambiente seriamente degradado, em parte pela ocupação histórica desordenada da população desassistida, que recebe diariamente os acelerados impactos negativos dessas ocupações irregulares, que levam a conflitos quase que diariamente (ARAÚJO, 2018).

No local, são inúmeras as famílias que vivem aglomeradas e isso torna-se preocupante pela desigualdade social e constatação de péssimas condições de habitação, aliadas às outras necessidades humanas que não são supridas de maneira igualitária, como educação, saúde e segurança. A maior fonte de sobrevivência

das pessoas que residem na região é a pesca do Sururu, molusco que é prato típico do Estado de Alagoas, servindo de fonte de renda e alimento.

Em uma pesquisa realizada em 2018 na região, identificou-se que 51% (cinquenta e um por cento) das famílias que vivem na favela possuem ao menos 4 (quatro) pessoas, tendo em alguns barracos cerca de 12 (doze). Existe, também, a dificuldade no controle de natalidade, devido ao alto número de mulheres e adolescentes gestantes que dificilmente possuem acesso aos meios contraceptivos (ARAÚJO, 2018).

Com esse quadro, é crescente o número de demandas de família e, para dirimir essas situações, os meios consensuais de solução de conflitos têm sido utilizados como instrumentos, com base no princípio da autonomia da vontade, fazendo com que as partes possam decidir sobre determinada matéria por acordos (buscando o equilíbrio) (WATANABE, 2003).

Para intervenção na comunidade, os discentes participaram de reuniões periódicas durante os meses da vigência do projeto (FIGURAS 1-2), juntamente com as orientadoras, para que pudessem realizar um melhor planejamento diário das atividades, uma melhor abordagem durante os atendimentos, maior compreensão nas audiências de Conciliação e Mediação, bem como realizar sugestões ao setor de atuação, com o intuito de melhorar a qualidade do serviço oferecido no CEJUSC Nosso Lar.

Figura 1 - Reunião entre alunos, professores e Coordenação do CEJUSC e da Associação Espírita Nosso Lar para planejamento da intervenção na comunidade.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 2 - Visita dos extensionistas à sala de audiência de Conciliação e Mediação do CEJUSC Nosso Lar.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os atendimentos da triagem ocorriam diariamente de segunda a sexta, das 16:00 às 18:00 horas, e também aos sábados das 13:00 às 15:00 horas, nas quais

a amostra diária é feita por demanda espontânea, ou seja, pela livre procura da comunidade pelos serviços fornecidos pelo CEJUSC, como se pode observar nas ações realizadas pelas extensionistas do Curso de Direito do Cesmac (Figuras 3 a 5).

Figura 3 - Extensionista do Curso de Direito do Cesmac em dia de atendimento na sala de triagem do CEJUSC Nosso Lar.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 - Extensionista do Curso de Direito do Cesmac em dia de atendimento na sala de triagem do CEJUSC Nosso Lar.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 - Professoras coordenadoras do projeto em acompanhamento e orientação nos atendimentos realizados pelas alunas extensionistas no CEJUSC Nosso Lar.



Fonte: Dados da pesquisa.

No CEJUSC, de segunda a sexta-feira, das 14:00 às 17:00 horas, são realizadas as audiências de Conciliação e Mediação, nas quais os alunos participam como ouvintes e auxiliares do Conciliador/Mediador. Atualmente, as audiências

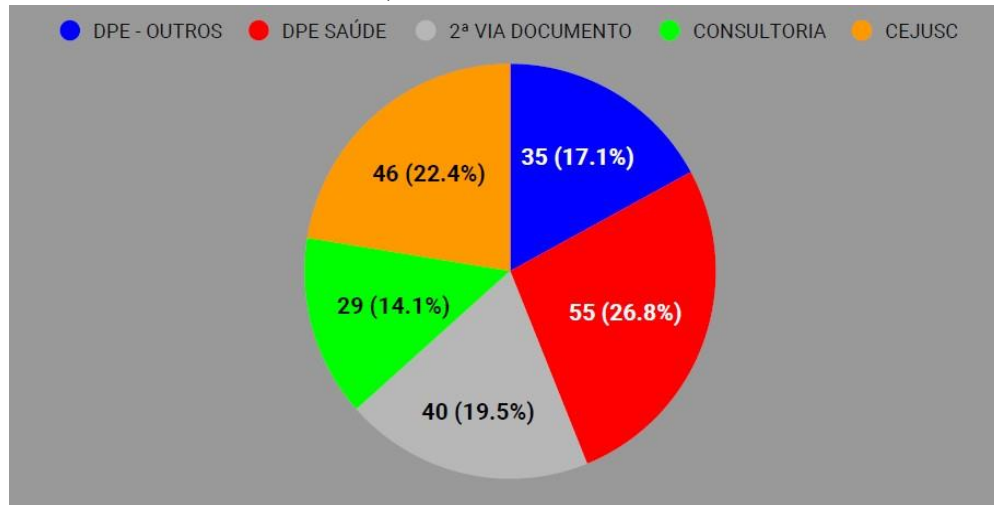
só têm sido em relação aos casos de demanda de família, visto ser o principal foco da unidade, em razão da carência da região nas soluções desses conflitos. Inúmeros são os casos, indo desde os divórcios consensuais, guarda de menor, guarda de maior e pensão alimentícia.

Como diferencial da unidade, antes da realização da audiência, é marcada uma palestra que acontece às quintas-feiras (às 14h:30min), com uma Psicóloga voluntária da Associação Espírita Nosso Lar, em parceria com o CEJUSC, na qual ela aborda assuntos relacionados à família, aos conflitos do dia a dia, aos meios de resolução pelo diálogo, melhor maneira de convivência, entre outros. Por vezes, após a palestra, muitos acabam por resolver a situação de forma pacífica, entrando em acordo na audiência.

Foi feito um levantamento da quantidade de atendimentos da equipe extensionista junto aos voluntários do CEJUSC entre 18 de março a 14 de junho de 2019 (FIGURA 6). O resultado foi o montante de 205 atendimentos que estão divididos nas seguintes esferas:

- Iniciados no atendimento jurídico e encaminhados à Defensoria Pública por questões de saúde (exames, medicações, cirurgia, dentre outros);
- Iniciados no atendimento jurídico e encaminhados à Defensoria distintos do de saúde (direito do consumidor, direito das sucessões, direito previdenciário, reconhecimento de paternidade, guarda de filhos e netos, ofícios, entre outros);
- De segunda via de documentos (2ª via de registro civil de nascimento, 2ª via de registro civil de casamento);
- De consultoria (de diversas áreas do direito: trabalhista, penais, previdenciário);
- De atendimentos realizados sobre demanda do CEJUSC, através da solução de conflitos pelas audiências de conciliação e mediação (homologação de acordo, assinatura da juíza, audiências de conciliação e mediação, entregas de ata de audiência).

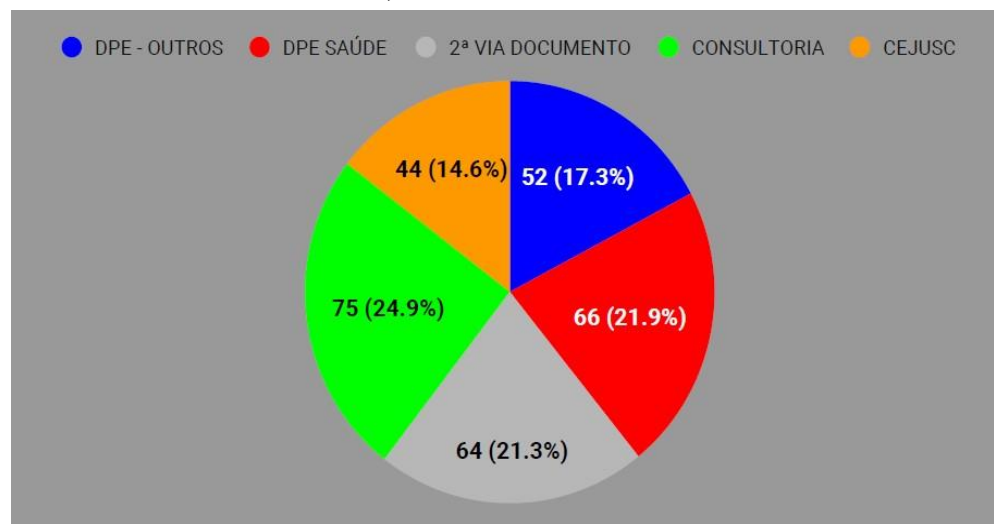
Figura 6 - Atendimento Jurídico Nosso Lar - Projeto de Extensão o CESMAC, de 18/03/2019 a 14/06/2019.



Fonte: Dados da pesquisa.

No segundo momento, após o recesso acadêmico, continuaram as intervenções na comunidade e, em um novo levantamento, entre 07 de agosto a 21 de novembro de 2019 (FIGURA 7), foram realizados 301 atendimentos, distribuídos nas mesmas esferas, no que se observa um aumento considerável na quantidade de atendimentos.

Figura 7 - Atendimento Jurídico Nosso Lar - Projeto de Extensão do CESMAC, de 07/08/2019 a 21/11/2019.



Fonte: Dados da pesquisa

Além disso, no mês de setembro, os extensionistas participaram da Ação do Mutirão da Justiça Itinerante, em parceria com o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, onde foram realizadas:

- 65 emissões de títulos de eleitor;

- 50 emissões de CTPS;
- 32 casamentos celebrados;
- 90 atendimentos da Defensoria Pública (sendo: triagem, com 62 ofícios de 2ª via de registro, 2 atendimentos de saúde, 21 ações protocoladas, destas 12 julgadas no mutirão);
- 32 processos julgados (entre: divórcio, guarda, pensão alimentícia, ação envolvendo direito do consumidor, retificação de registro civil, entre outros).

Assim, foram totalizados 175 atendimentos. Destes, os extensionistas puderam participar efetivamente junto a Defensoria e das audiências, perfazendo 110 atendimentos (FIGURAS 8-9).

Figura 8 - Aluna extensionista do projeto de Direito do Cesmac participando de audiências na Ação do Mutirão da Justiça Itinerante, em parceria com o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, que ocorreu na Associação Espírita Nosso Lar.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 9 - Reunião no CEJUSC-CESMAC, para avaliação e discussão das atividades que foram realizadas no Mutirão da Justiça Itinerante.



Fonte: Dados da pesquisa.

Resumindo, observa-se que o trabalho realizado ao longo de todos esses meses gerou cerca de 616 atendimentos, sendo que a maioria dos casos giram em torno de questões referentes à família.

É assim que, cientes da importância de colaborar para a prática de atividades de conciliação e mediação, apostando na competência dessa estratégia para minimização de conflitos, com o apoio do CEJUSC, de acordo com as especificidades de cada contexto apresentado, pela intervenção proposta, os extensionistas do Cesmac foram habilitados para que pudessem colocar os conhecimentos apreendidos em sala de aula em prática.

Nessa perspectiva, o aumento da responsabilidade pode transformar-se em um desafio para a aproximação entre os acadêmicos e a comunidade, o que, pos-

sivelmente, possibilitou sua maior efetividade, no compartilhamento e construção do conhecimento, como o respeito, a capacidade de trabalhar em equipe, a criatividade e a ética.

Todo o trabalho desenvolvido, desde as reuniões, triagem, participação em audiências e o mutirão, permitiram a promoção de atividades para uma convivência comunitária mais saudável, por meio de uma atuação prática, como proposto por Warat (2001). Além do mais, a intervenção permitiu, à equipe extensionista, uma vivência em atividades de promoção à cultura da paz, a descoberta de técnicas de prevenção e solução de conflitos, a experiência de atuar em equipe e o aprofundamento em conhecimentos técnicos e teóricos.

Além disso, as ações desenvolvidas trouxeram resultados positivos para a população do Vergel e adjacências, conforme números anteriormente apresentados nos gráficos, haja vista que, com os atendimentos realizados, foi possível resolver litígios de forma rápida e pacífica, evitando o desgaste de um processo judicial.

CONCLUSÃO

O projeto alcançou o objetivo proposto, ou seja, atender à população que procura por atendimentos jurídicos na Associação Espírita Nosso Lar, com o desenvolvimento de técnicas extrajudiciais de solução de conflitos, como a Conciliação e a Mediação.

A prática desses meios consensuais de resolução de conflitos na vida de estudantes em formação – como no caso deste projeto de extensão comunitária – com certeza contribuirá para a formação de profissionais mais habituados ao diálogo e, com isso, capazes de oferecer sempre a melhor solução para os litígios, para que eles não se repitam e que sejam conduzidos de modo a não afetar a convivência pacífica entre as partes envolvidas.

Foi assim que o trabalho desenvolvido transformou-se, com as intervenções na comunidade, em importante ferramenta em busca da cultura da paz, compartilhando experiências e dificuldades, além de reflexões acerca de como prevenir e conciliar conflitos. Desse modo, trouxe uma grande contribuição para a comunidade acadêmica, não só de cunho teórico/prático no campo do Direito, mas uma experiência única de vida pessoal e no futuro profissional.

E tudo isso só foi possível graças ao acolhimento dos extensionistas por

parte do CEJUSC, da equipe da Associação Espírita Nosso Lar, mas especialmente da atuação de alunos e professores do Curso de Direito do Cesmac, que atuaram com comprometimento durante todo o desenvolvimento do projeto, além da responsabilidade e competência para encarar os desafios e dificuldades comuns a esse tipo de ações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gustavo. Mediação familiar. In: ALBUQUERQUE, Fabíola Santos; EHRHARDT JR, Marcos; OLIVEIRA, Catarina Almeida de (org.). **Famílias no direito contemporâneo: estudos em homenagem a Paulo Luiz Netto Lôbo**. Salvador: Jus Podivm, 2010.

ARAÚJO, Andrea Geórgia Souza de. **A dinâmica da ocupação na Favela Sururu de Capote: segregação socioespacial e exclusão social**. 2018. 193 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2018.

BARBOSA, Águida Arruda. Mediação familiar: instrumento para a reforma do judiciário. In: EHRHARDT JUNIOR, Marcos; MOREIRA, Leonardo (org.). **Leituras complementares de direito civil: direitos das famílias**. Salvador: Podivm, 2010.

BRAGA NETO, Adolfo. Alguns Aspectos relevantes sobre a mediação de conflitos. In: SALES, Lília Maia de Moraes (org.). **Estudos sobre mediação e arbitragem**. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 abr.2018.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código Processo Civil. **Planalto**. Disponível em: www.planalto.gov.br/. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 70/ 2009**. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 125/2010**. Disponível em: www.cnj.jus.br. Acesso em: 18 nov. 2018.

DANTAS, Ana Florinda. A aplicação da mediação dos conflitos no direito de família. **Letras Jurídicas**. Maceió, Associação Alagoana de Magistrados, n.3, p.3 8-41, dez, 2005.

TAVARES, Fernando Horta. **Mediação e conciliação**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

WARAT, Luis Alberto. **O ofício do mediador**. Florianópolis: Habitus, 2001.

WATANABE, Kazuo. Modalidades de mediação. **Mediação: um projeto inovador - Série Cadernos do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal**, n. 22, Brasília: CEJ, 2003.

ADAPTAÇÕES DA LIGA ACADÊMICA DE SAÚDE COLETIVA FRENTE AO PERÍODO PANDÊMICO DA COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

ADAPTATIONS OF THE ACADEMIC COLLECTIVE HEALTH LEAGUE IN FRONT OF THE PANDEMIC PERIOD OF COVID-19: AN EXPERIENCE REPORT

*João Lúcio Macário Lira*¹; *Tyrone Raphael Feitosa Lima*²; *Thérèse Raphaela Feitosa Lima*³; *Paula Thaís Sousa de Oliveira Cardoso*⁴; *Janaina André da Silva*⁵; *José Amando Joventino Freire Filho*⁶; *Érika Rosângela Alves Prado*⁷.

¹Discente do curso de Biomedicina do Centro Universitário CESMAC; ²Discente do curso de Fisioterapia do CESMAC; ³Discente do curso de Nutrição do CESMAC; ⁴Discente do curso de Medicina do CESMAC; ⁵Discente do curso de Farmácia do CESMAC; ⁶Discente do curso de Farmácia do CESMAC; ⁷Docente do curso de Fisioterapia do Centro Universitário CESMAC.

RESUMO

A extensão universitária constitui-se do desenvolvimento de pesquisa e ensino adquirido pelos discentes com o intuito de levar o comprometimento social por meio da integração da universidade com a comunidade. O presente estudo teve como objetivo relatar as experiências da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC) da instituição de ensino Centro Universitário CESMAC, localizada em Maceió/AL, mediante o período pandêmico da Covid-19. Trata-se de um estudo descritivo e reflexivo do tipo relato de experiência. As atividades foram desenvolvidas com os acadêmicos da Liga durante os meses de março a outubro de 2020. Diante disso, a Liga, de modo a continuar com as atividades e efetivar os seus objetivos correspondentes às aprendizagens das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e às equipes multiprofissional e interprofissional em prol da comunidade, organizou-se e reformou todo o planejamento com diferentes alternativas para a promoção do conhecimento que configura a humanização. Percebeu-se que existem algumas adversidades que podem acabar por diminuir a participação do ligante aos encontros ou impedir a sua participação, como a falta de acesso a aparatos tecnológicos que sejam compatíveis com os programas utilizados nas reuniões e a falta de viabilidade em adquirir novos equipamentos, principalmente pela elevação dos preços dos

produtos devido à demanda repentina e à diminuição da produção. Em suma, a LASC, a fim de seguir com suas atividades, organizou-se e logrou êxito na reformulação de toda a estrutura da Liga, haja vista a indubitável dificuldade que as mudanças trazidas pela nova metodologia de ensino e os desafios do afastamento social trouxeram à toda a sociedade, com destaque para os profissionais da educação e estudantes, que tinham como inimagináveis essas mudanças tão drásticas (no sentido de ter que se adaptar à toda essa mudança necessária) e repentinas no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Equipe Multiprofissional. Pandemia. Isolamento Social. Aprendizagem Baseada na Experiência.

ABSTRACT

University extension is the development of research and teaching acquired by students in order to bring social commitment through the integration of the university with the community. This study aimed to report the experiences of the Academic League of Collective Health (LASC) of the teaching institution Centro Universitário CESMAC, located in Maceió/AL, during the pandemic period of Covid-19. This is a descriptive and reflective study of the experience report type. The activities were developed with the academics of the League during the months of March to October 2020. Therefore, the League, in order to continue with the activities and implement its objectives corresponding to the learning of the guidelines of the Unified Health System (SUS) and to the multidisciplinary and interprofessional teams for the benefit of the community, all planning was organized and reformed with different alternatives for the promotion of knowledge that shapes humanization. It was noticed that there are several adversities that may end up reducing the participation of the binder to the meetings or preventing their participation, such as the lack of access to technological devices that are compatible with the programs used in the meetings and the lack of feasibility in acquiring new equipment. mainly due to the rise in product prices due to sudden demand and decreased production. In short, LASC, in order to continue with its activities, organized and succeeded in reformulating the entire structure of the League, given the undoubted difficulty that the changes brought by the new teaching methodology and the challenges of social withdrawal brought to the whole of society, with emphasis on education professionals and

students - who had such drastic changes (in the sense of having to adapt to all this necessary change) as unimaginable and sudden changes in the teaching-learning process.

Keywords: Multiprofessional Team. Pandemic. Social Isolation. Experience-Based Learning.

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, houve um crescente surgimento de Ligas Acadêmicas a fim de complementar os aprendizados adquiridos na Instituição em determinada área específica, proporcionando aos estudantes uma experiência baseada no tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão (SOARES et al., 2018; MOREIRA et al., 2019).

A extensão universitária constitui-se do desenvolvimento de pesquisa e ensino adquirido pelos discentes com o intuito de levar o comprometimento social por meio da integração da universidade com a comunidade. Entretanto, esse fluxo de extensão teve que ser rompido devido à pandemia da Covid-19 (MARQUES, 2020).

Na cidade de Wuhan, em dezembro de 2019, houve o primeiro caso de uma pneumonia causada por uma variação do Coronavírus (ZHU et al., 2020). Devido à crescente incidência dessa infecção, no final de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou emergência em saúde pública de interesse internacional (OMS, 2020a).

Por meio da Portaria nº 188, o Ministério da Saúde (MS), no dia 3 de fevereiro de 2020, declarou emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, correspondendo a uma classificação de risco em nível 3 (BRASIL, 2020a). Em 11 de março de 2020, a OMS (2020b) declarou a Covid-19 como pandemia mundial e estabeleceu medidas preventivas e de enfrentamento, sendo indicada a manutenção do distanciamento social junto com a utilização de máscaras, higienização das mãos com álcool 70° INPM ou com água e sabão (BRASIL, 2020b).

Dessa forma, houve diversos impactos para a sociedade, e um deles foi diretamente na educação, na qual todos tiveram que se adaptar conforme as necessidades para o momento atual (MARQUES, 2020). Em consequência disso — e como forma de dar continuidade ao ano letivo, foi adotada, por algumas institui-

ções universitárias, a categoria de ensino remoto, juntamente com o desenvolvimento de planos de enfrentamento, levando ao ponto de todos terem de ser isolados em suas residências (MARQUES, 2020).

A regulamentação disso deu-se por meio da Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020, que substituiu as aulas presenciais por aulas remotas enquanto durar a pandemia da Covid-19 (BRASIL, 2020c). Isso fez com que os docentes, discentes e todo corpo acadêmico tivessem a necessidade de diversificar o suporte e métodos do processo de construção de conhecimento para assim terem apoio e enfrentarem novas barreiras, o que resultaria na manutenção de uma rotina positiva (CHIESA, 2020).

Diante disso, a Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC), de modo a continuar com as atividades e visar a efetivação dos seus objetivos correspondentes às aprendizagens das diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e a equipe multiprofissional e interprofissional em prol da comunidade, organizou-se e reformou todo o planejamento com diferentes alternativas para a promoção do conhecimento que configura a humanização.

Sabendo que a pandemia acelerou algumas reflexões sobre indivíduos, sociedade, instituições e seus determinantes sociais em saúde, o presente trabalho teve como objetivo relatar as experiências da LASC mediante o período pandêmico da Covid-19, fazendo um traçado sobre tudo de importante que ocorreu na Liga durante esse período.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um estudo de natureza descritiva e reflexiva, do tipo relato de experiência, visando descrever o desenvolvimento de atividades educativas da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC) multidisciplinar do Centro Universitário CESMAC, em Maceió, Alagoas. Em virtude da pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, as práticas de ensino da LASC se conectaram aos meios digitais e, por consequência, a direção da Liga produziu estratégias para dar continuidade ao projeto.

A Liga foi conduzida por 15 discentes de diversos cursos da saúde (Medicina, Farmácia, Biomedicina, Fisioterapia, Psicologia, Nutrição e Enfermagem) e dois professores do curso de Fisioterapia. As atividades ocorreram entre os meses de março a outubro de 2020, totalizando 11 encontros, em duração média

de duas horas. As atividades foram realizadas nas plataformas digitais Zoom e Microsoft Teams 365, em horários previamente agendados e divulgados. O acesso ao ambiente virtual deu-se por meio de convite em formato de link para os membros.

As temáticas das reuniões remotas quinzenais foram várias, dentre as quais fizeram-se presentes:

- História da Saúde Pública no Brasil;
- Covid-19;
- Doenças crônico-degenerativas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por mais que sejam fundamentais nesse momento, cada uma das mudanças trazidas pelo novo modelo de ensino, em justaposição aos desafios do afastamento social, trouxe impactos significativos aos profissionais da educação, estudantes e também às famílias, que se viram à frente de uma nova realidade bastante desafiadora dos pontos de vista técnico e educacional, a qual precisa ser melhor compreendida em cada uma de suas diversificadas dimensões (GRANDISOLI; JACOBI; MARCHINI, 2020).

Segundo Pedrosa (2020), existe uma explícita necessidade de uma escolha minuciosa, em meio ao contexto de isolamento social, das ferramentas tecnológicas a serem adotadas para que, assim, haja um amplo englobamento do grupo a ser trabalhado. Dentre as inúmeras opções existentes, deve-se atentar à busca pela adequação à realidade institucional e das condições de cada um dos usuários (no caso da Liga, de cada um de seus integrantes).

Sabe-se que o termo “extensão universitária” possui um significado relacionado ao compromisso da instituição de ensino para com a sociedade, firmando um elo entre pesquisa e ensino em um vasto processo de ensino-aprendizagem, repleto de troca de saberes. Ademais, é nas ações extensionistas que ocorre a integração entre universidade e comunidade, onde a instituição oferece um suporte, tanto técnico quanto material, aos projetos de extensão, com total participação da comunidade no desenrolar dessas atividades (MARQUES, 2020).

É perceptível que existe um cenário em que a dinâmica do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária dá-se num fluxo programado de normalidade. Em contrapartida, em 2020, forças maiores (no caso, o

isolamento social que se fez necessário) impediram a manutenção desse fluxo, onde tem-se uma sociedade pega de surpresa pelo contexto pandêmico, obrigando a serem organizadas novas metodologias que pudessem suprir as atuais necessidades observadas (MARQUES, 2020).

Por conta da excepcionalidade advinda da interrupção de conteúdos acadêmicos presenciais em virtude do início da pandemia, o Ministério da Educação autorizou, em cursos regularmente autorizados, atividades letivas que façam uso de recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação e afins, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, conforme o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020c).

Essa nova realidade também acaba trazendo alguns problemas relacionados à exibição do conteúdo e à disponibilidade dos ligantes a estarem presentes nos encontros remotos. Existem algumas adversidades que podem acabar por diminuir a participação do ligante aos encontros, ou impedir sua participação (onde ambos os casos foram percebidos no desenrolar das reuniões remotas da LASC), como a falta de acesso a aparatos tecnológicos que sejam compatíveis com os programas utilizados nas reuniões, e a falta de viabilidade em adquirir novos equipamentos, principalmente pela elevação dos preços dos produtos devido à demanda repentina e à diminuição da produção.

Muitas pessoas ainda não estão habituadas às versatilidades da tecnologia e, além disso, temos como um dos maiores obstáculos a instabilidade com a internet, que está cada vez mais sobrecarregada neste período pandêmico, onde a grande maioria dos afazeres de uma família, como escola e trabalho, estão sendo realizados por várias pessoas dentro de um mesmo local.

É extremamente fácil de observar-se que as maiores dificuldades estão voltadas ao uso propriamente dito da tecnologia. Nesse sentido, o momento é de reflexão quanto à aprendizagem das diferentes formas de comunicação, estudo e trabalho que apareceram neste momento, onde o seu uso tornou-se recorrente. Por isso, o momento atual fez com que cada um buscasse adequar-se à nova realidade para conseguir dar conta das demandas e garantir a continuidade de seus deveres pessoais e acadêmicos (VERCELLI, 2020).

A pandemia e o distanciamento social fizeram-se necessários, pois apresentaram novas possibilidades de adaptação e possíveis alternativas a novos modos de vida. Assim, esse momento nos faz refletir sobre diferentes modos de produzir, de consumir e de conviver. Essa pandemia tem levado professores e alunos a avalia-

rem as possibilidades e facilidades oferecidas pela tecnologia, a fim de que possam repensar novas formas de ensino e de aprendizagem e quebrar barreiras e paradigmas tão enraizados (VERCELLI, 2020).

No entanto, como não existem apenas problemas, é evidente que houve um aumento da produtividade em relação às atividades e à elaboração de trabalhos, além de muitas oportunidades que apareceram remotamente aos ligantes, como a participação em projetos de pesquisa e em congressos (onde tais congressos não seriam viáveis no modelo presencial), além da elaboração de artigos. Dessa forma, houve um maior engajamento para com a comunidade acadêmica por meio de atividades que contribuem com toda a sociedade (VERCELLI, 2020).

Sabe-se que, em toda e qualquer situação que demande uma necessidade amplificada de aprendizagem por meio de uma quantidade volumosa de informações, acabam surgindo, nos acadêmicos, ocorrências de ansiedade e estresse por conta da pressão psicológica advinda dessas mudanças numa rotina em que, antes, o indivíduo estava acostumado, seja por parte parental ou própria, o que pode explicar a conversão de determinantes sociais da saúde e o surgimento de outros fatores de risco nessa população em questão, sendo que sempre há muito a ser adaptado para com que um possível sobrecarrego não traga tamanhas repercussões à sociedade (ZONTA; ROBLES; GROSSEMAN, 2006; CAPELO; OLIM, 2016).

Também pode-se relatar como um dos potenciais conhecimentos que decorrem de uma pandemia a “elasticidade social”, onde, com o surgimento dessa ocasião peculiar, exigem-se mudanças drásticas e que são possíveis, como ficar em casa e voltar a dedicar mais tempo à leitura e ao convívio com os filhos, consumir menos e dispensar o vício de passar o tempo nos centros comerciais (VERCELLI, 2020).

Sendo feita a readequação do Centro Universitário CESMAC à modalidade de ensino remota, as atividades da Liga recomeçaram com reuniões para explicar sobre as mudanças. No quadro a seguir, estão representadas as atividades, com seus respectivos assuntos, referentes às reuniões remotas realizadas ao longo do ano:

Quadro 01 - Datas, temáticas e plataformas.

DATA	TEMÁTICA DA REUNIÃO (OU EQUIVALENTE À REUNIÃO)	PLATAFORMA UTILIZADA
15/05	Explicações sobre o funcionamento remoto da Liga; Roda de Conversa sobre os artigos cuja leitura foi solicitada, onde as temáticas foram a relação epidemiologia-SUS e os determinantes sociais da Covid-19.	Zoom
28/05	A reunião deu lugar a um jogo (Kahoot!) com um questionário referente aos slides disponibilizados sobre a História da Saúde Pública no Brasil.	Kahoot!
09/06	Webinar (organizado pela LASC) sobre a experiência de uma fisioterapeuta, ex-presidente da LASC, na Atenção Básica de Saúde, e de uma psicóloga, sobre os efeitos da pandemia na	Teams
18/06	Inclusão Social na Saúde (roda de conversa sobre os slides apresentados e sobre um artigo cuja leitura foi solicitada).	Teams
25/06	Webinar (organizado pela Associação Atlética Acadêmica de Fisioterapia do CESMAC "Traumática") sobre hipnose para atletas, ministrado por um profissional de educação física.	Teams
09/07	Roda de conversa sobre a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD/Melhor em Casa) e o Programa Saúde na Escola (PSE).	Teams
13/08	Reunião, tipo roda de conversa com slides, sobre o combate às infecções (incluindo as Infecções Sexualmente Transmissíveis).	Teams
25/08	Apresentação de seminários sobre o combate às doenças crônico-degenerativas (nesse dia, com as equipes Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus).	Teams
08/09	Apresentação de seminários sobre o combate às doenças crônico-degenerativas (nesse dia, com as equipes Doença de Alzheimer e Câncer).	Teams
22/09	Roda de Conversa sobre a importância do exercício físico/ atividade física para uma boa qualidade de vida.	Teams
02/10	Reunião de despedida da LASC no ano de 2020.	Teams

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Foram aplicadas atividades semanais para "substituir", da forma possível no momento, as práticas — indo desde a elaboração de questões remotas (com questionários no Kahoot), cartilhas, HQs/charges e vídeos educativos, todos publicados nas redes sociais da Liga. Segue, no quadro, a listagem completa de atividades que foram instituídas, semanalmente, a todos os membros da LASC:

Quadro 02 - Lista de atividades e o seu período de realização.

PERÍODO DA ATIVIDADE	EXPLICAÇÃO SOBRE O QUE DEVERIA SER FEITO
27/03 a 03/04	Série de postagens/gravações de vídeos para o Instagram da LASC, fei-
14/05 a 21/05	Elaborar um resumo, com base em um vídeo, sobre a história da Saúde
22/05 a 28/05	Gravar vídeos sobre a Covid-19 e a sua transmissão comunitária, além de curtos vídeos com a frase "fique em casa", ambos para o Instagram da LASC (em parceria com outra Liga).
18/06 a 25/06	Escrever um texto sobre uma das temáticas disponibilizadas (juntamente, ou não, a um material de leitura): Saúde da população em situação de rua; Humanização e inclusão social feitas por Nise da Silveira para com os pacientes psiquiátricos e o quão a Terapia Ocupacional foi importante nesse processo; Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (excepcionalmente nesse caso, um Mapa Conceitual); Opinião sobre as cotas para PPI E PcD em concursos públicos; Opinião sobre como minimizar/cessar as desigualdades no acesso à saúde.
26/06 a 02/07	Elaborar, conforme os vídeos disponibilizados, slides sobre a Estratégia Saúde da Família (ESF), o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD/Melhor em Casa) e o Programa Saúde na Escola (PSE).
03/07 a 11/07	Elaborar cartilha, com o mínimo de texto possível, sobre qualquer temáti-
13/08 a 21/08	Ler poema sobre o saneamento básico e responder as questões referentes à relação do saneamento básico com os principais problemas de Saúde Pública.
22/08 a 28/08	Assistir vídeo sobre o Processo Saúde-Doença (História Natural da Doença) e elaborar uma questão de marca-X sobre ela, sendo que todas as questões foram utilizadas num jogo (Kahoot!) que foi feito um dia após o

29/08 a 05/09	Elaborar tirinha/charge, através do aplicativo Canva, sobre qualquer te-
06/09 a 12/09	Elaborar, através do Canva, um Mapa Conceitual ou sobre Educação Sexual ou sobre a Saúde da População Trans no SUS.
13/09 a 19/09	Ler Caso Clínico (situação-problema), referente às problemáticas presentes na Saúde Pública, e responder as questões apresentadas.
20/09 a 26/09	Elaborar vídeo sobre qualquer temática de educação em saúde, a fim de

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Nas figuras de 1 a 4, estão representadas algumas das atividades elaboradas pelos membros da LASC em meio ao contexto pandêmico, sendo que ambas foram publicadas no Instagram da Liga:

Figura 1 - Tirinha elaborada pela Diretora de Marketing e Informática da LASC, Thèrèse Raphaela Feitosa Lima, através do aplicativo Canva. Tal tirinha discorre sobre o uso de preservativos para prevenir Infecções Sexualmente Transmissíveis.



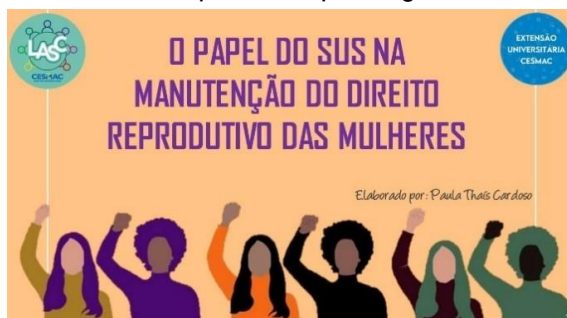
Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 2 - Charge elaborada por José Amando Joventino Freire Filho, integrante da LASC, através do aplicativo Canva. Tal charge evidencia a problemática do aumento da criminalidade em detrimento de imensas barreiras no acesso à saúde e à educação.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 3 - Capa da cartilha elaborada por Paula Thais Sousa de Oliveira Cardoso, integrante da LASC, através do aplicativo Microsoft Office PowerPoint, que traz à tona que cabe às autoridades que administram o país fazer valer cada uma das leis que assegura esse direito reprodutivo das mulheres, em especial no que tange ao SUS.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 4 - Charge elaborada por Tyrone Raphael Feitosa Lima, Diretor de Ensino e Pesquisa da LASC, através do aplicativo Canva. Tal charge discorre sobre o conceito correto de "saúde", que vai além da mera ausência de doenças.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Os integrantes da Liga conseguiram interagir entre si e relataram o quão foi importante, estimulando suas habilidades criativas frente a temas atuais, sendo que as produções de todos conseguiram aumentar o alcance de pessoas através do Instagram da LASC. Quanto às pesquisas elaboradas por alguns dos integrantes, tem-se o seguinte quadro, que lista cada um desses trabalhos realizados durante o período pandêmico:

Quadro 3 - Lista de pesquisas desenvolvidas.

TÍTULO DO TRABALHO	LOCAL EM QUE FOI SUBMETIDO	SITUAÇÃO
Desafios da Equipe Interprofissional no Âmbito da Saúde Pública no Brasil	Congresso Internacional de Saúde e Meio Ambiente (CINASAMA)	Aprovado e publicado
Relato de Experiência: Vivência da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva na Comunidade junto à Saúde Integrada do Centro Universitário CESMAC	Congresso Internacional de Saúde e Meio Ambiente (CINASAMA)	Aprovado e publicado
Atuação da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC) durante a Covid-19: um relato de experiência	EXPOFISIO/ CESMAC	Concluído
Tecnologias da Informação e Comunicação na Liga Acadêmica de Saúde Coletiva durante a pandemia: relato de experiência	EXPOFISIO/ CESMAC	Concluído
Atuação da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva (LASC) durante a pandemia do Covid-19: um relato de experiência	Revista Acervo +	Aprovado e publicado
Tecnologias da Informação e Comunicação na Liga Acadêmica de Saúde Coletiva no decorrer da pandemia: relato de experiência	Revista Acervo +	Aprovado e publicado
Adaptações da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva frente ao período pandêmico da Covid-19: um relato de experiência	Revista Entre Aberta/ CESMAC	Em desenvolvimento

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

CONCLUSÃO

Percebe-se que a LASC, apesar das dificuldades da pandemia, conseguiu resiliência para realizar todas as atividades, organizou-se e logrou êxito na reformulação de toda a estrutura da Liga, haja vista a indubitável dificuldade que as mudanças trazidas pela nova metodologia de ensino e os desafios do afastamento social trouxeram à toda a sociedade, com destaque para os profissionais da educação e estudantes — que tinham como inimagináveis essas mudanças tão drásticas no sentido de ter que se adaptar à toda essa mudança necessária e repentinas no processo de ensino-aprendizagem.

Observou-se, porém, que alguns problemas, geralmente relacionados à conectividade com a internet e com ocorrências de ansiedade e estresse por conta da pressão psicológica advinda dessas mudanças na rotina, prejudicaram a presença de uma parte dos acadêmicos no ensino remoto em todo o mundo e não seria diferente quando no contexto da Liga. Apesar de alguns tipos de intercorrências terem existido, a qualidade do processo de troca de aprendizados não chegou a ser prejudicada, o que foi facilmente vislumbrado diante da participação de boa parte dos ligantes.

Como as práticas presenciais acabaram sendo proibidas, as atividades aplicadas semanalmente para "substituir" essas práticas (cartilhas, elaboração de charges e vídeos educativos, dentre outros) trouxeram feedbacks positivos dos acadêmicos e, na maioria das tarefas, movimentação no Instagram da LASC, podendo trazer educação em saúde e, conseqüentemente, promover saúde à grande comunidade que a segue no Instagram.

Os integrantes da Liga, além de relatarem as experiências positivas, conseguiram interagir com os demais membros, estimulando suas habilidades criativas frente a temas atuais, sendo que as produções de todos conseguiram aumentar o alcance de pessoas no Instagram da LASC. Cada uma das pesquisas elaboradas por uma parte dos membros resultou num aprofundamento de conhecimentos à cerca da Saúde Coletiva, problematizando diversas questões importantes para a reflexão e a compreensão de toda a complexidade desse campo de estudo, que é de suma importância para o futuro da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020: declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (Covid-19). **Diário Oficial da União [Internet]**. Março. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>

BRASIL. Ministério da Saúde. Máscaras caseiras podem ajudar na prevenção contra o coronavírus [Internet]. Brasília: **Ministério da Saúde**; 2020b. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46645-mascaras-caseiras-podem-ajudar-na-prevencao-contr-o-coronavirus>

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Brasília: **Ministério da Educação**; 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>

CHIESA, D. A Pandemia pela Covid-19 e a Publicação em Educação Médica. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 44, n. 4, e165, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022020000400101&lng=en&nrm=iso.

MARQUES, G. E. C. Georgiana Eurides de. A Extensão Universitária no Cenário Atual da Pandemia do COVID-19. **Revista Práticas em Extensão**. v. 4, n. 1, p. 42-43, 2020.

MARQUES, R. A resignificação da educação e o processo de ensino e aprendizagem no contexto de pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 7, p. 31-46, 2020.

MOREIRA, L. M. et al. Ligas Acadêmicas e Formação Médica: Estudo Exploratório numa Tradicional Escola de Medicina. **Rev. bras. educ. med**, v. 43, n. 1, p.115-125, 2019.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Statement on the second meeting of the international health regulations (2005) emergency committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV) [Internet]. Geneva: **World Health Organization**; 2020a. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news-room/detail/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov)).

OMS. Organização Mundial de Saúde. Rational use of personal protective equipment (PPE) for coronavirus disease (COVID-19): interim guidance [Internet]. **Geneva (CH)**; 2020b. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331498>.

SOARES, F. J. P.; SANTANA, I. H. O.; CUNHA, J. L. Z. Ligas Acadêmicas No Brasil: Revisão Crítica de Adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais. **Revista Port.: Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 3, p. 931-944, 2018.

PEDROSA, Gabriel Frazão Silva. O uso de Tecnologias na Prática Docente em um Pré-Vestibular durante a Pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vis-

ta, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/boca/article/view/Pedrosa/2980>. Acesso em: 14 de out. de 2020.

GANDISOLI, Edson; JACOBI, Pedro Roberto; MARCHINI, Sílvio. Pesquisa Educação, Docência e a COVID-19. **USP Cidades Globais**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/pesquisa-educacao-docencia-e-a-covid-19>. Acesso em: 14 de out. de 2020.

VERCELLI, L. C. A. AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE COVID-19: A PERCEPÇÃO DE DISCENTES DE UM PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO. **Revista @mbienteeducação**. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 13, n. 2, p. 47-60 Mai/Ago 2020.

ZONTA, Ronaldo; ROBLES, Ana Carolina Couto; GROSSEMAN, Suely. “Estratégias de enfrentamento do estresse desenvolvidas por estudantes de medicina da Universidade Federal de Santa Catarina”. **Revista Brasileira de Educação Médica**, vol. 30, n. 3, 2006.

CAPELO, Regina; OLIM, Dina. “Preditores da qualidade de vida em estudantes do ensino secundário”. **Interdisciplinarity in Social and Human Sciences**, vol. 5, 2016.

ZHU, N. et al. A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. **New England Journal of Medicine**, v. 382, n. 8, p. 727-733, 2020.

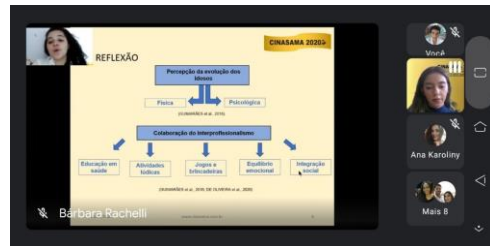
ANEXOS

Figura 1 - Apresentação oral de uma das pesquisas desenvolvidas por alguns dos integrantes da LASC, cujo título foi “Desafios da Equipe Interprofissional no Âmbito da Saúde Pública no Brasil”.



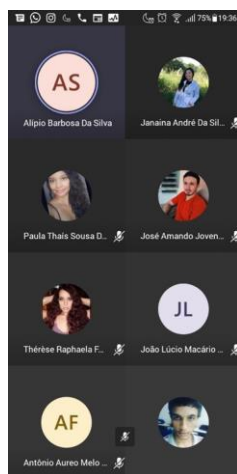
Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 2 - Apresentação oral de uma das pesquisas desenvolvidas por alguns dos integrantes da LASC, cujo título foi “Relato de Experiência: Vivência da Liga Acadêmica de Saúde Coletiva na Comunidade junto à Saúde Integrada do Centro Universitário CESMAC”.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 3 - Reunião remota de despedida das atividades da LASC no ano de 2020, ocorrida no 02/10/2020.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 4 - Cartilha (publicada no Instagram da Liga) sobre a dengue, elaborada por um dos integrantes da LASC, João Lúcio Macário Lira.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 5 - Cartilha elaborada pela Vice-Presidente da LASC, Janaina André da Silva, sobre as diferenças entre os medicamentos genéricos e os de referência, tendo sido publicada no Instagram da Liga.



Fonte: Autoria própria, 2020.

Figura 6 - Capa do vídeo (publicado no Instagram da Liga), elaborado pela Vice-Presidente da LASC, Janaina André da Silva, sobre o risco de quedas em idosos.



Fonte: Autoria própria, 2020.

SOCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E CIDADANIA: PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA BRINQUEDOTECA NO PROJETO CRESCER DO CESMAC

SOCIALIZATION OF CHILDREN AND CITIZENSHIP: MOTION FOR THE IMPLEMENTATION OF A TOY LIBRARY IN THE CESMAC'S "CRESCER" PROJECT

Sônia Maria Albuquerque Soares ¹; Silvino Costa Ferro¹; Josimea de Barros Pino¹; Joceane dos Santos Mendonça²; Bheatriz Karinne dos Santos Moraes²; Joana Caroline de França²; Bianka Karolyne de Jesus Lima²; Carlos Alberto Ferreira Antunes²

¹Docente do Curso de Direito do Centro Universitário CESMAC. ²Egressos do Curso de Direito do Centro Universitário Cesmac.

RESUMO

A brinquedoteca é um espaço de aprendizados, leituras e brincadeiras para complementar a educação abarcando a compreensão do lazer no desenvolvimento socio-cultural, focalizando-se algumas implicações na formação pessoal e social de crianças. Por estar alinhada à política educacional, permite o atendimento nas diversas necessidades para o desenvolvimento de ações recreativas nos setores escolares, entretanto, sua obrigatoriedade esbarra em questões, como a carência de recursos humanos e materiais. Diante dessa realidade, o objetivo deste projeto foi contribuir para a discussão acerca da garantia constitucional do direito da criança de poder brincar, estabelecendo diálogos entre acadêmicos do Cesmac e a comunidade, pela implantação de uma Brinquedoteca no Projeto Crescer, na idealização de um ambiente de valorização, socialização e de cidadania. Para tanto, foram montadas oficinas de recreação, onde foram passadas, de forma lúdica, noções básicas de direito e deveres que poderão contribuir para o processo de formação humana e cidadã das crianças.

Palavras-chave: Brinquedoteca. Socialização. Cidadania.

ABSTRACT

The toy library is a space for learning, reading and playing to complement education and embraces the understanding of leisure in socio-cultural development, focusing on some implications for the personal and social development of children. As it is in line with educational policy, it allows meeting the diverse needs for the development of recreational actions in the school sectors, however, its mandatory stumbles on issues such as the lack of human and material resources. In view of this reality, the objective of this project was to contribute to the discussion about the constitutional guarantee of the right of the child to be able to play, establishing dialogues between Cesmac students and the community, by implementing a toy library in the “Crescer” Project, in the idealization of a learning environment of valorization, socialization and citizenship. To this end, recreation workshops were set up, where basic notions of law and duties that could contribute to the process of human and citizen formation of children were passed on in a playful way.

Keywords: Toy Library. Socialization. Citizenship.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil assegura à criança o direito ao lazer, entretanto, sua obrigatoriedade esbarra em polêmicas, como a deficiência de recursos humanos e materiais para execução de projetos. É com essa preocupação que se pretende implantar uma Brinquedoteca no Projeto Crescer, obra de responsabilidade social do Cesmac, que oferece alfabetização, Jardim II e III a 60 crianças de 4 a 6 anos, estudantes da Escola Professor Elias Passos Tenório, no Campus III, situado na Rua Itatiaia, nº 29, bairro Farol, em Maceió/AL.

O espaço que se pretende montar poderá proporcionar às crianças atividades prazerosas, divertidas, mágicas, repleta de jogos, brinquedos e brincadeiras que permitem o desenvolvimento educacional e social por meio do lúdico, conforme Bustamante (2004); Almeida (2003); Antunes (2003); Cunha (2007); Gubert (2008); Moukachar (2004) e Santos (2002).

Na concepção dos referidos autores, a brincadeira leva ao aprendizado com a convivência com os outros e a obedecer às regras. É nesse contexto de desenvolvimento de ações recreativas que são passadas noções básicas de direito e de-

veres, de forma lúdica, às crianças, considerando-se o processo que contribui para a aquisição de novos conhecimentos.

Trata-se de um projeto interdisciplinar, que contou com a participação de docentes e discentes dos cursos de Direito e Psicologia. Assim, em razão da abrangência da área e da necessidade de interdisciplinaridade, as interferências que foram realizadas contribuíram para a melhoria das condições de vida e fortalecimento da cidadania, para a formação de profissionais atentos aos problemas sociais.

Nessa perspectiva, este projeto tem o objetivo de contribuir para a discussão acerca da garantia do direito da criança de poder brincar, estabelecendo diálogos de acadêmicos do Cesmac com a comunidade, levando em conta que a Brinquedoteca é um espaço de valorização da socialização de crianças e também da cidadania. Isso levando em consideração que ela pode estimular o gosto pela cultura, pelo lúdico, pelas brincadeiras e pela leitura, conforme Santos (2000) e Silva (2020).

O desafio maior do projeto foi a interdisciplinaridade, pela atuação dos acadêmicos do Cesmac em ações que envolveram diversas áreas do conhecimento, entretanto, ele foi desenvolvido por uma equipe com experiências semelhantes em outros locais, haja vista que os alunos de Direito já haviam participado de um grupo que trabalha com atividades educacionais lúdicas para crianças.

Além disso, a orientadora tem formação em Literatura Infantil e tem experiência em oficinas em brinquedotecas para crianças. Já o professor coorientador é Psicólogo, com vasta experiência em Educação e Psicologia Infantil, além da professora colaboradora, que tem formação em Direito e Psicologia e vem desenvolvendo projetos na Rede Pública de Ensino. Assim, o conhecimento adquirido será vivenciado e socializado, o que poderá contribuir para a participação da equipe na construção de uma sociedade mais justa e humana, envolvendo interações sociais, ao interligar o ensino, a pesquisa e a extensão.

METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada a leitura da pesquisa bibliográfica, que apresentou discussões sobre a consolidação de espaços sociais favorecedores da inclusão de brincadeiras em ambientes escolares, a fim de obter embasamento da orientação técnica das atividades.

Em seguida, foi realizada uma visita técnica a Escola Professor Elias Pas-

sos, para coleta de dados e informações sobre funcionamento e metodologia de ensino na escola supramencionada e exposição do projeto de extensão, além de conhecimento do espaço físico da escola, para que fosse possível uma proposta de implantação da brinquedoteca.

Com a coleta dos dados, foram estabelecidas as estratégias para a execução do projeto, definindo-se e aplicando táticas que possibilitaram as ações planejadas, com o intuito de orientações básicas sobre o direito e deveres das crianças. As oficinas aconteceram em dia e horário ajustados com a coordenação e professores do Projeto Crescer. Assim, houve uma responsabilização entre o trabalho de pesquisa e a mobilização social, de forma que trará mudanças para o meio em que houve intervenção do projeto, trazendo reflexões críticas de forma lúdica para as crianças através das oficinas.

Em relação ao espaço físico para a implantação da brinquedoteca, o ambiente possível para sua implantação precisaria de reforma, tendo em vista que se trata de um ambiente sem arejamento e não muito acolhedor, que inclusive já houve a tentativa de implantação de uma horta, porém não vingou. Assim, foi necessário buscar parcerias, obtendo êxito no apoio da Empresa Junior de Engenharia Civil e Arquitetura do Cesmac.

O plano de montagem da estrutura da brinquedoteca contou com a participação dos acadêmicos do Curso de Direito e em especial com a Empresa Junior de Engenharia Civil e Arquitetura, que planejaram o espaço para brinquedoteca e seus elementos, levando em conta todos os aspectos pertinentes à harmonia relacionada à fase da educação infantil, de forma a considerar o conforto físico e emocional, criando referências ao lúdico e ao imaginário, um espaço para apreender o mundo que não está limitado às paredes da sala de aula: um “espaço-alegria”, o “espaço-mistério”, o “espaço-descoberta”, de acordo com Moukachar (2004).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente houve o comprometimento dos extencionistas com o projeto, principalmente pela responsabilidade de acompanhar o trabalho de pesquisa e a mobilização social na prática, como iria afetar e intervir na vida das crianças que fazem parte do Projeto Crescer e toda comunidade próxima. Foi observado que se trata de um mecanismo evolutivo que pode importar em uma mudança representativa da condição do meio sobre o qual se intervém.

Isso corrobora com o pensamento de Cunha, Sousa e Silva (2016) de que a Brinquedoteca é vista como um espaço não apenas de brincadeiras, mas como um local educativo lúdico, planejado e detalhado, para a efetização do brincar, de aprendizagens e acréscimos de conhecimentos: um espaço para exercitar atividades lúdicas.

Foi com essa visão que o trabalho dos extensionistas, além de atender às crianças do Projeto Crescer, oportunizou, aos acadêmicos de Direito do Cesmac, uma prática de extensão e uma vivência da fundamentação teórica, que poderá contribuir para a formação de seres humanos críticos, participativos, reflexivos e comprometidos com a justiça e a solidariedade. Bem como a junção de trabalho de dois cursos do Cesmac, como ocorreu neste projeto, com o curso de Engenharia Civil do Cesmac, através da Empresa Jr. EMEC.

Preliminarmente, faz-se necessária a compreensão de que o presente projeto de extensão comunitária busca objetivar a socialização de crianças, garantindo-lhes o acesso a educação de forma lúdica, como propõe Friedmann (1992).

Isso também levando em consideração que o Projeto Crescer educa crianças socialmente vulneráveis, residentes em comunidades do entorno geográfico do CESMAC, de modo a promover as relações de valores, ética e comprometimento social. Nesse sentido, a Brinquedoteca representa espaço fundamental para a difusão dos valores pretendidos, com impacto direto na vida das crianças atendidas pelo projeto (4 a 6 anos de idade), bem como de seus familiares, visando transformar a realidade com responsabilidade social.

Ademais, o lúdico permite que a criança aprenda, elabore e assimile os modelos desejados pedagogicamente, influenciando diretamente no processo de aprendizagem. Assim como possibilita constante inovação, tornando a educação prazerosa, significativa e de qualidade (COELHO, 2000).

Isso porque, como estimula a criatividade e a espontaneidade, o lúdico mostra-se como essencial aliado ao crescimento da criança (ABRAMOVICH, 1993). O impacto social é observado pelo consequente desenvolvimento pessoal, com maior interação e inteligência emocional, aprendendo a lidar com frustrações, formando autoconfiança, transformando princípios e valores em liberdade de expressão e sadias relações interpessoais.

Outrossim, as atividades executadas propiciaram momentos de maior concentração e o estabelecimento de relações com o mundo, implementando de fato a socialização. Com a metodologia adequada, as experiências passam a ser tanto

prazerosas quanto educativas, desenvolvendo novas habilidades e noções de ética, respeito e regras que regem o convívio social.

Dessa forma, as ações desenvolvidas no Projeto Crescer fez-se significativa para a sociedade, transformando não somente a realidade das famílias abarcadas, mas a possibilidade de que a educação transcenda as barreiras socioeconômicas, garantindo um futuro permeado por valores, respeito e oportunidades.

O projeto buscou, entre as necessidades existentes, projetar um ambiente lúdico para que as crianças pertencentes à escola pudessem brincar e, ao mesmo tempo, aprender de forma que o ambiente possibilite o desenvolvimento sócio educativo, desenvolvendo habilidades e possibilidades para um crescimento do intelecto cultural das crianças que ali frequentam.

Assim, intervenções extensionistas aconteceram no Projeto Crescer. No local, foram desenvolvidas atividades vinculadas às relações de valores, ética e comprometimento social entre o ambiente educacional e a coletividade, haja vista que o Programa atende a várias comunidades da Cidade de Maceió, entre elas, Vila Redenção, Alto da Vitória e Vale do Reginaldo. As principais ações serão apresentadas a seguir.

Para o início do projeto, houve reuniões com toda a equipe extensionista para discutir e planejar as ações a serem executadas, bem como a disponibilidade dos alunos para primeira visita à escola (Figura 1).

Figura 1 - Primeira reunião com os alunos para planejamento de ações.



Fonte: Dados da pesquisa.

Dando prosseguimento, aconteceu a visita à Escola Professor Elias Passos Tenório durante o horário de aula, com a apresentação da equipe às crianças,

além do diálogo com as professoras, a fim de conhecer as necessidades e carências educacionais do Projeto Crescer.

Ademais, a equipe teve a oportunidade de conhecer o espaço físico disponibilizado para a execução das atividades do Projeto de Extensão, bem como a atual sala em que as crianças costumam desenvolver suas atividades lúdicas, que posteriormente poderá tornar-se a Brinquedoteca proposta pelo Projeto de Extensão (Figuras 2 e 3).

Figura 02 - Apresentação do Projeto aos alunos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3. Apresentação do Projeto aos alunos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Foram realizadas várias atividades com os alunos do Projeto Crescer CESMAC, entre elas, uma sessão de cinema com o filme “O Loráx: Em Busca da Trúfula Perdida”, que teve como finalidade trazer conhecimentos do Direito Ambiental de forma ilustrativa, com a importância da conscientização da preservação do meio ambiente (Figura 4). Após a exibição do filme, foi feita uma breve exposição do que se tratava para que fosse mais bem compreendido pelas crianças para a atividade que seria realizada posteriormente com eles.

Figura 4 - Alunos do Projeto Crescer CESMAC na sessão de cinema com o filme “O Loráx: em Busca da Trúfula Perdida.”



Fonte: Dados da pesquisa.

Os alunos permaneceram concentrados durante a exibição do filme. Ao término, foram feitas algumas perguntas relacionadas ao o que eles acabaram de assistir, a fim de constatar se realmente eles entenderam o recado ilustrativo de preservação ao meio ambiente, assim, antes mesmo das instruções sobre a atividade passda logo após esse diálogo, foram muitas respostas, mas todas se resumiam em “cuidar das árvores, plantas e flores, além de salvar os animais.” Em outras palavras, é o que estabelece o art. 225 da CRFB/88, que diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Em seguida, foi realizada uma atividade com as crianças para que elas pudessem expressar não só através do debate após o filme, mas também através de desenhos (Figuras 5, 6 e 7).

Figura 5 - Desenho de uma aluna do Projeto Crescer CES-MAC sobre o filme O Loráx: em Busca da Trúfula Perdida.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 - Desenho de uma aluna do Projeto Crescer CES-MAC sobre o filme O Loráx: em Busca da Trúfula Perdida.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7 - Desenho de um aluno do Projeto Crescer CES-MAC sobre o filme O Loráx: em Busca da Trúfula Perdida.



Fonte: Dados da pesquisa.

Foi, também, realizada a visita dos alunos do projeto de extensão em conjunto com os alunos de Engenharia Civil que fazem parte da empresa Jr. (EMEC) e que foram realizar as medições na escola do Projeto Crescer. Eles escutaram a equipe extensionista, tiraram as medidas e fizeram uma perspectiva do ambiente como ficaria a brinquedoteca (Figura 8).

Figura 8 - Medição da área interna que os alunos da empresa Jr. realizaram para apresentar perspectiva da nova brinquedoteca.



Fonte: Dados da pesquisa.

Posteriormente, os alunos da Empresa Jr. entregaram a perspectiva do projeto em 3D, mostrando uma visão quase realista de como ficaria a brinquedoteca (Figuras 9, 10, 11 e 12).

Figura 9 - Imagem de como seria a perspectiva da brinquedoteca, agregando luz ao ambiente.



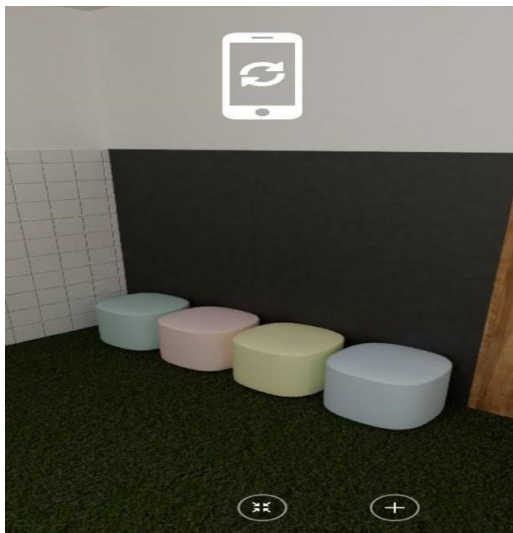
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 10 - Mostra perspectiva do projeto, local de socialização para as crianças.



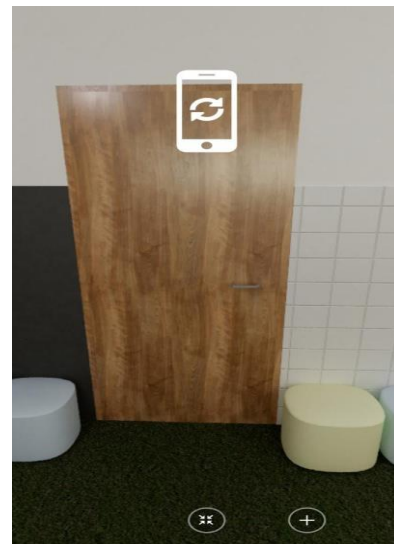
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 11 - Mostra perspectiva do projeto, parede que seria uma lousa, onde também poderia haver integração das crianças.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 12 - Perspectiva do projeto, usando materiais sustentáveis para produção de puffs.



Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do excelente resultado, ao ser posto em pauta os objetivos da extensão, foi levada em consideração a atual necessidade do grupo de crianças que são contempladas com o projeto de um espaço físico apropriado para a continuação da proposta da brinquedoteca após o término da execução da extensão comunitária.

Desse modo, o grupo de extensão comprometeu-se em agilizar a finalização do projeto arquitetônico da brinquedoteca junto à Empresa Júnior de Arquitetura e Engenharia do Cesmac, com o objetivo de progredir na execução da obra.

Observou-se que, apesar da Empresa Júnior do Cesmac se encontrar em meio a uma intensa demanda de projetos, a mesma pronunciou-se no sentido de entregar o projeto finalizado da brinquedoteca até o final do prazo para término destas intervenções extensionistas.

Além do mais, ficou decidido que, além da elaboração dos relatórios já organizados mensalmente, a extensão contaria com a elaboração de uma apostila com o registro de todas as atividades pedagógicas que podem vir a ser executadas na brinquedoteca, com o intuito de promover a plena compreensão infantil acerca da cidadania, cultura da paz e, principalmente, temas da seara jurídica, como, por exemplo: o direito ambiental, a noção básica das leis, direito civil e processo legislativo, obviamente trabalhados de maneira lúdica e pedagógica, respeitadas as limitações próprias da idade do público contemplado (FRIEDMANN, 1992).

Os integrantes da Empresa Júnior do Cesmac enviaram o projeto finalizado da parte externa da brinquedoteca, atendendo aos pedidos dos extensionistas pela opção de equipamentos mais simples e mais acessíveis para a elaboração na prática (Figuras 13, 14, 15 e 16).

Figura 13 - Imagem de como ficaria a área externa da brinquedoteca do Projeto Crescer. Brinquedos feitos com madeira para evitar a deterioração precoce.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 14 - Imagem da área externa para a brinquedoteca do Projeto Crescer.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 15 - Imagem da área externa para a brinquedoteca do Projeto Crescer.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 16 - Imagem da área externa para a brinquedoteca do Projeto Crescer.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após a entrega da planta, houve a apresentação da proposta da implantação da brinquedoteca ao Diretor da escola.

Quanto às ações com os alunos do Projeto Crescer, o grupo de extensionistas foi dividido nas duas turmas e lá cada integrante do projeto ficou responsável por 7 ou 8 alunos. Foram disponibilizadas cartolinas, lápis de cor e embalagens de produtos já usados que não fossem descartados corretamente, uma vez que traria danos ambientais. Em cada grupo, houve uma conversa breve sobre o que era bom e o que era ruim para o meio ambiente, após essa conversa, foi explicado o que deveria ser feito.

Na cartolina, as crianças deveriam desenhar e pintar tudo que fosse relacionado ao tema e, para a surpresa da equipe, eles abusaram da imaginação, com muitas flores, árvores, rios, animais e até bonecos que reciclavam, assim como desenharam também qual seria o resultado de tanto desmatamento e poluição. Após esse momento, foi mostrado como as embalagens poderiam destruir aquilo que eles tinham acabado de desenhar, ou poderia mudar totalmente se fosse descartado corretamente, por isso, eles colaram embalagens recicláveis, invertendo toda situação de destruição.

Aproveitando a interação dos alunos com o tema, ainda foram realizadas, junto aos estudantes de Psicologia que estavam no local, algumas brincadeiras, aproveitando-se uma garrafa Pet, que servia para girar no meio da roda e onde ela parasse o aluno imitava um animal para que os outros descobrissem, como se fos-

se um jogo de mímica, aumentando a imaginação dos pequenos.

Para Santos (2002), a organização e função pedagógica da brinquedoteca possibilita uma escolha de brinquedos de qualidade, ao mesmo tempo que sua função social viabiliza às crianças menos favorecidas utilizarem brinquedos que nunca antes tinham tido acesso.

Assim, brincando a criança estabelece vínculos sociais, introssa-se ao grupo e admite a participação de outras crianças com os mesmos direitos que ela (Figura 17).

Figura 17 - Alunos do Projeto Crescer realizando atividade de ação em grupo.



Fonte: Dados da pesquisa

Com a atividade realizada, ficou claro o aspecto socializador, bem como o caráter educativo e didático de brincadeiras para o aprendizado de crianças.

CONCLUSÃO

Com o intuito de transmitir reflexões, leituras e dinâmicas, para complementar a educação de crianças que fazem parte do Projeto Crescer, foram realizadas ações com atividades lúdicas, com embasamento em disciplinas do Direito, aos alunos que frequentam a Escola Professor Elias Passos Tenório, através de reflexões sobre dever, conscientização de justiça e formação de opiniões.

Acredita-se, assim, que as ações desenvolvidas no projeto, por meio de uma série de intervenções de orientações educativas, contribuíram para a efetiva observância do direito das crianças de aprender brincando, assegurando-lhes o acesso à

cidadania e aos benefícios sociais

Como toda ação desenvolvida em comunidade, foram encontradas dificuldades na sua execução e, neste projeto, foi a execução da parte física, que não foi possível de realizar, apesar de deixar pronta a Perspectiva da Planta, que leva em conta todas as particularidades do ambiente e elementos para que seja possível criar um ambiente de conforto físico, além de, através de atividades lúdicas, tornar possível a integração da brincadeira, com a formação crítica das crianças, fortalecendo sua cidadania, objetivando, finalmente, a formação de seres humanos atentos aos problemas sociais.

Importante deixar registrada a oportunidade que os alunos de Direito do Cesmac tiveram com a prática extensionista, colaborando, assim, para a discussão da garantia do direito da criança de poder brincar, pelo diálogo com a comunidade, ao se levar em conta que a Brinquedoteca é um ambiente de valorização da socialização e também da cidadania. Ou melhor, colabora também para a formação social daquele que participa dos atos do meio onde vive.

Para concluir, evidencia-se, após as leituras, pesquisas e execução das ações planejadas neste projeto de extensão universitária, que a brinquedoteca direcionada à educação transforma-se em um espaço lúdico de aprendizagem, desde que a escola também acredite nisso e organize o espaço apropriado, pois ele deverá fazer parte da vida educacional dos seus alunos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura, gostosura e bobices**. São Paulo: Scipione, 1993.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: prazer de estudar: técnicas e jogos pedagógicos**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

ANTUNES, Celso. **O jogo e educação infantil: falar e dizer/ olhar e ver/ escutar e ouvir**. Petrópolis. Vozes, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr.2018.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Planalto**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr.2018.

BUSTAMANTE, Glênio Oliveira. Por uma vivência escolar lúdica. In: SCHWARTZ, Gisele Maria (org.). **Dinâmica Lúdica: novos olhares**. São Paulo: Manole, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peiropo-

lis, 2000.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Criar para brincar**: a sucata como recurso pedagógico: Atividades para a psicomotricidade. São Paulo: Aquariana, 2007.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedoteca**: um mergulho no brincar. 4. ed. São Paulo: Aquariana, 2010.

CUNHA, Adriana de Souza; SOUSA, Elizenda Sobreira Carvalho de; SILVA, Julie Anny Soares da. **A importância do lúdico na Brinquedoteca do Centro de Educação da UFPB: um estudo de caso na Brinquedoteca da UFPB**. João Pessoa: UFPB, 2016.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos da Criança 1959. Disponível em: <http://www.culturalbrasil.org/direitosdacrianca.htm>. Acesso em: 27 abr. 2018.

DRUMMOND, Carlos. **Brincar e aprender**: a importância do lúdico para as crianças pequenas. Porto Alegre: Pátio, 2003.

FRIEDMANN, Adriana. **O direito de brincar**: a brinquedoteca. 2. ed. São Paulo: Página Aberta, 1992.

GUBERT, Roberta Magalhães; TRNDADE, André Karam (org.). **Direito e Literatura**: aproximações e perspectivas para se repensar o Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2008.

MOUKACHAR, M. B. **Representações da infância em jogos, brinquedos e brincadeiras**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). **Brinquedoteca**: sucata vira brinquedo. Porto Alegre. Artes Médicas, 2002.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). **Brinquedoteca**: a criança, o adulto e o lúdico. Petrópolis. Vozes. 2000.

SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca**: o lúdico em diferentes contextos. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SILVA, Ana Maria de Paula e. **Brinquedoteca**: a importância do cantinho lúdico. **Brasil Escola**. 2020. Disponível em: <http://www.brasilecola.com>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GESTÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA FRENTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL

NURSE MANAGEMENT AT THE INTENSIVE CARE CENTER IN FRONT OF THE CORONAVIRUS PANDEMIC IN BRAZIL

Marcela Porangaba Lopes¹; Neíde Fernanda de Oliveira Silva¹; Emanuely Kesley de Freitas Lima¹; Jaqueline Maria da Silva²; Zaine Simeya Teixeira Fernandes No-Vaes³

¹Acadêmicas do Curso de Enfermagem da Faculdade Cesmac do Sertão. ²Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade CESMAC do Sertão e Líder do grupo de pesquisa Biotecnologia e Tecnologia Aplicada à Saúde – BIOTECTAS. ³Docente Titular do Curso de Enfermagem da Faculdade Cesmac do Sertão e Pesquisadora do grupo de pesquisa Biotecnologia e Tecnologia Aplicada à Saúde – BIOTECTAS.

RESUMO

O presente trabalho objetivou evidenciar a forma de gestão do enfermeiro na UTI durante a pandemia do COVID-19. Desenvolveu-se uma revisão integrativa, com abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo realizada entre março e abril de 2020, nas bases de dados eletrônicas: PubMed, ScienceDirect e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão são: texto completo disponível, publicados a partir de 2015, estudos com humanos e títulos associados ao tema, sendo selecionados o total de 10 artigos. Estes, somados aos registros adicionais de outras fontes, formaram o total de 17 referências para amostra final. A gerência e liderança do profissional de enfermagem são de extrema importância no ambiente hospitalar, ressaltando a área de tratamento intensivo, sobretudo em tempos de COVID-19, no qual precisa-se de uma estrutura administrativa e assistencial que possibilite a implementação integral e equânime, dos cuidados à saúde, além de condições adequadas de trabalho aos profissionais, preservando o bem-estar dos mesmos. Assim, a organização hospitalar que é uma das atribuições do enfermeiro, durante a pandemia do COVID-19, necessita de aplicações de métodos e ferramentas viáveis para identificar as dificuldades e gerenciá-las, produz bem-estar e funcionamento eficaz no processo de trabalho que leva ao aprimoramento assistencial e melhora a qualidade de vida da população.

Palavras-chave: COVID-19; Organização e Administração; Unidades de Terapia

ABSTRACT

To highlight the way nurses manage in the ICU during the COVID-19 pandemic. Integrative review, with an exploratory-descriptive qualitative approach. Held between March and April 2020, in the electronic databases: Pub-Med, ScienceDirect and Google Scholar. Inclusion criteria are: full text available, published from 2015 onwards, studies with humans and titles associated with the theme, a total of 10 articles were selected. These, added to the additional records from other sources, formed a total of 17 references for the final sample. The management and leadership of the nursing professional is extremely important in the hospital environment, emphasizing the area of intensive care, especially in the days of COVID-19, in which a whole administrative and assistance structure is needed that enables full implementation and equitable, health care, in addition to adequate working conditions for professionals, preserving their well-being. The hospital organization, which is one of the nurse's duties, during the COVID 19 pandemic, needs the application of viable methods and tools to identify the difficulties and manage them, produces well-being and effective functioning in the work process that takes improving care and improving the quality of life of the population.

Keywords: COVID-19. Organization and Administration. Intensive Care Units. Nursing. Ventilators Mechanical.

INTRODUÇÃO

O profissional de enfermagem destaca-se na equipe de saúde com os cuidados de extrema importância para promover, prevenir, tratar e reabilitar os pacientes em conjunto com os demais profissionais envolvidos. Além disso, há atribuições privativas referentes ao gerenciamento dos níveis de atenção à saúde, dentre elas, o planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de Enfermagem, o que está associado à gestão de recursos materiais, físicos e humanos (COFEN, 2020). Nesse sentido, o enfermeiro necessita de uma visão estratégica ao administrar e delegar tarefas aos seus contribuintes, procurando ser justo, devendo criar mecanismos adequados para a execução das atividades que foram planejadas. Com base na teoria de Tayloristas de seleção e treinamento, é importante ressaltar que não basta só treinar, é essencial seguir, avaliar e

reavaliar esses profissionais, bem como, dar condições para alcançar os resultados positivos almejados (SANTOS, 2017).

Dentre as diversas áreas que a enfermagem pode atuar, destaca-se a Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que têm o papel de assistir pessoas em estado crítico e de instabilidade clínica com perspectiva de recuperação, as quais demandam assistência qualificada, contínua e integral (CYRINO et al., 2017).

Essas unidades estão em desenvolvimento frequente e atualmente enfrentam uma superlotação incomparável devido ao alto índice de pacientes diagnosticados com o Sars-CoV-2, patologia associada a infecção por um tipo novo de coronavírus (Sars-CoV-2 ou COVID-19) que afeta, principalmente, o sistema respiratório humano, causando sintomas como tosse, febre e desconforto respiratório, os casos graves apresentam quadros de lesão pulmonar, dispneia e apneia, que pode levar ao óbito do paciente. Dessa forma, há uma grande necessidade da assistência prestada na UTI para atenuar a sintomatologia e impedir o avanço clínico (CYRINO et al., 2017).

No século XXI, sete tipos de coronavírus humanos (HCoVs) foram conhecidos, como o coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV) e coronavírus da síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV), altamente patogênicos, emergiram de reservatórios de animais, causando epidemias globais com alarmante morbidade e mortalidade (BRASIL, 2020). Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan na China, surgiu outro ainda mais patogênico, definido como Coronavírus de 2019 (COVID-19) que devido ao aumento no número de casos e sua distribuição em grande escala tornou-se uma pandemia e assim a principal preocupação dos sistemas de saúde. No Brasil, segundo dados epidemiológicos do Ministério da Saúde (MS), o primeiro caso de COVID-19 foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, no Estado de São Paulo (BRASIL, 2020).

Na medida em que, a doença se propagou a nível global, os gestores dos hospitais com UTI têm buscado meios de organização para o enfrentamento desta pandemia, uma vez que, estes estão primordialmente associados à administração dos ambientes e recursos hospitalares, bem como, o processo de trabalho das equipes multiprofissionais. Nessa perspectiva, questionou-se como o enfermeiro deve gerenciar a UTI no decurso do surto pandêmico do COVID-19. Assim sendo, objetivou-se evidenciar a forma de gestão do enfermeiro na UTI durante a pandemia do COVID-19.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de natureza básica com abordagem descritiva informativa, devido a finalidade de obter uma ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo assim inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado (SOUSA et al., 2017).

O período de busca ocorreu entre março e novembro de 2020 com as seguintes etapas: escolha do tema, levantamento bibliográfico inicial, formulação da pergunta norteadora e objetivo, busca de fontes, leitura do material, organização do conteúdo e redação do texto final. Foram utilizadas as seguintes bases de dados eletrônicas: PubMed, ScienceDirect e PubCovid19 (SOUSA, SILVA E CARVALHO, 2010).

Selecionados de acordo com o tema, os descritores utilizados para busca foram conforme o vocabulário de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), em consonância com os Operadores Booleanos AND / OR, traçou-se seis tipos de estratégias de busca: (I) “Unidade de Terapia Intensiva” AND “Covid19” AND “Organização” OR “Administração”; (II) “Enfermagem” AND “Covid19” AND “Unidade de Terapia Intensiva”; (III) “Enfermagem AND Covid19 AND Organização”; (IV) “Ventiladores mecânicos” AND “COVID-19” AND “Enfermagem”; (V) “Organização AND Administração” AND “Unidade de Terapia Intensiva” AND “Enfermagem” e (VI) “Organização AND Administração” AND “Enfermagem”. Como critérios de exclusão foram definidos os relatos de casos, estudos de casos, dissertações, teses artigos repetidos e indisponíveis na íntegra (Tabela 01).

Tabela 01: Total de referências encontradas distribuídas de acordo as estratégias de cruzamento utilizadas nas bases de dados eletrônicas.

ESTRATÉGIAS	BASES			TOTAL
	PUBMED	SCIENCE DIRECT	GOOGLE ACADÊMICO	
I	156	12	1450	1618
II	73	10	1	84
III	48	48	1190	1286
IV	102	5	1	108
V	125	25	198	348
VI	30	381	1470	1881
TOTAL	534	481	4310	5325

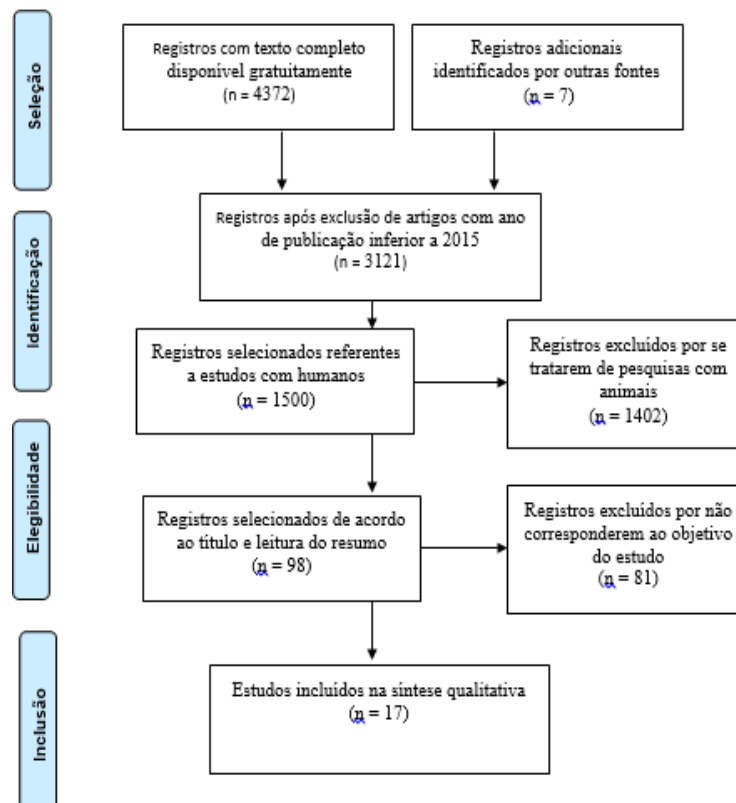
Fonte: Própria do autor (2020).

As estratégias de busca empregadas e os critérios da exclusão foram apresentados em fluxograma, como recomendado pelo grupo PRISMA (Fluxograma 01).

Deste modo, aplicou-se o instrumento adaptado do Critical Appraisal Skills Programme (CAPS). Ao final da avaliação mantiveram-se apenas os estudos classificados com boa qualidade metodológica com o mínimo de viés (CASP, 2017).

Os estudos foram classificados em níveis de evidência científica pelo sistema de classificação de Orford Centre for Evidence-Based Medicine, composto de cinco níveis sendo: Nível I - Evidências provenientes de revisão sistemáticas (com homogeneidade) de ensaios clínicos controlados e randomizados; nível II - Evidências oriundas de revisão sistemáticas (com homogeneidade) de estudos de Coorte, Estudos de coorte (Incluindo ensaio clínico randomizado de menor qualidade), estudos ecológicos; nível III - Revisão sistemática (com homogeneidade) de estudos caso-controle, Estudo caso-controle; nível IV - Relato de Casos (incluindo Coorte ou Caso-controle de menor qualidade); nível V - Artigos de Opinião, relatório de comitês especialistas e opinião de autoridades (estudo fisiológico ou estudo com animais) (BRASIL, 2014).

Figura 1. Fluxograma de acordo com a estratégia Pico do Prisma, para seleção dos estudos encontrados.



Para avaliação e categorização dos dados extraídos, utilizou-se o instrumento adaptado de (AZIZ et al., 2020). Foram coletadas informações quanto a base de dados, responde a pergunta, tipo e objetivo do estudo, seleção de estudos e resumo de evidências, qualidade da evidência e formulação da recomendação para o gerenciamento em UTI com pacientes com COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados foram interpretados, sintetizados e discutidos a partir das ações do enfermeiro e da qualidade da gerência no atendimento durante a pandemia do COVID-19, por fim, apresentados de forma descritiva e informativa o conhecimento científico produzido sobre a temática.

Os resultados obtidos com as análises dos estudos revelaram que 30% dos registros correspondem a ensaio clínico, 20% revisão de literatura, 20% estudo descritivo, 10% estudo reflexivo, 10% estudo observacional e 10% estudo transversal. Em relação ao local de pesquisa, 30% corresponde ao Brasil, 30% refere-se a China, 20% em Cingapura, 10% na Croácia e 10% na Alemanha, destes, todos os estudos do Brasil foram desenvolvidos no estado de São Paulo (Quadro 01).

Quadro 01: Quadro sinóptico dos principais resultados correspondentes aos registros selecionados nas bases eletrônicas.

AUTOR	PERIÓDICO E ANODE PUBLICAÇÃO	TIPO DE ESTUDO	RESULTADOS
CHAVES, et al.	Revista Brasileira de Enfermagem / 2017	Estudo reflexivo	A supervisão de enfermagem é um instrumento para as ações assistenciais e gerenciais e auxiliam na manutenção da atenção integral e atitudes colaborativas da equipe de saúde.
LEE, et al.	Anaesthesia / 2020	Observacional	As formas de gerenciamento de saúde em centro médico em Cingapura são baseadas em estratégias de contenção, impedimento da sobrecarga, otimização dos recursos e bem estar dos profissionais.

SANTOS, José Ri- beiro dos	Revista Científica Mul- tidisciplinar Núcleo de Conhecimento / 2017	Revisão integrativa	O enfermeiro deve gerenciar tanto os recursos como os cuidados prestados ao cliente e além de tudo estar à frente da solicitação, recebimento e distribuição dos ma-teriais utilizados na assistên-cia, sendo o profissional indispensável para gestão.
CYRINO, et al.	Escola Ana Nery Re- vista de Enfermagem /2018	Estudo des- critivo, re- trospectivo	O processo de trabalho da equipe de enfermagem da UTI quando organizado torna-se um fator contribuinte para segurança do pacientee de toda equipe multiprofissional.
PHUA, et al.	Lancet Respiratory Me- dicine / 2020	Ensaio clíni-co	As medidas tomadas para mitigar a disseminação do Covid-19 podem falhar, tendo em vista seu potencial de transmissão e suas informa-ções escassas. Dentro dessa perspectiva, o preparo daUTI e todo seu fluxo pode ser crucial ao longo da pandemia.
STAB, N.; HACKER, W. e WEIGL, M	International Journal of Nursing Studies / 2016	Estudo transversal	Ao gerenciar, o enfermeiro deve ter um visão para cria-ção de estratégias adminis-trativas que ocasionem im-pactos positivos. Com isso, a organização dos centros hospitalares podem garantir o bem-estar dos componentes da equipe de saúde e assim melhor aptidão no trabalho e nas relações interpessoais.

LI, et al.	Journal Pre-proof / 2020	Estudo Descritivo	O controle de infecção hospitalar durante a pandemia requer do enfermeiro estratégias inovadoras para impedir os casos novos, estas, devem estar presentes em todo hospital, principalmente na área emergencial, por ser porta de entrada e na UTI, local de tratamento e reabilitação.
QIU, et al	Intensive Care Medicine / 2020	Ensaio clínico	Aproximadamente 20% dos pacientes diagnosticados com COVID-19 chegaram ao nível grave o que exigiu algum tipo de suporte ventilatório, o que ao excesso de pacientes na UTI e demandou a criação rigorosa do método de triagem para tais materiais na unidade.
ZHI, Z. J. H. H. H. X.Z.	Revista Brasileira de Tuberculose e Doenças Respiratórias / 2020	Ensaio clínico	A implementação de ações preventivas pessoais e ambientais, como o uso de equipamentos de proteção e a manutenção da circulação de ar nas salas, são essenciais para o combate ao COVID-19
WOLKE- WITZ, M.E PUL- JAK, L	BMC Medical Research Methodology / 2020	Revisão da literatura	A pesquisa científica atrelada ao COVID-19 e a situação emergencial atuam como complemento para a gestão na tomada de decisões devido à confiabilidade dos dados coletados e publicados.

De acordo com a investigação dos registros, ainda no quadro 01, os ensaios clínicos possuem similaridade ao evidenciar a importância das ações gerenciais durante a pandemia do COVID-19, destacando métodos de atenção e preparo da UTI com profissionais e materiais. As revisões de literatura destacam a administração do enfermeiro e sua relação com todas as áreas hospitalares e etapas de gestão como solicitar, receber, distribuir os recursos, delegar e assistir os pacientes, bem como, o auxílio advindo dos dados científicos para execução ideal em uma situação de surto pandêmico. Os estudos descritivos assemelham-se ao enfatizar as estratégias do processo de enfermagem na UTI, que, durante a pandemia, devem ser reestruturadas com base na segurança da equipe e do paciente.

Os demais registros são equivalentes em relação a abordagem objetiva sobre o gerenciamento de enfermagem que atua como instrumento para manutenção do bem-estar biopsicossocial geral, especialmente no decorrer da pandemia do COVID-19, situação a qual tem-se gerado dúvidas a respeito da organização mais eficaz para prevenção de agravos e promoção a saúde.

Observamos que várias revistas publicaram sobre COVID-19, tamanhas necessidade de conhecimento teórico sobre esta temática, nas diversas áreas do conhecimento como na BMC Medical Research Methodology, Intensive Care Medicine, Revista da USP, Revista do COFEN e o Site Ministério da Saúde, que foi utilizado como forma de complementar o estudo, tendo vista que a maioria dos artigos encontrados sobre esta temática foi de outros países. Dessa forma, foi necessário para esse estudo a integração de 7 documentos de sites como WHO, Ministério da Saúde e OPAS, informando sobre as dificuldades encontradas da doença como a falta de direcionamento e materiais.

A quantidade de pacientes acometidos pela pandemia do COVID-19 ocorre em grande escala de forma exponencial, ou seja, dobra todo dia pelo número de casos do dia anterior, por este motivo têm refletido no que concerne a leitos hospitalares, sobretudo, leitos de UTI, uma vez que diversos casos apresentam a forma grave da doença com síndrome do desconforto respiratório, choque séptico e disfunção ou falha de múltiplos órgãos, o que gera uma necessidade de um cuidado intensivo especializado (OIU et al., 2020; LEE et al., 2019).

Segundo o MS, no Brasil, o número de Ventiladores Mecânicos (VM) disponíveis nas unidades intensivas no início da pandemia era apenas de 61 mil, entretanto, 50% a 80% desses estão sendo utilizado por pacientes acometidos com outras patologias, com isso, o governo propôs a compra de apenas 20 mil VM para

não crescer a dificuldade de gerenciamento devido à sobrecarga na UTI. A problemática da sobrecarga hospitalar pode ser agravada, também, em situações de falta de espaço físico, insuficiência de materiais para assistência e ausência de treinamento da equipe de saúde, fatores atrelados diretamente à qualidade administrativa da unidade (LEE et al., 2019; BRASIL, 2020)

Tendo em vista a evolução histórica do enfermeiro dentro do âmbito da saúde no Brasil, o papel de gestor é diário e garantido por lei, o que demanda de observação analítica e articulada com os políticos e as políticas públicas, acompanhamento das intervenções planejadas para obtenção dos resultados, ademais, o dever de qualificar os demais profissionais de acordo as atividades para aprimoramento dos cuidados prestados, equilibrando os aspectos éticos assistenciais (CHAVES et al. 2020).

Diante disso, algumas condutas podem ser aplicadas por meio de toda equipe de saúde durante um surto pandêmico, tais como: considerar uma expansão da provisão de cuidados intensivos, uso adequado de recursos, traçarem planos para aumento de capacidade, centralizar os cuidados intensivos na UTI designada, atenção especial ao suporte de logística, rede de suprimentos, diminuição na admissão de pacientes que não necessitam de cuidados intensivos urgentes, a exemplo disso, pode-se citar as cirurgias eletivas (LEE et al. 2019).

O enfermeiro tem como função o controle de infecção da UTI e a chefia de enfermagem, sendo responsável pela prevenção e controle de epidemias, como gerente ele precisa estar preparado para qualificar a equipe de saúde frente ao combate do COVID-19 (CHAVES et al., 2020). Para o enfermeiro executar um atendimento seguro, exige competência técnico-científica, uma vez que a vida ou a morte na UTI perpassa pela habilidade no julgamento e adoção de condutas seguras. O domínio do conhecimento científico fundamenta um desempenho ou tomada de decisões com competência e ética, garante os direitos dos pacientes e seus familiares, além de preparar o profissional para o uso adequado dos recursos materiais, procedimentos e práticas ou qualquer atividade importante (LEE et al., 2020).

Algumas alterações na gerência hospitalar pode diminuir a circulação do vírus dentro do hospital, e aumentar a segurança da equipe, tendo estratégias como foi descrita por alguns estudos chineses onde se recomenda que desligue o ar condicionado central abra as janelas do local, não podendo passar de leitos por ambiente, não aceita visitação no hospital durante a pandemia, minimizar o tempo da equipe de saúde dentro do local, fazer o uso de máscaras de proteção N95, óculos

de proteção e tela de proteção, luvas de látex, roupas de proteção médica se possível ser adicionado roupa impermeável descartável de isolamento, botas e se necessário o uso de capuz protetor (WOLKEWITZ e PULJAR, 2020; CORREIO et al., 2015; MELLO e TORRES, 2020).

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) relatou a falta de matérias para o trabalho durante a pandemia tendo assim fiscalizações e levantamento situacional onde mostrou que 5.780 instituições de Saúde indicam alto índice de contágio na categoria de enfermagem e à escassez de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI), uma força de trabalho qualificada, saudável e bem equipada constitui a espinha dorsal de qualquer sistema de saúde (BRASIL, 2020; COFEN, 2020).

Corroborando com o exposto, Lee et al. (2020) menciona que na capacitação dos profissionais precisa conter tudo sobre os cuidados específicos da UTI, incluindo o monitoramento e a assistência no suporte ventilatório, assim como, o preparo e administração medicamentosa. A forma complementar eficaz em casos de surto pandêmico é o treinamento multiprofissional com simulações e atividades práticas emergenciais referentes ao COVID-19. Além disso, o gestor deve preparar a equipe para grandes turnos e dificuldades no atendimento que surgiram diante da crise, como excedentes de horários, o que, quando não administrados corretamente, pode aumentar o número de negligências assistenciais (PHUA et al., 2019).

Vale ressaltar que a qualidade dos cuidados prestados em surtos pandêmicos está diretamente ligada a saúde, segurança e satisfação com o ambiente de trabalho dos profissionais envolvidos, visto que os fatores estressantes diários amplificam-se em situações de crise, especialmente a exaustão emocional. Logo, o enfermeiro que gerencia precisa estabelecer medidas atenuantes para si próprio e toda equipe que lidera, com protocolos padronizados e ao mesmo tempo simples e flexíveis no fluxo da assistência, enfatizando a prevenção de patologias física e/ou mentais de toda equipe (ATAB et al., 2020).

CONCLUSÃO

Os principais aspectos evidenciados na literatura sobre a organização hospitalar advinda do enfermeiro, durante a pandemia do COVID 19, foram: a aplicação de métodos e estratégias viáveis para aferir e avaliar com segurança a organização intra-hospitalar, uma vez que, a administração é uma maneira de identificar as dificuldades e gerencia-las para reformular de acordo a situação vivenciada. Os resul-

tados do estudo podem ajudar a informar sobre intervenções adicionais referentes ao gerenciamento em tempos de pandemia, com a perspectiva de projetar ambientes hospitalares que permitam boas condições de trabalho, para o bem-estar da equipe multiprofissional. Faz-se necessárias mais pesquisas aprofundadas sobre a temática, já que se trata de uma nova patologia, os estudos randomizados serão de grande valia para preparar os profissionais no enfrentamento desta doença e outras que podem surgir, com intuito de aprimorar a assistência e melhorar a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. M. Proteção da saúde dos trabalhadores da saúde em tempos de COVID-19 e respostas à pandemia. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 45, 2020.

ARAÚJO, M. S. et al. Análise das normativas orientadoras da prática do técnico de enfermagem no Brasil. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 3, 2020.

AZIZ, S. et al. Managing ICU surge during the COVID-19 crisis: rapid guidelines. **Intensive Care Medicine**, 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes Metodológicas: Sistema GRADE- Manual de Graduação da Qualidade da Evidência e Força de Recomendação Para Tomada de Decisão em Saúde. 2014.

CASP, U. K. Critical appraisal skills programme (CASP). **Qualitative research checklist**, v. 31, n. 13, p. 449, 2017.

CHAVES, L. D. P. et al. Supervisão de enfermagem para a integralidade do cuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 70, n. 5, p. 1106-1111, 2017.

CYRINO, C. M. S. et al. Nursing Activities Score nos sítios assistenciais em Unidade de Terapia Intensiva. **Escola Anna Nery**, v. 22, n. 1, 2018.

DE ABREULÂNDIA, Prefeitura et al. Plano de contingência municipal de enfrentamento à doença pelo Coronavírus 2019 (COVID-19): município de Abreulândia-TO. 2020.

QIU, Haibo et al. Intensive care during the coronavirus epidemic. 2020.4

FLOSS, M. et al. A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00108920, 2020.

JING, G.; LI, J. Expert consensus on preventing nosocomial transmission during respiratory care for critically ill patients infected by 2019 novel coronavirus pneumonia. **Zhonghua jie he he hu xi za zhi**, v. 17, p. E020, 2020.

LI, N. et al. Management strategies for the burn ward during COVID-19 pandemic. **Burns**, 2020.

LEE, C. C. M. et al. Battling COVID-19: critical care and peri-operative healthcare resource management strategies in a tertiary academic medical centre in Singapore. **Anaesthesia**, 2020.

SANTOS, José Ribeiro dos. Conduta Gerencial do Enfermeiro na Unidade de Terapia Intensiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, 2017.

STAB, N.; HACKER, W.; WEIGL, M. Work organization in hospital wards and nurses' emotional exhaustion: A multi-method study of observation-based assessment and nurses' self-reports. **International Journal of Nursing Studies**, v. 61, p. 52-62, 2016.

PHUA, J. et al. Intensive care management of coronavirus disease 2019 (COVID-19): challenges and recommendations. **The Lancet Respiratory Medicine**, 2020.
RAPPV, C. et al. Desvelando competências do enfermeiro de terapia intensiva. *Enferm Foco* [Internet]. 2015 [cited 2018 Jul 3]; 6 (1/4): 46-50.

WOLKEWITZ, M.; PULJAK, L. Methodological challenges of analysing COVID-19 data during the pandemic. 2020.

ANEXOS

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO RIGOR METODOLÓGICO DAS PESQUISAS SELECIONADAS

Questões	Considerações	
Há declarações claras dos objetivos e justificáveis?	() Evidencia o objetivo () Evidencia a relevância do estudo	() Sim () Não
A metodologia está apropriada?	() há coerência entre os objetivos e o desenho methodologic	() Sim () Não
A metodologia permitiu atingir o objetivo da pesquisa?	() Explicita os procedimentos metodológicos.	() Sim () Não
A amostra de estudo foi selecionada adequadamente?	() Explicita os critérios de inclusão e exclusão específicos para o tipo de estudo.	() Sim () Não
Os dados foram coletados em uma maneira que abordou a questão de pesquisa?	() Se a configuração para a coleta de dados foi justificado () Se estiver claro como os dados foram coletados (por exemplo, grupo focal, entrevista semiestruturada etc.) () Se o pesquisador justificou os métodos escolhidos () Se o pesquisador fez os métodos explícitos (por exemplo, para o método de entrevista, existe uma indicação de como as entrevistas são realizadas, ou eles usaram um guia de tópicos) () Se os métodos foram modificados durante o estudo. Se sim, o pesquisador explicou como e por que () Se a forma dos dados estiver clara (por exemplo, fita gravações, material de vídeo, notas etc.) () Se o pesquisador discutiu saturação de dados	() Sim () Não
Os aspectos éticos de uma pesquisa foram respeitados?	() há menção de aprovação por comitê de Ética. () há menção do termo de consentimento autorizado.	() Sim () Não

A análise dos dados suficientemente rigoroso?	<input type="checkbox"/> Explicita descrição detalhada do processo de análise <input type="checkbox"/> Explicita a forma de análise temática. Se sim, está claro como as categorias / temas foram derivados dos dados.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
A análise dos dados evidencia os testes estatísticos?	<input type="checkbox"/> Explicita o teste utilizado <input type="checkbox"/> Descreve o software utilizado ea versão. <input type="checkbox"/> Explicita a análise estatística.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Existe uma declaração clara dos resultados?	<input type="checkbox"/> Os resultados são explícitos. <input type="checkbox"/> Os resultados foram discutidos em relação a pergunta de pesquisa.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Qual o valor da pesquisa?	<input type="checkbox"/> Explicita contribuições e limitações da pesquisa. <input type="checkbox"/> Identificam novas áreas onde a pesquisa é necessário.	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

* Adaptado de Critical Appraisal Skills Programme (CASP)- Programa de habilidades em leitura crítica. © Milton Keynes Primary Care Trust 2002. All rights reserved.

Resultado: Nível A: () (6 - 10 pts) Boa qualidade metodológica e viés reduzido.

Nível B: () (0 - 05 pts) Qualidade metodológica satisfatória potencial viés aumentado.

ISOLAMENTO SOCIAL EM PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID 19: IMPACTOS NAS RELAÇÕES FAMILIARES

SOCIAL ISOLATION IN COVID-19 PANDEMIC PERIOD: IMPACTS ON FAMILY RELATIONSHIPS

Sônia Maria Albuquerque Soares¹; Zelinda Maria Albuquerque Pinheiro²; Alajose Medeiros de Melo³; Ana Carolyne Sobral Lyra³; Carolina Salomão Pita³; Cynthia Rocha Rijo Martins³; Martha Paulino de Barros³

¹Docente do Centro Universitário CESMAC; Docente Coordenadora do CEJUSC/CESMAC; Vice-Coordenadora da LASCEJUC; Conciliadora pelo CNJ. ²Docente do Centro Universitário CESMAC; Coordenadora da LASCE- JUC; Conciliadora do CEJUSC/CESMAC; Conciliadora pelo CNJ. ³Discentes do Curso de Direito do Centro Universitário CESMAC e membros da Diretoria da LAS-CEJUC.

RESUMO

Diante da pandemia, que exige uma maior convivência familiar, estabelece-se, na sociedade, um período de extrema ansiedade gerada pelo isolamento social provocado pela Covid-19. Nesse contexto, o auxílio da tecnologia pode minimizar os impactos provocados pelo isolamento social, pela utilização de práticas mediadas pela prevenção de conflitos domésticos. Desse modo, o projeto buscou levar para a sociedade atividades de conscientização para uma convivência saudável entre familiares, através de contatos com entidades que lidam com o problema da violência doméstica, organização e planejamento de atividades remotas para a população, grupos em redes sociais para o desenvolvimento de atividades de sensibilização, com a participação de profissionais convidados que atuam na área, além da conscientização, de forma remota, acerca da Lei Maria da Penha, pela Mediação para a prevenção da violência doméstica. Os conteúdos foram divulgados através de *lives*, em redes sociais, com o intuito de transmitir informações de maneira positiva, bem como tentar diminuir a sensação de distanciamento e confinamento social, mostrando às famílias como se pode conviver harmonicamente no período de pandemia.

Palavras-chave: Relações familiares. Isolamento Social. Técnicas Extrajudiciais.

ABSTRACT

In the face of the pandemic, which requires greater interactions between relatives, a period of extreme anxiety is created in society, generated by the social isolation caused by Covid-19. In this context, the aid of technology can minimize the impacts caused by social isolation, by adopting practices centered on the prevention of domestic conflicts. In this way, the project sought to provide awareness activities to society for a healthy coexistence among family members, through contact with entities familiarized with the issue of domestic violence, organization and planning of remote activities for the population, groups in social media for the development of awareness activities with the participation of invited professionals who work in the area, in addition to raising awareness about the Maria da Penha Law, remotely, through mediation for the prevention of domestic violence. The contents were disseminated through lives, on social media, with the aim of transmitting information in a positive manner, as well as focusing on reduce the perception of distance and social confinement, demonstrating to families how to live harmoniously in the pandemic period.

Keywords: Family relationship. Social Isolation. Extrajudicial Techniques.

INTRODUÇÃO

A iniciativa desta extensão universitária, pela Liga Acadêmica de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Extrajudiciais e Autocompositivos – Justiça e Cidadania – LASCEJUC, é uma resposta à demanda surgida no contexto de pandemia da Covid 19, diante do isolamento social de famílias que, diante do convívio de forma ininterrupta, tende a aumentar os conflitos de convivência e, consequentemente, a violência doméstica. De acordo com a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, apesar das medidas penais brasileiras, o número desse tipo de violência tem aumentado cada vez mais.

Nesse contexto, diante de um tema que vem conquistando cada vez mais espaço e causando polêmicas, não apenas em Alagoas, mas em todo o Brasil, acredita-se que, apesar dos mecanismos criados pela Lei Maria da Penha para prevenir e coibir a violência doméstica, em concordância com a Constituição Federal (art. 226, § 8º), as causas desse tipo de violência são, entre outras, conforme

divulgado diariamente pelas mídias, a falta de estrutura que as vítimas se deparam ao denunciar seus agressores e a carência de maiores informações por parte da sociedade em relação à referida lei protetiva. Uma realidade que deixa a mulher vulnerável e influencia em suas resoluções na ocasião da denúncia contra o desrespeito aos direitos humanos diante da violência sofrida (CASTILHO, 2019).

Esse fato é desanimador, pois as vítimas se sentem, às vezes, ainda mais recuadas e desassistidas. Daí a necessidade da intensificação de mais campanhas educativas, para conscientização da população acerca da Lei Maria da Penha, que protege a mulher da violência doméstica e familiar. Nessa perspectiva, surgiu a necessidade de atividades remotas, com o auxílio da tecnologia, com trabalhos específicos na atuação da prevenção e mediação de conflitos familiares e em combate à violência doméstica. Assim, a atuação da equipe da LASCEJUC, em Parceria com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC/CESMAC), será através de intervenção de orientação a famílias, via redes sociais.

Assim sendo, a aprovação deste projeto foi de grande relevância social perante a sua interferência na sociedade, mesmo que de forma remota e, além disso, oportunizou, aos acadêmicos que participam da LASCEJUC, uma prática de extensão e uma vivência da fundamentação teórica já apreendida em sala de aula, o que poderá contribuir para a formação de futuros profissionais críticos, interativos e comprometidos com a justiça e a solidariedade.

Este trabalho objetivou desenvolver e mediar atividades remotas para conscientização e prevenção da violência doméstica nas relações familiares, transmitindo noções das leis vigentes, para a promoção dos valores da convivência humana e de instrumento de pacificação social. Além disso, estabelecer contatos com entidades que lidam com o problema da violência doméstica, para organização e planejamento de atividades remotas para a população; formar grupos em redes sociais para o desenvolvimento de atividades de sensibilização, com a participação de profissionais convidados que atuam na prevenção de violência doméstica; conscientizar, de forma remota, a população acerca da Lei Maria da Penha, pela mediação para a prevenção da violência doméstica; divulgar, em redes sociais, informações de maneira positiva, bem como tentar diminuir a sensação de distanciamento e confinamento social, mostrando às famílias como se pode conviver harmonicamente no período de pandemia.

METODOLOGIA

A metodologia foi organizada da seguinte forma:

- Leitura e aprofundamento das leis vigentes no Brasil acerca da violência doméstica, que serviram de base para as atividades desenvolvidas;
- Fichamentos dos textos e abertura de pastas para organização do material coletado.
- Contatos com entidades que lidam com o problema da violência doméstica, tais como, IBDFAM, OAB e a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, para organização e planejamento de *lives* no Instagram da LASCE-JUC, com convidados da área.
- Organização e divulgação de material que serviram para campanhas educativas acerca da violência doméstica.
- Escrita de relatório

Processos

A extensão comunitária implica na interação que o espaço acadêmico vem atuando e o conhecimento adquirido pela universidade por meio do ensino e da pesquisa, que é disponibilizado para o público externo. Diante disso, existem diferentes formas de participação ou cooperação necessárias nas ações desenvolvidas ao longo do projeto, pois a metodologia representa uma forma de criar possibilidades de efetuamos um processo que estamos vivenciando que, neste projeto, foi à criação de um meio virtual onde pudéssemos diminuir o impacto do isolamento social no âmbito familiar.

Inicialmente, foi realizada uma investigação teórica, através de leituras e fichamentos, de textos de autores, entre eles, Dixo e Camargo (2020); Viana, Kugler e Nada (2020), bem como a formação de um grupo de pesquisa para que fossem definidas estratégias que possibilitassem a execução desse projeto remoto.

Na segunda etapa, foram programadas *lives*, para que os extensionistas pudessem, através da sua supervisão, atuar na mídia digital.

Por fim, na terceira etapa, foram feitas divulgações na rede social, por meio de *lives*, *cards* e vídeos informativos, contendo os assuntos obtidos com a análise das informações coletadas no início da pesquisa, acrescentando-as com os resultados observados no período de isolamento social.

Por fim, foram analisados os resultados alcançados.

Mobilização e capacitação

Durante os meses de vigência do projeto, a equipe participava de reuniões

periódicas com as professoras orientadoras para planejar as atividades diárias, adotar melhores metodologias e abordagens nas redes sociais para dar acesso a informação às famílias fragilizadas por conta da COVID-19 e aprimorar os conteúdos divulgados nas *lives*, além de melhorar a qualidade das informações através de temas definidos e desenvolvidos junto com profissionais convidados.

Além das reuniões, houve a elaboração de roteiros criados especificamente para cada temática abordada nas *lives* com os moderadores e convidados. Houve, também, a divulgação na mídia social, por meios do Instagram, WhatsApp, Facebook, do conteúdo das *lives*, *cards* e vídeos informativos, de maneira que o assunto/conhecimento debatido pudesse ser aplicado de maneira clara e interativa. O projeto tornou-se, portanto, um instrumento de busca de uma cultura de paz, conforme Dantas, Krell e Cunha (2018); de troca de experiências e dificuldades, bem como de promover uma reflexão sobre como prevenir, diminuir e evitar os atritos causados pela pandemia no convívio familiar, de acordo com Borba (2020), além desenvolver nos acadêmicos um atendimento humanizado, responsável e diferenciado.

Descrição das parcerias

Os parceiros e apoios que o projeto de extensão teve, junto com a Liga Acadêmica LASCEJUC do Centro Universitário Cesmac, foram:

- CEJUSC/CESMAC, que atua em parceria com a Liga, e sua Juíza Coordenadora participou de uma *live*, juntamente com a equipe extensionista;
- A Caixa de Assistência dos Advogados da OAB-AL – age um prol de oferecer uma qualidade de vida, não só profissional, mas também familiar a cada Advogado. Com isso ela nos ajudou colaborando com divulgação do nosso conteúdo nas redes sociais e no site da OAB-AL.
- A Nova Livraria - muitas vezes concedeu descontos para compra de livros e doações para os sorteios nas *lives*;
- As Comissões de Pessoa com Deficiência da OAB-AL – apoiou em divulgações e *lives*, além de deixar aberto o seu apoio para projetos futuros;
- A Comissão de Pacto da ONU - OAB-AL, em pactos da ONU Habitat e ONU Mulher desenvolvimento de projetos, ajudaram na divulgação no site da ONU Habitat e ONU Mulher no tema do projeto de extensão;
- O site jurismo.com e @jurismo sempre ajudaram com divulgações dos eventos realizados pelos extensionistas;
- Comissão de Fortalecimento Social com as comissões do Idoso e da Criança

e adolescente da OAB-AL – através da advogada e Colaboradora da Liga, apoiou e auxiliou a liga em termos jurídicos e nos seus projetos. Promoveu, também, reuniões junto às comissões e com o Ministério Público para a elaboração de *lives* e futuros projetos;

- O Conselho Estadual dos Direitos das mulheres-CEDIM – contribuiu com as temáticas das *lives* e com a divulgação do nosso projeto de extensão e de seus impactos;
- O Instituto Brasileiro de Direito de Família-IBDFAM – por meio de suas Colaboradoras, ajudou com ideias nas elaborações da *lives*, bem como as divulgações dos conteúdos trabalhados pelo projeto de extensão;

Situação da realidade local

A realidade local que estamos vivenciando com a Pandemia fez com que a Lascejuc, através deste projeto extensionista, pudesse desenvolver várias atividades de forma remota, pois, mesmo em um momento atípico como o que estamos atravessando, todos os membros se adaptaram para que o projeto tivesse êxito.

Isso aconteceu através de *lives*, arrecadação por propaganda no Instagram da Liga e envio de mensagens aos WhatsApp de conhecidos grupos da instituição e pessoas próximas aos membros. Tudo sempre com dedicação para que tudo desse certo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para concretizar nossos objetivos, fez-se necessária a utilização da tecnologia como melhor aliada neste momento, uma vez que as ferramentas utilizadas para manter o contato e permanecer ajudando os beneficiados do projeto foram através das redes sociais, como, por exemplo, o Instagram. Para tanto, utilizamos *lives*, *cards*, informativos e reuniões remotas para programação de temas.

Com o aumento do número de visualizações, ao longo das transmissões durante as *lives* do projeto, compreendemos a importância dos temas abordados, bem como a interação entre os convidados e o público, que se mostrou bastante interessado. Além das *lives*, a Liga disponibilizou um número de WhatsApp, para que as pessoas também pudessem interagir.

ATIVIDADES REALIZADAS EM JUNHO/2020

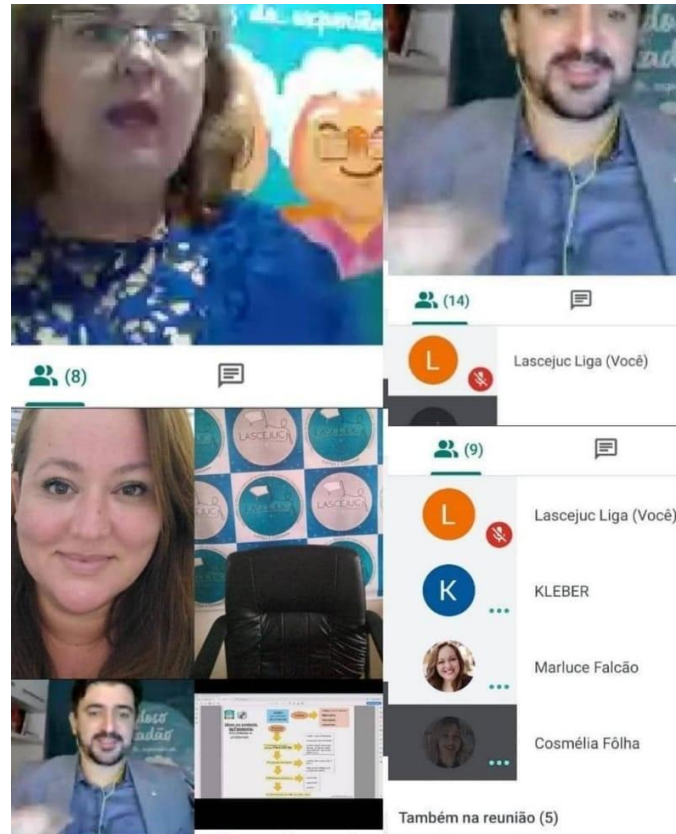
Figura 1. Cards sobre a justiça restaurativa.



Figura 2 - Card sobre a violência contra a mulher.



Figura 3 - Reunião Roda de conversa para o PROJETO IDOSO CIDADÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE ALAGOAS, com a presença da Promotora de Justiça Dra. Marluce Falcão, Advogada Cosmélia Fôlha, Liga Acadêmica Lascejuc - Presidente Alajose Medeiros, Promotores de Justiça Dra. Dalva Tenório, Dr. Kleber Valadares, Dr. Dênis Guimarães, Dr. Rogério Paranhos e Dr. Márcio Roberto.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Figura 4 - Convite para prestigiar a *live* (lado direito) e a execução da *live* (lado esquerdo) SOBRE O DIA MUNDIAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA Promotora de Justiça Dra. Dalva Tenório, Mediadora da *live* - Presidente da Lascejuc, Alajose Medeiros. Virtual. Dia 15/06/2020.



(Instagram)

Figura 5 - Convite para prestigiar a *live* (lado direito) e a execução da *live* (lado esquerdo) sobre a CARTILHA DO MPE SOU DO BEM, DIGO NÃO À CORRUPÇÃO, com a Promotora de Justiça Dra.Stela Cavalcanti, Mediadora da *live* - Presidente da Lascejuc, Alajose Medeiros.Virtual,dia 24/06/2020.



(Instagram)

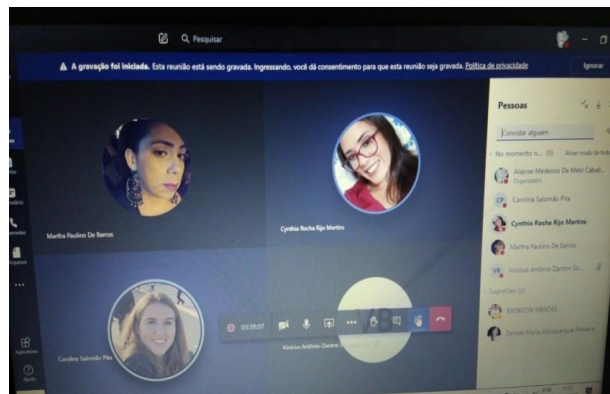
Figura 6 - Reunião virtual de acompanhamento das atividades do projeto. Alunas presentes: Alajose Medeiros, Carolina Pita, Cynthia Rocha e Martha Paulino. Dia: 25/06/2020.



(Plataforma Teams)

ATIVIDADE DO MÊS DE JULHO/2020

Figura 7 - Reunião virtual dos extensionistas para o planejamento de novas atividades a serem realizadas no projeto. Dia: 10/07/2020.



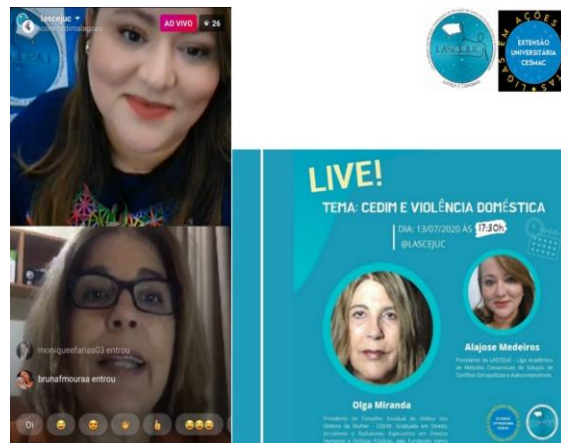
(Plataforma Teams).

Figura 8 - Cards sobre Forma de Violência Doméstica - Dia 11/07/2020



(Instagram)

Figura 9 - Convite para prestigiar a live (lado direito) e a execução da live (lado esquerdo) sobre CEDIM E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA com a presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher- CEDIM. Dra. Olga Miranda, Mediadora da live - Presidente da Lascejuc, Alajose Medeiros - Dia 13/07/2020.



(Instagram).

Figura 10 - Card sobre Relacionamento Abusivo - Dia15/07/2020.

RELACIONAMENTO ABUSIVO

PARA FICAR MAIS ATENTO!

Relacionamento abusivo é a definição de uma relação que tenha abuso físico ou emocional. Abuso pode ser entendido como o uso intencional ou não de qualquer recurso que não seja agradável, o abuso pode ter formas de violência psicológica, sexual e financeira.

SINAIS DE UM RELACIONAMENTO ABUSIVO

- SEU PARCEIRO CHECA CONSTANTEMENTE SUAS REDES SOCIAIS, WHATSAPP, LIGAÇÕES...
- FICA PERGUNTANDO CONSTANTEMENTE COM QUEM VOCÊ ESTAVA
- ZOMBA DE VOCÊ
- FAZ VOCÊ PASSAR VERGONHA
- CONTROLA SUA ROUPA, SEU CABELO, SEU JEITO DE SE
- DIMINUI A SUA AUTOESTIMA
- FAZ CHANTAGEM EMOCIONAL, FAZENDO COM QUE VOCÊ SE AFASTE DE TODAS AS PESSOAS EM SEU MEIO, INCLUSIVE SEUS FAMILIARES E AMIGOS
- O CHÔME ESTÁ PRESENTE O TEMPO TODO
- VOCÊ FOI AGREDIDO(A) FÍSICAMENTE E ACHA QUE É NORMAL OU FOI APENAS UMA BRIGUINHA

ROMANTIZAÇÃO DO RELACIONAMENTO ABUSIVO

A REFERÊNCIA DOS RELACIONAMENTOS ABUSIVOS NA MÍDIA NOS ACOMPANHA DESDE MUITOS ANOS. SÃO RELACIONAMENTOS FICTÍCIOS QUE DETRATAM PERFECTAMENTE A NOSSA REALIDADE, E QUE INFELIZMENTE, PASSAM DESPERCEBIDOS PELOS ESPECTADORES.

ESSA ROMANTIZAÇÃO DO ABUSO FAZ COM QUE A GRANDE MAIORIA DA SOCIEDADE NÃO CONSIGA IDENTIFICAR DE IMEDIATO AS VIOLÊNCIAS SILENCIOSAS PRESENTES NA VIDA DE UM CASAL. MUITAS VEZES, POR ACREDITARMOS QUE ESSES EPISÓDIOS SÃO UM APENAS FASES NATURAIS DE TODO E QUALQUER RELACIONAMENTO AFETIVO, ENQUANTO PESQUISAS MOSTRAM QUE UM RELACIONAMENTO QUE SE CONSTRÓI COM BASES ABUSIVAS TEMDE A TENDÊNCIA DE DURAR MUITO TEMPO, CAUSANDO DANOS, AS VEZES, IRREPARÁVEIS.

A CRIÇÃO DESSA LÍMBA TEME ENTRE UMA RELAÇÃO DESTRUTIVA E A IDEALIZAÇÃO ROMÂNTICA TORNA SE EXTREMAMENTE PERIGOSA, NA MEDIDA EM QUE A CONJUNÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS, MORAL E PATRIMONIAL DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR OCASIONAM RESULTADOS TÃO GRAVES QUANTO A VIOLÊNCIA FÍSICA.

HOMENS TAMBÉM SOFREM RELACIONAMENTOS ABUSIVOS?

Pouco se fala sobre o homem como a vítima do relacionamento abusivo. O silêncio sobre o assunto diz muito sobre os padrões estéticos e sociais que estão enraizados na nossa sociedade. Esses padrões contribuem diretamente para a dificuldade de se enxergar o homem como vítima de abuso psicológico e violência doméstica, no entanto, relatos pessoais e pesquisas, ainda que quase invisíveis, apontam que o relacionamento abusivo está presente na vida de 20% dos homens brasileiros.

SE VOCÊ VIVE UM RELACIONAMENTO ABUSIVO

- RECONHEÇA
- CONVERSE COM ALGUÉM DE SUA CONFIANÇA
- PROCURE AJUDA
- SEJA CAUTELOSA
- FORTALEÇA SUA AUTOESTIMA
- TERMINE O RELACIONAMENTO

CICLO DE VIOLÊNCIA NO RELACIONAMENTO AMOROSO

VIOLÊNCIA EMOCIONAL
Xingamentos, cobranças, críticas. Ações que minam o autoestima

VIOLÊNCIA FÍSICA
Depois de fragilizar emocionalmente, ocorrem agressões físicas como tapas, amarrões, socos, entre outras.

PERDÃO
Pedido de perdão feito para apagar com promessas de que os atos não irão se repetir.

(Instagram)

Figura 11 - Convite para prestigiar a live (lado direito) e a execução da live (lado esquerdo), com o convidado Advogado Criminalista Dr. Raimundo Palmeira falando sobre o tema RELACIONAMENTO ABUSIVO NA VISÃO CRIMINOLOGICA, Mediadora da live – Vice-Presidente da Lascejuc- Cynthia Martins. Virtual, dia17/07/2020.

AG VIVO 31

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA CESMAC

CESMAC
CENTRO UNIVERSITÁRIO

LIVE
TEMA: RELACIONAMENTO ABUSIVO NA VISÃO CRIMINOLOGICA

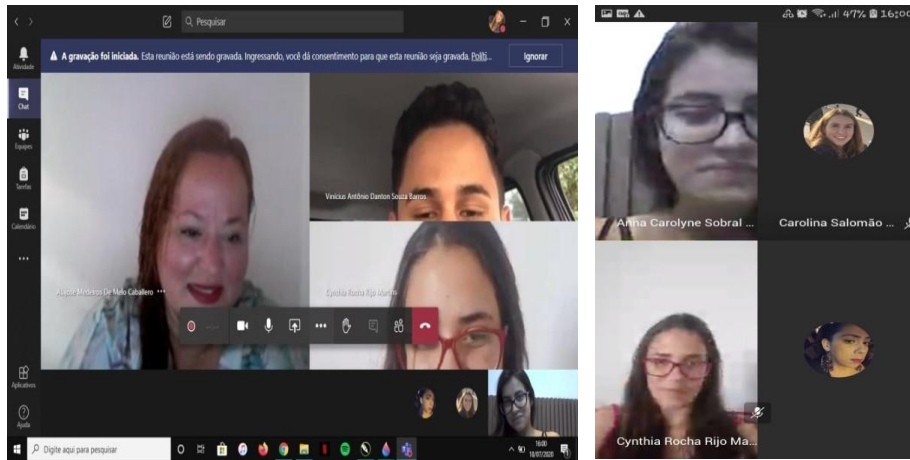
17/07 17h @lascejuc

Raimundo Palmeira
Advogado Criminalista, Professor da UFPA. Mestre em processo penal pela UFPE. Membro da comissão criminal. Pesquisador em criminologia.

Cynthia Martins
Bacharel Administrativa da LASCEJUC - Liga Acadêmica de Direito, Economia da Justiça de Curitiba, Interdisciplinar e Autodisciplinar.

(Instagram).

Figura 12 - Reunião virtual dos extensionistas para o acompanhamento das atividades realizadas no projeto. Dia: 18/07/2020.



(Plataforma Teams).

Figura 13 - Card sobre Relacionamento Abusivo Familiar - Dia 18/07/2020

RELACIONAMENTO ABUSIVO FAMILIAR

PARA FICAR LIGADO!

ESSE TIPO DE RELACIONAMENTO ABUSIVO, É AQUELE EM QUE OS PAIS OU RESPONSÁVEIS AGEM DE FORMA INADEQUADA EM RELAÇÃO AOS SEUS FILHOS, SEJA ATRAVÉS DE NEGLIGÊNCIA, ABUSO DAS PALAVRAS, INCENTIVO À PRÁTICA DE ATOS ERRADOS, VIOLÊNCIA FÍSICA, DENTRE OUTRAS.

Não se pode só achar que uma violência é a física propriamente dita. Há a violência verbal, neste caso, o abuso verbal é aquele em que não há diálogo possível, sempre uma conversa acaba em xingamentos ou ameaças.

O uso de palavras nocivas, mesmo quando não há nada de errado, a constante mania de ridicularizar ou fazer o filho passar vergonha em qualquer situação, ambos os casos se caracterizam violência verbal de um relacionamento abusivo familiar.

Há também aqueles familiares que ignoram seus filhos, tentam cortar laços de amizades e com outros familiares, falta de afeto, recusa de preocupação em caso de necessidade. Atenção para o isolamento, a obrigação de sempre fazer o filho limpar, cuidar da casa e irmãos.

PARA IDENTIFICAR UM RELACIONAMENTO ABUSIVO, É PRECISO PRESTAR ATENÇÃO A UM CICLO QUE SE REPETE.

PRIMEIRO, COMEÇAM A OCORRER MOMENTOS DE TENSÃO MOTIVADOS POR ALGO SEM SIGNIFICÂNCIA. EM SEGUIDA, HÁ INCIDENTES DE COMPORTAMENTO ABUSIVO – QUE PODE SER FÍSICO OU EMOCIONAL, COMO GRITOS, XINGAMENTOS, AMEAÇAS, VITIMIZAÇÃO, INTIMIDAÇÃO E CULPABILIZAÇÃO SÃO ALGUNS EXEMPLOS. DEPOIS DISSO, HÁ RECONCILIAÇÃO. A PESSOA ABUSIVA PEDE DESCULPA OU ACHA DESCULPAS PARA SEU COMPORTAMENTO ABUSIVO. COM ISSO, COMEÇA UMA FASE DE CALMARIA, EM QUE A VÍTIMA CONSEGUE PERDOAR O 'INCIDENTE' E O RELACIONAMENTO VOLTA A SER 'BOM'. PELO MENDS ATÉ O PRÓXIMO MOMENTO DE TENSÃO.

CASO SE RECONHEÇA ESSA RELAÇÃO ABUSIVA POR PARTE DA FAMÍLIA, O PRIMEIRO PASSO É BUSCAR AJUDA PSICOLÓGICA E LEGAL. DENUNCIAR AO NÚMERO 100 E IMEDIATAMENTE AO CONSELHO TUTELAR CASO TENHA ENVOLVIDO MENOR DE IDADE. EM CASO DE ADULTOS, PROCURE UM ADVOGADO FAMILIARISTA PARA AJUDAR NO IMPORTE DAS MEDIDAS CABÍVEIS. PROCURAR UM FAMILIAR/AMIGO QUE POSSA TIRAR O ABUSADO O QUANTO ANTES DA FAMÍLIA ABUSIVA, POIS SÃO GRAVES E SEVERAS AS CONSEQUÊNCIAS CAUSADAS POR ESSAS RELAÇÕES.



(Instagram)

Figura 14 - Convite para prestigiar a *live* (lado direito) e a execução da *live* (lado esquerdo) com a convidada Psicóloga Gesyane Angelo tratando do tema COMO A PSICOLOGIA TRATA O RELACIONAMENTO ABUSIVO NO ÂMBITO FAMILIAR EM PERÍODO DE PANDEMIA, Mediadora da *live* - Presidente da Lascejuc, Alajose Medeiros. Virtual, dia 19/07/2020.



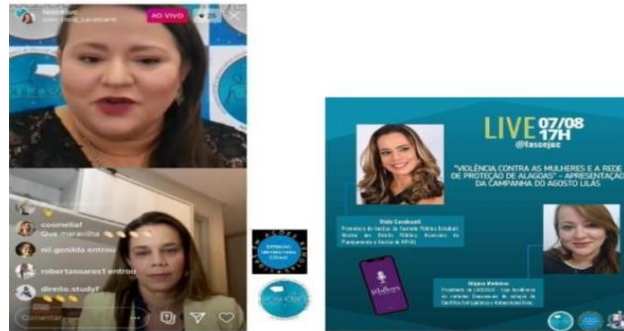
ATIVIDADE DO MÊS DE AGOSTO/2020

Figura 15 - Card sobre Agosto Lilás. Dia 03/08/2020



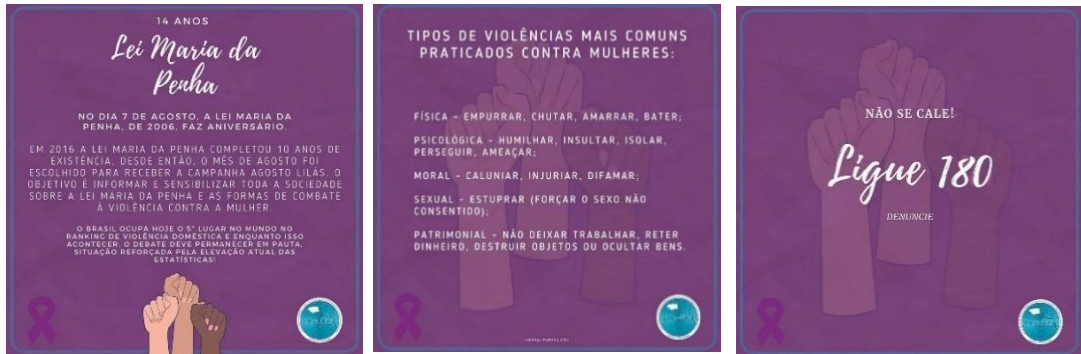
(Instagram)

Figura 16 - Convite para prestigiar a *live* (lado direito) e a execução da *live* (lado esquerdo) com a convidada STELA CAVALCANTI Promotora de Justiça da Fazenda Pública Estadual com o tema VIOLÊNCIA CONTRA A MULHERES E A REDE DE PROTEÇÃO DE ALAGOAS, Mediadora extensionista, Alajose Medeiros. Virtual, dia 07/08/2020.



(Instagram).

Figura 17 - Card sobre 14 anos da Lei Maria da Penha - Dia 07/08/2020



(Instagram)

Figura 18 - Card sobre SINAL VERMELHO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. Todas as alunas extensionistas. Dia 07/08/2020.

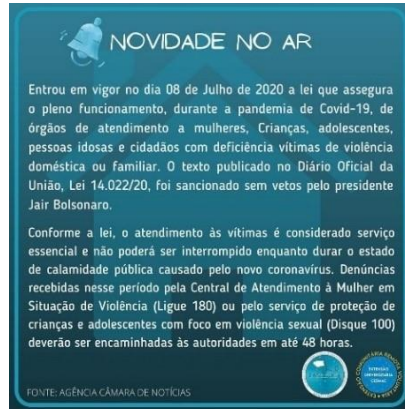




(Instagram)

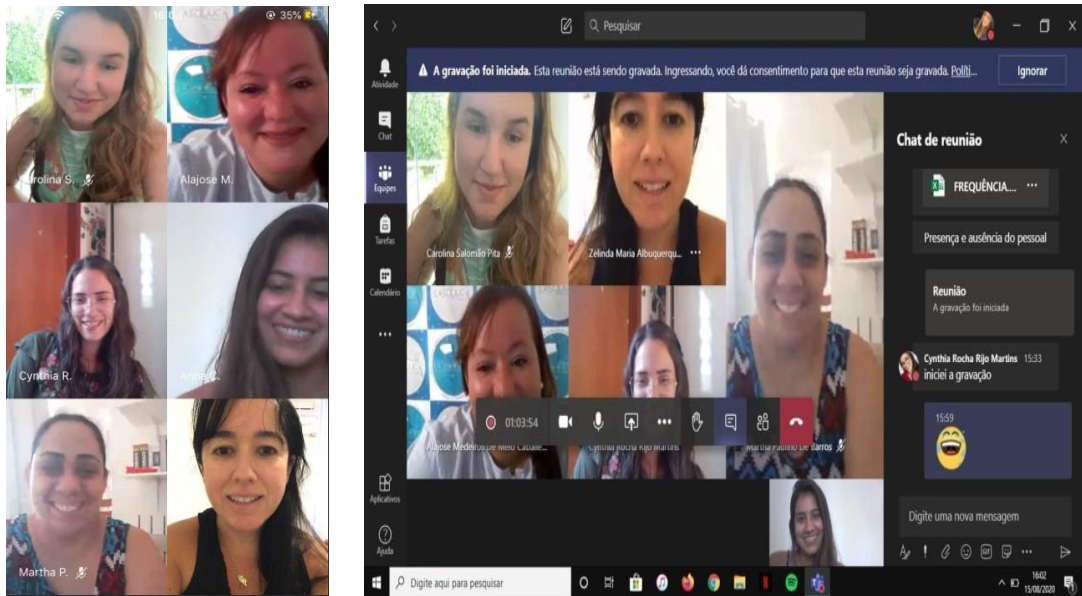
Figura 19 - Card sobre IMPACTOS DA VIOLÊNCIA FAMILIAR NA PANDEMIA. Dia 14/08/2020.





(Instagram)

Figura 20 - Reunião virtual de planejamento das atividades do projeto com a Professora Coordenadora da LASCEJUC, Zelinda Pinheiro. Dia: 15/08/2020.



(Plataforma Teams).

Figura 21 - Convite para prestigiar a *live* (lado direito) e a execução da *live* (lado esquerdo) com a convidada ANA FLORINDA DANTAS, Juíza de Direito, com o tema OS IMPACTOS DA VIOLENCIA FAMILIAR NO PERIODO DE PANDEMIA, Mediadora da *live* -Extensionista e Presidente da Lascejuc, Alajose Medeiros. Virtual, dia 17/08/2020.



(Instagram).

Figura 22 - Convite para prestigiar a *live* (lado direito) e a execução da *live* (lado esquerdo), com a convidada RAYANNI ALBUQUERQUE, advogada criminalista, com o tema VIOLENCIA DOMESTICA EM ALAGOAS: DESAFIOS E ISOLAMENTO, Mediadora da *live* - Presidente da Lascejuc e extensionista, Alajose Medeiros. Virtual, dia 28/08/2020.



(Instagram).

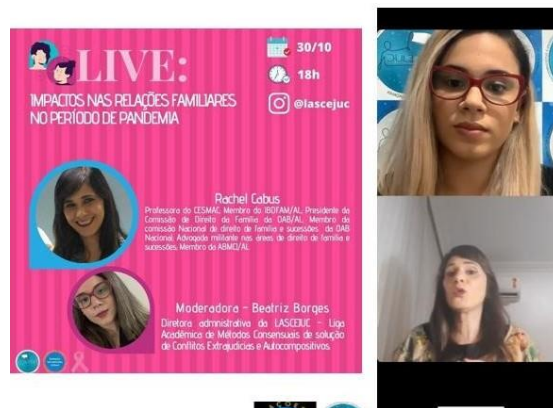
ATIVIDADE DO MÊS DE OUTUBRO/2020

Figura 23 - Reunião das extensionistas de planejamento para a execução do minicurso. Dia: 09/10/2020.



Fonte: Dados da Pesquisa

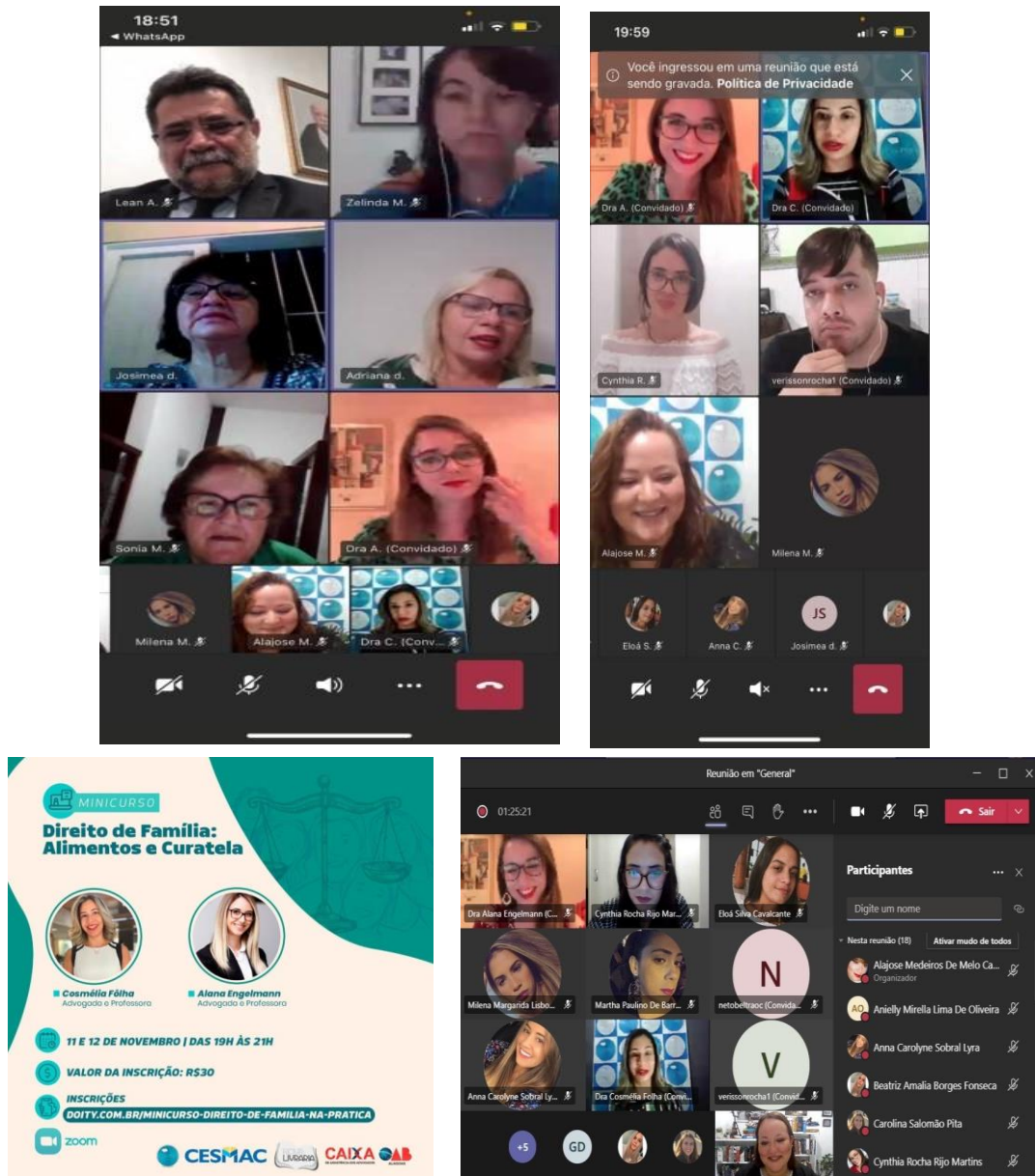
Figura 24 - Convite para prestigiar a *live* (lado direito) e a execução da *live* (lado esquerdo) com a convidada RACHEL CABUS, professora do Cesmac, com o tema IMPACTOS NAS RE-LAÇOES FAMILIARES NO PERIODO DE PANDEMIA, Mediadora da *live* – Diretora Administrativa da Lascejuc, Beatriz Borges. Virtual, dia30/10/2020.



(Instagram).

ATIVIDADE DO MÊS DE NOVEMBRO/2020

Figura 25 - Realização do Minicurso “Direito de Família: Alimentos e Curatela” organizado pelas extensionistas na plataforma Microsoft Teams, e ministrado pelas advogadas Dra. Cosmélia Folha e a Dra. Alana Engelmann. Virtual, dia 11 e 12 de novembro de 2020.



Articulação com a pesquisa

A COVID-19 trouxe desafios que têm inúmeros aspectos e são de natureza multidisciplinar, uma vez que atingiu nossas casas, fazendo com que todos ficassem juntos em tempo integral e, conseqüentemente, causando impactos nas relações familiares (VIANA, KUGLER, NADA, 2020). Para algumas famílias, isso se torna um desafio muito grande, como, por exemplo, para casais separados

com filhos menores, o desafio é ainda maior em alguns aspectos. De acordo com Dixo e Camargo (2020):

Diante dessa nova dinâmica de reduzir o convívio social, é natural que surjam dúvidas no âmbito do Direito de Família, como, por exemplo, sobre a realização de visitas a crianças, jovens e idosos, mormente nos casos envolvendo litígio judicial, permeados por beligerância e disputas entre as partes nas quais, muitas vezes, se utiliza de qualquer elemento externo para opor ao outro litigante, ainda que não tenha efetiva relevância ou signifique proteção ao superior interesse dos principais envolvidos em tais disputas.

Isso diante das dificuldades e dos riscos inerentes à pandemia, como a rápida disseminação do coronavírus, que faz com que o isolamento social seja a medida preventiva mais eficaz, tendo em vista a falta de uma vacina. Sendo assim, com a decretação de pandemia, houve repentina necessidade de mudança de hábitos que implica diretamente na rotina de toda a população e no seu convívio social e familiar.

Segundo Viana, Kuglert e Nada (2020):

A dificuldade - muitas vezes compreensível - de administrar as questões conjugais acaba transferindo a frustração e o desamor desenvolvido na conjugalidade à parentalidade. Entretanto, é justamente nos momentos calamitosos - como o em que nos encontramos - que essas diferenças necessitam ser deixadas de lado em prol do bem estar dos filhos em comum.

É diante dessa concepção que organizamos os temas apresentados nas *lives* e, a partir dessa definição, partimos para pesquisa de embasamento teórico e para escolha dos convidados, de acordo com sua atuação para que pudéssemos relacionar a teoria com a prática e nossa pesquisa numa abordagem qualitativa.

A partir dos assuntos discutidos, bem como os questionamentos que surgiram durante as *lives*, delimitamos os temas para nos aprofundarmos em pequenos grupos de pesquisa, convidando professores para orientação de cada um deles, para que pesquisássemos mais profundamente sobre questões significativas, levando em consideração publicações, tais como, a abordagem de Dantas, Krell e Cunha (2018); Borba (2020); Castilho (2019), além da Constituição Federal de 1988 e da Lei Maria da Penha.

Articulação com o ensino - retorno acadêmico para o discente

Diante dos acontecimentos em torno da pandemia e dos desafios que en-

contramos, procuramos meios para que pudéssemos minimizar tais fatos, e que não atrapalhassem os estudos e pesquisas no projeto. Foi assim que iniciamos com as *lives*, haja vista que era mais oportuno no momento, pois tínhamos a internet como nossa aliada e o único método que poderia unir acadêmicos de diversos cursos e sociedade como forma de aprendizado.

Através deste projeto, foram elaborados temas interessantes para a sociedade como forma de esclarecimento da atuação de alguns profissionais de diversas áreas, órgãos públicos e até mesmo organizações não governamentais. Assim, todos que participaram saíram com outra visão no que foi abordado em cada área e, em casos de dúvidas, foram esclarecidas por meio de perguntas por estudantes e sociedade no decorrer de cada *live*.

Com isso, mesmo com os impactos que ocorreram durante a pandemia, percebemos que, referente aos estudos, ele pode ser transmitido por métodos diferentes, de forma inovadora, cuja internet foi de extrema necessidade diante do cenário atual, pois o meio pelo qual repassamos os assuntos pode ir além de uma sala de aula e a explanação não fica apenas voltada para o mundo acadêmico e sim podem ser ampliada para a sociedade em geral.

Impacto social das ações

Acreditamos que as ações desenvolvidas causaram impactos que geraram conhecimento de direitos, pois, no caso da pandemia de coronavírus, o isolamento social é um elemento importante dos programas de prevenção. Dessa forma, o acesso ao conhecimento passa a ser aproveitado por meio de ferramentas que são utilizadas em plataformas online.

As *lives*, então, podem ser usadas para fornecer conteúdo único e diferenciado para o público. Com o projeto das *lives*, trouxemos vários assuntos relevantes acerca do nosso tema por meio de entrevistas, cursos, exposições e muito especiais, gerando conhecimento atual por uma nova perspectiva.

Além disso, o alcance do projeto por meio de *lives* concebeu um grande avanço na Liga, em relação à visibilidade no meio acadêmico, com a realização do projeto *live* no Instagram, as postagens diárias sobre assuntos voltados ao tema do projeto, assim como o desenvolvimento de materiais didáticos, cartilhas e produ-

ções científicas.

Conseguimos, também, a elaboração de um material de apoio aos estudos para os alunos participantes do minicurso de direito de família, contendo noções gerais e conceitos, as espécies de alimentos, a base legal e muito mais.

CONCLUSÃO

Nossa proposta de extensão universitária sobre a atuação em mediação e conciliação aconteceu de duas formas, primeiro de modo a prevenir os conflitos de convivência, como, por exemplo, a violência doméstica, no âmbito familiar, bem como mostrar conteúdos atualizados sobre diversos temas do Direito, de modo que facilite o enfrentamento do isolamento social.

Foi assim que o trabalho realizado tornou-se um importante instrumento para a busca de uma cultura de paz, compartilhando experiências e dificuldades e refletindo sobre como prevenir, diminuir e evitar os atritos causados pela pandemia no convívio familiar. Portanto, não só traz grandes contribuições para a natureza teórica-prática da área jurídica, mas também traz experiências únicas para a vida pessoal e perspectivas de carreira.

Além do mais, as ações desenvolvidas serviram para que pudéssemos ajudar/auxiliar não só acadêmicos, mas também pessoas leigas, a buscar os meios autocompositivos de resolução de conflitos, com o intuito de oferecer sempre a melhor solução para os litígios e demais situações, principalmente através de Plataformas online. As ações permitiram, assim, ajudar e esclarecer dúvidas de maneira virtual, sem colocar em risco a propagação do Corona Vírus, considerando que são inquestionáveis as vantagens da utilização da tecnologia para a solução de conflitos em qualquer cenário.

Desse modo, percebemos o quanto importante foi a utilização de plataformas online no atual contexto que estamos vivendo, para que houvesse uma superação dos obstáculos causados pela essa crise da Covid-19, principalmente no enfrentamento do isolamento social por conta da pandemia.

REFERÊNCIAS

BORBA, Marcela Patrícia Amarante. O direito de convivência do filho de “pais separados” durante a pandemia. IBDFAM, Santa Catarina, 18 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/artigos/1533/O+direito+de+conviv%C3%A2ncia+do+filho+de+%E2%80%9Cpais+separados%E2%80%9D+durante+a+pandemia>. Acesso em: 04 jul. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei Nº 11.340 DE 07 de agosto de 2006. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 08 jun. 2020.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 5. ed. São Paulo. Saraiva Educação, 2019.

DANTAS, Juliana de Oliveira Jota; KRELL, Olga Jubert Gouveia; CUNHA, Lavínia Cavalcanti Lima. **Mediação**: estudos sobre sua adequação como métodos para resolução de conflitos. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

DIXO, Fernanda Botelho de Oliveira; CAMARGO, Daniela Romano. Tavares. Covid-19: impactos do novo coronavírus nas relações familiares. 2020. Disponível em: <http://www.lacazmartins.com.br/impactos-do-novo-coronavirus-nas-relacoes-familiares>. Acesso em: 30 set. 2020.

VIANA, Adriana Grandinetti; KUGLER, Andressa de Luca; NADA, Taíssa Albertina de. Coronavírus e as relações familiares. **IBDFAM**, 2020. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br/artigos/1403/Coronav%C3%ADrus+e+as+rela%C3%A7%C3%B5es+familiares>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RELATO DE EXPERIÊNCIA EXITOSA NA FUNDAÇÃO DA LIGA DE LIBRAS INTEGRADA À MEDICINA (LALIM)

REPORT OF EXITIENT EXPERIENCE IN THE FOUNDATION OF THE BRAZILIAN SING LANGUAGE LEAGUE INTEGRATE TO MEDICINE (LALIM)

Fernanda Souza dos Santos¹; Grazyelle de Araújo Tenório¹; Isabela Lins Cavalcanti¹; Maria Luiza Cavalcante Xavier¹; Renata Marcela Cavalcante Ferreira Ferro¹; Sarah Luanna Ferreira Soledade¹; Francisco Joilson Carvalho Saraiva²

¹Discentes de Medicina do Centro Universitário Cesmac. ²Docente do curso de Medicina do Centro Universitário Cesmac.

RESUMO

A inserção dos surdos no meio social sofreu muitos entraves e, com isso, torna-se de fundamental importância ampliar o conhecimento e o ensinamento da língua brasileira de sinais. O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de medicina do Centro Universitário Cesmac, membros da Liga de Libras Integradas a Medicina (LALIM), na fundação da Liga. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo do tipo relato de experiência a respeito da fundação da LALIM no ano de 2019. A criação da liga acadêmica ressalta a importância de buscar e entender mais sobre a relevância dessa ação no meio social.

Palavras-chave: Libras. Surdo. Inclusão. Medicina.

ABSTRACT

The insertion of the deaf in the social environment suffered many obstacles and, with that, it becomes of fundamental importance to expand the knowledge and the teaching of the Brazilian sign language. This study aims to report the experience of medical students from University Center Cesmac, members of LALIM, in the foundation of the League. It is a qualitative, descriptive study of the type of experience report regarding the foundation of the Brazilian Sign Language League Integrated to Medicine (LALIM) in 2019. The creation of the academic league highlights the importance of seeking and understanding more about the relevance of this ac-

tion in the social environment.

Keywords: Brazilian Sign Language. Deaf. Inclusion. Medicine.

INTRODUÇÃO

A comunicação é a base fundadora de qualquer sociedade, faz parte de todas as áreas da vida do indivíduo e está diretamente relacionada a busca da humanidade pela sobrevivência e conquista no âmbito social. Para ser considerada como comunicação é necessário que a mensagem seja recebida da mesma forma como foi transmitida, isso pode ser realizado de maneira verbal e não verbal, desde que exista simetria no processo (OLIVEIRA; CELINO; COSTA, 2015).

As dificuldades de comunicação entre as pessoas estão presentes no sistema de saúde como um todo, e acabam se tornando consideráveis quando compreendem barreiras de linguagem (DIAS, 2017).

A comunicação da população surda, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tem a finalidade de permitir que exista integração com a sociedade e que esta seja feita de maneira digna e inclusiva (MENDES et al., 2020). Pacientes com deficiência auditiva e surdos recorrem ao sistema de saúde em menor frequência do que pacientes ouvintes, algumas das justificativas incluem a frustração e a desconfiança na hora do atendimento (TEDESCO, JUNGES, 2013).

A sociedade se comunica predominantemente de forma verbal e quando se trata da pessoa surda as barreiras para a comunicação são inúmeras e no campo da saúde isso pode ser decisivo na hora do atendimento. As dificuldades são encontradas desde a atenção básica até o acesso a hospitais em um momento de emergência, já que os ouvintes geralmente não compreendem a libras (OLIVEIRA, CELINO; COSTA, 2015).

No atual cenário muito se discute sobre acessibilidade, o que torna extremamente necessário a propagação de conhecimentos sobre a Libras entre os estudantes da área da saúde, com a intenção de que no futuro existam profissionais capacitados para compreender e auxiliar as necessidades dos pacientes surdos (LEVINO et al., 2013).

De acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresenta cerca de 1,8 milhões de pessoas com deficiência auditiva em situação agravante e, entre estes, 344.206 pessoas são surdas. Diante

da alta taxa de surdos existentes, tornou-se de extrema relevância uma busca inclusiva para o cenário nacional. Em 24 de abril de 2002 foi sancionada a Lei nº 10.436 que tornou oficial a libras como uma forma de comunicação, sendo, portanto, a segunda língua oficial do Brasil. Além disso, em 2005 foi decretado a obrigatoriedade do ensino da libras nos cursos de magistério e licenciatura para o nível superior (LEVINO et al., 2013).

No curso de Medicina, embora nem toda universidade traga a matéria de libras na grade obrigatoriamente, entende-se que para existir uma comunicação adequada que atenda as particularidades do paciente surdo, é fundamental que haja um conhecimento básico de libras para o desenvolvimento da relação médico-paciente, sobretudo no diagnóstico de doenças (MENDES et al., 2020).

Uma boa anamnese é parte fundamental do bom atendimento. O aprendizado do estudante da área da saúde deve ser implantado de forma que englobe todo o processo de uma consulta, desde o momento da marcação até a sua finalização. Dessa maneira, a inclusão será integral (GOMES et al., 2017).

O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência dos eventos e pesquisas que levaram um grupo de acadêmicas de medicina do Centro Universitário Cesmac, membros da LALIM, a fundar a Liga.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo do tipo relato de experiência a respeito da fundação da Liga de Libras Integrada a Medicina (LALIM) no ano de 2019. A liga acadêmica é composta por oito estudantes do curso de medicina do Centro Universitário Cesmac que estão entre o 6º e o 7º período, bem como por dois professores orientadores responsáveis por auxiliar as estudantes durante o processo de conhecimento e prática de LIBRAS introduzida a clínica médica. As aulas e atividades práticas pré-estabelecidas até o presente momento são realizadas via plataforma Microsoft Teams e também através do Google Meet.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A introdução da disciplina de libras como sendo uma matéria obrigatória no campo da graduação do curso de medicina do Centro Universitário Cesmac em 2018, que no início do curso era apenas optativa, permitiu um novo conhecimento

e uma nova visão frente ao cenário inclusivo. O conhecimento da Língua Brasileira de Sinais pelo estudante visa romper barreiras comunicativas com os pacientes surdos, além de permitir a presença de uma consulta de excelência do cuidado em saúde, como é preconizado pelo SUS.

As aulas eram compostas de estudos teóricos com conhecimentos acerca das leis e de todo aparato que engloba pessoas surdas ou com deficiência auditiva e, também, de ensinamentos da comunicação “gestual”. O aprendizado construído ao longo do período permitiu que os alunos saíssem com noções básicas da Língua Brasileira de Sinais, como conhecer o alfabeto, os números, cores, cumprimentos, nome das profissões, frutas e discorrer sobre os membros de uma família. Além da carga teórica básica, comentários e artigos envolvendo a questão das dificuldades da comunicação da comunidade surda foram discutidas em aulas de forma crítica e bastante enriquecedora.

Em 2019 ocorreu um projeto de extensão no Cesmac que dividiu os estudantes de medicina, do primeiro ao quarto período, em dois grupos por sala, um ficou responsável por abarcar um projeto de educação em saúde para algumas escolas estaduais do município de Maceió que possuem estudantes surdos, e o outro grupo se responsabilizou a aprender uma música com a comunicação em libras. Essa iniciativa gerou um impacto bastante positivo entre os acadêmicos e, a partir de então, surgiu o interesse de criar uma liga Acadêmica que visasse o atendimento inclusivo dos pacientes surdos.

Imagem 1 - Fotografia com representação do librashow, evento com apresentação de uma música com a comunicação em libras para os alunos do terceiro período de medicina da turma A, no ano de 2019.1.



Fonte: Imagem do autor.

Imagem 2 - Fotografia com representação dos alunos de medicina do terceiro período da turma B no ano de 2019.1 para o evento librashow.



Fonte: Imagem do autor.

Ainda no final do ano letivo de 2019, o grupo composto por 8 alunas firmaram o acordo para a formação da liga, e, apesar de estar construído todo o estatuto para a aprovação da mesma, a submissão e aprovação da liga só foi realizada no início de 2020.

Imagem 3 - Imagem do logo da Liga Acadêmica de Libras Integrada à Medicina.



Fonte: Imagem do autor.

Com a aprovação e empolgação das 8 acadêmicas, o tutor da liga formou um novo evento conhecido como “Librolândia”, que nada mais é que um minicongresso com apresentação realizada na forma de banners com temas relacionados a libras. Como metodologia da apresentação, também foi essencial explicação dos sinais em libras, o que foi primordial para uma maior aprendizagem e compreensão da comunidade acadêmica da importância e inclusão na IES.

Imagem 4 - Fotografia da ligante da LALIM no evento “Librolândia” com apresentação de banner com a temática “profissões”.



Fonte: Imagem do autor.

Imagem 5 - Figura das ligantes como juradas do evento “Librolândia”.



Fonte: Imagem do autor.

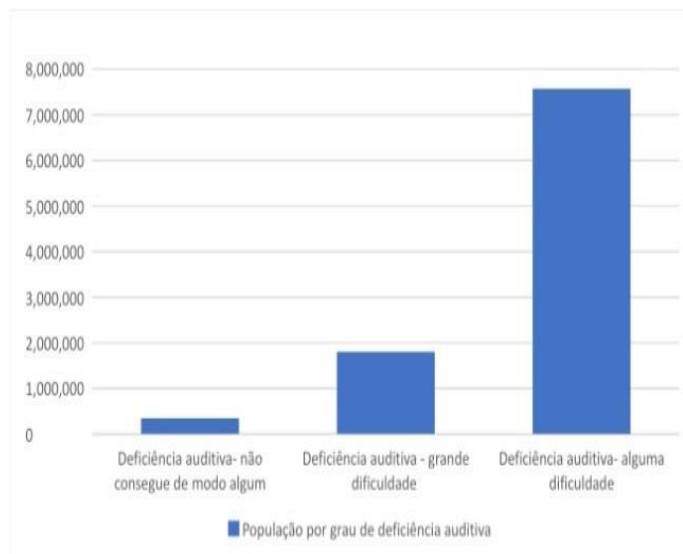
Imagem 6 - Alunos do terceiro período do curso de medicina no evento “Librolândia”.



Fonte: Imagem do autor.

Esse último evento trouxe às representantes da liga a oportunidade de avaliar as apresentações, o que ampliou ainda mais a experiência e visão inclusiva da LIBRAS.

Gráfico 1- Gráfico da projeção do número de deficientes auditivos no Brasil para o ano de 2010.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 descrevem uma prevalência de 3,5% de algum tipo de deficiência auditiva na população brasileira. Cerca de 344.206 portadores de deficiência auditiva não conseguem de modo algum escutar o mínimo de ruído, 1.798.967 possuem uma grande dificuldade auditiva e a grande maioria representada por 7.574.145 possui alguma dificuldade de audição, de leve a moderada. O envelhecimento da população acarretará um aumento aproximado de 20% de deficientes auditivos nos próximos vinte anos. A perda auditiva é frequentemente subdiagnosticada, especialmente nos idosos.

Como qualquer outro grupo populacional, as pessoas com deficiência auditiva precisam de acesso à saúde, não necessariamente relacionado com a deficiência em si. A orientação para medidas de prevenção pode ser feita em nível populacional, na forma de políticas ou campanhas de divulgação na mídia, ou em nível individual, nas consultas com profissionais da saúde. As orientações devem estar de acordo com as características socioculturais da população-alvo, e estas devem ser respeitadas para que se consiga atingir o objetivo. A comunicação com esses pacientes é um desafio para os profissionais da saúde, já que o atendimento adequado de pessoas com necessidades especiais é essencial para a qualidade dos serviços de saúde, enquanto a falta de comunicação impede um atendimento humanizado.

As informações sobre saúde são adquiridas em diferentes meios, como família, amigos, rádio, televisão, materiais escritos e na Internet. Indivíduos que se tornaram deficientes auditivos antes de adquirir a fala (pessoas com surdez pré-lingual) têm maior dificuldade para adquirir a linguagem, ler e escrever, o que limita sua aquisição de informações em várias fontes. Além disso, a maioria das pessoas com deficiência auditiva está nas classes menos favorecidas, o que também limita o acesso à informação de alguma forma.

A comunicação com deficientes auditivos é um grande obstáculo para os profissionais da saúde, prejudicando vínculo e atendimento desses pacientes. Reconhecer a deficiência na comunicação em situação de cuidado à saúde leva os profissionais a refletirem sobre essas questões e a melhorarem os serviços.

Em março de 2020 houve o “boom” da COVID-19 e, junto a isso, ocorreu o isolamento social, o que dificultou o âmbito prático da liga para a realização do atendimento com pacientes surdos, cuja proposta da liga engloba o atendimento ginecológico das pacientes surdas. As reuniões tornaram-se virtuais de forma remota, quase sempre contando com o auxílio do tutor que apresenta especialização

em educação inclusiva: surdez.

Imagem 7 - Logo da Extensão Comunitária Remota Voluntária do Centro Universitário Cesmac.



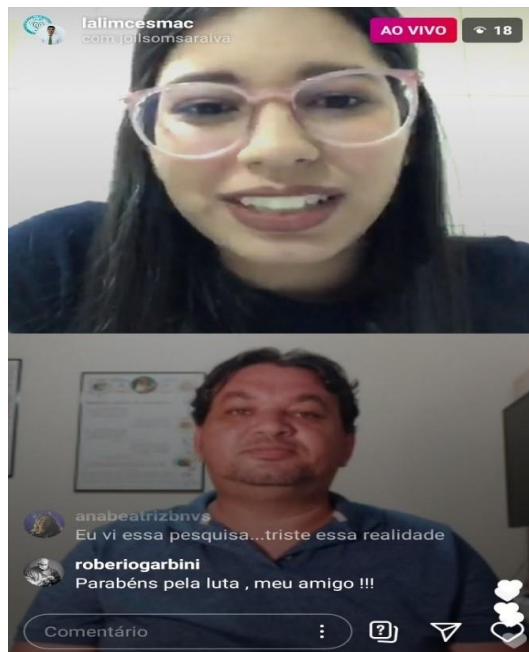
Fonte: Coordenação Geral de Extensão do Cesmac.

Imagem 8 - Imagem das reuniões da liga acadêmica de libras via Microsoft Teams.



Fonte: Do autor.

Imagem 9 - Imagem da transmissão ao vivo realizada na rede social Instagram.



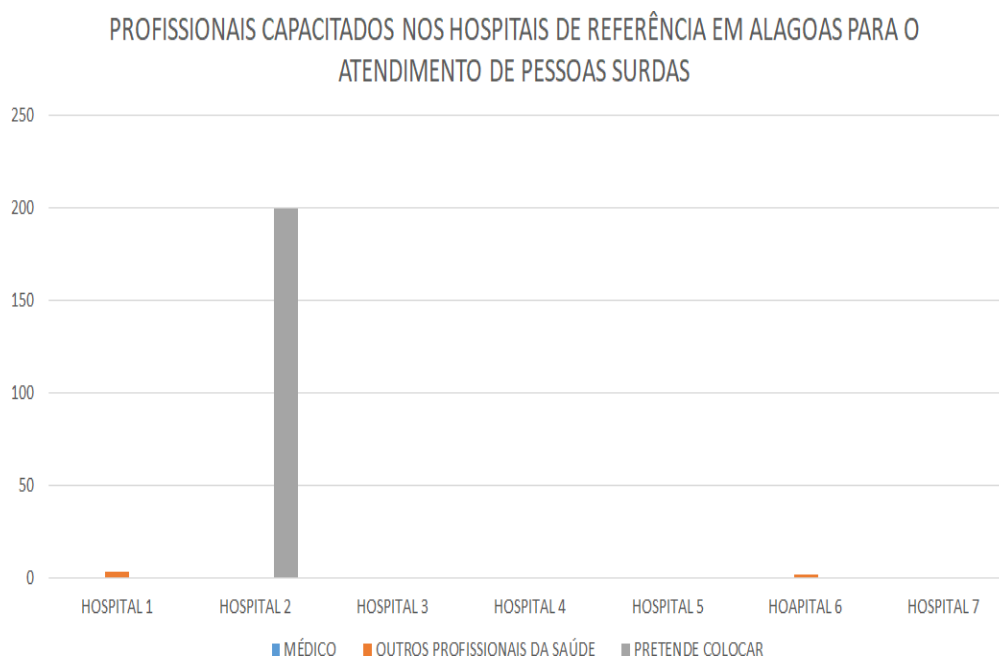
Fonte: Do autor.

Além das reuniões enriquecedoras, a LALIM já realizou uma transmissão ao vivo com a seguinte temática: inclusão da libras na saúde; abrindo também espaço para perguntas dos seguidores da liga na plataforma digital Instagram. Obteve-se ótima repercussão, o que abriu portas para realização de uma aula aberta com direito a certificado e participação de uma médica oncologista.

Outra transmissão ao vivo de grande valia foi com a temática: Locais de Atendimento aos Surdos em Hospitais de Alagoas e para surpresa de todas as ligantes, quase não existe atendimento médico às pessoas com surdez, o que desrespeita a Lei nº 10.436, do dia 24 de abril de 2002, que estabelece que as instituições públicas e concessionárias em saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado à população surda.

Para realização do estudo, integrantes da LALIM efetuaram ligações para 7 unidades de referências em alagoas, a fim de saber quantos e quais profissionais da saúde estavam capacitados para o atendimento dos surdos, como é demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Gráfico da projeção de distribuição dos profissionais capacitados em Libras nas unidades de referência em saúde no ano de 2020.



Fonte: Do autor.

Os dados em branco correspondem aos hospitais que não souberam responder se há profissionais de saúde qualificados em atender o paciente surdo.

No Quadro 1, mostra quantitativa e qualitativamente os profissionais da saúde capacitados pelos hospitais de referência em Alagoas, bem como a disponibilidade e quantitativos de profissionais em geral que concluíram o curso de capacitação oferecido por cada hospital para o atendimento do paciente surdo.

Quadro 1 - Quantidade e disponibilidade de profissionais da saúde capacitados pelos hospitais de referência em Alagoas no atendimento ao paciente surdo.

	MÉDICO	OUTROS PROFISSIONAIS DA SAÚDE	NÃO TEM	DESEJA CAPACITAR	TEM CURSO DE CAPACITAÇÃO	
					CONCLUIU	NÃO CONCLUIU
HOSPITAL 1	.	3-4 ENFERMEIROS E TÉCNICOS OCUPACIONAIS
HOSPITAL 2	.	.	.	200	.	.
HOSPITAL 3
HOSPITAL 4
HOSPITAL 5	.	1 ENFERMEIRA E 1 TÉCNICA DE ENFERMAGEM	.	.	SIM, MAS NÃO É OBRIGATÓRIO PARTICIPAR	.
HOSPITAL 6	SIM, MAS NÃO É OBRIGATÓRIO PARTICIPAR	.
HOSPITAL 7	EM ANDAMENTO/ NÃO É OBRIGATÓRIO	.

Fonte: Do autor.

Um dos fatores que interferem na qualidade e adequação da assistência prestada pelos médicos aos pacientes surdos, é, exatamente, a não consciência de quem é a pessoa surda, seu contexto social e cultural, associado à inabilidade de uma comunicação não verbal. Em estudos sobre os desafios da prática do acolhimento de surdos na atenção primária, durante as entrevistas, ficou evidente que os profissionais de saúde sentem-se desconfortáveis ao atender pessoas surdas por não compreenderem a língua e sentirem dificuldade em entender as queixas.

Fato esse comprovado com a falta de médicos habilitados ao atendimento em libras com os dados expostos no Quadro 1 e Gráfico 2 no estado de Alagoas. Os surdos, por sua vez, referiram o sentimento de ansiedade e de angústia como fatores presentes durante os atendimentos (DIAS et al., 2017).

É importante salientar que o paciente surdo carece de médicos habilitados em libras, não só na atenção primária, como as unidades básicas de saúde, mas também, em unidades de emergência e Pronto Atendimento (UPA), principalmente pelo motivo do surdo estar mais vulnerável ao erro médico, ocasionado mediante ao erro na transmissão e recebimento da mensagem em Libras devido ao despre-

paro do mesmo.

Outro erro é o profissional da saúde não se interessar no aprendizado da Língua brasileira de sinais pelo comodismo de ter um intérprete dentro do consultório. No entanto, muitas vezes o paciente se sente constrangido com essa terceira pessoa, pois pode querer manter sigilo, por exemplo, em uma consulta com um psicólogo, ou em uma consulta mais íntima, como é o caso da consulta ginecológica. (GIL et al., 2016).

Outra questão limitante ao atendimento igualitário aos surdos é a dificuldade dos serviços de saúde e das instituições formadoras em respeitar às exigências ministeriais para o bom desempenho das ações em saúde, mesmo com a existência de capital jurídico que regulamenta as necessidades especiais e a habilitação profissional. Isso porque a legislação não é reconhecida como um meio ampliador de resolubilidade das ações em saúde para esse público alvo. Com isso, nota-se a ausência de infraestrutura e de recursos adequados de acolhimento, resultando em estratégias improvisadas e informais, que interferem no real conhecimento das necessidades deste usuário. (GIL et al., 2016).

Ademais, infraestrutura inadequada e ausência de recursos interativos somam-se como fatores que afetam o acolhimento durante a consulta. Há relatos dos profissionais de saúde sobre a carência de recursos audiovisuais que possibilitam o entendimento das queixas, de forma a informá-las ao profissional. É importante ressaltar, ainda, que nem todos os surdos falam a Língua Brasileira de Sinais, dessa forma outros recursos para o uso da linguagem não verbal devem estar disponíveis como materiais ilustrativos, vídeo-aulas, cartazes e peças anatômicas que promovam a interação profissional-surdo. (GIL et al., 2016).

Com a obrigatoriedade do ensino de libras na formação médica existe a possibilidade de quebra da barreira comunicativa mostrada e uma consequente melhora na relação médico-paciente. Assim, uma comunicação eficaz no contexto do atendimento traduz-se num sistema de saúde mais acessível e com relações mais fortes entre o paciente e o provedor. Essas melhorias resultarão em uma melhor compreensão das doenças e adesão ao tratamento da comunidade surda. Cabe salientar ainda, que não só o aprendizado da língua de sinais é relevante, mas também o entendimento do contexto sociocultural em que o surdo está inserido, para que seja possível uma medicina humanizada.

No inciso X, do artigo 25º do Decreto 5.626 de 2005, garante o “apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de

libras e sua tradução e interpretação”. Com isso, possibilitou-se o acesso das pessoas surdas ou com deficiência auditiva a um ambiente preventivo, curativo e reabilitador, junto a programas de saúde, além da capacitação e formação de profissionais de saúde para o uso de libras. Assim, observa-se que a difusão da libras aos futuros profissionais da saúde proporcionará o estabelecimento de vínculo e maior resolutividade das dificuldades existentes vivenciadas pela comunidade surda (LEVINO et al., 2013).

CONCLUSÃO

É de fundamental importância o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais, não somente pela facilidade comunicacional fornecida entre o médico e o deficiente auditivo, mas por seguir em conformidade com um dos princípios médicos mais importantes, regido pelo juramento de Hipócrates - “Partilharei os meus conhecimentos médicos em benefício dos doentes e da melhoria dos cuidados de saúde”- a disposição enquanto profissional de saúde em se capacitar e aprimorar suas técnicas para atender da melhor forma e da maneira mais acessível e calorosa.

É de extrema relevância ressaltar também como a introdução da LIBRAS no atendimento em saúde edifica a construção do profissional médico e contribui na jornada construtiva acerca de valores e posturas propostas pela *Slow Medicine* como o da individualização, do cuidado (cuidado particularizado, justo e apropriado, compreendendo o contexto daquele paciente e suas necessidades) e a integralidade da medicina (abordando todas as práticas complementares que atuam de forma positiva no cuidado em saúde).

Assim, a realidade vigente relacionada ao atendimento do paciente surdo, marcada pela deficiência de acolhimento, levou ao estímulo da formação da liga acadêmica inclusiva para o campo da medicina, visando transpor as barreiras existentes e que prejudicam a promoção em saúde e o atendimento médico. De forma que, a partir de uma formação acadêmica inclusiva, somada ao desenvolvimento e prática de habilidades comunicativas, junto a um olhar humanizado para as necessidades do outro é capaz de proporcionar ao surdo o acesso aos serviços e informações de saúde, assegurando um atendimento igualitário e a prática da sua cidadania.

Afinal, é imprescindível que as adversidades e sentimentos representados pela frustração, desânimo e apreensão no acesso à saúde pela comunidade surda

sejam superadas, promovendo uma satisfatória assistência a essa população. Ademais, garantir uma comunicação eficiente evita a não maleficência do paciente surdo, de forma a alcançar o entendimento holístico do paciente por meio da construção de interações interpessoais baseadas em uma escuta atenta e de forma ética.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n__10_436__de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf. Acesso em: 20 de novembro 2020.

CARNIEL, FAGNER. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, 2018.

CARVALHO, Dariel de; MANZINI, Eduardo José. Aplicação de um Programa de Ensino de Palavras em Libras Utilizando Tecnologia de Realidade Aumentada. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 215-232, June 2017.

DIAS, Andrezza Resende; COUTINHO, Cinthya Rodrigues; GASPAR, Deborah Rocha; et. al. Libras na formação médica: possibilidade de quebra de barreira comunicativa e melhora na relação médico-paciente surdo. **Rev. Med.**, São Paulo, 2017.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. **Educ. Soc., Campinas**, v. 26, n. 91, p. 583-597, Aug. 2005 .

FREIRE, Daniela Buchrieser et al. Acesso de pessoas deficientes auditivas a serviços de saúde em cidade do Sul do Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 889-897, Apr. 2009

GIL, Eurípedes de França; ANDRADE, Maiary Pontes; CAVALCANTI, Gabriela Maria; et. al. Dificuldades de profissionais na atenção à saúde da pessoa com surdez severa. **Revista Ciencia y Enfermería, Conceição**, 2016.

GOMES, Letícia Ferreira; MACHADO, Fernanda Cordeiro; LOPES, Mayara Melo; et. al. Conhecimento de libras pelos médicos do Distrito Federal e atendimento ao paciente surdo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v.41, no.4, Oct/Dec, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demográfico_2010/Características_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: nov.2020.

LEVINO, Danielle de Azevedo; SOUZA, Emyle Brito de; CARDOSO, Pedro Capela; et. al. Libras na graduação médica: o despertar para uma nova língua. **Revista Bra-**

sileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.37, no.2, Apr. /June, 2013.
MENDES, Vanessa Cavalcante; LIMA, Gyovanna Braz Porto De Queiroz Ribeiro; BOMFIM, Ana Marlusia Alves; BARROS, Marcia Lúcia Nogueira de Lima; LINS, Maria Alcina Tertó. MEDICINA E LIBRAS: OS DESAFIOS DE UMA FORMAÇÃO HUMANIZADA. **Ciências Humanas e Sociais, Alagoas**, v.6, n.2, p.23-30, Out. 2020.

MONTEIRO, Myrna Salerno. HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS DOS SURDOS E O RECONHECIMENTO DA LIBRAS NO BRASIL. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, Jun. 2006.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; CELINO, Suely Deysny de Matos; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 307-320, Mar. 2015.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 33-44, Apr. 2016.

SOARES, Maria Helena Alemany; PEREIRA, Joel Aroldo. Aprendendo Libras: Uma segunda língua, uma nova cultura. **Caminho Aberto - Revista de Extensão do IFSC**. v.1, n. 2, p. 57 - 61, Maio. 2015.

TEDESCO, Janaina dos Reis; JUNGES, José Roque. Desafios da prática do acolhimento de surdos na atenção primária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 8, p. 1685-1689, Aug. 2013.

PROJETO DE BENEFICIAMENTO DA FIBRA DA BANANEIRA NA COMUNIDADE DA CHÃ DA JAQUEIRA, UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO SOCIAL

BANANA TREE FIBER IMPROVEMENT PROJECT IN THE COMMUNITY OF CHÃ DA JAQUEIRA, A PROPOSAL FOR SOCIAL INCLUSION

Hanah Maria Torres de Melo¹; Lara Torres de Melo Vasconcellos¹; Ana Claudia Vassalo de Vasconcellos²

¹Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Cesmac. ²Arquiteta egressa do Centro Universitário Cesmac.

RESUMO

O projeto de extensão aqui relatado visou subsidiar uma comunidade localizada no povoado Chã de Jaqueira, Atalaia, Alagoas, com ações que viabilizaram a produção de artesanato criado a partir dos resíduos da produção de bananas de maneira sustentável. Estas ações se concentraram na capacitação técnica, empresarial e logística da comunidade, além de dotar a mesma de infraestrutura para o desempenho das suas atividades, criando oportunidade de geração de renda e promovendo sua autonomia. A experiência não só promoveu um impacto positivo na comunidade, mas também fortaleceu o processo de formação dos alunos e contribuiu para o desenvolvimento humano e social de todos os integrantes do projeto.

Palavras-chave: Fibra; Banana; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This extension project aimed to subsidize a community located in the city of Jaqueira, Atalaia, Alagoas, with actions that enabled the production of handicrafts created from the residues of banana production in a sustainable way. These actions were

focused on the technical, business and logistical capacities of the community, as well as providing infrastructure for the performance of their activities, creating income generation opportunities and promoting their autonomy. The experience only had impacted positively on the community, but also improved the student training process and contributed to the human and social development of all project members.

Keywords: Fiber, Banana, Sustainability

INTRODUÇÃO

A bananeira é uma planta cujo caule se desenvolve horizontalmente sob o solo, do qual brotam folhas que crescem para fora da terra, formando um falso tronco. Apenas uma vez na sua vida, cada caule falso frutifica e fornece um cacho de bananas, formado por pencas que, podem chegar a duzentas bananas. Depois de ter produzido o cacho, outro falso tronco começa a crescer do rizoma subterrâneo e dele nascerá o próximo cacho, assim as partes da bananeira (pseudocaule, folha e engaço), após a colheita dos frutos, são considerados resíduos (GrunKraut, 2018).

Ainda segundo a autora, os resíduos da bananeira são fibrosos, e podem ser utilizados como matéria-prima para a produção de papéis especiais, artesanato, peças de decoração, mobiliário etc. (FIGURA 1).

Figura 1. Broto da bananeira



Fonte: Autores.

Do falso tronco da bananeira é possível extrair vários tipos de fibras, cada uma com sua característica: a capa, camada externa é a mais grossa e são para trabalhos que exijam resistência do material. A seda, parte interna, é a mais fina, indicada para acabamentos das peças e a renda que é a camada intermediária é a ideal para ornamentar, como apresenta Martinez (2018).

Sustentabilidade é uma característica das peças artesanais produzidas a partir da bananeira, pois a fibra utilizada é dispensada naturalmente pela planta, e dependendo da forma que for produzida deve apresentar ótimo acabamento, resistência e durabilidade.

Assim a produção dessas peças artesanais, ajuda na preservação do meio ambiente, pois retira do campo os resíduos da planta que são naturalmente rejeitados e que podem contribuir na proliferação de fungos e animais peçonhentos nas plantações ao mesmo tempo que reduz custo pois a matéria prima é abundante na maioria das regiões tropicais e na zona da mata alagoana.

É importante ressaltar a grande disponibilidade de matéria prima na região em estudo pois Atalaia, localizada na zona da mata alagoana, como toda a região tropical, é grande produtora de bananas, sendo considerada uma das mais significativas culturas do município.

A comunidade escolhida reside no povoado Chã da Jaqueira, mais especificamente o sítio Mandacaru, localizado na zona rural do município de Atalaia, distante cerca de 60 Km de Maceió, capital do Estado de Alagoas, e do Centro Universitário Cesmac a qual este projeto está vinculado. É uma localidade carente de infraestrutura, pois, dentre muitos outros problemas, não possui saneamento básico, abastecimento d'água e nem posto de saúde, além de um fornecimento de energia elétrica inconstante; tem apenas uma escola direcionada a crianças do ensino fundamental, e a oferta de emprego, que é bastante limitada, se concentra nas lavouras, principalmente, de cana-de-açúcar.

O fechamento das várias usinas de açúcar da região, em especial a Usina Ouricuri, em 1991 e a interdição da Usina Uruba, em 2013, contribuiu com a decadência do local, pois diminuiu de forma significativa a oferta de trabalho para toda a região. Como consequência, observa-se uma crescente evasão da população da região em busca de oportunidade de trabalho e melhor qualidade de vida.

Este projeto se propôs a contribuir para a solução de um dos maiores problemas da comunidade, que é a geração de emprego e renda. Além disso, almejou promover a integração entre o conhecimento gerado na comunidade acadêmica e

a sociedade carente desse saber, através do suporte logístico, capacitação organizacional, administrativa, de divulgação e de comercialização.

Dessa forma, o projeto caracteriza-se como extensão universitária pois de acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (2012), trata-se do “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de formas indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” e tem como diretrizes básicas o impacto e a transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Ocorre, na realidade, uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre seus valores e a cultura. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. Segundo Silvaⁱ (1997):

A extensão universitária é, na realidade, uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. É uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, e recebe dela influxos positivos como retroalimentação tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprendendo com o saber dessas comunidades.

O trabalho teve início no ano de 2012 quando foi contemplado com o Prêmio Santander Universidade Solidária e concentrou-se em dar suporte técnico, logístico e financeiro para que a comunidade pudesse se estabelecer como grupo produtivo e gerar renda para si e seus familiares e, conseqüentemente, promover o seu desenvolvimento, através da produção de peças de artesanato utilizando a fibra de bananeira

Ao final de 2 anos, o projeto conseguiu alcançar todas as suas metas e até a data de publicação deste trabalho, no ano de 2021, o grupo continua atuante e se atualizando.

A comunidade, alvo das ações desse projeto, foi composta por mulheres trabalhadora rurais ou/e donas de casa, filhas e esposas de trabalhadores rurais, com faixa etária que entre 18 e 30 anos, em sua maioria, casadas com uma média de dois filhos e com o grau de escolaridade de nível fundamental. A maioria é ou tem familiares vinculados a uma associação que já existia de fato, mas não de direito, na região como a Associação dos Pequenos Agricultores da Economia Familiar de Atalaia (APAEFA), situada na sede do sítio Mandacaru, próximo ao povoado Chã da Jaqueira (Figura 1). Sua população é composta basicamente por pequenos agricultores, alguns integrantes do grupo dos Sem-terra e trabalhadores rurais, e sua renda média gira em torno de até um salário mínimo. A maioria das

oportunidades de trabalho para essa comunidade surgia fora de sua região, em cidades próximas ou na capital do Estado de Alagoas.

Figura 1. Sítio Mandacaru.



Fonte: Autores, 2012

Essa comunidade foi escolhida porque já possuía uma semente, pois desenvolvia um programa de beneficiamento da fibra da bananeira que forneciam para outros grupos e artesãos e estava muito motivada e com esperança no seu próprio desenvolvimento através do projeto, mas não dispunha de infraestrutura nem de suporte para que pudesse ter chance de sucesso e possibilidade de dar continuidade ao processo.

O número de participantes do projeto se resumiu a 10 pessoas, aproximadamente, mas atingiu também seus familiares e outras pessoas da comunidade que, por uma reação em cadeia, puderam e podem dispor de novas oportunidades de emprego e renda (figura 2).

Figura 2. Comunidade Chã da Jaqueira.

Fonte: Autores, 2012

É importante ressaltar que essa comunidade e os proprietários de fazendas e sítios produtores de banana da região já tinham estabelecido uma parceria onde esses últimos autorizaram a remoção dos caules e folhas que sobram da produção, configurando uma troca de benefícios: os produtores têm sua área de produção livre de resíduos que podem trazer malefícios à sua lavoura enquanto o grupo tem acesso fácil e gratuito ao material necessário para a produção do seu artesanato.

METODOLOGIA

A equipe universitária foi formada por uma professora coordenadora graduada em Arquitetura e Urbanismo e dois professores voluntários, um graduado em Arquitetura e Urbanismo e outro em Administração.

Os alunos que compuseram a equipe estavam matriculados nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social (Publicidade e Propaganda), Ciências Contábeis, Direito, Análise de Sistemas, Psicologia e Serviço Social, todos do CESMAC, e tiveram como critérios de seleção: o fato de já ter cursado a metade do seu período de formação; disponibilidade de tempo; afinidade com a produção de design de objetos e mobiliário e com a divulgação dos mesmos; ter caráter empreendedor, conhecimento de cooperativismo e espírito solidário. A interdisciplinaridade da equipe visa atender, o máximo possível, os requisitos impostos pelo projeto.

Os trabalhos para a implementação do projeto foram divididos em metas para uma melhor organização e operacionalização das ações. Essas ações não necessariamente foram apresentadas em ordem cronológica, pois algumas delas aconteceram concomitantemente e outras durante todo o desenvolvimento do projeto.

Inicialmente foi necessária a capacitação da equipe gestora para dotar seus componentes de subsídios indispensáveis para o bom andamento do programa. Para isso, a equipe conheceu todo o processo de extração e beneficiamento da fibra de bananeira, bem como a confecção de peças de artesanato para que pudesse orientar as participantes do projeto a dar andamento ao desenvolvimento de novas peças com design e nortear a preparação da infraestrutura necessária. Isto se deu através de cursos preparatórios presenciais (prático e teórico).

A capacitação da equipe facilitou a troca de conhecimento e capacitação das associadas, moradoras da comunidade e participantes do programa. A equipe produtora hoje é capaz de efetuar com competência todas as fases do processo.

Tanto para a primeira meta quanto para a segunda, foram ministradas aulas e oficinas por uma artesã local, onde foi possível aprender todas as fases do processo desde a extração e beneficiamento da fibra de bananeira até a confecção de peças de artesanato de variados tipos e modelos (Figura 4). Além disso, também tivemos a colaboração de outra artesã de um município vizinho que trouxe a técnica de cestaria para o grupo (Figura 5).

Figura 4. Aulas práticas



Fonte: Autores, 2013

Figura 5. Oficinas de treinamento - cestaria



Fonte: Autores, 2013

A título de complementação e consolidação do aprendizado, também foram ministradas aulas teóricas, com a utilização de data show, pela equipe coordenadora do projeto. A finalidade foi apresentar outras técnicas e exemplos desenvolvidos por grupos de outras regiões do Brasil, pois é importante que se conheça todas as possibilidades do material ao mesmo tempo em que se percebe que existem outros grupos que tiveram sucesso com atividades semelhantes (Figura 6). A equipe universitária também elaborou apostilas e cadernos de referências que serviram de apoio didático a equipe produtora sempre que necessário (Figura 7).

Figura 6. Aulas áudio/visuais



Fonte: Autores, 2013

Figura 7. Oficina/caderno de referência



Fonte: Autores, 2013

Com esse mesmo objetivo, foi realizada uma excursão ao município de Maragogi, onde foi possível conhecer e trocar experiências com o grupo Mulheres de Fibra, que produz peças de tecelagem com a fibra de bananeira e é conhecido internacionalmente (Figura 8).

Além disso, a equipe universitária investiu no desenvolvimento de novas técnicas, como a do revestimento das peças com vidro líquido ou resina, que agrega valor às peças e atrai interesse de muitos comerciantes (Figura 9).

Figura 8. Visita a Maragogi



Fonte: Autores, 2013

Figura 9. Aplicação de resina



Fonte: Autores, 2013

1 - Capacitação organizacional e de comercialização (gestão de negócios):

Durante todo o andamento do projeto a equipe universitária orientou a equipe produtora no que diz respeito à organização e autonomia da associação e comercialização de seus produtos, isso só foi possível devido ao caráter multidisciplinar da equipe.

Foi realizado um workshop dentro das instalações da IES com a participação de professores convidados e funcionários do CESMAC, dos cursos de Direito, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Psicologia, Administração e Serviço Social. A finalidade foi preparar a comunidade e alunos para a vida empresarial, onde foram abordados temas como associativismo x cooperativismo e produção, divulgação e comercialização de produtos (Figura 10).

Figura 10. Workshops



Fonte: Autores, 2013

Além disso, os alunos participantes da equipe multidisciplinar desta iniciativa (Figura 11) acompanharam e prestaram assistência durante todo desenvolvimento do projeto.

Figura 11. Apoio da equipe universitária



Fonte: Autores, 2013

Para esta etapa, foi possível firmar parceria com o SEBRAE, que foi e continua sendo de grande importância para o projeto e que se consolidou durante os 3 anos seguintes, conforme compromisso firmado, e até a data de publicação deste trabalho continua apoiando o grupo. Várias ações foram implementadas, como a aquisição de peças de artesanato pelo SEBRAE e a participação em importantes eventos como a Casa Cor, Fenearte, Brasil Original, dentre outros.

2 - Estruturação do espaço físico:

A estruturação do espaço físico (aluguel de uma casa) e de equipamentos iniciais aconteceram simultaneamente ao treinamento e foi imprescindível para o desenvolvimento do mesmo (Figura 12).

Desde cedo essa foi uma grande preocupação pois a equipe não dispunha de espaço necessário para as suas atividades. Os trabalhos se iniciaram em espaços cedidos por alguns moradores, mas isso dificultava bastante, principalmente para o acondicionamento dos materiais e equipamentos que foram sendo adquiridos à medida que eram exigidos. Com a disponibilização de verba pela IES, a título de ajuda de custo, foi possível alugar uma casa onde funcionou provisoriamente a sede da associação. Posteriormente, a equipe composta pelos alunos de arquitetura elaborou o projeto (Figura 13) e com a disponibilização de verba do projeto Santander foi possível comprar um terreno e material para a construção da sede própria, finalizada em setembro 2015 (Figura 14). É importante destacar que a mão de obra para a execução da obra de engenharia foi fornecida pela própria comunidade.

Figura 12. Equipamentos



Fonte: Autores, 2013

Figura 13. Perspectiva da sede

Fonte: Autores, 2014

Figura 14. Inauguração da sede

Fonte: Autores, 2015

3 - Processo de produção

A quinta meta correspondeu ao desenvolvimento das fases do processo de produção do produto final, baseada nos conhecimentos apreendidos durante o curso de capacitação. Esse processo vai desde a extração da matéria prima, passa pela fase de corte (retirada de fios, capas e renda), desinfecção, secagem, triagem e catalogação de material até a produção de peças de artesanato. Destaca-se que para cada tipo de produto produzido, existe um tipo diferenciado de processo de fabricação, mas todos obedecem a critérios de sustentabilidade, tanto na fabricação quanto na extração da matéria prima.

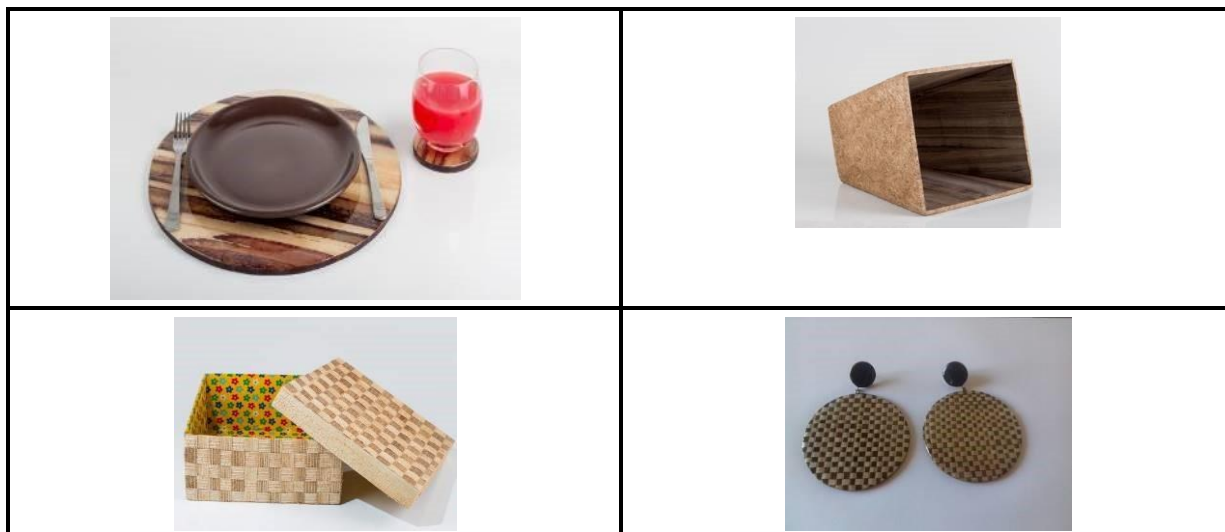
Atualmente, a equipe de artesãs já estabeleceu uma linha de produção e uma organização empresarial, mas é importante frisar que isso só foi possível com a consolidação da equipe como grupo de trabalho unido e isso sempre leva tempo.

4 - Inovação dos produtos

A inovação dos produtos é um fator primordial para o sucesso do projeto, pois pode corresponder em um diferencial entre ele e outros produtores de artesanato que tem como base a fibra de bananeira. Por isso o desenvolvimento de design de objetos, realizada pela equipe é tão importante.

Foram desenvolvidos protótipos em caráter experimental pelos alunos do curso de arquitetura, integrantes do projeto, e em paralelo a comunidade foi orientada e estimulada a desenvolver novas peças, objetivando a sua autonomia também no processo criativo. Ao final do projeto a equipe produtora já se mostrou inteiramente apta a produzir seu próprio design (Figura 15).

Figura 15. Produtos produzidos



Fonte: Autores, 2015

Levando em consideração que toda criação passa por um processo de conhecimento e parâmetros referenciais, foram elaborados alguns cadernos de referências e vídeos aulas para que as artesãs possam visualizar produtos concebidos por outros artesãos já que o acesso a essas informações é muito difícil para a comunidade, mas com a aquisição do computador e conexão à internet, foi possível integrar melhor a comunidade com o que está acontecendo no mundo. Atualmente é possível constatar que elas já conseguem criar peças diferenciadas e inovadoras e se renovar sempre.

É importante ressaltar a proposta de revestir os produtos de fibra com o vidro líquido ou resina líquida que confere à peça um acabamento diferenciado e total impermeabilização.

5- Planejamento de marketing

É de conhecimento geral que a produção das peças por si só não é suficiente para a geração de renda, é necessário comercializá-las. Assim, a elaboração de um planejamento de marketing e de logística para viabilizar essa comercialização é tão importante quanto à qualidade de produção. A equipe gestora teve também a função de auxiliar a equipe produtora nesse desempenho com orientação sobre vendas e promoção de divulgação através de meios digitais, folders, panfletos, placas e apresentações em feiras e eventos (Figura 16). Além disso, foi desenvolvido um trabalho de identidade visual com símbolo gráfico, logomarca, logotipo e a produção de um portfólio (Figuras 17 e 18).

Figura 16. FENEARTE - PE



Fonte: Autores, 2014

Figura 17. Logomarca



Fonte: Autores, 2014

Figura 18. Portfólio



Fonte: Autores, 2014

6- Formalização da associação como pessoa jurídica

É importante ressaltar que a comercialização só é possível de maneira empreendedora se a equipe existir legalmente, portanto o projeto auxiliou na constituição e consolidação da associação como pessoa jurídica. Atualmente, a associação já está legalmente constituída tanto no âmbito federal e estadual quanto municipal.

Os trabalhos foram realizados com cautela e paciência. Inicialmente foi promovido o workshop com a finalidade de fazer com que a comunidade entenda a necessidade e importância da formalização e decida qual a melhor forma para que isso ocorra; depois a comunidade recebeu assessoria de profissionais da área de direito e, por fim, foi realizada a assembleia de fundação com eleição da diretoria e posterior formalização (Figura 19)

Figura 19. Formalização da Associação



Fonte: Autores, 2014

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A equipe de produtora composta por artesãs associadas ligadas ao projeto que, ao final da vigência deste, passou a ser equipe gestora, tem atualmente, condições de prover insumos financeiros a linha de produção, a título de capital de giro, com recursos provenientes das vendas de seus produtos. Além disso, com a sua formalização, é possível acessar as várias linhas de financiamento disponibilizado pelo governo para associações comunitárias com caráter social, inclusive as voltadas para a produção de artesanato, e ainda pode-se dizer que, se o produto produzido for atrativo, existe sempre a possibilidade de parceria com iniciativas privadas.

A produção hoje está voltada para o mercado local, regional e nacional, mas tem grande potencial para alcançar também o mercado internacional, pois é

de grande aceitação, principalmente pelo seu conceito de produtos ecologicamente corretos.

Não se pode deixar de mencionar um ganho adicional conquistado pelo projeto junto ao Santander e Universidade solidária (Unisol) com um curso de alfabetização para adultos advindo da necessidade encontrada durante os trabalhos, por ser a comunidade, em sua maioria, composta por analfabetos ou semianalfabetos, dificultando, assim, o desenvolvimento das ações.

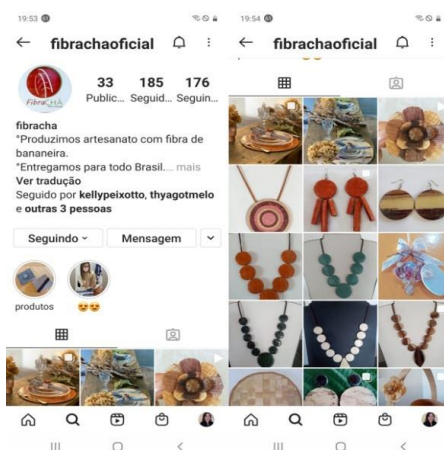
Também foi possível constatar um grande retorno acadêmico, pois se trata de um projeto que trouxe grande satisfação para todos os docentes e discentes que participaram dele visto que as relações e interações que se estabeleceram com a comunidade e com uma equipe multidisciplinar proporcionaram a todos a possibilidade de adquirir novos saberes e visão do mundo.

Atualmente, todos os alunos estão formados e exercendo suas profissões. Entretanto, ainda são mantidos os relacionamentos, o que resulta em um retorno positivo diante da rica experiência acadêmica e da influência benéfica na vida profissional

Na data de publicação deste trabalho, quase 10 anos após as atividades descritas, é possível dizer que o projeto alcançou seus objetivos e foi além do esperado, visto que a equipe continua atuante e se desenvolvendo cada vez mais, adaptando-se às adversidades do mercado.

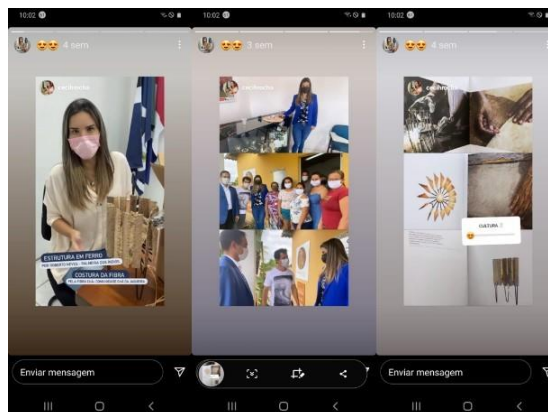
A Fibrachã hoje já tem seu nome estabelecido no mercado, comercializando com empresários, em sua maioria comerciantes ligados ao turismo, fazendo venda direta presencialmente e virtualmente através de canais da internet (figura 20) e estabelecendo parcerias com designer de renome, além de obter apoio da prefeitura local (Figura 21).

Figura 19. Perfil do Instagram



Fonte: Autores, 2021

Figura 20. Parcerias e apoio da prefeitura de Atalaia



Fonte: Autores, 2021

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que todas as etapas propostas inicialmente foram alcançadas ainda que de forma parcial, mesmo porque algumas dessas etapas nunca se findam e estão sempre em desenvolvimento.

Após o término dos trabalhos, principalmente nos primeiros anos, foi muito importante e necessária a manutenção dos contatos e assistência da equipe universitária, mesmo que de forma menos intensa e estabelecendo um afastamento gradual, pois do contrário corre-se o risco de enfraquecimento das ações, visto que a consolidação e fortalecimento de um grupo leva tempo e com a comercialização e conseqüente movimentação de dinheiro, começam a aparecer os primeiros conflitos que apesar de esperados deve-se ter um acompanhamento sistemático para ajudá-las a transpor essa fase.

Após esse período, a equipe de artesãs passou a ser gestora de seu próprio negócio de forma independente e atualmente é capaz de promover seu próprio sustento. Assim, o centro de beneficiamento da fibra de bananeira na comunidade da Chã da Jaqueira tem todas as possibilidades de ter sucesso e estabelecer continuidade, pois ao dotar as associadas de estrutura e conhecimento técnico e logístico foi dada oportunidade à essa comunidade de administrar e gerenciar seu negócio e torná-lo lucrativo gerando renda de maneira sustentável.

Todos os conhecimentos técnicos compartilhados entre a equipe gestora do projeto e a comunidade passaram a ser de domínio dessa comunidade, dando condições de desenvolvimento, pois é essa a finalidade do projeto, inclusive no que tange o desenvolvimento sustentável. Cabe à universidade manter um canal com a

comunidade no sentido de dar suporte técnico fornecendo informações sempre que solicitado.

Na verdade, o trabalho de extensão universitária nunca se finda e as relações, se bem estabelecidas, nunca se rompem, assim esse trabalho tem grandes possibilidades de continuidade visto que o processo de consolidação empresarial é muito complexo e difícil, seja para pequenas, médias ou grandes empresas e para a associação das artesãs talvez seja ainda mais difícil, necessitando de apoio, visando o fortalecimento de seus negócios e objetivando uma renovação constante.

Além disso é possível ampliar a área de atuação da associação incluindo outras atividades mesmo que voltadas para outras áreas de trabalho, envolvendo ou não outros membros da comunidade, associados também, mas seguindo a mesma metodologia e dinâmica adotados, com foco no desenvolvimento e autonomia na produção e na gestão de negócios.

Dessa forma é possível dizer que o projeto aqui descrito obteve êxito pois atingiu seus objetivos e, nesse sentido pode servir como inspiração para outros projetos com foco no verdadeiro sentido da extensão universitária, libertando-se do caráter assistencialista que por vezes envolve os trabalhos de extensão universitária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Programa de Artesanato Brasileiro**. Base Conceitual do Artesanato Brasileiro. Brasília, 2012.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 28 mar. 2018.

GRUNKRALT, Melany. **Bananeira**, [S.d.]. disponível em: <www.coopermiti.com.br>. Acesso em: 14 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE cidades@censo, Atalaia. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: 14 set. 2018.

MARTINEZ, Marly Serra. **Artesanato com a palha da bananeira**. Disponível em: <<http://ubafibras.blogspot.com.br>>. Acesso em: 14 set. 2018.

NASCIMENTO, H. M. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano: A Experiência de Organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. 2000. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) -Instituto de Economia da UNICAMP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALAIA. Centro de Apoio a Cultura de Atalaia. **A Palha e o Fio Da Fibra Da Bananeira: Manual de Produção**. Atalaia, 2004.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento: Uma visão dos países em desenvolvimento**. 2. Ed. São Paulo: Itaú Cultural: Garimpo se Soluções, 2008.

SILVA, Antônia Maria. **Projeto: Oficina da palha da Bananeira**, Atalaia, [S. n.], 2010.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão universitária? Integração ensino pesquisa e extensão**, [on line], 1997 v. 3, n. 8. <Disponível em: <https://www.ecientificocultural.com/ECC3/oberdan9.htm> > acesso em: 25 março 2021.

SOUZA, Luciano Comper. **Associações**. Vitória: SEBRAE, 2007.

APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE PESCA DE BALANÇA DE PEIXE EM MACEIÓ, ALAGOAS

USE OF FISH SCALE FISHING RESIDUES IN MACEIÓ, ALAGOAS

Karwhory Wallas Lins da Silva¹; Amanda Feitosa de Barros¹; Cleuzivan Salazar da Silva¹; Jéssica Thaisa dos Santos Lopes¹; Nely Targino do Valle Cerqueira²

¹ Discentes do Curso de Biomedicina do Centro Universitário Cesmac. ² Docente do Curso de Biomedicina do Centro Universitário Cesmac

RESUMO

O aproveitamento de resíduo pesqueiro tem grande importância ambiental e pode ser utilizado com diferentes finalidades, como por exemplo o de peixe, onde: a carne em forma de filé (parte nobre do pescado) pode ser defumada; a pele que, após ser submetida ao processo de curtimento, transforma-se em couro, a carcaça é usada para obtenção da ração que servirá tanto para consumo humano como animal. A obtenção destes e outros diferentes produtos permitem agregar valor à produção, o que se torna fator decisivo no equilíbrio das finanças para a comunidade de pescadores. Neste trabalho, buscou-se realizar o aproveitamento de resíduos oriundos de atividade de pesca para a produção de biojoias e o preparo culinário, contribuindo assim para a exploração de fontes alternativas de renda para a comunidade em estudo e, em consequência, para a resolução de problemas socioambientais locais e globais. Foi aplicado um questionário para a presidente da colônia Z-1, com a finalidade de identificar o tipo de pescado comercializado, a quantidade gerada e a disposição rotineira fornecida aos resíduos gerados na atividade comercial da balança. Foram realizados o preparo de receita culinária e confecção de biojoias através das partes calcificadas de peixes, conchas de moluscos, algas e outras partes vegetais encontradas na praia de Pajuçara. De acordo com o questionário aplicado, foram identificados que na Colônia Z-1 são gerados os resíduos: casca de camarão, víscera de peixe, cabeça, escama, espinha e pele, que são destinados para o aterro sanitário ou comercializados para terceiros (nadadeiras). Posteriormente, foi desenvolvida a técnica para montagem de brinco e pulseira a partir de escama de peixe e elaboração de receitas com ingredientes provenientes dos resíduos gerados da carcaça de peixe. Este trabalho proporcionou o destino adequado de alguns resíduos pesqueiros através da obtenção do conhecimento da

preparação de receita culinária e produção de biojoia. Isto possibilitou a inclusão social dos pescadores da colônia Z-1 e contribuição na vida útil do aterro sanitário de Maceió, visto que ocorreu minimização dos resíduos encaminhados.

Palavras-chave: Uso de Resíduos Sólidos. Pesqueiros. Processamento de Resíduos Sólidos. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The use of fishing residue has great environmental importance and can be used for different purposes, such as fish, where: fillet-shaped meat (noble part of fish) can be smoked; the skin that, after being submitted to the tanning process, turns into leather, the carcass is used to obtain the feed that will serve both for human and animal consumption. Obtaining these and other different products allows adding value to production, which becomes a decisive factor in the balance of finances for the fishing community. In this work, we sought to use waste from fishing activity for bio-jewelry production and culinary preparation, thus contributing to the exploration of alternative sources of income for the community under study and, consequently, to the resolution of local and global socio-environmental problems. A questionnaire was applied to the president of colony Z-1, in order to identify the type of fish sold, the amount generated and the routine disposal provided to the waste generated in the commercial activity of the balance. The preparation of culinary recipe and preparation of biojewelry were carried out through the calcified parts of fish, shells of molluscs, algae and other vegetable parts found on the beach of Pajuçara. According to the questionnaire applied, it was identified that in Colony Z-1 the residues are generated: shrimp shell, fish viscera, head, scama, spine and skin, which are destined for landfill or marketed to third parties (fins). Subsequently, the technique was developed for assembling earring and bracelet from fish bed and preparation of recipes with ingredients from the residues generated from the fish carcass. This work provided the proper destination of some fishing waste by obtaining knowledge of the preparation of culinary recipe and biojewelry production. This allowed the social inclusion of fishermen in the Z-1 colony and contribution to the useful life of the Maceió landfill, since there was minimization of the residues sent.

Keywords: Use of Solid Waste. Fishing. Solid Waste Processing. Sustainable

Development.

INTRODUÇÃO

Os historiadores afirmam que a cidade de Maceió, capital de Alagoas, nasceu de um antigo engenho de açúcar, na região de onde provavelmente é a praia de Pajuçara (SILVA; SÁ; MUNIZ, 2019). Para outros, por ser praiana seu surgimento está ligado a uma pequena vila de pescadores. O seu nome é de origem tupi e foram os índios que chamavam esse lugar com abundância de águas por todos os lados de Maçayó ou Maçai-o-k, que significa “O que tapa o alagadiço” e se caracterizada por ser muito atrelada a águas, através de oceano, lagoa, rios e seus afluentes (BARROS et al., 2014).

Destacam-se, as belezas naturais do patrimônio histórico da cidade, seu conjunto arquitetônico, sua infraestrutura turística, e a orla marítima da cidade, onde se encontra a praia de Pajuçara, onde fica localizada a Balança de Peixe da Colônia Z-1 Almirante Jaceguay, local de atuação deste projeto extensionista (ALAGOAS, 2013).

Nos últimos anos o impacto ambiental vem sendo muito discutido em qualquer área da produção, seja na aquicultura, agricultura, pecuária ou mesmo na atividade industrial em curtumes. Dessa forma, buscam-se alternativas tecnológicas para aproveitamento dos resíduos causadores de poluição, agregando valores no beneficiamento dos mesmos (LIMA, 2013).

Segundo dados da Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura, o Estado de Alagoas tem cadastrado 37 colônias de pescadores e a sua grande maioria foi fundada no início do século XX e estão quantitativamente localizadas em diversas cidades: cinco em Maceió, duas em Coruripe e uma no municípios de Coqueiro Seco, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Pilar, São Miguel dos Milagres, Penedo, Jequiá da Praia, Barra de Santo Antônio, Maragogi, Santa Luzia do Norte, Traipú, Piaçabucu, Pão de Açúcar, Paripueira, Barra de Camaragibe, Roteiro, Porto de Pedras, Delmiro Gouveia, Pontal do Peba, Japaratinga, Jaramataia, Piranhas, Igaci, Igreja Nova, Dois Riachos (desativada), Belo Monte, Porto Real do Colégio, São Braz, Feliz Deserto e São Miguel dos Campos (ALAGOAS, 2013).

Deve-se também destacar o grande volume de resíduos gerados com o processamento do peixe, principalmente quando a finalidade é a produção de filé. Es-

ses resíduos quando bem manuseados, podem ser aproveitados em forma de embutidos (fishburg, almôndegas, linguiça, biofertilizante, dentre outros), couro, farinha de peixe e confecção de peças artesanais (SOUZA; INHAMUNS, 2011).

De forma geral o que ocorre é que as peles acabam sendo desperdiçadas pelos comerciantes da balança de peixe que não tem o conhecimento das técnicas para sua transformação e utilização (JUCÁ et al., 2013). O couro de peixe é um produto nobre e exótico com boa maleabilidade, resistência, beleza, de alta qualidade, suave e resistente. As peças produzidas com este couro são, hoje, objetos do desejo daqueles que fazem questão de sofisticação e qualidade e que prestigiam as práticas ecologicamente corretas. As grifes e estilistas já estão adotando a moda eco fashion ou eco sustentável (LOPES, 2011).

O aproveitamento de resíduos de pesca é uma atividade que precisa urgentemente ocupar o seu lugar nas instituições públicas e/ou privadas, já que além dar uma resposta interessante ao setor privado como uma alternativa de renda, poderá indicar a elas uma estratégia “verde” de gestão de seus resíduos agregando valor aos seus produtos, e conseqüentemente, afetando positivamente o meio ambiente (SILVA MOURÃO; NIVALDO, 2006).

O desenvolvimento do projeto propiciou aos membros da Colônia o conhecimento sobre o aproveitamento de resíduos oriundos de atividade de pesca, para produção de alimentos, obtenção do couro e elaboração de biojoias. Com vistas na conservação do meio ambiente da praia de Pajuçara e geração de renda, surge como uma nova alternativa para atender a moda sustentável a transformação da pele de peixe em couro ecológico. É uma forma de minimizar o impacto ambiental decorrente dos resíduos da balança de peixe, e ainda, gerar benefícios socioeconômicos.

Portanto este projeto de intervenção comunitária teve como objetivo capacitar os pescadores cadastrados na Colônia de Pescadores Z1 Almirante Jaceguay do Bairro de Pajuçara em Maceió-AL, contribuindo assim para a exploração de fontes alternativas de renda para esta comunidade, em consequência, permitindo a resolução de problemas socioeconômicos locais e globais.

METODOLOGIA

As ações extensionistas foram realizadas na Colônia Z-1 Almirante Jaceguay (Figura 1), fundada em 01 de agosto de 1921, localizada no bairro de Pajuçara

ra em Maceió, Alagoas, que é responsável pela administração da balança de peixe na orla da Pajuçara (Figura 2), onde são gerados os resíduos de peixe provenientes de suas atividades comerciais.

Figura 1 - Faixada da Colônia Z-1 Almirante Jaceguay, em Maceió, Alagoas.

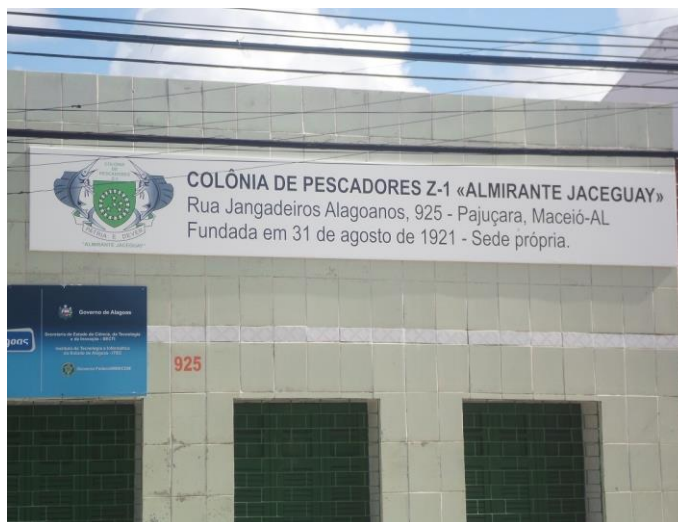


Figura 2 - Balança de peixe na orla de Pajuçara, em Maceió, Alagoas.



Com a finalidade do aproveitamento dos resíduos de atividades pesca, para a conservação do meio ambiente da praia de Pajuçara e da geração de renda, foram realizadas as atividades:

a) Aplicação de questionário

Este objetivou identificar através da análise de seus resultados, o tipo de pescado comercializado, a quantidade gerada de pele, de casca, de escama e a disposição rotineira fornecida aos resíduos gerados na atividade comercial da balança (Figura 3).

Figura 3 - Registro durante a aplicação do questionário na Colônia Z-1.



(a)



(b)

b) Aproveitamento de Resíduos

Foi realizada a confecção de biojoia e produção de alimento de partes calcificadas de peixes e conchas de moluscos, encontradas na praia de Pajuçara.

c) Acompanhamento das atividades de capacitação e produção de biojoias e couro

Este acompanhamento foi realizado ao término de cada atividade citada, através da revisão dos principais pontos abordados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o diagnóstico inicial a situação encontrada foi que os resíduos gerados da pesca eram depositados em toneis sem nenhuma separação, onde a manipulação desses resíduos era feita de forma inadequada sem nenhum tipo de equipamento de proteção individual, sem contar que após a manipulação dos resíduos,

os peixes que seriam comercializados eram manipulados pelos mesmos, favorecendo um grande risco de contaminação por agentes infecciosos. As respostas obtidas durante a aplicação do questionário encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1. Respostas do questionário aplicado.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Quais os dias da semana que a balança funciona?	Todos os dias.
Quantos quilos de peixes a balança recebe por dia?	Aproximadamente de 300 a 600 kg.
Quais são as os principais pescados capturados?	Bagre, cação, corvinha, linguado, peixe-rei, tainha, atum, cavala, cioba, arabaiana, garaçuma, carapau, sardinha de “gaia”, sardinha azul, camuripim.
O pescado comercializado ao longo do dia é acondicionado em refrigeradores? Em algum momento é adicionado sal?	Em isopor refrigerado. Alguns adicionam sal.
Quais são as principais operações geradoras de resíduos durante o processamento de pescado?	Descamação, descabeçamento, evisceração e filetagem.
Quais os tipos de resíduos gerados nas atividades de manipulação dos produtos pesqueiros?	Casca de camarão, vísceras de peixe e pele.
Qual é o destino dos resíduos gerados durante o processamento?	Container (aterro sanitário).

Fonte: Dados dos Autores (2014).

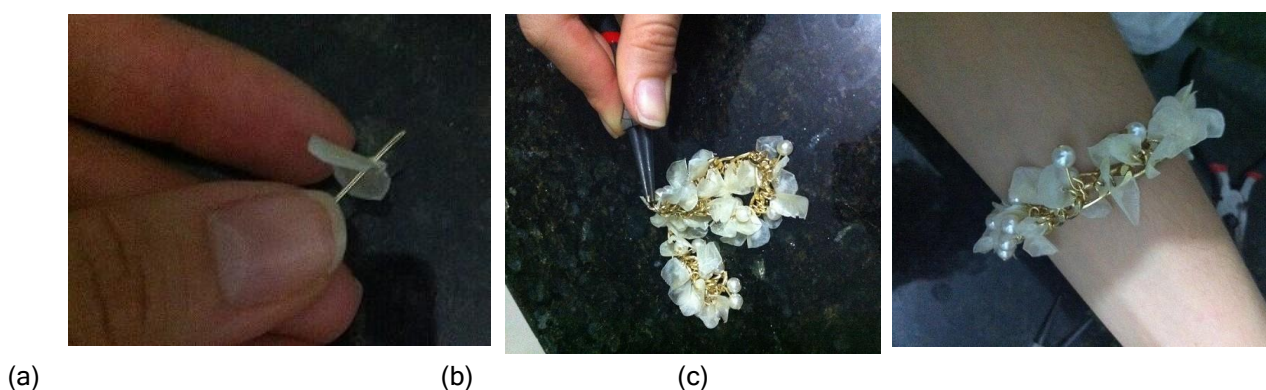
Semelhante ao presente trabalho, Moura et al. (2013) através do questionário aplicado a vendedores de peixe em Crato e Missão Velha, CE, na região do Cariri constatou que não são realizados tratamento ou aproveitamento dos resíduos de pescado, sendo descartados na rua após a evisceração e os entrevistados ainda responderam que desconhece os impactos que estes resíduos podem causar ao meio ambiente.

Cartapreta et al. (2014) caracterizando o resíduo de pescado produzido na Rua do Peixe, em Santos, SP, verificou através de questionário que a produção

mensal de resíduos foi estimada em 6,37 toneladas, sendo o resíduo de pescada representando 35,99%. O mesmo trabalho ainda detectou que o armazenamento dos resíduos era realizado no próprio local em caixas ou tambores de 10 kg, sem refrigeração e sem separação do lixo comum, assim como no presente trabalho, todo o resíduo produzido era descartado em aterros sanitários, sem relato de aproveitamento.

Com a identificação dos resíduos, uma nova etapa pôde ser traçada, que se constituiu de busca em alternativas viáveis para utilização dos resíduos. Esta foi delimitada através da pesquisa e produção de biojoias utilizando como matéria prima escamas de peixe (Figura 4) e o aproveitamento de cabeças de peixe para fabricação de sopas e caldos (Figura 5). Alternativas como a utilização de couro de peixe para fabricação e venda de carteiras e bolsas e o aproveitamento das cascas de camarão para fabricação de ração para peixes foram também objeto de estudo.

Figura 4. Biojoias produzidas com escamas.



Fonte: Dados dos Autores (2014).

Figura 5 - Sopa produzida com aproveitamento das cascas de camarão.



Fonte: Dados dos Autores (2014).

Outro estudo semelhante a este aponta um maior engajamento da comunidade, Repinaldo e Tonini (2007), objetivando o aproveitamento integral de pescado em comunidades pesqueiras de Jacaraípe, Serra, ES realizou durante dois anos oficinas e palestras onde mais de 2.742 pessoas foram atendidas no projeto denominado “Projeto Peixinho”, uma média de sete famílias por mês.

Os resíduos de pescados podem ir muito além da produção de artesanato, pesquisas tem mostrado fertilizantes originados a partir de resíduos de pescado (OLIVEIRA et al., 2013), farinhas, silagens, rações para peixes e camarões, óleos ou peles (BOMBARDELLI; SYPERRECDK; SANCHES, 2008; BOELTER et al., 2011), o que pode gerar renda, contribuindo com a sociedade de forma sustentável.

Também foi solicitada a direção da colônia Z1, um espaço para conscientização e oficina sobre o reaproveitamento dos resíduos, entretanto, notou-se que a comunidade não abraçou de forma sagaz a ideia e não interagiu, dificultando a comunicação. Entretanto, deseja-se que ocorra a mudança neste cenário de insustentabilidade através da realização de outros trabalhos sobre reaproveitamento de resíduos de pesca.

CONCLUSÃO

A geração de resíduos de atividade de pesca na balança de Pajuçara são provenientes principalmente do camarão e de peixes. Dos peixes são obtidos: a víscera, a escama, o rabo, a nadadeira, a cabeça e a pele e do camarão: a cabeça e a casca. Podemos observar que a maior quantidade de resíduo gerado é referente à pele do peixe e a casca de camarão. Dos resíduos gerados de peixe, foram produzidas as biojoias a partir da escama e também sopas e caldos a partir da cabeça.

Espera-se que com a realização do projeto na balança de Pajuçara, tenha-se despertado a consciência dos comerciantes a respeito da importância do reaproveitamento dos resíduos que são gerados. A transformação dos resíduos, que tem atualmente apenas como destino o aterro sanitário de Maceió, em materiais como bijuteria, sopa, farinha, materiais de couro entre outros, além de minimizarem a sua quantidade disposta, poderão gerar renda que será de grande utilidade principalmente no período de defeso da pesca.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, Pesca E AQUICULTURA. [online]. 2013. Disponível em: <<http://www.agricultura.al.gov.br/institucional/estrutura/secretaria-de-estado-da-agricultura-pesca-e-aquicultura>>. Acesso em: 02 out. 2013.

BARROS, C. R. A. et al. O que tapa o alagadiço?: os impactos do higienismo na qualidade de vida urbana de Maceió/Alagoas (Brasil). In: Simposio de la Asociación Internacional de Planificación Urbana y Ambiente, XI, Buenos Aires, 2014. **Anais...** Buenos Aires: Univerdidad Nacional de la Plata, 2014.

BOELTER, J. F. et al. Caracterização química e perfil aminoacídico da farinha de silagem de resíduos de sardinha. **BIOFAR**, Campina Grande, v. 5, n1, p. 86-92, 2011.

BOMBARDELLI, R. A.; SYPERRECDK, M. A.; SANCHES, E. A. Situação atual e perspectivas para o consumo, processamento e agregação de valor ao pescado. **Arquivos de Ciências Veterinárias e Zoologia**, Umuarama, v. 8, n. 2, p. 181-195, 2008.

CARTAPRETA, L. C. et al. Caracterização do resíduo de pescado produzido na rua do peixe, Santos, SP – Brasil. In: Simpósio de Controle de Qualidade do Pescado (SIMCOPE), VI, Santos, 2014. **Anais...** Santos: Instituto de Pesca, 2014.

JUCÁ, L. B. M. et al. Verificação da destinação dos resíduos oriundos do abatedouro de carne e das feiras livres de pescado na região do Cariri. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v. 8, n. 4, p. 5-10, 2013.

LIMA, L. K. F. **Reaproveitamento de resíduos sólidos na cadeia agroindustrial do pescado**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2013.

LOPES, P. D. **O couro do peixe como forma de materializar o conceito de sustentabilidade ao desing de moda**. 2011. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Moda) – Laureate International Universities, Porto Alegre, 2011.

MODERNA BALANÇA DE PEIXE É INAUGURADA NA PAJUÇARA. [online]. 2013. Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2013/08/05/moderna-nova-balanca-do-peixe-e-inaugurada-na-pajucara>>. Aceso em: 13 out. 2013.

MOURA, L. B. et al. Verificação da destinação dos resíduos oriundos do abatedouro de carne e das feiras livres de pescado na região do Cariri. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v. 8, n. 4, p. 05-10, 2013.

OLIVEIRA, A. L. T. et al. Alternativa sustentável para descarte de resíduos de pescado em Fortaleza. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v. 7, n. 1, p. 1-8, 2013.

REPINALDO, F. P.; TONINI, J. F. Aproveitamento integral do pescado em comunidades pesqueiras de Jacaraípe, Serra, ES: abordagens sobre educação para um desenvolvimento sustentável. **Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil**, 23 a 28 de Setembro de 2007, Caxambu – MG.

SILVA, A. G. D.; SÁ, B. C. C.; MUNIZ, B. M. A cidade e os banguês: localização, estudo e reconhecimento de remanescentes de engenhos no município de Maceió. In: Semana de Pesquisa da Unit, Maceió, 2019. **Anais...** Maceió: Centro Universitário Tiradentes, 2019.

SILVA MOURÃO J.; NIVALDO, N. Pescadores, peixes, espaço e tempo: uma abordagem etnoecológica. **Interciência**, Caracas, v. 31, n. 5, p. 358-363, 2006.

SOUZA, A. F. L.; INHAMUNS, A. J. Análise de rendimento cárneo nas principais espécies de peixes comercializadas no estado do Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, Manaus, v. 41, n. 2, p. 289-296, 2011.

MEDIAÇÃO ESCOLAR REMOTA EM TEMPO DE PANDEMIA: UMA EXPERIÊNCIA DOS ACADÊMICOS DO CESMAC NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO DE ALAGOAS

REMOTE SCHOOLAR MEDIATION IN PANDEMIC TIME: ONE EXPERIENCE OF CESMAC ACADEMICS IN STATE PUBLIC SCHOOLAR NET OF ALAGOAS

Sônia Maria Albuquerque Soares¹; Josimea de Barros Pino Souza²; Alajose Medeiros de Melo³; Larissa Denise da Conceição Firmino³; Carolina Salomão Pita³; Cynthia Rocha Rijo Martins³; Martha Paulino de Barros³; Ana Carlyne Sobral Lyra³

¹Docente do Centro Universitário CESMAC; Docente Coordenadora do CEJUSC/CESMAC, CCMEC, Conciliadora pelo CNJ. ²Docente do Centro Universitário CESMAC; Supervisora de Estágio no CCMEC. ³Discentes do Curso de Direito e Psicologia do Centro Universitário Cesmac.

RESUMO

Nossa sociedade está enfrentando um dos maiores desafios de sua história decorrente da pandemia pela Covid-19. O vírus que atingiu os continentes e povos do mundo afetou praticamente todos de alguma forma. Considerando essa realidade atual, a pandemia mundial da Covid19 e o isolamento vêm trazendo uma nova rotina, em que todos são incipientes e estão aprendendo a lidar com novos costumes. O projeto tem por finalidade auxiliar, com atividades remotas, os alunos, familiares e professores da Rede Pública de Ensino de Alagoas, com a difusão da experiência da mediação de conflitos, além de transmitir noções das normas que regem a sociedade, para a promoção dos valores da convivência humana e pacificação social. Consoante a isso, fez-se necessária a utilização da tecnologia como aliada neste momento, uma vez que as ferramentas utilizadas para manter o contato e permanecer ajudando os beneficiados do projeto são através das redes sociais, tais como, o Instagram e WhatsApp. Dessa forma, é notório o quanto a utilização de meios tecnológicos é essencial e eficaz para intervir durante o isolamento social, pois, de acordo com a Lei 13.979/2020, que veio para regular sobre as medidas para o enfrentamento da saúde pública quanto a Covid19, o isolamento em tempo de pandemia é imprescindível.

Palavras-chave: Pandemia. Isolamento social. Mediação Escolar. Tecnologia.

ABSTRACT

Our society is facing one of the biggest challenges of history, due of the pandemic by the Covid-19. The vírus that hits the continents and people of the world have affected practically everyone somehow. Considering this actual reality, the world pandemic of Covid-19 and the isolation has bringing a new routine, where everyone is incipient and is learning to deal with new costumes. The project has the finality to auxiliante, with remote activites, the students, relatives and teachers of state public scholar net of Alagoas, with the difusion of the experience of mediation of conflicts, beyond transmit notions of the norms that governing the society, for the promotion of values of human coexistence and social pacification. Accorde with this, its has made necessary the utilizacion of technology as an ally in this time, once the tools that are used to keep contact and continuing to help the beneficiaries of the project are the social networks, as such the Instagram and WhatsApp. Therefore, is nottory how much the utilizacion of technological means is essencial and effective to intervene during the social isolation, because, accorde to the Law 13.979/2020, that came to regulate about the mesures to cope with public health in terms of Covid-19, the isolation in pandemic time is essential.

Keywords: Pandemic. Social Isolation. School Mediation. Technology.

INTRODUÇÃO

Diante da paralisação das atividades escolares em todo o país, provocada pela pandemia da COVID-19, surgiu a necessidade de projetos alternativos, para que os estudantes matriculados na Rede Pública continuassem tendo acesso às atividades que já vinham sendo desenvolvidas durante o período de aulas presenciais, como, por exemplo, as do Centro de Mediação Escolar e Comunitária (CCMEC), que foi implantado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), em parceria com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC/CESMAC) e a Secretaria da Educação de Alagoas (SEDUC/AL), para servir de apoio aos demais trabalhos já existentes acerca da violência escolar e incentivar a cultura da paz, conforme Mousinho (2010).

Nas ações desenvolvidas no Centro, são trabalhados conceitos éticos de cidadania, respeito e tolerância. Também são promovidas atividades que refletem

sobre a responsabilidade de cada indivíduo na preservação da paz, bem como audiências de conciliação, quando identificados conflitos.

Neste período de pandemia, o uso da internet para promover atividades educativas é favorável para manter os alunos e seus familiares, além dos professores, conectados ao espaço escolar e ativos. Assim, uma Escola Estadual, situada no Bairro Benedito Bentes, tem utilizado como canal de comunicação, para realização das aulas, o Google Classroom, que proporciona inúmeros benefícios, haja vista a facilidade de configurar e adicionar os alunos diretamente ou compartilhar um código para eles participarem da turma.

Segundo contatos da Diretora da Escola, que solicitou ajuda neste momento tão difícil, diante da possibilidade de continuarmos, de forma remota, com os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos no colégio, foi utilizada essa Plataforma, como, também, a Microsoft Teams, além de definir outros mecanismos online, como, por exemplo, desenvolver atividades via Whatsapp e Instagram, que são ferramentas de comunicação muito utilizadas pelos jovens na atualidade.

Daí surgiu a ideia do projeto de Extensão Universitária: **Mediação escolar remota em tempo de pandemia**, que contou com alunos de Direito e Psicologia do Cesmac que já atuam no CCMEC, com a orientação dos professores que participam do projeto e de profissionais convidados que atuam na área da mediação de conflitos.

O objetivo do projeto foi auxiliar, com atividades remotas, alunos, familiares e professores da Rede Pública de Ensino de Alagoas, com a difusão da experiência da mediação de conflitos, além de transmitir noções das normas que regem a sociedade, para a promoção dos valores da convivência humana e pacificação social.

Vale lembrar que o projeto foi desenvolvido por toda a equipe do CCMEC do CEJUSC do CESMAC.

METODOLOGIA

Para execução do projeto, as atividades foram divididas em três etapas, que serão descritas a seguir:

Processos

Na 1ª etapa, foi feito o aprofundamento de pesquisa bibliográfica acerca do tema, para orientação técnica da intervenção na comunidade, além da organização

de um quadro de informações sobre Conciliação e Mediação de conflitos escolares e comunitários, levando em conta o pensamento de autores que tratam do assunto, tais como, Mousinho (2010), Lima (2010), Nunes (2014), Alzate (2005) e Ortega; Del Rey. (2002).

Dando prosseguimento, na 2ª etapa, foram definidas e aplicadas estratégias que possibilitaram a sua execução, com o desenvolvimento das atividades planejadas em reuniões entre professores e alunos extensionistas deste projeto, via Plataforma Teams, entre elas, formação de um grupo com os representantes dos alunos e outro com os professores e direção da escola contemplada com o projeto, para comunicação via WhatsApp; formação de um grupo no Instagram, para o desenvolvimento de atividades de sensibilização de professores, alunos, servidores, pais, por meio de ações online, tais como: disponibilização de vídeos informativos, lives acerca de temas relacionados à violência escolar e comunitária, com profissionais convidados que atuam na área de mediação de conflitos, como também de organização de rodas de conversas, via Google Classroom, Microsoft Teams, WhatsApp e Instagram, com alunos, familiares e professores para identificação, através da “Escuta Ativa”, dos tipos de conflitos mais comuns existentes entre os alunos e familiares da escola contemplada com o projeto neste contexto de pandemia. Além disso, houve a realização de audiências de Mediação online quando identificados conflitos, haja vista que eles podem se intensificar ainda mais no contexto de isolamento social e podem ser conduzidos, segundo Nunes (2014), pela gestão profissional do diálogo.

Na 3ª etapa, foi feita um estudo das informações coletadas no início da pesquisa, comparando-as com os resultados obtidos após a intervenção remota na comunidade contemplada com o projeto.

Mobilização e capacitação

Diante da paralisação das aulas presenciais, com a execução de atividades remotas proposta neste projeto de extensão universitária, com o auxílio da tecnologia, procurou-se minimizar os impactos provocados, durante o contexto de pandemia, pela utilização de práticas de mediação de conflitos.

Nesse contexto, coloca-se a aceitação de Nunes (2014) de que essas práticas trazem procedimentos e habilidades que ajudam na prevenção e na resolução de conflitos, o que contribui para o desenvolvimento de boas relações no espaço escolar.

Além do mais, as práticas de Mediação são artifícios simples em recursos e

intensas nas relações de convivência, uma vez que elas dão um “destaque especial ao desenvolvimento de valores sociomoraís importantes às crianças e aos jovens, tais como, o respeito, a empatia, a interconexão, a responsabilidade social e a autodisciplina.” (NUNES, 2014).

Assim, foram levadas atividades aos alunos da escola contemplada com o projeto, na busca de resolver problemas práticos enfrentados por professores e gestores da educação, que buscam formas de assegurar os alunos ativos mesmo longe da escola, como, também, a manutenção de uma convivência saudável com seus familiares através das lives e atendimentos psicológicos.

Descrição das parcerias

Este projeto de extensão universitária contou com as seguintes parcerias: o Centro de Mediação Escolar e Comunitária (CCMEC), que funciona no Curso de Direito do Cesmac, juntamente com o CEJUSC, e tem como intuito a prevenção e o combate à violência escolar; o CEJUSC/CESMAC, que atua na mediação de conflitos junto ao Curso de Direito do Cesmac e tem sua sede na Rua Íris Alagoense, s/n, Farol, Maceió/AL e a Liga Acadêmica LASCEJUC do CESMAC, que foi criada para atuação dos alunos junto ao CEJUSC/CESAMAC em atividades de pesquisa, extensão e mediação de conflitos.

Situação da realidade local

A escola contemplada com o projeto está situada em um local hostil, que necessita de uma atenção e intervenção, de forma que se pode perceber essa demanda através das questões que chegaram até o projeto. Durante a Pandemia, a utilização das tecnologias foi se tornando essencial, possibilitando benefícios e auxiliando os alunos em relação às suas demandas e necessidades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto, aqui em destaque, conjuntamente com acadêmicos e profissionais voluntários do CCMEC, desenvolveu ações em parceria com uma escola pública, a fim de atender as expectativas do ensino-aprendizagem em clima de apoio aos alunos em situação de conflitos, levando em consideração, conforme Nunes (2014), que a escola precisa informar a importância do diálogo e da paz, o que implica preparar os alunos para um conjunto de disposições sociais indispensáveis ao alargamento de uma personalidade equilibrada, além da prática de apropriadas re-

lações sociais e ao “aprimoramento das relações interpessoais, sobretudo através da comunicação eficiente; à compreensão das diferenças interculturais e à cultura da não violência.” (NUNES, 2014).

Em março de 2020, com o surgimento da COVID-19, que afetou toda sociedade brasileira e mundial, foram suspensas as aulas em toda Rede Escolar Pública e Privada no país, conforme providências governamentais, com o objetivo de proteger a classe estudantil, bem como cuidar da saúde da população, em virtude do Coronavírus. Tal procedimento, apesar de necessário, gerou um caos no ambiente escolar.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU),

a pandemia da Covid-19 causou o fechamento de escolas em mais de 190 países, afetando diretamente 1,6 bilhões de estudantes. Desse total, 40 milhões são crianças na pré-escola, um período crítico para a formação e desenvolvimento infantil. (ONU, 1 set. de 2020).

No Estado de Alagoas, não foi diferente: escolas fechadas, despreparadas, como um todo, para a emergência causada pela pandemia. Distanciamento social, situação socioeconômica, aparelhagem estudantil, internet – incapacidade de interligar todos os estudantes ao mesmo tempo e na mesma hora para o ensino, através da rede de computadores ou celulares (inexistentes para a maioria dos alunos), motivação e preparação para o estudo online, também foi outro ponto de muitas questões. As mesmas dificuldades atingiram professores, direção, políticas públicas, participação dos pais ou responsáveis nesse momento de crise, conforme contato com a escola contemplada com este projeto de extensão comunitária.

Segundo Nunes (2014),

Nos métodos de resolução pacífica de conflitos é importante que os facilitadores ajudem as pessoas a detectarem as suas necessidades para separá-las dos seus sentimentos. É comum fazermos confusão entre as necessidades e os sentimentos: as necessidades são desejos e valores que estão gerando os nossos sentimentos; os sentimentos refletem como nós estamos nos sentindo em relação ao que estamos observando.

Assim sendo, em meio a um panorama assustador e conturbado, as ações do Centro de Mediação Escolar também foram atingidas para solução de continuidade, levando a uma mudança de estratégia, na tentativa de apoiar os alunos, em suas condições conflituosas e emocionais, conforme Ortega; Del Rey. (2002) e Alzate (2005).

A demanda é, por sua vez, antes mesmo da pandemia, carente de atenção psicossocial, dado o nível de violência no próprio núcleo escolar e suas adjacências.

Nesse contexto, foram planejadas ações emergenciais – reuniões com o fito de definir estratégias para apoio às crianças e adolescentes da escola no período emergencial, bem como estudar e planejar meios para dar suporte aos alunos da escola e, ao mesmo tempo, aos acadêmicos, no contexto do ensino-aprendizagem.

Vale ressaltar que o Projeto de Mediação Escolar é uma via de mão-dupla, pois apoia os alunos da escola da Rede Pública, mas também os acadêmicos, no que se refere ao ensino-aprendizagem, com ajuda dos profissionais voluntários. Assim, os acadêmicos aprendem em cada reunião, quando estudam, pesquisam, planejam, apresentam ideias e buscam soluções. É uma participação importante e momentos de aprendizagem.

Nas reuniões, utilizou-se a plataforma Teams e, em maio de 2020, foi condensada a ideia da Criação de um Grupo no WhatsApp com alunos da escola e três acadêmicos, ou seja, sem a presença de professores. O objetivo foi avaliar a motivação da participação dos alunos, se eles ficariam mais à vontade para participarem das atividades propostas. No entanto, observa-se um resultado quase nulo onde as informações e as dificuldades são as mesmas para todos.

Em agosto de 2020, foram realizadas reuniões na plataforma Teams, com a pauta sobre desmotivação dos alunos em participar das atividades da escola em Período Remoto.

Foi criado um grupo de WhatsApp por turma, com uma regrinha (como horário para conversa, temas específicos, entre outros – uma forma de tutoria), com apenas 2 ou 3 acadêmicos, e sem a presença de professores: uma maneira para tentar fazer com que os alunos ficassem mais a vontade em compartilhar seus conflitos e, como proposto Lima (2010),

promover discussões deixando que os alunos expressem-se com liberdade, discordando, avaliando, criticando e criando suas próprias regras, assim, estará contribuindo para que estes cidadãos em formação construam uma sociedade baseada na autonomia.

O Resultado não foi o esperado, pois o desinteresse foi quase que total. Daí a necessidade de organizar meios que talvez incentivassem a participação através de dinâmicas, rodas de conversas, jogos e outros. Também houve pouca participação por parte dos alunos da escola.

Ainda em agosto de 2020, foi feito o acompanhamento das atividades e estudos de como chegar mais perto dos alunos da escola – uma preocupação de todos da equipe, devido à dificuldade em motivar e levar os alunos para a participação das aulas remotas.

Diante dessa realidade, houve a preparação dos extensionistas para o contato com a coordenação do colégio para análise do planejamento pedagógico da escola, visando, juntamente com a coordenação, encontrar espaço para implantação das ações. Realizou-se outras reuniões, também, sempre com o mesmo objetivo, apoio aos alunos para ultrapassar o período de adaptação, isolamento, angústia, etc.

Para tentar chegar mais perto dos alunos e familiares da escola, os acadêmicos, através de pesquisa nos sistemas de informações online e em alguns presenciais, catalogaram toda a rede de apoio online à criança e adolescente, informando todos os dados e a busca pelo atendimento, quando necessário e, em casos de urgência, o encaminhamento adequado, visando facilitar a busca de ajuda pelos adolescentes em seus momentos de dificuldades. Eles catalogaram, também, toda Rede Estadual de apoio à mulher, pensando na base familiar, que é o suporte de todo contexto socioeducacional.

Em atividade acadêmica, a equipe resumiu-se por diversas vezes, gerando planejamento e atividades que hipoteticamente ajudariam os alunos no momento de pandemia.

Foram efetivadas visitas a alguns conselhos tutelares, visando conhecer e buscar entendimento dos seus planos emergenciais, para o apoio à criança e ao adolescente, no período de pandemia/isolamento social.

Em apoio aos alunos da escola, os acadêmicos desenvolveram *lives* com diferentes temas, uns sugeridos pelos próprios estudantes da Escola, tais como:

1. “Depressão e ansiedade em período de isolamento”, com a Psicóloga Dra. Sheila Chagas Vieira, professora do Curso de Psicologia do CESMAC e, como moderadora, a extensionista Cynthia Martins, com foco no período do retraimento social, conforme figura 1 abaixo:

Figura 1 - Live com tema sobre depressão e ansiedade, dia 05/06/2020. (Instagram - @CCMEC).



Fonte: Dados da Pesquisa.

2. “Autoestima” - valor que uma pessoa tem em relação a ela própria e que influencia todos os campos da vida, com a Psicóloga Lorena Barros de Albuquerque e, como moderadora, a extensionista Cynthia Martins.

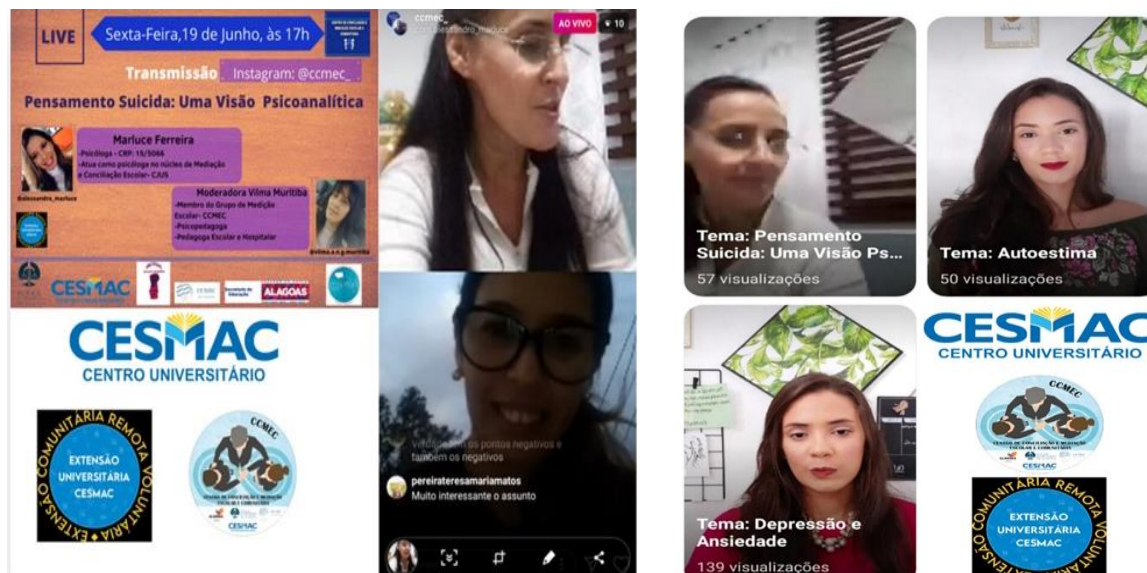
Figura 2 - Live sobre o tema Autoestima. Dia 12.06.2020. (Instagram - @CCMEC).



Fonte: Dados da Pesquisa.

3. “Pensamento Suicida: uma visão psicanalista”, com a psicóloga, Marluce Ferreira e a Psicopedagoga Vilma Muritiba, visando alertar os estudantes para os pensamentos suicidas, principalmente em momentos de isolamento social.

Figura 3 - Live sobre pensamento suicida no Instagram - @CCMEC.



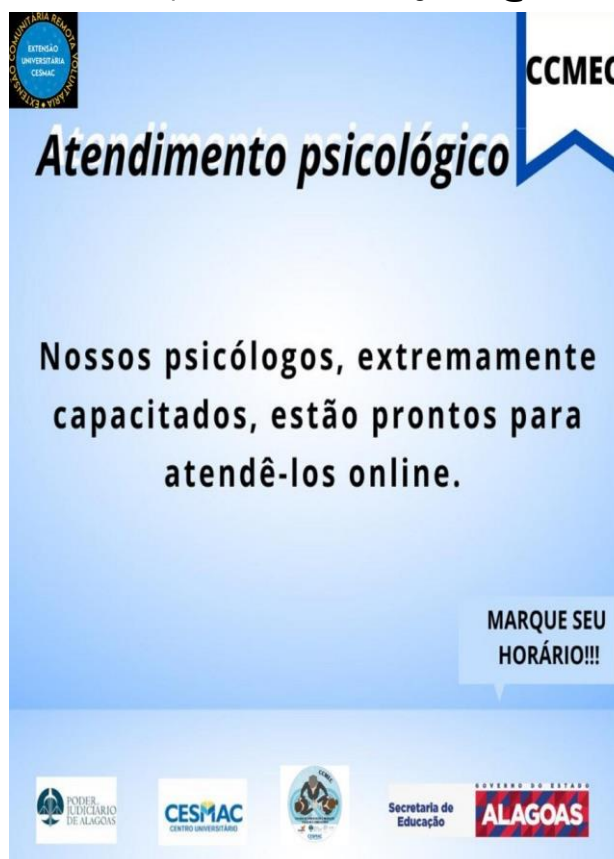
Fonte: Dados da Pesquisa.

O CCMEC disponibilizou, para o projeto, além dos voluntários acadêmicos, quatro profissionais na área de Psicologia e uma Psicopedagoga para atendimento

de casos, no que coubesse. Nesse contexto, por procura espontânea e um encaminhamento, houve inúmeros atendimentos, cujas queixas giram em torno de depressão, angústias, situação sociofamiliar, ideias suicidas, desmotivação para o ensino *home office*, entre outras.

Para um melhor conhecimento da comunidade escolar dos serviços psicológicos, foi disponibilizado *card* no Instagram (@CCMEC), para divulgação da disponibilidade dos profissionais e dos extensionistas que atuavam junto aos psicólogos, conforme figura abaixo:

Figura 4 - Card disponibilizado no Instagram - @CCMEC.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Em setembro de 2020 – foi elaborado planejamento da comemoração do dia das crianças. O resultado desse planejamento foi a arrecadação de brinquedos para serem distribuídos na ação social do dia das crianças, em parceria com a LAS-CEJUC.

Para tanto, foi feita a divulgação através de *card* para a arrecadação de brinquedos para serem distribuídos na ação social do dia das crianças no Bairro Vergel do Lago, realizada pelos extensionistas do projeto, que contou com ajuda da Comissão da OAB/AL de Fortalecimentos do Controle Social, Comissão de Defesa da

Criança e do Adolescente, Nova Livraria e da Caixa de Assistência dos Advogados.

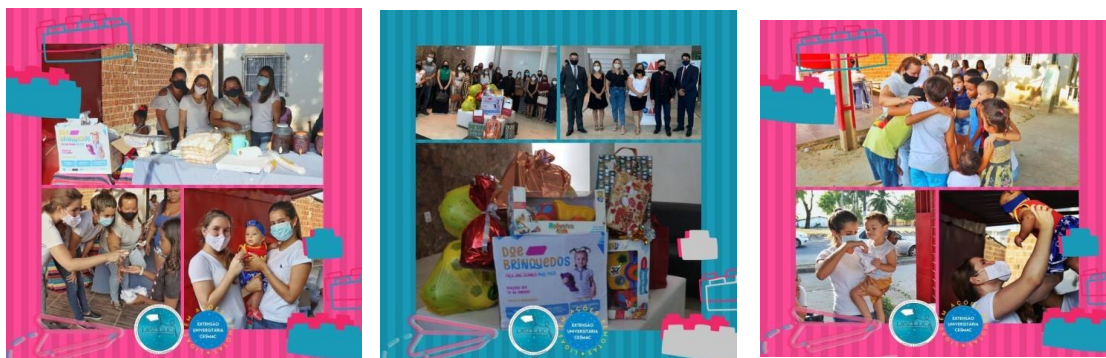
Figura 5 - Divulgação de Card para arrecadação de brinquedos. Dia: 22/09/2020. (Instagram - @LASCEJUC).



Fonte: Dados da Pesquisa

Em outubro de 2020, foi realizada a entrega dos brinquedos arrecadados, conforme figura abaixo:

Figura 6 - Ação social do dia das crianças no Bairro Vergel do Lago.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Em parceria com a LASCEJUC, os extensionistas participaram do lançamento da Cartilha do Ministério Público Estadual “Sou do bem, digo não à corrupção”, disponibilizado no Instagram da LASCEJUC.

Figura 7 - Cartilha do Ministério Público Estadual “Sou do Bem, digo não à corrupção”, disponibilizado no Instagram - @Lascejuc.



Fonte: Dados as Pesquisa

Impactos sociais das ações

Com a paralisação das aulas presenciais, com a execução das atividades remotas propostas neste projeto de extensão universitária e com o auxílio da tecnologia, os impactos provocados durante o contexto de pandemia foram um pouco minimizados, pela utilização de práticas de mediação de conflitos, que é

uma reunião entre o facilitador ou mediador e as partes envolvidas, visando ao restabelecimento do diálogo. Ela permite a solução de conflitos rotineiros através do diálogo e da compreensão e busca a construção de soluções a partir das necessidades dos envolvidos. (NUNES, 2014).

Assim, foram levadas atividades aos alunos, familiares e professores da Escola, na busca de resolver problemas práticos enfrentados por professores e gestores da educação, que buscam formas de assegurar os alunos ativos mesmo longe da escola, como, também, a manutenção de uma convivência saudável com seus familiares.

Isso faz com que a tecnologia seja empregada como um espaço de socialização, haja vista a sua utilização para estimular os alunos, familiares e professores durante o período de isolamento, mantendo-os engajados em atividades educativas que, certamente, servirão de aprendizado e extensão para o seu exercício após o período de pandemia.

O projeto causou uma grande visibilidade nas redes sociais, a partir das *lives* e contato via WhatsApp, com a formação de grupos para contatos com alunos.

CONCLUSÃO

Diante da paralisação das aulas presenciais, foram utilizados meios tecnológicos para minimizar os impactos provocados pelo isolamento social e, através de grupos no WhatsApp com os representantes de turma da escola, foram realizadas sugestões para as lives através do Instagram @CCMEC - e os atendimentos psicológicos foram feitos virtualmente.

Desse modo, as atividades propostas e executadas pelos participantes foram de suma importância para com os membros da escola, assim como para a manutenção saudável da convivência com seus familiares. Ou seja, a tecnologia é mecanismo de socialização que possibilita a interação entre pessoas e forma de intervenção em tempos de isolamento social. As principais atividades foram: escuta ativa, lives e atendimentos psicológicos virtuais.

Foi assim que este projeto de extensão comunitária buscou contribuir de alguma maneira para minimizar os impactos da pandemia no contexto escolar e, diante das dificuldades que envolvem todo contexto educacional, social e psicológico, os acadêmicos extensionistas do Cesmac, com orientação de seus professores, envidaram esforços, com criatividade, motivação e aprendizagem para ultrapassar o momento de pandemia. Isso com ações de apoio aos adolescentes para superarem suas angústias, conflitos e motivação para o estudo em home office. Mesmo assim, observou-se que o alcance foi diminuto, em virtude das dificuldades anteriormente elencadas.

Como visto, apesar das dificuldades motivadas pela crise da COVID-19, o Projeto de Mediação Escolar exerceu a atenção objetivada, tanto para os alunos da Escola (muito embora seus propósitos não tenham sido integralmente atingidos como reflete a questão geral em todo na rede social), quanto para os acadêmicos de Direito e Psicologia que se dedicaram a aprendizagem do momento. Além disso, as ações desenvolvidas no projeto oportunizaram, aos alunos extensionistas, colocar em prática as teorias aprendidas durante as aulas, com o auxílio dos profissionais dessas áreas, que prestaram sua colaboração ao apelo social.

REFERÊNCIAS

ALZATE, R. Resolução de conflitos: transformação da escola. In: VINYAMATA, E. **Aprender a partir do conflito**. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 51-63.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL: Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Planalto**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

CONTRIBUIÇÕES para o retorno de atividades escolares. Disponível em: <portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br>. 2020/09. Acesso em 17.11.2020.

ESCOLA Estadual Dom Otávio Barbosa Aguiar. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/escolas/escola-estadual-dom-otavio-barbosa-aguiar>. Acesso em 18.11.2020.

LIMA, Vitoria-Régia Rodrigues. **Mediação de conflitos no ambiente escolar**: uma questão para a gestão escolar. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Fortaleza: Ceará, 2010.

MOUSINHO, Renata. et. al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Psicopedagogia**. Rio de Janeiro: Barra da Tijuca, 2010.

NUNES, Antonio Carlos Ozório. (Org.). **Diálogos e mediação de conflitos nas escolas**: guia prático para educadores. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

AS PATOLOGIAS QUE MAIS ATINGEM A POPULAÇÃO MASCULINA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

THE PATHOLOGIES THAT MOST AFFECT THE MALE POPULATION: AN EXPERIENCE REPORT

Anandha Karla Ferreira da Silva¹; Beatriz Santos Reis², Charline de Souza Cavalcante³, Gyzelle Melo do Nascimento⁴, Lis Moraes de Araujo⁵, Rafaella Ferreira Moura⁶, Maria José Ribeiro Sampaio Silva⁷, Bruno Felipe Novaes de Souza⁷

¹Graduanda de Psicologia, Centro Universitário Cesmac. ²Graduanda de Odontologia, Centro Universitário Cesmac. ³Graduanda de Biomedicina, Centro Universitário Cesmac. ⁴Graduanda de Enfermagem, Centro Universitário Cesmac. ⁵Graduanda de Enfermagem, Centro Universitário Cesmac. ⁶Graduanda de Odontologia, Centro Universitário Cesmac. ⁷Docente do Curso de Enfermagem, Centro Universitário Cesmac.

RESUMO

Os homens rejeitam a possibilidade de adoecer, possivelmente por dificuldade em reconhecer suas necessidades de saúde. Como consequência, apresentam morbimortalidade maior e menor expectativa de vida quando comparados às mulheres. Reconhecido o contexto, o Ministério da Saúde criou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), que tem como desafio a mobilização dos homens brasileiros pela luta e garantia do seu direito social à saúde. Visando tais desafios, PNAISH alinhou-se à Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) com as estratégias de humanização e em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), para fortalecer ações e serviços em redes e cuidados da saúde. Esse artigo refere-se a um relato de experiências que tem como objetivo discorrer a vivência do primeiro simpósio interdisciplinar organizado pelas ligas acadêmicas Liga Interdisciplinar em Saúde do Homem (LAISAH) e Liga Acadêmica de Fisioterapia e Uroginecologia (LAFOUG). No simpósio, onde foi abordado diversos temas dentre um deles as patologias que mais acometem os homens, é possível destacar que o câncer se tornou a segunda causa de óbito mais frequente. Estima-se que 18% da carga de câncer são devidos à exposição a fatores de risco, co-

mo: tabagismo, dieta inadequada, prática insuficiente de atividade física, consumo abusivo de bebidas alcoólicas, além de infecções como hepatites, papiloma vírus humano e *Helicobacter pylori* (WHO, 2011a). São muitas dificuldades a serem enfrentadas, especialmente em relação às doenças que são mais frequentes. Contudo foi alçado assim, direta e indiretamente os objetivos propostos para com esse primeiro simpósio, atingindo o principal público.

Palavras-chave: Patologia. Saúde. Homem.

ABSTRACT

Men reject the possibility of falling ill, possibly due to difficulties in recognizing their health needs. As a result, they have higher morbidity and mortality and lower life expectancy when compared to women¹. Once the context is recognized, the Ministry of Health created the National Policy for Integral Attention to Men's Health (PNAISH), which challenges the mobilization of Brazilian men to fight and guarantee their social right to health. Aiming at such challenges, PNAISH aligned itself with the National Primary Care Policy (PNAB) with humanization strategies and in line with the principles of the Unified Health System (SUS), to strengthen actions and services in networks and healthcare. This article refers to an account of experiences that aims to discuss the experience of the first interdisciplinary symposium organized by academic leagues, Interdisciplinary League on Men's Health (LAISAH) and Academic League of Physiotherapy and Urogynecology (LAFOUG). The main target of the symposium was the male audience, where several topics were addressed, among them the pathologies that most affect men, it is possible to disregard that cancer has become the second most frequent cause of death (MARANHÃO et al., 2011). It is estimated that 18% of the cancer burden is due to exposure to risk factors, such as: smoking, inadequate diet, insufficient physical activity, alcohol abuse, in addition to infections such as hepatitis, human papilloma virus and *Helicobacter pylori* (WHO, 2011a). There are many difficulties to be faced, especially in relation to the diseases that are more frequent. However, the objectives proposed for this first symposium were raised directly and indirectly, reaching the main audience.

Keywords: Pathology. Health. Man.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) foi lançada em 2009 pelo Ministério da Saúde, tendo como objetivo a promoção de ações de saúde que possibilitem a apreensão da realidade dos homens entre 20 e 59 anos de idade nos seus diversos contextos (BRASIL,2012). No plano geral, a política tem como intuito melhorar a condição de saúde do homem, facilitando o acesso dessa população aos serviços de saúde objetivando a redução nos índices de morbimortalidade masculina, uma vez que são considerados altos em relação aos femininos.

Nesta política, o acesso da população masculina aos serviços de saúde é apontado como um dos maiores desafios do cenário, sendo que os fatores que pre-dispõem a isto são o preconceito do próprio homem envolvido nessa busca, a cultura do machismo e as atividades laborais com limitações (BRASIL, 2017).

Dados nacionais revelam altos índices de morbimortalidade entre os homens, sendo que a cada três adultos que morrem no Brasil, dois são do sexo masculino, podendo tais mortes terem sido evitadas caso houvesse maior procura dos homens pelos serviços de saúde no que se refere às ações de promoção da saúde e prevenção de doenças (OLIVEIRA et al,2015).

A resistência masculina à atenção primária aumenta não somente o sobrepeso financeiro da sociedade, mas também, e, sobretudo, o sofrimento físico e emocional do paciente e de sua família, no combate, pela conservação da saúde e da qualidade de vida dessas pessoas. Não se pode negar que na preocupação masculina a atividade laboral tem um lugar marcado, principalmente em pessoas de baixa condição social o que reforça o papel historicamente atribuído ao homem de ser responsável pelo sustento da família (BRASIL, 2008).

O Sistema Único de Saúde (SUS) compreende que a qualidade de vida do homem requer cuidados com a saúde. São muitas dificuldades a serem enfrentadas, especialmente em relação às doenças que são mais frequentes entre os homens. A PNAISH oportuniza ações de saúde respeitando as diferentes características de ser dos homens, organizando-se através dos eixos principais: saúde sexual, reprodutiva e paternidade, violências e acidentes em geral e o acesso/acolhimento dos homens na atenção básica, porta de entrada prioritária na Rede SUS (BRASIL, 2019).

As diferenças de morbimortalidade entre homens e mulheres são ampla-

mente conhecidas: os homens morrem mais cedo, principalmente por causas externas (acidentes e violências), são mais suscetíveis às doenças cardiovasculares, possivelmente pelos comportamentos de risco mais frequentes, procuram menos os serviços de saúde, por limitação de tempo e, principalmente, pela falsa autopercepção da sua infalibilidade física e mental (BRASIL,2012).

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, em 2018, os acidentes de trânsito lideraram as estatísticas mundiais de mortes por causas externas, seguido por homicídios. Entre os homens, essa participação é maior, devido, em grande parte, ao aumento dos homicídios, que, desde o início dos anos 90, são a principal causa externa de morte no país.

De acordo com o Inca em 2020, foram identificados 65.840 novos casos de câncer de próstata, com um aumento de 29,2%. No ano de 2018 foram identificados 15.576 casos de óbitos decorrentes do câncer de próstata com uma porcentagem de 13,3%.

Dentre os problemas relacionados ao aparelho geniturinário em homens, destaca-se o câncer de próstata, que corresponde à segunda causa mais comum de morte por câncer no Brasil, atingindo principalmente homens com 50 ou mais anos de idade.

Desta forma, desenvolver estratégias de comunicação e de educação que contextualize e contemplem temas que abrangem as patologias que mais acometem aos homens faz-se necessário. Além da importância de inserir no contexto da formação espaço de saberes e de construção do conhecimento que proporcione aos futuros profissionais uma visão crítica, generalistas e humana e com capacidade de lidar com os diferentes problemas de saúde.

Para fortalecer a formação crítica dos graduados, vem sendo desenvolvido um programa de extensão universitária, a exemplo das Ligas Acadêmicas, com intuito de possibilitar momentos durante a formação para a reflexão e aperfeiçoar-se em conhecimento de diversas áreas, envolvendo a tríade ensino, pesquisa e extensão. Como diz Freire (2011):

Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Ensinar não é transferir conhecimento.

Este artigo tem como objetivo relatar a experiência dos acadêmicos sobre quais as patologias que mais acometem os homens, tema do I Simpósio Interdisciplinar remoto, da Liga Acadêmica Interdisciplinar Saúde do Homem.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo do tipo relato de experiência, vivenciado pelos acadêmicos das Liga Acadêmica Interdisciplinar em Saúde do Homem e a Liga Acadêmica de Fisioterapia e Uroginecologia (LAFOUG), ambas do Centro Universitário CESMAC, situado em Maceió-Alagoas descrevendo os resultados obtidos.

Como levantamento bibliográfico foi realizado uma pesquisa baseada através de análise documental de coleta de dados em artigos, publicações científicas de estudos, bibliotecas eletrônicas e documentos do Ministério da Saúde.

Preliminarmente, os ligantes definiram o perfil dos convidados que deveriam ter preleções no evento e optaram por: a) uma enfermeira da estratégia de saúde da família da Secretaria Municipal de Saúde, mestra em ciências da educação e professora do Centro Universitário CESMAC; b) um fisioterapeuta especialista em gerontologia e sócio do Projeto EnvelheSER; e c) uma fisioterapeuta pós graduada em fisioterapia uroginecológica e obstetrícia.

Os organizadores do evento entraram em contato com os convidados através da internet e por e-mails para lançar o convite e delimitou as tarefas entre os integrantes das Ligas Acadêmicas ocorrendo posteriormente a divulgação do evento nas redes sociais.

As palestras do simpósio ocorreram de forma remota através da plataforma YouTube onde foram tratados diversos assuntos relacionados aos paradigmas do universo masculino, dentre os assuntos abordados pelos convidados tivemos as “Patologias que mais acometem os homens” tema escolhido para elaboração deste artigo científico, o mesmo foi proferido pela fisioterapeuta Marianna Alves de Albuquerque no dia 12 de agosto de 2020 às 20:40h elucidado em uma hora, contando com um público de 1.239 visualizações no YouTube, dentre elas diversos profissionais da área da saúde e estudantes.

A inscrição para participação no simpósio foi pela plataforma de gestão de eventos Doity, onde totalizou uma média de 180 inscritos. O público visado foi o adulto reforçando o cuidado do homem para a sua saúde em geral, um fator que chama atenção é a baixa frequência com que o homem cuida da saúde por isso um dos principais objetivos deste evento foi promover ações de saúde que venham a contribuir significativamente para a compreensão da realidade singular masculina, possibilitando o aumento da perspectiva de vida e a redução dos índices de

morbimortalidade por causas muitas das vezes previsíveis e evitáveis nessa população.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o Ministério da Saúde (2016), educação em saúde é definida como:

“Processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...]. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades.”

A Liga Interdisciplinar em Saúde do Homem (LAISAH) realiza várias ações em saúde na comunidade. No período pandêmico, usamos o modelo remoto para as ações de educação em saúde e educação permanente. Através de redes sociais como Instagram e YouTube, abordamos assuntos sobre a saúde do homem e promovemos conhecimento e conscientização.

Segundo PRYBUTOK e RYAN (2015), as redes sociais são de extrema importância nesse processo, visto que através delas ocorre uma maior promoção e as postagens e os vídeos ganham uma maior repercussão levando informações para o maior número de pessoas.

A presença do público masculino em unidades da saúde ainda é um problema. Sabe-se que os índices de morbimortalidade no Brasil são maiores entre os homens, estima-se que a cada três pessoas que morrem no Brasil, duas são do sexo masculino. O que traz uma reflexão se houvesse uma maior procura por parte destes homens, talvez estas mortes tivessem sido evitadas (OLIVEIRA et al, 2015).

De acordo com o IBGE (2019), homens brasileiros vivem, em média, sete anos a menos que mulheres e apresentam maior incidência de certas doenças. Enquanto as mulheres vivem 81,4 anos, em média, os homens vivem 74,6.

As doenças que mais acometem os homens, na sua maioria têm correlação com outro fator já existente, não significando que seja um padrão. Entre as internações por doenças do aparelho circulatório, que em 2015 representou a terceira causa de morbidade masculina*, destacam-se as internações por infarto agudo do miocárdio (IAM), com 40.780 hospitalizações 69% dessas internações ocorreram

em homens e 64% dessas internações entre os homens, ocorreram na faixa etária de 50 a 59 anos (BRASIL, 2016).

Segundo o IBGE, as principais doenças que acometem os homens são: doenças cardiovasculares, câncer de pulmão, câncer de próstata, câncer de testículos e câncer de pênis. A realização do simpósio possibilitou troca de conhecimento entre os palestrantes e público que acompanhava o mesmo, garantindo o acesso às informações fidedignas e embasadas cientificamente por profissionais inteiramente ligados ao assunto.

Durante o simpósio, mais precisamente uma das palestrantes abordou sobre a temática do presente artigo: Quais as patologias que mais acometem os homens. Foi relatado por ela que atualmente morrem mais homens do que mulheres, sendo 2,3% maior a taxa de mortalidade em homens, numa faixa etária de 20 aos 59 anos. As principais causas de mortes em homens são várias, dentre elas as causas externas e internas, sendo, respectivamente, os acidentes e as doenças cardiovasculares as mais comuns.

Acredita-se que os homens sofrem muito mais das hipertensões arteriais sistemáticas e dos acidentes vasculares encefálicos do que as mulheres, isso se dá porque eles não têm o hormônio protetor estrogênio. Sobre as doenças mais acometidas por homens no aparelho respiratório, é muito comum os enfisemas, isso se dá por conta dos hábitos como tabagismo ou pelo trabalho, sendo eles: mecânicos e locais com muita fumaça, que acabam comprometendo essa questão pulmonar.

A palestrante aborda que o cálculo renal vem sido atribuído ao hormônio protetor estrogênio: a mulher não apresenta tantos cálculos renais em relação ao aparecimento em homens. Outra doença citada também bem comum em homens é a apneia do sono ser uma das principais causas de óbitos em homens, isso se dá por conta da acumulação de gordura no abdômen e pescoço, fazendo com que o ar não passe de maneira correta.

A expositora, relata ainda durante sua apresentação que todas essas doenças que acometem os homens têm por trás fatores de riscos, são eles: tabagismo, dieta inadequada, prática insuficiente de atividade física, consumo abusivo de álcool. Esses fatores alteram a fisiologia do ser humano causando problemas sistêmicos na saúde, principalmente na do homem.

A promoção a saúde foi discutida durante todo o simpósio, saúde é um direito e dever fundamental a todo cidadão onde é regido através da declaração univer-

sal de Direitos Humanos de 1948 (BRASIL, 2010).

Sendo um direito e dever o acesso a todo cidadão à saúde e com um olhar mais específico ao homem foi criado a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH) instituída pelo Ministério da Saúde pela Portaria GM/MS nº 1944, em 27 de agosto de 2009 (CHAKORA, 2014).

Em anexo, figuras 1 a 4, são as evidências utilizadas na educação em saúde através mídia social instagram (@laisahcesmac). O Instagram é um meio de comunicação social de aproximação e de engajamento das pessoas ao diálogo e ao relacionamento virtual. O aparelho celular no século atual na plataforma instagram tornou-se um meio efetivo para o compartilhamento de informações, atingindo assim, uma grande parte do nosso público-alvo.

Segue nos Anexos algumas figuras onde tem-se o *card* de divulgação com todas as informações sobre os palestrantes e o simpósio, bem como momentos da palestra. Nas figuras foram utilizadas linguagem acessíveis e de fácil compreensão, sem deixar de causar impacto gerando a dúvida no indivíduo alvo que são homens, se estão procurando os serviços de atenção primária para cuidar da sua saúde.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, infere-se que o relato feito a partir de uma experiência exitosa com o público em questão, é de suma importância para colocar em discussão os principais fatores que interferem diretamente na saúde do homem, bem como explanar sobre as principais patologias responsáveis pelos altos índices de morbimortalidade masculina, além de oportunizar a quebra de paradigmas sociais que interferem no autocuidado desse público.

O evento foi agregador no quesito de informação, tanto para os ouvintes como para os profissionais que participaram dos debates. Dúvidas e questionamentos foram sanados através da plataforma, o que fez com que a aproximação com os ouvintes obtivesse êxito, e a LAISAH cumprisse o seu papel enquanto comunidade acadêmica.

Por fim, conseguiu-se atingir os objetivos do simpósio, levando informações de suma importância para o público-alvo sobre os principais aspectos de sua saúde e autocuidado com fito de facilitar e impulsionar o acesso dessa população aos serviços de saúde, visando à redução nos índices de morbimortalidade masculina.

REFERÊNCIAS

BIDINOTTO, D. N. P. B. et al. **Men's health: non-communicable chronic diseases and social vulnerability**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 24, p. 105-109, 2016.

BRASIL. Dados morbimortalidade masculina no Brasil. **Ministério da Saúde**, 2017. Disponível em <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/folder/dados_morbimortalidade_masculina_brasil.pdf>. Acesso em 29 de nov. de 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde (Br), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral ao homem: princípios e diretrizes [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2017.

BRASIL. **Estatísticas de câncer. Instituto Nacional de Câncer Ministério da Saúde**, 2020. Disponível em <<https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>>. Acesso em 20 de nov. 2020.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes. 2008.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico e Contagem da População**. Rio de Janeiro. 2018

MOURA E. **Perfil da situação de saúde do homem no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz - Instituto Fernandes Figueira, 2012.

LAURENTI, R. JORGE, M. H. P. Mello. GOTLIEB, S. L. D. **Perfil epidemiológico da morbi-mortalidade masculina**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 10, n. 1, p. 35-46 mar. 2015.

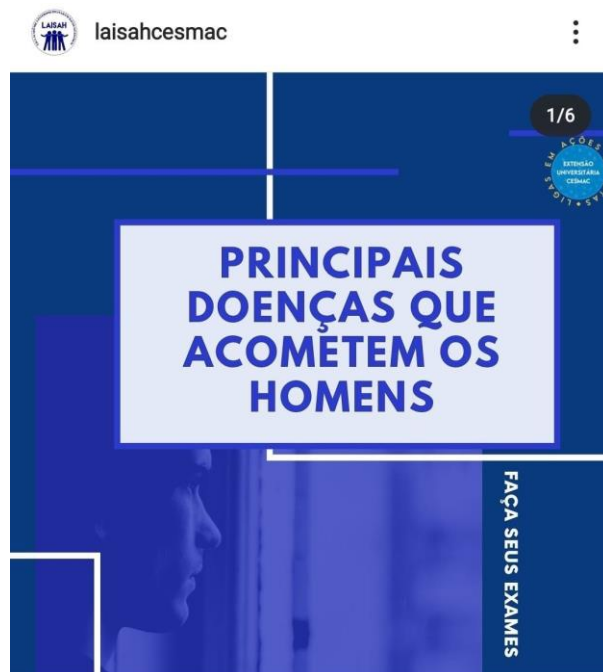
MOURA, E. C, LIMA A. M. P, URDANETA M. **Uso de indicadores para o monitoramento das ações de promoção e atenção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)**. Cien Saude Colet periódico na internet. Julho 2012. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/uso-de-indicadores-para-o-monitoramento-das-acoes-de-promocao-e-atencao-da-politica-nacional-de-atencao-integral-a-saude-do-homem-pnaish/10786?id=10786> Acesso em: 27 de novembro de 2020

OLIVEIRA P. P, SANTOS W. J, VIEGAS S. M. F, SILVEIRA E. A. A, RODRIGUES A.B. **Experience of men in the context of Primary Health Care**. Invest Educ Enferm. v. 33, n. 2, p. 227-236, Ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/iee/v33n2/v33n2a05.pdf>>. Acesso em: 29 nov de 2020.

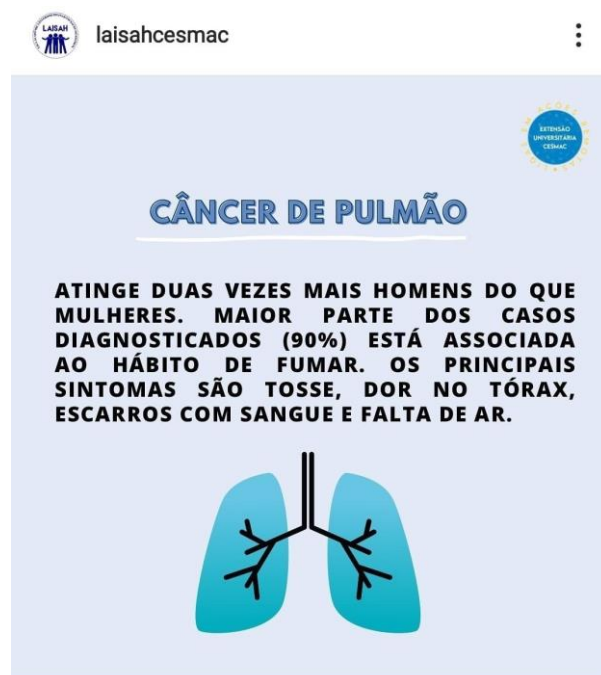
PAULO FREIRE, Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa, Editora Paz da Terra, São Paulo, 2011.

PEREIRA, Jamile; KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar Estermann. PNAISH: uma análise de sua dimensão educativa na perspectiva de gênero. Saúde soc., São Paulo , v. 28, n. 2, p. 132-146, Jun 2019. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de Nov. 2020.

ANEXOS

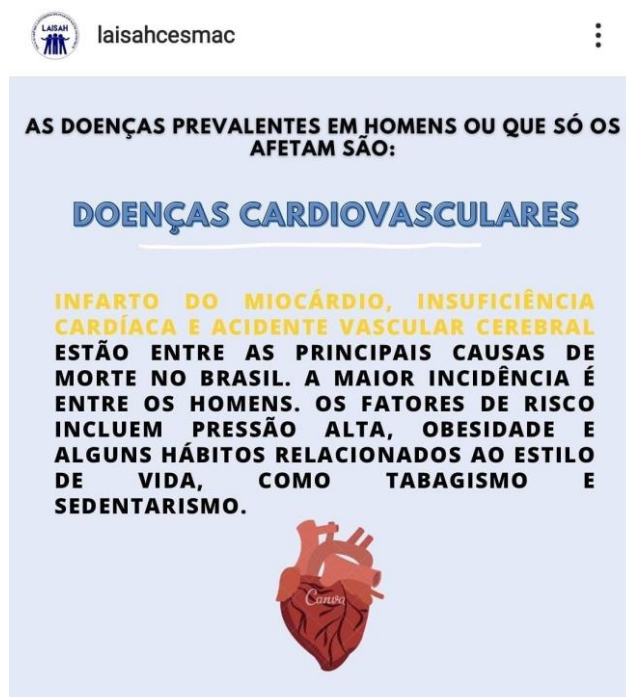
Figura 1. Post informativo alertando sobre as principais doenças que acometem os homens.

Fonte: Mídia social Instagram

Figura 2. Post informativo acerca do câncer de pulmão

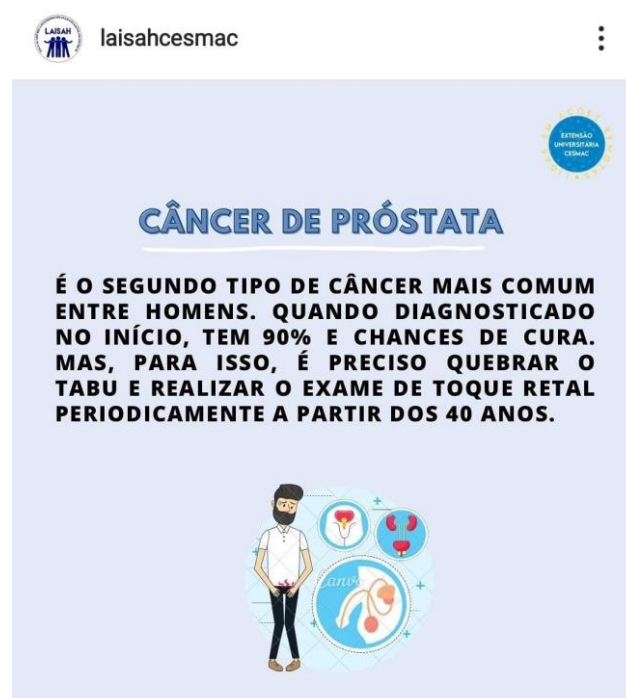
Fonte: Mídia social Instagram

Figura 3. Post informativo acerca das doenças cardiovasculares



Fonte: Mídia social Instagram

Figura 4. Post informativo acerca do câncer de próstata



Fonte: Mídia social Instagram

Figura 5. Palestrante explicando sobre causas de óbitos

Powered by StreamYard

Principais causas de óbitos

- Causas externas (maior incidência nos mais jovens), por exemplo: acidentes e suicídio;
- Doenças cardiovasculares, exemplo: HAS, AVE, aterosclerose, isquemia cardíacas, doenças reumáticas do coração;
- Neoplasias, exemplo: pulmão, próstata, traqueia e brônquios;
- Doenças renais, exemplo: doenças glomerulares, renais tubulo-intersticiais, insuficiência renal, urolitíase, cálculo renal;
- Síndrome da apneia do sono

PowerPoint navigation icons: back, forward, search, refresh, home, stop, play, volume, and a mouse cursor.

Participants: dani (laisah), jhessyka, Marianna Cavalcante

Event Title: LINAR DE SAÚDE DO HOMEM I SIMPÓSIO

Fonte: autor - Momentos da palestra

Figura 6. Post oficial para divulgação do Simpósio no Instagram

laisahcesmac

12 E 13 DE AGOSTO 18HRS

SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR.

SAÚDE DO HOMEM É UM DIREITO,
ATENÇÃO INTERDISCIPLINAR É UM DEVER!

GRATUITO

ONLINE

CERTIFICADO

LAPOUC LAISAH MÁQUINA DE AÇÕES BEM SUCEDIDAS

Fonte: mídia social *Instagram* – chamada para o Simposio Interdisciplinar. Saúde do homem é um direito, atenção interdisciplinar é um dever

O USO DAS MÍDIAS SOCIAIS NAS AÇÕES DO NOVEMBRO AZUL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA LIGA ACADÊMICA INTERDISCIPLINAR SAÚDE DO HOMEM

BLUE NOVEMBER AND SOCIAL MEDIA: EXPERIENCE REPORT OF AN ACADEMIC LEAGUE - LAISAH

Ana Alice Gomes Vicente¹; Mylena Jully Guilherme Oliveira¹; Ana Beatriz Marques da Silva¹; Milena Gêssica dos Santos¹; Vitória Urbano Verçosa¹, Yasmin dos Santos Cirino¹, Maria José Ribeiro Sampaio Silva²

¹Discente, Centro Universitário Cesmac. ²Docente do Curso de Enfermagem Centro Universitário Cesmac, Maceió, Alagoas, Brasil.

RESUMO

“O Novembro Azul é uma evolução do olhar estatal para a problemática masculina quanto à saúde”. Novembro Azul que visando desenvolver ações de educação em saúde que promova impacto na conscientização aos homens sobre a necessidade de adotar hábitos de vida saudável e o cuidado preventivo integral aos fatores determinantes e condicionantes de saúde. Oportunamente esclarecendo sobre o diagnóstico e rastreamento do câncer de próstata. Azul é um momento de reforçar para os homens, que diferente das mulheres não tem o hábito e costume de fazer os exames de rotina, a importância do cuidado com a saúde. É uma campanha que tem ganhado cada vez mais força, e tem sido de grande relevância na conscientização desse público. O diagnóstico precoce é fundamental para combater a doença. Mas depende exclusivamente do médico para ser preciso.. Percebe-se uma diminuição desse tabu, porque a campanha tem reforçado a importância do cuidado com a saúde e cada vez mais, homens que convivem com amigos e parentes que sofreram ou faleceram da doença vem se atentando para a relevância de hábitos saudáveis. E a LAISAH, reforçou muito a importância de novembro nas redes sociais. Campanha Novembro Azul, promovida. Este artigo discute esse posicionamento e sua repercussão, analisando criticamente os argumentos favoráveis e contrários ao rastreamento. Pode-se dizer que a educação à distância vem agregando cada vez mais no contexto da sociedade, como meio de ensino e busca por conhecimento constante. Sendo assim, o objetivo está sendo alcançado através das medidas educacionais por meio da rede social, no qual, torna-se evidente a presença

do público alvo por meio do *feedback* em publicações, enquetes, *stories*, *reels* e simpósio. A partir disso, discutimos sobre a importância das redes sociais, alguns limites da prevenção, “A internet tem se apresentado como poderosa ferramenta de comunicação e educação, sendo utilizada como um meio de troca de ideias, nas aulas de educação à distância, e, desta forma, vem expandindo as formas e ferramentas comunicação da sociedade contemporânea” comentamos a relação entre mídia e saúde, e refletimos sobre ações mais adequadas para o cuidado dos homens, com base em estudos multicêntricos, revisões sistemáticas, documentos institucionais, reportagens e pesquisas qualitativas. Tal debate ajuda a promover um cuidado integral para a população masculina.

Palavras-chave: Novembro azul. Redes sociais. Saúde do homem.

ABSTRACT

“The Blue November is an evolution of the state look at the male problem regarding health”. Blue November aimed at developing health education actions that promote an impact on men's awareness of the need to adopt healthy lifestyle habits and comprehensive preventive care to health determining and conditioning factors. Timely clarifying the diagnosis and screening for prostate cancer. Blue is a time to reinforce for men, who, unlike women, do not have the habit and habit of doing routine exams, the importance of health care It is a campaign that has been gaining more and more strength, and has been of great importance. relevance in the awareness of this public. Early diagnosis is essential to fight the disease. But it depends exclusively on the doctor to be precise. A reduction in this taboo is perceived, because the campaign has reinforced the importance of health care and more and more, men who live with friends and relatives who suffered or died of the disease come paying attention to the relevance of healthy habits. And LAISAH, strongly reinforced the importance of November in the partner networks. Blue November Campaign, promoted. This article discusses this position and its repercussions, critically analyzing the arguments for and against screening. It can be said that distance education has been adding more and more in the context of society, as a means of teaching and the search for constant knowledge. Therefore, the objective is being achieved through educational measures through the social network, in which the presence of the target audience is evident through feedback in publications, polls,

stories, reels and symposium. Based on that, we discussed the importance of social networks, some limits of prevention, “The internet has been presented as a powerful communication and education tool, being used as a means of exchanging ideas, in distance education classes, and, in this way, it has been expanding the forms and tools of communication in contemporary society ”we commented on the relationship between media and health, and reflected on more appropriate actions for the care of men, based on multicentric studies, systematic reviews, institutional documents, reports and qualitative research . Such a debate helps to promote comprehensive care for the male population.

Keywords: Blue november. Social network. Men's health.

INTRODUÇÃO

Novembro Azul é o nome do movimento internacional que busca a conscientização a respeito do câncer de próstata e da saúde masculina. A campanha, mundialmente conhecida como Movember, visa alertar os homens da importância do diagnóstico precoce.

O movimento foi criado na Austrália, em 2003, o “Novembro Azul” tem por iniciativa conscientizar a população sobre a prevenção das principais morbidades que atingem a saúde do homem (INCALAISAH, 2015). O início do “Novembro Azul”, no Brasil, deu-se por uma campanha sobre neoplasia, em 2008, com o tema “Um toque, Um Drible” organizado pelo Instituto Lado a Lado Pela Vida, uma organização não governamental. Em 2012, teve o nome de Novembro Azul, não só divulgando a prevenção contra o câncer de próstata, mas também, sobre outras questões que assegurem a saúde do homem. (MODESTO, LIMA et al, 2018).

Assim o novembro azul, vem quebrado preconceitos e promovendo saberes para população masculina ampliar o cuidado e saúde.

De acordo com Mendonça, Ismael (2017);

O Novembro Azul é uma evolução do olhar estatal para a problemática masculina quanto à saúde. Na contramão desse atendimento existe uma margem significativa de homens que desconhecem quais tipos de serviços estão dispostos aos mesmos nas ferramentas do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse fator pode ser tido como um termômetro que pode medir o interesse do homem quanto aos cuidados pessoais em saúde.

Compreender qual o nível de conhecimento masculino sobre o novembro azul e enfatizar seu elo com a saúde mental deste gênero, é uma forma de avaliar

o conhecimento que permeia o social, e, despertar nos homens uma proposta para a busca na geração de conhecimento sobre a importância da manutenção da sua saúde. Entender como funciona cada aspecto que compreende tal pilar é uma forma de configurar de maneira adequada cada passo em busca de uma maior eficácia nos processos do Estado na publicização da saúde mental como parte da Saúde Pública.

É necessário enfatizar que a saúde mental faz parte do novembro azul, para que esse pensamento se transforme em uma ação mental positivista, transformando a busca da saúde mental em um pilar de sustentação dos caminhos masculinos para plenitude de sua saúde. O novembro azul é uma evolução do olhar estatal para a problemática masculina quanto à saúde.

Entender como funciona cada aspecto que compreende tal pilar é uma forma de configurar de maneira adequada cada passo em busca de uma maior eficácia nos processos do Estado na publicização da saúde mental como parte da Saúde Pública. É necessário enfatizar que a saúde mental faz parte do Novembro Azul, para que esse pensamento se transforme em uma ação mental positivista, transformando a busca da saúde mental em um pilar de sustentação dos caminhos masculinos para plenitude de sua saúde.

Diariamente, 42 homens morrem devido ao câncer de próstata e, aproximadamente, 3 milhões vivem com a doença. A principal causa de morte por câncer em homens no Brasil, ocorrendo normalmente nos mais velhos (65 anos) e média, 20% dos casos são diagnosticados realizando o exame de toque retal (BRASIL, 2020).

Em 2014, uma pesquisa feita pelo Ministério da Saúde, informou que as principais patologias que causam a morte de homens são evitáveis caso ocorra um cuidado preventivo com a saúde. Outra pesquisa importante, informa que pelo menos 50% das doenças do coração e 75% dos acidentes vasculares cerebrais ocorreram por conta da hipertensão arterial, a maior prevalência é em adultos podendo aumentar de acordo com o avanço da idade, estes dados podem ser evitados com uma melhor alimentação e exercícios físicos, bons hábitos que sempre são muito divulgados no mês de novembro (BRASIL, 2019).

Nesse contexto, é notório que a falta de informação está entre as causas do problema e se faz necessário a divulgação e a normalização da ida e incentivo ao acesso de saúde entre a comunidade masculina. Porém, diante a pandemia do coronavírus e o isolamento social, as mídias sociais e aplicativos móveis ficaram em evidência se

tornando uma ferramenta fundamental na rotina da população brasileira. E ainda sabemos que as políticas de saúde para homens enfrentam grandes tabus, já que existe uma enorme discriminação entorno dos cuidados com homens e corriqueiramente há, também, no mês da prevenção.

A construção da sociedade foi em cima de pilares, onde os homens são fortes e às mulheres frágeis. Então, por esse motivo, é comum vermos a dificuldade da busca masculina por assistência à saúde. A divulgação da campanha junto com as probabilidades de mortalidade do câncer ajuda nessa quebra de pensamento e fazem com que se sinta a necessidade de procura, e esse é justamente o intuito do mês de prevenção. O presente estudo objetivou relatar sobre as experiências vividas pela Liga Interdisciplinar de Saúde do Homem com uso de mídias sociais nas ações do novembro azul.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo do tipo relato de experiência, desenvolvido pela Liga Acadêmica Interdisciplinar em Saúde do Homem do Centro Universitário CESMAC voltado para as ações realizadas no novembro azul de 2020, através das mídias sociais.

A LAISAH é composta por membros voluntários do meio acadêmico de diversas áreas da saúde como: Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Fisioterapia, Educação Física, Biomedicina e Odontologia, assim formando uma equipe interdisciplinar, como propósito de inserir a saúde no meio acadêmico, promovendo conhecimentos através da elaboração de eventos para acadêmicos e sociedade.

O relato de experiência é uma ferramenta da pesquisa descritiva que abeirar-se uma situação vivenciada no âmbito de interesse da comunidade científica (MARCONI, LAKATOS, 2017).

Para o levantamento bibliográfico foram utilizados, materiais do Ministério da Saúde e a busca de artigos, teses, dissertações nos bancos de dados como: *Scielo*, Lilacs, Medline e Portal Capes.

Os métodos educativos utilizados por meio das redes sociais foram: *post* educativos, *quiz*, vídeos e simpósio através da mídia do Instagram e YouTube, abordando temas importantes sobre a promoção e prevenção as doenças prevalentes à saúde do homem, o que é novembro azul e como surgiu, prevenção contra o câncer de próstata, a importância em realizar o exame de toque e sua prevenção,

e sobre o tema novembro azul e os paradigmas do universo masculino abordado no simpósio em comemoração ao mês dedicado à prevenção do câncer de próstata.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A internet tem se apresentado como poderosa ferramenta de comunicação e educação, sendo utilizada como um meio de troca de ideias, auxiliando nas educações em saúde à distância, e, desta forma, vem expandindo as formas e ferramentas comunicacionais da sociedade contemporânea (YOUNG, 2002).

Foi realizado diversas ações educativas em saúde utilizando as mídias sociais em meio a pandemia, utilizando o Instagram e o YouTube como fonte de disseminação de conhecimento. Em nossa rede social Instagram são realizadas publicações semanais sobre os mais diversos assuntos acerca da saúde do homem e no mês de novembro é dado o enfoque ao tema “Novembro Azul”.

A LAISAH organizou a ações remotas no mês de novembro, pois esse mês é considerado o mês para alertar sobre a importância da saúde do homem, chamado “Novembro Azul”. Nesta ação, nós, integrantes da liga, realizamos orientação à população em geral sobre o câncer de próstata por meio de *post*, vídeos *quiz* nos quais continham várias informações, como, breve histórico sobre o câncer de próstata, fatores de risco, formas de detecção precoce e tratamento.

As postagens são decididas antecipadamente através de um calendário mensal, onde é marcada aulas, simpósios e definido os temas das publicações. No mês de novembro o foco é o novembro azul, onde as postagens são alinhadas para trazer conhecimentos e curiosidade acerca do tema.

No dia 3 de novembro foi feita a primeira ação educativa sobre a temática, com um *post* no *feed* do Instagram intitulado “Como surgiu o Novembro Azul” onde o mesmo conta a história do surgimento do movimento e relata sua importância para a sociedade.

O movimento Novembro Azul teve início em 2003, na Austrália, com o objetivo de chamar a atenção para a prevenção e o diagnóstico precoce das doenças que atingem a população masculina, com ênfase na prevenção do câncer de próstata.

É o tipo de câncer mais frequente entre os homens brasileiros, depois do câncer de pele, ocorrendo geralmente em homens mais velhos, cerca de 6 em ca-

da 10 casos são diagnosticados em pacientes com mais de 65 anos.

Na Figura 1 verifica-se o *card* da postagem supracitada, na qual obteve-se um feedback muito bom com vários compartilhamentos e comentários. A escolha de dar ênfase no novembro azul foi exatamente para quebrar esses paradigmas e pela liga ser voltado à saúde do homem.

Figura 1 - Exemplo de postagem educativa sobre o Novembro Azul



Fonte: Mídia social Instagram.

No decorrer do mês foram realizadas algumas outras postagens sobre a temática do Novembro azul, como um *post* sobre o Câncer de próstata e outra intitulada “É hora! Se toque” onde as mesmas trouxeram informações sobre a doença em si e sobre como é feito o exame e diagnóstico do câncer de próstata.

Outra forma de educação em saúde através das mídias sociais utilizada foi a nova ferramenta do Instagram o *reels*, onde os membros da liga que tinham mais afinidade com as câmeras se dividiram e fizeram dois reels.

O Primeiro foi um lembrete da importância da campanha do novembro azul juntamente com um chamado para o auto cuidado, lembrando que não é vergonhoso o homem cuidar de sua saúde e realizar os exames de rotina. O segundo foi sobre a origem do novembro azul, onde foi apresentado de forma dinâmica como surgiu o movimento.

A figura 2 é a capa de um dos reels postados no Instagram da liga, foram

4.275 visualizações e mais de 50 compartilhamentos.

Figura 2. Exemplo do *re-els* postado no *feed* do Instagram



Fonte: Mídia social Instagram.

Por mais que a educação em saúde seja realizada de forma remota, consegue-se ter um alcance e aceitação boa.

Ao longo deste mês, a LAISAH compartilhou informações essenciais sobre o câncer de próstata, esclarecendo sobre as formas de prevenção e de tratamento, sobre a importância da realização de exames e do diagnóstico precoce para a cura da doença, além de alertar sobre os fatores de risco e os principais sintomas. O público pôde acompanhar as publicações pelo Instagram e pelo simpósio realizado dia 25 e 26 de novembro.

O simpósio foi voltado para a estudantes de fisioterapia, educação física, enfermagem, medicina, nutrição, psicologia, farmácia, odontologia e para os demais que não cursam área da saúde, mas tinham interesse acerca do tema a fim de desenvolver habilidades e competências de forma multidisciplinar.

O simpósio contou com cerca de 170 inscritos e foi realizado em dois dias onde contou com a presença de profissionais da área de saúde que apresentaram

temáticas voltadas as suas especialidades acerca da saúde do homem voltado ao novembro azul e a conscientização da importância do cuidado da saúde masculina em geral. Foi um simpósio enriquecedor onde os participantes tinham livre acesso a tirar dúvidas e essas dúvidas deixaram a interação entre apresentador e público muito rica.

As figuras 3 e 4 são do simpósio a 3 é o *card* do simpósio onde foi feito o anúncio e descrito o que era necessário para participar do mesmo e a figura 4 é um

Figura 3. Card do simpósio



Fonte: Mídia social Instagram.

Figura 4. Print do Simpósio

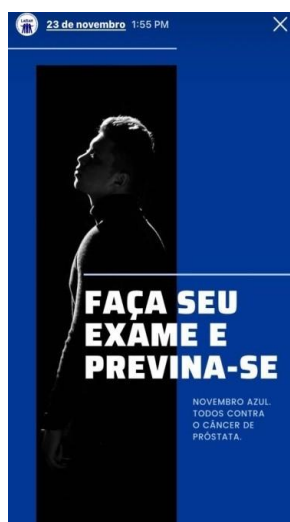


Fonte: Autor - Momento da palestra.

print do simpósio onde mostra um parte dessa interação onde aparece um dúvida enviada por um telespectador e respondida pelo palestrante.

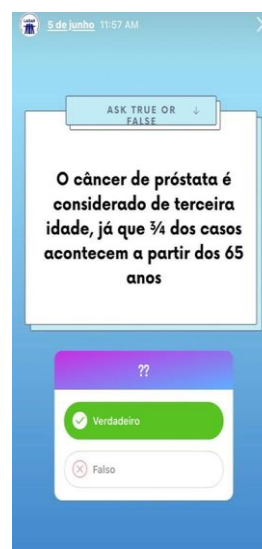
Além das postagens no *feed* outra forma dinâmica de passagem de conhecimento e de avaliar a interação com os que acompanham a página é o uso do *stories*, com as ferramentas de *quiz*, curiosidades, vídeos educativos e caixinhas de

Figura 5. Exemplo de *post* informativo postado no stories.



Fonte: Mídia social Instagram.

Figura 6. Exemplo do *quiz* postado nos stories.



Fonte: Mídia social Instagram.

Espera-se que o acesso ao perfil continue de forma crescente e promissora, sendo fundamental para a viabilização da educação em saúde do homem, pois favorece à busca de novos horizontes e esclarece dúvidas que muitas vezes são ocultas por medo e/ou insegurança.

CONCLUSÃO

Novembro Azul que visando desenvolver ações de educação em saúde que promova impacto na conscientização aos homens sobre a necessidade de adotar hábitos de vida saudável e o cuidado preventivo integral aos fatores determinantes e condicionantes de saúde. A LAISAH, por meios de redes sociais, fez essas ações educativas.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação em conjunto a área de saúde possibilitou o apoderamento de conhecimentos direcionados e atuação multidisciplinar dos membros da LAISAH, no qual, obtiveram domínio sobre os temas, que foram repassados com maestria ao público.

E percebemos a importância da educação permanente, independente de ser remota ou presencial, é importante informar, prevenir e foi isso que a LAISAH fez durante todo o mês de Novembro.

Espera-se que o acesso ao perfil continue de forma crescente e promissora, sendo fundamental para a viabilização da educação em saúde do homem, pois favorece à busca de novos horizontes e esclarece dúvidas que muitas vezes são ocultas por medo e/ou insegurança.

REFERÊNCIAS

Metodologia Científica/Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi, 7. ed.São Paulo, Atlas, 2017

SANTANA, V.F.; MELO-SOLARTE, D.S.; NERIS, V.P. de A.; MIRANDA, L. C. de; BARANAUSKAS, M.C.C. **Redes Social Online**: Desafios e Possibilidades para o Contexto Brasileiro, 2010

YOUNG, R. R. **Genetic toxicology**: Web resources. Toxicology, Rockville, p. 103-121. 2002.

FONTANELLA, V.; SCHARDOSIM, M.; LARA, M. C. Tecnologias **de informação e comunicação no ensino da odontologia**. Revista da ABENO, São Paulo, p. 76-81. 2007.

COUTINHO, C. P.; JUNIOR, J. B. B. Blog e Wiki: **Os Futuros Professores e as Ferramentas da Web 2.0. SIIE'2007**. 14 - 16 Nov. 2007.

CRUZ, D.I.; PAULO, R.R.D.; DIAS, W.S.; MARTINS, V.F.; GANDOLFI, P.E. **O uso das mídias digitais na educação em saúde**. Cadernos da Fucamp, v.10, n.13, p.130-142/2011.

43. **Instituto Lado a Lado pela Vida**. Folder Novembro Azul 2015 [Internet]. 2015 [citado 12 Jan 2016]. Disponível em: http://portaldaurologia1.tempsite.ws/wpcontent/uploads/2015/10/folder_nov_azul_2015.pdf.

44. Szklo M, Nieto FJ. **Epidemiology: beyond the basics**. 3a ed. Burlington: Jones and Bartlett Learning; 2014. Cap. 4, p. 109-52

45. Schröder FH, Hugosson J, Roobol MJ, Tammela TLJ, Zappa M, Nelen V, et al. Screening and prostate cancer mortality: results of **the European Randomised Study of Screening for Prostate Cancer (ERSPC)** at 13 years of follow-up. *Lancet*. 2014; 384(9959):2027-35. doi: 6736(14)60525-0.

46. Andriole GL, Crawford ED, Grubb RL 3rd, Buys SS, Chia D, Church TR, et al. Prostate cancer screening in the randomized Prostate, Lung, **Colorectal, and Ovarian Cancer Screening Trial: mortality results after 13 years of follow-up**. *J Natl Cancer Inst*. 2012; 104(2):125-32. doi: <http://dx.doi.org/10.1093/jnci/djr500>.

47. Barry MJ. **Screening for prostate cancer - the controversy that refuses to die**. *N Engl J Med*. 2009; 360(13):1351-4. doi: <http://dx.doi.org/10.1056/NEJMe0901166>

48. Wilt TJ, Brawer MK, Jones KM, Barry MJ, Aronson WJ, Fox S, et al. **Radical prostatectomy versus observation for localized prostate cancer**. *N Engl J Med*. 2012; 367(3):203-13. doi: <http://dx.doi.org/10.1056/NEJMoa1113162>.

49. **Sociedade Brasileira de Urologia**. SBU esclarece rastreamento do Câncer de Próstata [Internet]. 2015 [citado 01 Fev 2016]. Disponível em: <http://portaldaurologia.org.br/destaques/saiba-mais-sobre-psa-e-toque-no-cancer-de-prostata/>.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). Secretaria-Executiva. Secretaria. Glossário temático:. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2010. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

CINEMA E QUALIDADE DE VIDA ADOLESCENTE: RODA DE CONVERSA COM ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DA CIDADE DE MACEIÓ SOBRE OS SENTIMENTOS HUMANOS QUE APARECEM NO FILME DIVERTIDA MENTE

CINEMA AND QUALITY OF ADOLESCENT LIFE: CONVERSATION WITH TEENAGERS OF THE PUBLIC SCHOOL SYSTEM IN THE CITY OF MACEIÓ ABOUT THE HUMAN FEELINGS THAT APPEAR IN THE FILM INSIDE OUT

Mariucha Vieira Leite de Jesus¹; Patrícia Morgana Alves da Silva²; Vanessa Santos Cavalcante Melo²; Zafira Juliana Barbosa Fontes²; Juliane Cabral Silva³; Ana Sora-ya Lima Barbosa³; Hélder Delano Barboza de Farias⁴

¹ Discente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Cesmac. ² Discente do Curso de Medicina do Centro Universitário Cesmac. ³ Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Cesmac. ⁴ Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Cesmac.

RESUMO

A adolescência é um processo de desenvolvimento humano que abriga desequilíbrios e instabilidades, podendo ser perturbador e causador de semipatologias, como depressão e ansiedade. O artigo objetiva discutir a experiência de conduzir uma ação de promoção em Saúde Mental através da exibição de filmes, de rodas de conversa e materiais educativos. Foi utilizado o modelo de cineclube itinerante em escolas públicas da cidade de Maceió, levando o filme *Divertida Mente* como ferramenta para discussão de temas que interferem na saúde mental, conduzindo ao diálogo sobre a importância da Saúde Mental e da manutenção da qualidade de vida diante de situações que acarretem dor crônica, ansiedade e/ou depressão no próprio adolescente, em seus familiares e/ou amigos. A Roda de Conversa permite que os participantes expressem suas impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre o tema proposto, assim como propicia trabalhar reflexivamente as manifestações apresentadas pelo grupo, permitindo a troca de vivências. A equipe multidisciplinar pretendia trazer a experiência de diferentes formações acadêmicas para conscientizar a comunidade sobre a importância de discutir sobre os temas, além de promover a formação de novas competências com uma visão humanizada e atenta aos aspectos biopsicossociais envolvidos no processo saúde-doença.

Palavras-chave: Saúde mental. Educação em saúde. Adolescência. Roda de conversa.

ABSTRACT

Adolescence is a process of human development that houses imbalances and instabilities and can be disturbing and cause semipathologies, such as depression and anxiety. The article aims to discuss the experience of conducting a mental health promotion action through the exhibition of films, conversation circles and educational materials. The model of itinerant film club was used in public schools in the city of Maceió, taking the film *Inside Out* as a tool for discussion of issues that interfere with mental health, leading to dialogue on the importance of mental health and maintenance of quality of life in situations that cause chronic pain, anxiety and/or depression in the adolescent himself, his family and/or friends. The conversation circle allows participants to express their impressions, concepts, opinions and conceptions on the proposed theme, as well as provides reflective work on the manifestations presented by the group, allowing the exchange of experiences. The multidisciplinary team intended to bring the experience of different academic backgrounds to make the community aware of the importance of discussing the issues, in addition to promoting the formation of new skills with a humanized view and attentive to the biopsychosocial aspects involved in the health-disease process.

Keywords: Mental health. Health education. Adolescence. Conversation circle.

INTRODUÇÃO

Entrar no mundo adulto significa a perda definitiva da condição de criança e o desprendimento decisivo que começou no nascimento. As mudanças psicológicas desta fase, que acompanham também as mudanças corporais, provocam uma nova relação com os pais e com o mundo. Isto só é possível com a elaboração, lenta e dolorosa, do luto pelo corpo da criança, pela identidade infantil e pelo relacionamento com os pais da infância (ABERASTURY, 1981).

Quando o adolescente se insere neste novo mundo com um corpo maduro, a imagem deste outro físico mudou também sua identidade, porque a percepção

que faz de si é nova, e requer adaptação e/ou ação sobre ele para modificá-lo. Apenas quando a maturidade biológica está acompanhada também de maturidade emocional e psicológica é que a entrada no mundo adulto é possível. A partir daí ele estará munido de um sistema de valores, de uma ideologia que confronta com a do seu meio e onde a crítica a determinadas situações é feita de modo consciente e construtivo (ABERASTURY, 1981).

Segundo Jatobá e Bastos (2007), se os conflitos da adolescência forem mal compreendidos, podem surgir alguns transtornos de humor, como, a depressão. Crianças e adolescentes deprimidos apresentam estatisticamente mais chances de desenvolverem comorbidades com outros transtornos psiquiátricos. Embora os estudos epidemiológicos neste público ainda sejam reduzidos, a depressão e ansiedade na adolescência representam atualmente uma questão de saúde pública.

Assim, a educação em saúde mental vai ganhando importância dentro das escolas, pois é uma boa oportunidade para estabelecer diálogo com os adolescentes e minimizar os impactos negativos do estigma da saúde mental, principalmente em ambientes periféricos, onde há a necessidade de resistir à dureza da vida. A escola, como local propício a formação acadêmica e humanística, é também ambiente oportuno para educação em saúde mental.

Lima et al (2020) explica que a escola é o ambiente mais oportuno para a criança desenvolver sua própria personalidade, enfrentando desafios e dificuldades que possibilitam enxergar fragilidades e aspectos que precisam de maior atenção. Deste modo, a escola deve ser capaz de identificar possíveis distúrbios, além de prevenir dificuldades e criar uma relação de confiança com seus alunos para que essas crianças sintam-se seguras e sejam capazes de pedir ajuda quando necessário.

A educação em saúde nas escolas é capaz de transmitir informações compreendidas de acordo com a comunidade em que o grupo escolar está inserido, sendo influenciada por comportamentos, crenças e conhecimentos relacionados à promoção de uma vida saudável. Assim, essas atividades de promoção em saúde podem abordar diferentes temas, uma vez que a saúde envolve os âmbitos físico, psíquico e social (LIMA et al, 2020).

Este artigo objetiva relatar a experiência obtida por meio de projeto de extensão voltado aos adolescentes de duas escolas da rede pública de ensino da cidade de Maceió, onde foram discutidos temas como depressão e ansiedade, utilizando como recurso roda de conversa e cineclube itinerante.

METODOLOGIA

O artigo é um relato de experiência de um projeto de extensão com foco na promoção de saúde mental. O projeto de extensão comunitária permite a integração entre universidade e comunidade, promovendo mudanças sociais no público atingido pelas ações. Foi realizada pesquisa qualitativa com o propósito de observar e dialogar com o público a que se destinavam as ações.

A pesquisa qualitativa envolve como matéria prima um conjunto de substantivos cujos sentidos são complementares e estariam correlacionados com experiência, senso comum, vivência e ação. Os objetos das pesquisas que se baseiam em análise englobam comumente três verbos: compreender, interpretar e dialetizar (MINAYO, 2012 apud ALELUIA, 2016).

Uma das estratégias metodológicas utilizadas para levantar os dados qualitativos durante as ações foi a roda de conversa. Essas rodas de conversa foram guiadas pelos extensionistas e coordenadores, que orientaram o diálogo conforme as perguntas norteadoras previamente elaboradas, sem, contudo, interferir na subjetividade de cada participante, estimulando o livre discurso.

As perguntas norteadoras da roda de conversa foram as seguintes: 1) O filme *Divertida Mente* aborda 5 sentimentos básicos. Vocês conseguem perceber esses sentimentos em vocês? Como eles afetam suas vidas? 2) De todos os sentimentos presentes no filme qual deles tem se destacado dentro de você? 3) Qual a importância de se ter uma boa interação entre as ilhas de personalidade (bobeira, amizade, honestidade e família) e os sentimentos apresentados no filme? 4) Quais as consequências para sua vida quando a alegria deixa de ser a “líder” e os outros sentimentos que são observados no filme lutam para ganhar destaque? 5) Quando a Riley foge de casa ela consegue solucionar o problema dela? Isso nos mostra o que? 6) Quais sentimentos do filme vocês acham que estão relacionados com a Depressão? Tem conhecimento de alguém próximo que tenha a doença? 7) Como vocês se aproximariam de uma pessoa com depressão? O que vocês diriam para essa pessoa? 8) Como você procura colocar a alegria presente na sua vida? 9) Qual foi a lição que o filme lhe transmitiu?

Todos os dados coletados tiveram a finalidade de orientar o diálogo com os adolescentes, ajudando-os a compreender a narrativa apresentada pelo filme, além de ressignificar os eventos da própria vida.

As atividades de extensão foram realizadas em duas escolas da rede públi-

ca da cidade de Maceió, no estado de Alagoas, sendo uma municipal, a Escola Municipal Antídio Vieira, e a outra estadual, Escola Estadual Tavares Bastos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O cinema atua como grande auxiliar no processo ensino-aprendizagem devido à facilidade de absorção das imagens e das informações pelos espectadores, especialmente quando o tema abordado no filme relata situações corriqueiras ou que de alguma forma possam ser associadas à realidade da plateia. O filme exibido, *Divertida Mente*, aborda a depressão na adolescência e como as mudanças do dia-a-dia podem afetar as emoções básicas dos indivíduos, principalmente se ele estiver em uma fase delicada do desenvolvimento humano, como é o caso da adolescência.

Durante a exibição do filme na Escola Municipal Antídio Vieira foram unidas duas pequenas turmas de 7º ano, onde o filme foi exibido, o lanche servido e em seguida foi iniciado o diálogo com os alunos. Foram feitas as perguntas norteadoras para estimular a reflexão dos adolescentes sobre o tema. Posteriormente, livremente, eles poderiam falar sobre como se sentiram e o que acharam da experiência. Neste dia, por ser o primeiro encontro com a turma, os alunos estavam mais tímidos e por problemas na liberação da sala, o que fez com que a ação tivesse início com atrasos, a participação foi reduzida.

Neste dia de ação os alunos mostraram-se um pouco mais resistentes a conversa. Eles gostaram do lanche e ficaram animados com o filme, porém poucos alunos expressaram seus sentimentos, abordando os temas apresentados de forma mais superficial. Os alunos falaram sobre as lições observadas com o filme, mas fizeram pouca conexão com a realidade da comunidade na qual estão inseridos.

Mesmo com uma participação tímida, a ação foi positiva e os adolescentes mostraram contentamento com a sessão de cinema e a roda de conversa. Os jovens que quiseram falar sobre o que estavam sentindo no momento gostaram de ser ouvidos.

A ação que aconteceu na Escola Estadual Tavares Bastos também foi com uma turma do 7º ano, onde o filme *Divertida Mente* voltou a ser exibido. Foi mantida a mesma dinâmica do cineclube anterior: apresentação das extensionistas, exibição do filme, lanche composto por pipoca e refrigerante e encerramento com ro-

da de conversa.

Desta vez foi selecionado um grupo menor para estimular o diálogo. Os alunos foram mais participativos e expuseram melhor seus sentimentos ao refletir sobre o filme. Mostraram-se mais abertos ao projeto e mais satisfeitos com a experiência.

Desta vez os alunos sentiram mais necessidade de expor as angústias, não apenas as pessoais, mas também àquelas que testemunham, direta ou indiretamente, por viverem em comunidades onde a situação de vulnerabilidade econômica impera.

Segundo Brito (2011), o transtorno depressivo maior em adolescentes é uma das doenças psiquiátricas com maior morbidade, aguda e crônica, e mortalidade. Em estudos primários, 2 entre 3 adolescentes com depressão não recebem tratamento ou sequer o diagnóstico.

A depressão pode manifestar-se de forma polifacetada, por alteração persistente de humor, irritabilidade, queda no desempenho escolar, desistência de atividades desportivas e culturais que anteriormente apreciava, comportamento de oposição, postura desafiadora, afastamento dos amigos e familiares, queixas somáticas, como cefaléia, insônia, fadiga, falta de apetite, entre outros sinais que podem surgir com ou sem a presença de comorbidades.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-V explica que a cronicidade dos sintomas depressivos aumenta a probabilidade de aparecerem transtornos de personalidade, ansiedade e abuso de substâncias entorpecentes. Portanto, é útil que os sintomas depressivos sejam identificados o mais rápido, para não incorrer na cronicidade e aumentar as chances de remissão.

É na adolescência que o indivíduo começa a se reconhecer como um ser independente, uma figura com necessidades e desejos para além das projeções paternas, cortando de vez o cordão umbilical. Então é nesta fase que começam as grandes alterações: mudanças corporais, autonomia dos pais, inseguranças com relação as próprias competências e desempenho escolar, além de haver a necessidade mais urgente de identificação com seus pares. Esses elementos podem acarretar no desenvolvimento de transtornos de ansiedade também.

É comum que surjam também sintomas físicos que reduzam ainda mais a qualidade de vida desse jovem, como: cefaléias, fadiga, dores abdominais, dores musculares, ataques de pânico, entre outros sintomas.

A ansiedade quando se torna uma patologia repercute negativamente tam-

bém em outras áreas da existência do adolescente. Brito (2011) destaca que a ansiedade pode interferir na aprendizagem, comprometer a relação com os pares, acentuar os conflitos com a família e conduzir ao isolamento, por isso ações de educação em saúde no ambiente escolar podem ser bastante benéficas.

Durante nossa vivência como extensionistas tentamos ampliar ainda mais a reflexão a respeito da saúde mental e de outros fatores que poderiam acabar sendo motivo para o desenvolvimento de quadros depressivos, como a dor crônica, por exemplo. Faz parte do exercício de humanização perceber as dores e dificuldades dos outros, com empatia e escuta crítica. Deste modo, é importante que esses jovens possam também ficar diante da dor dos outros.

A dor pode ser considerada uma das principais causas do sofrimento humano, sendo a dor crônica generalizada na população, recorrente e pode ter muitas causas, levando ao comprometimento da qualidade de vida, repercussões econômicas e psicossociais, tais como transtornos depressivos e de ansiedade, e comprometimento da realização de demandas cotidianas devida, satisfação com a vida, nível reduzido de atividade, bem como alto índice de absenteísmo, resultando em desemprego e risco de aposentadoria precoce (BOTTEGA; FONTANA, 2010; GERRITS et al., 2012; BIALAS et al., 2018).

Mais que uma sensação, a dor é uma experiência, podendo incorporar componentes sensoriais com influências pessoais e ambientais importantes. Desse modo, a natureza da dor pode ser caracterizada em várias dimensões. Diante disso, o uso de analgésicos pode ser apenas uma parte da atenção multiprofissional a qual busca compreender as angústias físicas, psicológicas, sociais e espirituais, em especial do paciente oncológico, influenciada por fatores subjetivos como: fadiga, depressão, raiva, medo/ansiedade, doença e sentimentos de falta de esperança e de amparo, associada com dano detecidual real ou potencial (INCA-MS, 2001). A ansiedade e a depressão e seus sintomas associados podem ser observados em muitos pacientes oncológicos, diminuindo a qualidade de vida, afetando negativamente a adesão às terapias médicas e reduzindo a sobrevida (CURRAN et al., 2017. SAHITHI et al., 2017).

A falta de apoio às pessoas com transtornos mentais e o medo do estigma impedem muitas pessoas de terem acesso ao tratamento de que necessitam para ter vidas saudáveis e produtivas (OPAS, 2017). Ainda existe a percepção errônea de que os transtornos mentais não podem ser tratados, mas é sabido que existem tratamentos eficazes e que estes podem ser utilizados com sucesso no nível primá-

rio de atenção à saúde. Além disso, reconhecer e tratar os transtornos mentais tão cedo quanto possível, holisticamente e perto da casa e da comunidade da pessoa, pode levar a melhores resultados de saúde (OMS e WONKA, 2008).

Sigerist foi um dos primeiros autores a referir o termo promoção da saúde em seu artigo *The place of the physician in modern society*, de 1946. Nesse contexto, a promoção da saúde implicava, entre outras responsabilidades, proporcionar condições de vida e de trabalho decentes, educação, cultura física e formas de lazer e descanso, invocando, para tanto, o esforço coordenado de políticos, setores sindicais e empresariais, educadores e médicos. A estes últimos imputava um papel social de proteger as pessoas e guiá-las para uma vida cada vez mais saudável e feliz (VERDI e CAPONI, 2005).

Uma vantagem da utilização de filmes é possibilitar uma abordagem interdisciplinar e contextualizada de uma determinada realidade, permitindo que contextos que requerem tempos mais longos possam ser observados, além de aguçar os sentidos devido à imagem e ao som, provocando emoções e reflexões (GONDIM et al., 2017).

Em uma das ações foi perguntado o que os jovens mais gostaram e o que não gostaram no filme. Um deles respondeu "gostei de tudo", outro falou "amei quando começou e odiei quando acabou". Essas respostas reforçam a necessidade de atividades mais lúdicas e imaginativas, que estimulem uma abertura maior a expressão dos sentimentos e sensações. Muitos dos jovens alcançados com as ações demonstravam uma grande necessidade de ser ouvido e se expressar.

As rodas de conversa proporcionam o fortalecimento e empoderamento dos envolvidos e a ampliação da comunicação interpessoal e da capacidade de resolver conflitos, sendo ainda compreendidas como espaços privilegiados de escuta sensível e de reorganização do sujeito a partir de sua complexidade, por estimular a comunicação e a partilha de sentimentos (COSTA et al., 2015). Nesse contexto, esta técnica pode contribuir de forma direta para proporcionar o ambiente de discussão de temas que ainda são considerados como tabus e, conseqüentemente, para a promoção da saúde mental.

As rodas de conversa representaram breves momentos terapêuticos onde os adolescentes puderam falar sentimentos que não fariam a outras pessoas. Em um dos momentos da terceira ação foi perguntado qual sentimento que mais fazia parte da vida desses jovens e alguém respondeu que era a raiva. Quando eles tiveram ainda a liberdade de escrever sobre suas angústias, muitos relataram medo da

violência, inclusive daquela que é institucionalizada por alguns membros da polícia, tristeza, raiva, desânimo, entre outros sentimentos que se associam a hipomania e ansiedade. Porém, foi ainda maior o volume de adolescentes que relataram querer ser feliz e graças as rodas de conversa, foi possível ressignificar algumas dessas angústias mais perceptíveis.

CONCLUSÃO

A adolescência é um período importante no desenvolvimento humano, ela marca o luto pela perda da infância e a transição para a vida adulta. É um momento que pode representar instabilidade emocional para esses jovens, uma vez que eles precisam abandonar a vida como conheciam na infância, sendo exigidos comportamentos que não condizem mais com o ser criança, porém sem a autonomia de ser adulto. Há a perda da identidade conhecida por outra que ainda está em formação, isso gera medo e pode ser muito solitário.

Todas essas mudanças podem provocar um sentimento de inadequação, de que os adultos não os compreendem e nem os ouvem, por isso o cinema revela-se uma estratégia ainda mais significativa de ensino-aprendizagem, sendo capaz de trazer à discussão assuntos que por outros meios não seriam amplamente dialogados por este público.

As rodas de conversa representaram para muitos desses jovens a única possibilidade de expor suas angústias e preocupações, sendo um meio catártico para a compreensão dos sentimentos alimentados.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. O adolescente e a liberdade. In: _____. **Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artmed, 1981.

BIALAS, P. et al. Pain in tones - Is it possible to hear the pain quality? **Patient Education and Counseling**, v. 2018, 2018

BOTTEGA, F. H.; FONTANA, R. T. A dor como quinto sinal vital: utilização da escala de avaliação por enfermeiros de um hospital geral. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 19, n. 2, p. 283-290, 2010.

BRITO, Isabel. Ansiedade e depressão na adolescência. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, [S.l.], v. 27, n. 2, p. 208-14, mar. 2011. ISSN 2182-5181.

COSTA, R.R.O.; BOSCO-FILHO, J.; MEDEIROS, S.M.; SILVA, M.B.M. As rodas de conversa como espaço de cuidado e promoção da saúde mental. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 13, n. 43, p. 30-36, 2015.

CURRAN, L. et al. Anxiety in the context of cancer: A systematic review and development of an integrated model. **Clinical Psychology Review**, v. 56, p. 40-54, 2017.

GERRITS, M. M. J. G. et al. Impact of pain on the course of depressive and anxiety disorders. **Pain**, v. 153, p. 429-436, 2012.

GONDIM, M.S.C.; FARIA, N.D.; SANTOS, W.L.P. Roda de conversa de QSC: o filme “O óleo de Lorenzo” e o raciocínio informal de estudantes do ensino superior. **Alfabetização científica e tecnológica, abordagens CTS/CTSA e Educação em Ciências**. 2017.

JATOBÁ, J. D. V. N.; BASTOS, O. Depressão e ansiedade em adolescentes de escolas públicas e privadas. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 171-179, 2007.

Lima, A. L. de O., Santos, B. F. de T. dos., Almeida, G. L. de., Ferreira, H. W., Mota, C. P. da., Messias, C. M., & Silva, J. L. L. da. (2020). Educação em saúde mental no ambiente escolar: relato de caso. **Saúde Coletiva (Barueri)**, 9(50), 1784 - 1788.

MELO, M.C.H.; CRUZ, G.C. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino médio. **Imagens da Educação**, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE & ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE MÉDICOS DE FAMÍLIA. **Integração da saúde mental nos cuidados de saúde primários: Uma perspectiva global**. 2008.

CONDIÇÕES HIGIENICOSSANTIÁRIAS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÕES EM AMBULANTES QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS PRÓXIMO A UM CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MACEIÓ

HYGIENIC SANITARY CONDITIONS AND STRATEGIES INTERVENTIONS IN AMBULANTS THAT SELL FOODS NEAR A UNIVERSITY CENTER OF MACEIÓ

Karwhory Wallas Lins da Silva¹; Edilene Maria de Oliveira²; Isaura Cariolando Santos da Silva²; Lucas Pedrosa Souto Maior¹; Mariana Soares Nunes²; Mirley Claísa da Silva Freire²; Thayane Simões de Miranda França²; Thiago José Matos Rocha³; Eliane Costa Souza³

¹Graduação em Biomedicina, Discente do Centro Universitário Cesmac. ²Graduação em Nutrição, Discente do Centro Universitário Cesmac. ³Docente de Nutrição do Centro Universitário Cesmac.

RESUMO

A comercialização de alimentos por ambulantes é uma prática muito comum e que apresenta sérios riscos à saúde da população. Neste trabalho buscou-se contribuir para a melhoria da qualidade sanitária do segmento comida de rua, a partir do diagnóstico social, econômico e estratégias de intervenções higienicossanitárias. Inicialmente foram realizadas visitas informais para verificar os parâmetros higiênicos dos manipuladores, bem como, as condições sanitárias das suas instalações. O instrumento de avaliação foi uma lista de verificação de boas práticas para ambulantes. Posteriormente foram realizadas as intervenções. 80,95% dos indivíduos avaliados apresentavam-se com unhas e/ou mãos sujas, 47,60%, utilizavam adornos durante o processamento e venda dos alimentos e 90,48% dos pontos ambulantes não possuíam água tratada para a higienização durante o trabalho. Foram realizados treinamentos através de reuniões participativas com os manipuladores, procurando apresentar orientações sobre as formas corretas de manipular, de preparar e conservar os alimentos para obtê-los seguros e posteriormente foi entregue os certificados com a carga horária executada. Sugere-se que os órgãos competentes de vigilância sanitária, trabalhem em parcerias com outras instituições, para maximizar a adesão por parte dos ambulantes em relação as boas práticas de fabricação para produzir alimentos seguros.

Palavras-chave: Abastecimento de alimentos. Higiene dos alimentos. Boas práticas de fabricação. Educação em saúde.

ABSTRACT

The commercialization of food by street vendors is a very common practice that presents serious risks to the health of the population. This study aimed to contribute to the improvement of the sanitary quality of the street food segment, based on social, economic diagnosis and strategies of hygienic sanitary interventions. Initially, informal visits were made to verify the hygienic parameters of the handlers, as well as the sanitary conditions of their facilities. The evaluation instrument was a checklist of good practices for street walkers. Subsequently, interventions were performed. 80.95% of the individuals evaluated presented with nails and/or dirty hands, 47.60% used adornments during the processing and sale of food and 90.48% of the walking points did not have water treated for hygiene during work. Training was conducted through participatory meetings with the handlers, seeking to provide guidance on the correct ways to manipulate, prepare and store food to obtain safe and later the certificates were delivered with the workload executed. It is suggested that the competent health surveillance bodies work in partnerships with other institutions to maximize the supply by street walkers in relation to good manufacturing practices to produce safe food.

Keywords: Food supply. Food hygiene. Good manufacturing practices. Health education.

INTRODUÇÃO

O termo “comida de rua” tem sido utilizado para designar alimentos e bebidas vendidos em vias públicas, destinados ao consumo imediato ou posterior, que não necessitam de etapas posteriores de processamento (WHO, 1996; LIMA et al., 2017).

Ao longo dos tempos, a venda de alimentos de rua tem se configurado como uma atividade de importância de natureza social, econômica, sanitária e nutricional. Principalmente nos países em desenvolvimento, este comércio constitui relevante fonte de renda, sendo favorecido pelos elevados índices de desemprego, baixo po-

der aquisitivo da população, acesso limitado à educação e ao mercado de trabalho formal, além das migrações da zona rural para a urbana, em virtude da degradação das condições de vida no campo (COSTARRICA; MORÓN, 1996; TARULEVICZ, 2018).

Apesar desse tipo de comercialização ser uma fonte de renda em países em desenvolvimento, contam com alguns aspectos críticos, que incluem a água tratada para limpeza das mãos, que não utilizam luvas e também manuseiam o dinheiro; limpeza dos equipamentos; preparo dos alimentos; e ausência de sanitários. Além dessas dificuldades, alguns alimentos são conservados em exposição à temperaturas inadequadas e a vetores, podendo ocasionar as Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) (RONCANCIO; QUICAZÁN; CÁRDENAS, 2015; ESTRADA-GARCIA et al., 2002; CARDOSO; SANTOS; SILVA, 2009).

Essas DTAs oriundas dos alimentos de ruas, podem ser causadas devido ao cozimento incorreto, dificuldade de manutenção de temperaturas seguras para o armazenamento a frio das matérias-primas, utilização de matérias-primas contaminadas, contaminação cruzada, proliferação de microorganismos patogênicos em função do tempo-temperatura de exposição e falta de higienização das mãos e das superfícies que interagem com os alimentos (CATANOZI; MORELHÃO; IURCIC., 1999; SOUZA et al., 2015).

As condições higiênicas dos alimentos de rua estão diretamente relacionadas aos manipuladores de alimentos em diversas etapas: aquisição das matérias-primas, preparo e distribuição dos alimentos, sendo a manipulação incorreta a principal forma de contaminação. Dessa forma, eles tem um papel muito importante na saúde dos consumidores, que vão além da higienização das mãos (BELLIZZI et al., 2005; OLIVEIRA; MAITAN, 2010).

De acordo com o Manual Integrado de Vigilância, Prevenção e Controle por DTAs da Vigilância Sanitária, as DTAs vem aumentando em todo o mundo e dentre os diversos fatores relacionados com o aumento dessa incidência, estão: o crescimento populacional, existência de grupos mais vulneráveis ou mais expostos, urbanização desordenada e necessidade de produzir alimentos em larga escala.

Apesar de vários estudos indicarem o risco potencial relacionado à comida de rua, a insuficiência de dados sobre o setor, nos aspectos social, econômico, alimentar e nutricional e de magnitude de despesas com doenças de origem alimentar, não sustenta (ou dificulta) a tomada de intervenções locais. Destaca-se, ainda, que os baixos níveis de educação formal e de educação sanitária da população,

associados à quase inexistência de uma regulamentação específica para este tipo de comércio, agravam ainda mais o quadro (GERMANO et al., 2000; SÁTIRO et al., 2018).

A realização do estudo justificou-se, de modo que traçou o perfil da atividade, dimensionando os impactos sob a ótica social e econômica e a sua influência na condição de saúde da população. Dessa forma além de obter informações, o estudo também contribuiu para a melhoria na qualidade higienicossanitária dos manipuladores de alimentos, com vistas à educação e conscientização destes, quanto ao seu papel na determinação da qualidade dos alimentos comercializados nas ruas.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi contribuir para a melhoria da qualidade do segmento de comida de rua através do diagnóstico das condições e estratégias de intervenções higienicossanitárias.

METODOLOGIA

O estudo exploratório, com abordagem quantitativa foi realizado por acadêmicos de Biomedicina e Nutrição em 2014, durante duas etapas: observação dos pontos de vendas; e educação sanitária através do curso de Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Levantamentos das Condições Higienicossanitárias

Inicialmente foi elaborada uma planilha para cadastrar todos os ambulantes que comercializavam alimentos durante os três turnos. Posteriormente foi realizado um levantamento através de visitas informais nos locais de venda para observação das condições em que os ambulantes comercializam lanches, nos arredores dos quatro campi universitários.

O instrumento de avaliação foi uma Lista de Verificação de Boas Práticas para Ambulantes, montada com base na Resolução – RDC nº 216 de 15/09/2004 (BRASIL, 2004) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Através da lista foram observados aspectos relativos às noções básicas de higiene dos manipuladores, bem como as condições sanitárias das suas instalações (higiene ambiental: arredores; e condições de armazenamento e exposição dos ambulantes).

Os dados obtidos foram tabulados na planilha eletrônica Microsoft Office Excel® versão 2013 e logo em seguida convertidos em tabelas e gráficos para análise e discussão dos resultados.

Treinamento/Capacitação

A partir das constatações locais foi planejado o curso de BPF, bem como, os assuntos a serem abordados e estratégias para transmitir as informações necessárias para obtenção de mudanças, no sentido de melhorias para oferecer um produto de qualidade aos consumidores. Para que o objetivo deste trabalho fosse alcançado, buscou-se adquirir a anuência dos participantes através de diálogos com os ambulantes.

Mensalmente foram realizados treinamentos nas instalações do Centro Universitário Cesmac, e a estratégia empregada constituiu-se de reuniões interativas com os manipuladores procurando apresentar de forma dinâmica, e com auxílio de materiais audiovisuais, orientações sobre as corretas formas de manipular, preparar e conservar os alimentos. Foi adotada uma linguagem específica para melhor compreensão do público.

No final do curso foi fornecido um certificado de curso de Boas Práticas para os ambulantes de acordo com a carga horária executada, para que eles possam comprovar sua capacitação. De acordo com os resultados da avaliação, também foi produzida uma cartilha ilustrativa como complementação do curso de BPF, que foi entregue a cada ambulante cadastrado durante as visitas iniciais.

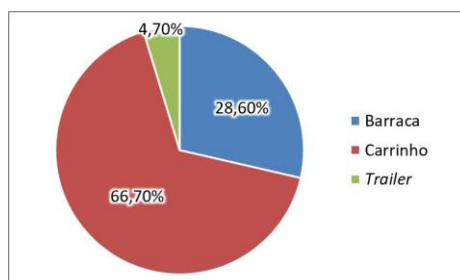
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho foi realizado nos arredores de quatro campi de um Centro Universitário na cidade de Maceió, Alagoas com 28 ambulantes que comercializavam alimentos em 21 pontos de comércio, principalmente para os acadêmicos da Instituição de Ensino Superior (IES).

Levantamentos das Condições Higienicossanitárias

Como mostra a Figura 1, 66,70% usavam carrinho para se locomover com os produtos, 28,60% acomodavam-se em barracas e apenas 4,70% utilizavam trailer para comercializar os produtos.

Figura 1. Diferentes tipos de estrutura utilizada pelos ambulantes próximos a um centro universitário de Maceió.



Fonte: Dados dos Autores, 2014.

Os ambulantes que comercializam os alimentos ao redor dos campi, geralmente residem nas regiões circunvizinhas e para facilitar a locomoção dos produtos, as estruturas são na maioria das vezes semimóveis.

Em relação a análise dos procedimentos adotados por ambulantes, conforme a Tabela 1, foi identificado que para a maioria dos aspectos observados, os percentuais foram maiores para as conformidades. É importante ressaltar que 80,95% dos indivíduos avaliados apresentavam-se com unhas e/ou mãos sujas. Outro dado relevante foi que 47,60%, dos manipuladores portavam adornos durante o processamento e venda dos alimentos.

Tabela 1. Percentual de itens observados durante o trabalho de ambulantes que comercializam alimentos próximo a um centro universitário de Maceió.

Aspectos observados	Conforme	Não conforme
Evidência de ser portador de doença infectocontagiosas	100,00%	0,00%
Alguma dermatose e ferimentos visíveis ou infeccionáveis	95,40%	4,76%
Manipulando os alimentos portando adornos	52,40%	47,60%
Apresenta as unhas e as mãos limpas	19,05%	80,95%
Fumando quando manipula ou comercializa os alimentos	90,50%	9,50%
Hábitos de passar a mão na boca, nariz, etc.	80,95%	19,05%

Fonte: Dados dos Autores, 2014.

Os resultados encontrados por Oliveira e Maitan (2010) são diferentes, pois constataram que 40% apresentavam-se com unhas grandes, sujas e com esmalte ou base e 20% usavam objetos de adorno pessoal e maquiagem; a pesquisa realizada por Kothe (2014) verificou que 80% dos ambulantes que comercializavam cachorro-quente em Porto Alegre-RS estavam sem lesões nas mãos, com unhas curtas e sem esmaltes.

Estudo realizado por Souza et al. (2015) avaliando 30 pontos de comércio ambulante na cidade de Uberaba-MG verificou que 56,7% dos ambulantes apresentavam-se com mãos sujas e unhas grandes com presença de esmalte e sujeira. Sendo os resultados inferiores aos encontrados no presente estudo. A mesma pesquisa verificou que 53,3% dos ambulantes estavam utilizando adornos. Outra pes-

quisa avaliou que 65% dos ambulantes estavam portando adornos, barba ou bigode (KOTHE, 2014), sendo esses resultados superiores aos da presente pesquisa.

Alimentos comercializados por ambulantes nas ruas tem a proposta de atrair consumidores que precisam de opções rápidas, práticas e de baixo custo, mas é fundamental que esses ambientes, localizados em vias públicas, possuam condições mínimas de higiene para que possam oferecer produtos alimentícios seguros à população que os consome.

A Resolução – RDC nº. 218 de 29/06/2005 (BRASIL, 2005) da ANVISA preconiza que as unhas devem ser curtas e sem esmalte ou base. Veda a utilização de adornos, incluindo aliança e exige uma cuidadosa lavagem das mãos antes e após a manipulação dos alimentos. Também deve-se evitar fumar, cantar, espirrar, tossir e outras práticas que contribuem com a contaminação dos alimentos.

A Tabela 2 apresenta os itens observados em relação às instalações, onde entre outras condutas foi visto que todos vinte e oito pontos de ambulantes possuíam ausência total de torneiras para higienização e de recipiente revestido com sacos plásticos e tampa acionável com os pés para acondicionamento de lixo. E que 90,48% dos pontos ambulantes não possuíam água tratada para a higienização durante o período ocupacional.

Tabela 2. Percentuais dos aspectos observados em relação a infraestrutura local no trabalho de ambulantes que comercializam alimentos próximo a um centro universitário de Ma

Aspectos observados	Conforme	Não conforme
Os equipamentos com revestimento de material liso, impermeável e de fácil limpeza	52,40%	47,60%
Existência de reservatório de água tratada para a higienização durante o período de trabalho	9,52%	90,48%
Presença de torneira	0,00%	100,00%
Presença de recipiente revestido com sacos plásticos para o acondicionamento de lixo providos de tampa acionável com os pés	0,00%	100,00%
Frestas bem vedadas para evitar entrada de insetos e roedores	47,60%	52,40%
Existência de pegadores ou instrumentos apropriados para não ocorrer o contato manual com o alimento	71,43%	28,57%
Existência de recipientes individuais e descartáveis, como pratos, talheres, copos e canudos	100,00%	0,00%
Alimentos (lanches, pastéis) pronto para o consumo, em exposição	76,20%	23,80%
Os alimentos se encontram embalados, protegidos	80,95%	19,05%

Fonte: Dados dos Autores, 2014.

Através das vistorias foi verificado que geralmente eles levam água em garrafas para a utilização caso seja necessário. E não possuíam lixeiras, onde estas são de suma para o descarte de lixo, evitando assim a atração de vetores e pragas urbanas para o local de comercialização dos alimentos.

Resultados semelhantes ao presente estudo foram obtidos por Moreira da Silva et al. (2011) em um *campus* universitário da cidade de Fortaleza-CE, foi visto que 65% dos ambulantes não possuíam lixeira e este mesmo percentual dos pontos de comércio estavam com a presença de sujeira nos utensílios/equipamentos.

A caracterização do comércio ambulante de alimentos em Belo Horizonte-MG realizada por Monteiro (2015) detectou em seus resultados, que 31,2% dos ambulantes não utilizavam lixeira com tampa e 6,2% não tinham reservatório de água potável.

Resultado semelhante foi encontrado por Nonato et al. (2012) que avaliando as condições higienicossanitárias dos pontos de venda dos ambulantes no campus da Universidade Federal de Uberlândia, detectaram que todos acondicionavam água em recipientes plásticos reutilizados e nenhum deles portavam lixeira com tampa e pedal.

Treinamento/Capacitação

Durante a observação foi notada boa receptividade por parte dos ambulantes, que a princípio se mostraram interessados em participar do curso, principalmente por ter profissionais de saúde envolvidos. Foram colhidas informações *in loco* sobre o interesse dos ambulantes em participar do curso promovido pelo projeto comida de rua a fim de realizá-lo em dia, local, e horário adequado para que todos pudessem participar.

No intuito de atrair os ambulantes para o curso de BPF, foi confeccionado convite (Figura 2) contendo informações sobre data, local, horário e importância da participação dos manipuladores de alimentos. Os convites foram impressos em quantidade suficiente e entregues pessoalmente para contemplar todos os ambulantes que circundavam os *campi*.

Figura 2. Convite elaborado pelos discentes do projeto comida de rua.



Fonte: Dados dos Autores, 2014.

O treinamento (Figura 3) foi realizado com temas divididos em quatro módulos: I – Introdução; II – Alimentos seguros; III – Ambientes seguros; IV – Profissionais da alimentação. Pensando em facilitar a compreensão, a linguagem adotada para transmitir as informações foi a mais acessível possível para as ambulantes, que se mostraram interessadas em conhecer o universo da microbiologia.

Figura 3. Imagens dos discentes registradas durante o curso de BPF.



Fonte: Dados dos Autores, 2014.

Notou-se que na maioria das vezes elas não possuíam o conhecimento sobre as bactérias, como elas podem estar no organismo e mecanismo patológico. Todas as participantes receberam um certificado de acordo com a carga horária executada para comprovar sua participação no curso, item que contribui com a qualificação profissional das mesmas.

O curso foi idealizado com o objetivo de fazer os manipuladores refletirem sobre as BPF, mas infelizmente como pode ser visualizado na Figura 3 só estiveram presentes apenas 10,72% (N=3) do total de ambulantes cadastrados e convidados. Tal resultado destaca a falta de interesse por parte dos ambulantes, visto que o curso foi promovido aos sábados, dia em que os mesmos estariam teoricamente “livres” para participar.

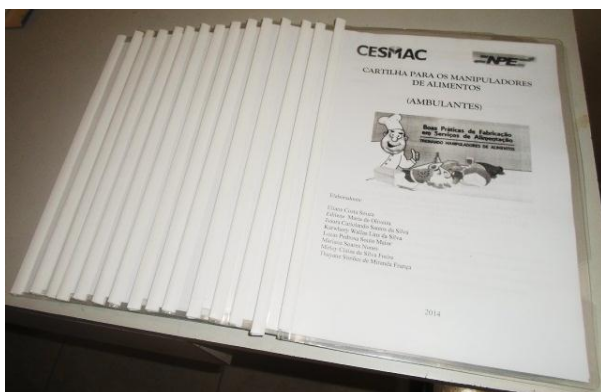
Semelhante a este de projeto de extensão, McKnight, Lacerda e Alcarde (2006) executou um projeto de extensão que treinou/capacitou os manipuladores de alimentos através de cursos utilizando cartilhas ilustrativas e material audiovisual. E destaca que o treinamento/capacitação dos manipuladores é um procedimento importante para prevenir a contaminação dos alimentos durante todas as etapas de seu preparo.

Almeida et al. (2019) executou o projeto de intervenção com manipuladores do município do recôncavo baiano, onde foi relatada uma resistência por parte dos manipuladores de alimentos e ressaltou a importância da educação continuada para que os mesmos possam produzir alimentos seguros.

De acordo com Façanha (2003) que promoveu um treinamento para os manipuladores de alimentos em escolas da rede municipal de ensino do município de Meruoca-CE, é importante treinar os trabalhadores para fornecer uma alimentação sadia aos consumidores.

Devido a grande abstenção dos ambulantes no curso, foram elaboradas cartilhas (Figura 4) de acordo com a RCD nº 216/2004 e distribuídas in loco (Figura 5) para todos os ambulantes, através delas foram abordados temas relacionados com a produção de alimentos e condições higienicossanitárias, desenvolvendo um treinamento direto com esses manipuladores.

Figura 4. Cartilha confeccionada pelos integrantes do projeto comida de rua.



Fonte: Dados dos Autores, 2014.

Figura 5. Discentes entregando as cartilhas para os ambulantes.



Fonte: Dados dos Autores, 2014.

O trabalho realizado por Monteiro (2015) detectou que 50% dos ambulantes realizaram curso de capacitação e justificou que as condições higienicossanitárias inadequadas estão relacionadas com o baixo conhecimento sobre segurança alimentar. E que devem ser realizados treinamentos periódicos para orientar os ambulantes e prevenir as DTAs.

Um estudo desenvolvido por Silva et al. (2014) em Caxias do Sul-RS, elaborou um folder educativo de acordo com a Resolução – RCD nº 216 de 15/09/2004 (BRASIL, 2004) da ANVISA para informar aos manipuladores da região a importância da manipulação higiênica dos alimentos durante o preparo e também distribuição, contribuindo para a saúde dos clientes e manutenção de venda dos alimentos. McKnight, Lacerda e Alcarde (2006) também utilizaram cartilhas ilustrativas como material didático para treinar ambulantes manipuladores de alimentos em parceria com a Vigilância Sanitária da cidade de Santa Bárbara d'Oeste-SP.

CONCLUSÃO

O diagnóstico encontrado evidencia, quando comparado às normas da legislação vigente, que existem diversas não conformidades.

A intervenção realizada no presente estudo foi bem aceita pelos componentes desta comunidade, porém a adesão à prática ainda está se mantendo bem longe de ser conseguida, visto que, se faz necessário constantes intervenções, até que os mesmos se conscientizem do seu papel como vetor de perigos químicos, físicos e microbiológicos e da importância dos produtos elaborados e comercializados por eles e como podem vir a causar danos à saúde do consumidor.

Sugere-se que os órgãos competentes de vigilância sanitária, juntamente com projetos de extensão que surjam ao longo do tempo, trabalhem em parceria para minimizar essa pouca adesão por parte dos ambulantes em relação às boas práticas de manipulação, beneficiando, portanto, a comunidade que irá consumir alimentos seguros do ponto de vista higienicossanitário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. M. R. et al. Boas práticas de manipulação de comida de rua: estratégias de intervenção com manipuladores de um município do recôncavo baiano. **Revista Brasileira de Saúde Funcional**, Cachoeira, v. 8, n. 1, p. 17-26, 2019.

BELLIZZI, A. et al. Treinamento de manipuladores de alimentos: uma revisão de literatura. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 19, n. 133, p. 36-48, 2005.
BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 216, 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 17 set. 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC Nº 218, 29 de julho de 2005. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos higiênico-sanitários para a manipulação de alimentos e bebidas preparadas com vegetais. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 2005.

CARDOSO, R. C. V.; SANTOS, S. M. C.; SILVA, E. O. Comida de rua e intervenção: estratégias e propostas para o mundo em desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1215-1224, 2009.

CATANOZI, M. P. L. M.; MORELHÃO, G. G.; IURCIC, K. M. Avaliação microbiológica de lanches vendidos em carrinhos de ambulantes na cidade de Araraquara, SP. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 13, n. 66/67, p. 116 -117, 1999.

COSTARRICA, M. L.; MORÓN, C. Estratégias para el mejoramiento de la calidad de los alimentos callejeros en América Latina y en el Caribe. **Food Nutrition and Agriculture**, [S. l.], v. 7, n. 18, p. 47-57, 1996.

ESTRADA-GARCIA, T. et al. Faecal contamination and enterotoxigenic *Escherichia coli* in street-vended chili sauces in México and its public health relevance. **Epidemiology & Infection**, Cambridge, v. 129, n. 1, p. 223-226, 2002.

FAÇANHA, S. H. F. Treinamento para manipuladores de alimentos, em escolas da rede municipal de ensino, da sede e distritos do município de Meruoca, Ceará: relato de experiência. **Revista de Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 17, n. 106, p. 30-34, 2003.

GERMANO, M. I. S. et al. Comida de rua: prós e contras. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 14, n. 77, p. 27-33, 2000.

KOTHE, C. I. **Condições higiênico-sanitárias de ambulantes que comercializam**

cachorro-quente na cidade de Porto Alegre, RS e inativação térmica de *Staphylococcus coagulase positiva* e *Escherichia coli*. 2014. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Alimentos) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

LIMA, T. S. et al. Condições higienicossanitárias de alimentos comercializados por ambulantes no centro comercial de Aracaju, SE. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 31, n. 270/271, p. 50-54, 2017.

MCKNIGHT, I. C. S.; LACERDA, T. H. M.; ALCARDE, V. E. Experiência de projeto de extensão em curso de engenharia de alimentos: qualidade de alimentos e segurança alimentar. In: Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, XXXIV, Passo Fundo, 2006. **Anais...** Passo Fundo: Universidade de Passo fundo, p. 10.41-10.49, 2006.

MONTEIRO, M. A. M. Caracterização do comércio ambulante de alimentos em Belo Horizonte-MG. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 87-97, 2015.

MOREIRA DA SILVA, L. I. M. et al. Condições higiênico-sanitárias do comércio de alimentos em via pública em um campus universitário. **Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 89-95, 2011.

NONATO, I. L. et al. Qualidade higiênico-sanitária de pontos de venda e análise microbiológica de alimentos de rua comercializados no campus Umuarama da universidade federal de Uberlândia. **Bioscience Journal**, Uberlândia, v. 38, n. 5, p. 1061-1071, 2012.

OLIVEIRA, T. B.; MAITAN, V. R. Condições higiênico-sanitárias de ambulantes manipuladores de alimentos. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 6, n. 9, p. 01-14, 2010.

RONCANCIO, J. J. B.; QUICAZÁN, C. A. N.; CÁRDENAS, A. P. Iniciativas, ações e políticas sobre as vendas de alimentos na via pública. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 17-24, 2015.

SÁTIRO, D. S. P. et al. Análise microbiológica de fast foods comercializados por ambulantes no centro da cidade de Natal, RN. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 32, n. 276/277, p. 93-97, 2018.

SILVA, K. et al. Educação em higiene e vigilância sanitária para manipuladores de alimentos do comércio ambulante de Caxias do Sul/RS. In: Congresso de Pesquisa e Extensão da FSG, II, Caxias do Sul, 2014. **Anais...** Caxias do Sul: Faculdade da Serra Gaúcha, 2014.

SOUZA, G. C. et al. Comida de rua: avaliação das condições higiênico-sanitárias de manipuladores de alimentos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 8, p. 2329-2338, 2015.

TARULEVICZ, N. Hawkerpreneurs: vendedores ambulantes, empreendedorismo e reinvenção da comida de rua em Sigapura. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 291-302, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. Division of Food and Nutrition. **Essential safety requirements for street-vended foods**, 1996.

DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO POLICIAL: uma análise crítica das normas que regem a formação e a atividade policial no Estado de Alagoas

HUMAN RIGHTS AND POLICE TRAINING: a critical analysis of the norms that govern police training and activity in the State of Alagoas

Bruno Cavalcante Leitão Santos¹; Francisco de Assis de França Júnior²; Júlia Santos Gomes³; João Victor Cavalcante da Silva⁴

¹Doutor em Direito (PUCRS); Mestre em Direito Público (UFAL); Especialista em Direito Penal e Processo Penal (UCDB); Professor de Direito Penal do Centro Universitário Cesmac e da Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas de Maceió – FAMA. E-mail: brunoleitao.adv@hotmail.com

²Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra (PT); Professor no Centro Universitário CESMAC (Maceió/AL); Coordenador do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais em Alagoas. E-mail: francajuniorDireito@gmail.com

³Graduanda em Direito (CESMAC SERTÃO). E-mail: julia.gomes98@hotmail.com.

⁴Graduando em Direito (CESMAC SERTÃO). E-mail: victorcaval574@gmail.com.. ²Discentes do Curso de Direito da Faculdade Cesmac do Sertão.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar criticamente a formação e atuação policial, principalmente no Estado de Alagoas, por ser, das instituições estatais, aquela que apresenta uma faceta com maior potencial de dano. O ideal militarista, historicamente tributário de valores que contrastam com determinados valores democráticos - como, por exemplo, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de fundamentação de suas decisões -, precisa estar adequado aos ditames constitucionais e aos compromissos regionais (Pacto de San José da Costa Rica) e internacionais (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos) firmados pelo Brasil. Assim, a partir de uma revisão bibliográfica, alinhada ao método qualitativo, as normas regulamentadoras de tais profissionais serão passadas em revista no presente trabalho. Haveria realmente respeito aos valores democráticos? Essa é uma das principais questões, para a qual nossa hipótese é a de que ainda falta muito até que encontremos um cenário ideal na proteção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Formação; atuação; policial; democracia

ABSTRACT

The main objective of the present work is to critically analyze police training and action, mainly in the State of Alagoas, as it is, in the state institutions, the one that presents a facet with the greatest potential for damage. The militarist ideal, historically tributary of values that contrast with certain democratic values - such as the contradictory, the broad defense and the mandatory reasoning of its decisions -, needs to be adequate to constitutional dictates and regional commitments (Pact of San José da Costa Rica) and international (International Covenant on Civil and Political Rights) signed by Brazil. Thus, based on a bibliographical review, aligned with the qualitative method, the regulatory norms of these professionals will be reviewed in the present work. Would there really be respect for democratic values? This is one of the main questions, for which our hypothesis is that there is still a long way to go before we find an ideal scenario in the protection of human rights.

Keywords: Training; acting; policeman; democracy

INTRODUÇÃO

É importante que nos debruçemos sobre a formação e atuação policial, principalmente no Estado de Alagoas por ser das instituições estatais aquela que apresenta uma faceta com maior potencial de dano. O ideal militarista, historicamente tributário de valores que contrastam com determinados valores democráticos – como, por exemplo, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de fundamentação de suas decisões, precisa estar adequado aos ditames constitucionais e aos compromissos regionais (Pacto de San José da Costa Rica) e internacionais (Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos) firmados pelo Brasil.

Em razão disso, é de suma importância analisar se as normas reguladoras – estatutos – estão sendo exercidas de maneira correta e produzindo efeitos legais com o intuito de verificar se os cursos de formação ou a própria instituição policial no plano de atuação preservam a dignidade da pessoa humana de forma eficaz. Então, resta-nos saber se os agentes que ocupam e fazem parte do corpo das polícias do Estado de Alagoas, quando presentes no curso de formação e na respectiva atuação, se adequam e respeitam esses diplomas normativos e ainda, se as condutas praticadas estão amparadas pelos direitos humanos.

O curso de formação por ser uma etapa anterior a entrada dos policiais em sua devida atuação, deve estar mais preparado e voltado para a conscientização,

para que assim possa estimular nesses policiais o senso crítico de resistir a ideias autoritárias, visto que a dignidade da pessoa humana é valor supremo, que deve sempre ser tido como prioridade. Sendo assim, as concepções que acolhem os direitos humanos podem ajudar a compreender de forma eficaz e prática como deve ser efetuada a força utilizada pelos policiais militares no atendimento a ocorrências e como essa força que ultrapassa os limites definidos em lei acabam resultando em uma violência policial, colocando o conceito objetivo e subjetivo do órgão em total desconexão com a sua verdadeira finalidade. A matéria de cidadania e direitos humanos está presente na malha curricular do curso de formação policial do Estado de Alagoas, no entanto, sabe-se que as horas destinadas a essa matéria basilar deixa a desejar, pois, os alunos se destinam relativamente poucas horas para compreender os direitos da pessoa humana e, possivelmente, para aplicar e assegurar que seja promovido o mínimo de direito universal possível a cada cidadão. É importante destacar que esses alunos se tornam policiais responsáveis para garantir não somente a segurança pública, mas também a promoção e efetiva aplicabilidade de uma ramificação dos direitos mais importantes já criados e defendidos na história da humanidade.

Não obstante, este artigo tem como finalidade analisar questões referentes a atividade policial, ou seja, a sua formação e atuação no Estado de Alagoas, assim como, avaliar de maneira crítica as normas e condutas que regem a formação do policial de cunho interno dos possíveis treinamentos cruéis que são realizados com os alunos, que a posterior terão que colocar em prática todos os atos que foram aprendidos na referida repartição. Ademais, interessa-nos avaliar também, o uso de simbologias, que por muitas vezes apresentam aspectos de caráter negativo, pois a utilização de determinados símbolos, como a “caveira”, acabam por fazer com que a polícia seja colocada de certa forma como inimiga do sistema, contrariando o papel fundamental da instituição.

Para o entendimento do processo de formação policial do Estado de Alagoas, é necessário partir da análise de um conjunto de normas e também de um estudo bibliográfico, tendo como referência a obra formação em segurança pública: relato de experiências, dos autores Elione Maria Nogueira Diógenes e Eraldo de Souza Ferraz, onde podemos compreender que é papel da Segurança Pública criar ações que possibilitem a formação e a manutenção da cidadania, ou seja, ações que não sejam só de repressão, mas de criação de um elo com a sociedade. Por conseguinte, em conformidade com Celso Castro foi possível afirmar que o curso de formação dos policiais em Alagoas tem sinônimo de pressão, sofrimento e até mesmo de certas violências. Diante do exposto, é necessário, principalmente, iden-

tificar que os mecanismos policiais são ultrapassados, defensivos e resistente à modificações.

O método de abordagem utilizado como base principal para o desenvolvimento do presente projeto será o hipotético-dedutivo, que tem como base tratar uma hipótese a partir de um problema, diante de uma pontual revisão bibliográfica. Deste modo, a Constituição da República, o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Alagoas, o Estatuto da Polícia Civil do Estado de Alagoas serão confrontados com o Pacto de San José da Costa Rica e com o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. As bases para tudo isso são as informações articuladas também a partir da revisão bibliográfica a ser realizada sobre a dinâmica da segurança pública em território alagoano.

SEGURANÇA PÚBLICA E A MILITARIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS

É de suma importância entendermos o funcionamento do modelo atual de polícia ostensiva. Para isso, é significativo compreender o processo de militarização da polícia militar. O militar está relacionado à ética e disciplina, ao mesmo tempo em que, o militarismo se relaciona a ausência desses atributos. Contrapondo os conceitos de militar e militarismo, pode-se compreender as diferenças presentes entre eles. Enquanto o primeiro se relaciona com a preservação da segurança e das atividades internas da sociedade, o segundo, traz um entendimento de serviço para uma guerra externa.

Por conseguinte, percebe-se que a estrutura e a organização das polícias militares ainda são feitas de acordo com um dispositivo ultrapassado, onde a formação continua fortemente militar e a hierarquia muito forte e pouco flexível. O que também se quer esclarecer, é que os dispositivos encarregados pela estrutura das polícias, surgiram como uma resposta a momentos em que o Brasil passava por tensões sociais. No entanto, a militarização trata-se de um procedimento ainda mais amplo, onde policiais também são submetidos a um modelo militar que lhes oprime.

A aversão aos direitos humanos e a rígida hierarquia transformaram a Polícia Militar em um ambiente propício ao preconceito. A propósito, militarizando o sistema de Segurança Pública, podem ser criadas polícias ineficazes, até mesmo, no combate à criminalidade, ou seja, partindo do pressuposto de que isso pode cegar a sociedade e também o Estado para as verdadeiras causas de violência.

O ideal militarista das forças policiais, com suas origens históricas, é algo que se perpetua até os dias de hoje, evidenciando-se principalmente na prática dos policiais militares. Nesse contexto, é importante que a formação e a atividade da polícia se desenvolvam amparadas por diplomas normativos, que, como sabemos,

não só reconhecem como legítimos os direitos humanos, mas estimulam sua disseminação e nos obrigam a respeitá-los.

“Há ainda uma política de segurança pública ideologizada em paradigmas militares, muito conservadores, diga-se, que geralmente faz do criminoso um inimigo a ser eliminado, e do preso um prisioneiro, alguém cujos direitos e garantias não se devem sobrepor à segurança da coletividade.”ⁱⁱ

Para que possa integrar-se de vez no corpo da Polícia Militar, no aspecto subjetivo, é necessário que o indivíduo recém adentrado incorpore o habitus oferecido pela instituição militar. Desde o curso de formação os alunos devem entender que além de prevenir e combater delitos, devem cumprir e fazer com que sejam cumpridas as normas impostas, no que se refere a direitos elencados na nossa carta magna.

Entretanto, o que também ocorre é que esses mesmos alunos são submetidos a treinamentos cruéis, o que pode vir a refletir na sua futura atuação policial, visto que, os policiais militares por serem “militares” acabam por necessitar de tratamento de brutalidade ou seja, de treinamentos e preparos para guerras. Devido a isso, o policial começa a ter uma visão interna subjetiva de que quando estiver nas ruas em serviço deve colocar todo o seu conjunto de ideias e valores instruídos durante o curso de formação em prática.

“Temos visto, na verdade, de modo geral, mais uma fábrica de predadores, de criação e fomento de justiceiros (típicos de estados autoritários) do que de abnegados guardiões das liberdades individuais (típico de estados democráticos). O atual modelo, portanto, alimenta mais um sistema de justicamento (autoritário) do que propriamente comunitário (democrático).”ⁱⁱⁱ

Com isso, é possível enxergar que a cultura militarista e autoritária ainda está presente hodiernamente nos cursos de formação, o que pode ocasionar em um e a instituição policial necessita acompanhar essa mudança, a fim de garantir de forma eficaz todas as suas funções e seus atos de procedibilidades.

Segundo pesquisa realizada entre os comandantes de batalhões da polícia militar dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pará, quando instados a apontar os desvios mais graves de seus subordinados, assinalaram condutas como “homicídio”, “estupro” e “tráfico” no mesmo patamar de “faltar ao serviço” e “quebrar a hierarquia”.^{iv} É, portanto, assim que, em grande parte do Brasil, formamos nossas polícias.

Muito embora, no caso de Alagoas, importa-nos reconhecer avanços, vez que faz constar no curso de formação a disciplina de Direitos Humanos, conforme preconizado pelo art. 2º, inciso XV, da Resolução nº 8, de 21 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.^v

Para Janowitz a educação numa academia militar é a experiência mais crucial de um soldado profissional, e isso deve-se em grande parte a uma

transição da vida civil para a militar que é "abrupta e súbita, e por isso mesmo frequentemente parece repulsiva as aos que estão de fora" - transição marcada, na Academia Militar de West Point (do Exército americano) pelas seis semanas de *beast barracks*, talvez o equivalente ao nosso "período de adaptação". Para Masland e Radway: o próprio termo [*beast barracks*] sugere que se trata de algo como um tratamento de choque destinado a impressionar o novo cadete com a ruptura que ele efetuou em relação à vida civil, a erradicar quaisquer hábitos desleixados que ele possa ter adquirido, a dar-lhe a confiança que provém do enfrentamento e da conquista de uma dureza apropriada, e a uni-lo estreitamente a seus companheiros que são submetidos à mesma experiência.^{vi}

É importante ressaltar que, a solução não se trata apenas da inclusão ou da análise das disciplinas, ao abordar sobre a formação das polícias é indispensável uma percepção sobre a organização policial, ou seja, sobre todo o processo educacional. As inclusões trazidas pela Matriz Curricular Nacional têm grande importância, como por exemplo, a matéria de direitos humanos, no entanto, a alteração da grade curricular não surtirá tanto efeito sem que haja uma reavaliação do dispositivo militar, que por ora, reflete o militarismo.

O processo de democratização é um esforço institucional interminável e o trabalho policial é algo que traz certa complexidade e para tanto, necessita de uma capacitação adequada e própria. Deste modo, a educação dada de maneira correta irá refletir diretamente no desempenho e nas atitudes policiais.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES NO ESTADO DE ALAGOAS

Sabe-se que a segurança pública é um direito humano e trata de uma demanda justa e legítima da população. Porquanto, a polícia é o elemento constitutivo de uma sociedade democrática responsável pelo estabelecimento dos limites, sempre na perspectiva da defesa do direito de todos os indivíduos.

Os policiais são antes de tudo cidadãos e, nesta condição de cidadania são nutridas as razões democráticas de sua existência. Não há, portanto, uma distinção entre uma sociedade civil e uma sociedade policial. No entanto, aos policiais são concedidos mandatos democráticos, os quais lhe garantem grande autoridade, deste modo, adquirem um poder imenso de intervir e influenciar a consciência da cidadania. Contudo, os rastros de uma mentalidade inquisitiva estão presentes até mesmo em regulamentos da instituição, o que tende a impactar negativamente na formação e atividade dos agentes policiais.

Atrelado a isso, uma das questões mais pertinentes e que motivam um debate público é o processo de formação dos policiais militares. As críticas abordam a questão da brutalidade policial e também do uso excessivo da força, que neste momento, são trazidos como reflexos de um despreparo e de uma desvalorização

da educação profissional, ou seja, o papel ostensivo das polícias militares, por diversas vezes, é representado por mentalidades herdadas do passado autoritário do país.

Em conformidade com o artigo 1º, do Regulamento da Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello, “a Academia de Polícia Militar (APM) é o estabelecimento de Ensino superior da Polícia Militar do Estado de Alagoas que tem por missão formar, adaptar, aperfeiçoar, habilitar, especializar e treinar os oficiais da corporação através de cursos e de estágios”. Isto é, a finalidade do ensino na APM é desenvolver e aprimorar no policial militar atributos morais e profissionais indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

Então, consoante o art. 60º, do Regulamento da Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Mello:

“O ensino deve ser objetivo e contínuo, gradual e sucessivo no âmbito de cada curso e de cada disciplina, impondo-se, para isso, que: I - a teoria abranja situações da vida real; II - a prática se traduza em ampliações de real utilidade, face aos objetivos educacionais que se têm como meta; III - exista correlação entre a teoria e a prática, entre as disciplinas básicas e as de aplicação respectiva; e IV - haja sequência lógica na exposição dos assuntos de cada disciplina”.^{vii}

É importante ressaltar que, a admissão de novos policiais não acarreta em emprego imediato ou no atendimento eficaz da população, visto que, existe um intervalo de tempo mínimo de formação para o exercício de sua respectiva profissão. O curso de formação policial divide-se em aulas teóricas e também em estágio operacional, então, após a realização das referidas aulas, os alunos acompanham as rotinas de serviço da Polícia Militar. E somente após o término dessas atividades, os alunos são nomeados Soldados, passando a realizar o atendimento à população.

“Contratar mais policiais sem a devida preparação e sem melhorar a estrutura de trabalho (salários e condições de trabalho) em nada adianta o crescimento do efetivo, bem como a estrutura do sistema de justiça criminal nos estados: déficit de investigação policial incipiência na condução dos processos, leniência do Judiciário sucateamento do sistema carcerário são “gargalos” fundamentais encontrados no Nordeste.”^{viii}

No Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Alagoas, Decreto nº 37.042, de 1996, apesar de prever como grave, no rol do art. 32, a transgressão de maltratar um preso, coloca no mesmo patamar frequentar ou fazer parte de sindicatos ou associações profissionais com caráter de sindicato ou similares. Diante do exposto, é necessário, principalmente, identificar que os mecanismos policiais são ultrapassados, defensivos e resistente à modificações.

Já no Estatuto da Polícia Civil de Alagoas, Lei estadual nº 3.437, de 1975, ainda vigente, assim como ocorre em de diversos outros estados, institui-se como

falta grave, no parágrafo único de seu art. 94, transgressões como: referir-se, desrespeitosa e depreciativamente, às autoridades e atos da Administração Pública emergencial, assim como manifestar-se ou participar de manifestações contra atos da Administração Pública em geral. No entanto, deixa de fora desse rol maltratar preso sob sua guarda ou usar de violência desnecessária no exercício da função policial. Deste modo, percebem-se resquícios de um estatuto que possivelmente é fruto do regime de exceção, ou seja, que fica ausente diante de atitudes não condizentes com uma polícia cidadã que tem como base o Estado Democrático de Direito.

"Pressão" é a palavra mais usada pelos cadetes quando falam sobre a adaptação. Essa pressão seria exercida principalmente pelos tenentes, oficiais com os quais os novatos estão em estreito contato o dia quais todo, e por diversos meios, como por exemplo através dos "exercícios de vivacidade, ordens dadas em sequência rápida e sem uma finalidade aparente. Um cadete do 3º ano relata que o tenente ordenava aos novatos que subissem e descessem repetidamente escadarias, sempre correndo e carregando seus sacos com os uniformes que tinham terminado de receber. Outro, do 1º ano, conta que: A gente voltava do rancho [refeitório] e.. "Sentar! Levantar! Sentar! Levantar! Ficar de frente! ..." O tenente apertava a gente, né? Não dava tempo, a gente voltava do rancho, o pelotão já ele perguntava: "Quem é que quer ir embora? Atenção! Isso aí é muito fácil, não está satisfeito é só ir embora".^{ix}

Diante da análise dos casos com base nas leituras e discussões efetuadas, foi possível afirmar que o curso de formação dos policiais em Alagoas tem sinônimo de pressão, sofrimento e até mesmo de certas violências, como se pode expor de acordo com o pensamento de CASTRO, in verbis:

Apesar de a pressão revestir-se por vezes de um caráter físico, como nos exemplos dados, os cadetes afirmam que ela é basicamente psicológica. Seu componente mais forte seria a humilhação verbal. Em quase todos os depoimentos é ressaltado o fato de que os tenentes - e em menor medida os outros oficiais - estão "sempre gritando" com os cadetes, pelas menores faltas. Três dentre os ex-cadetes entrevistados - eles saíram da Aman bem depois de seus períodos de adaptação - são mais explícitos: [O tenente] grita com você, esculacha contigo, acaba com você, bota você lá embaixo... a moral, tudo, tudo vai embora. Tudo isso faz parte do jogo.

É como se fosse um jogo, isso aí faz parte da regra. Mas é aquele lance: ele grita lá e você... entra por um ouvido e sai pelo outro. Se você esquentar a cabeça você vai embora. Mas dá estresse no pessoal, muita gente chora, sente a maior falta... ainda mais no período de adaptação, [em] que você não pode ir embora pra casa [de licenciamento].^x

Sobre o funcionamento das polícias estaduais, o que parece ser contínuo é uma certa "desconfiança", que acaba provocando um afastamento entre o aparelho policial e a administração da polícia. Sendo assim, uma característica que chama atenção é a falta de informação existente nos meios de comunicação dos órgãos competentes sobre a atividade policial diária ou até mesmo o pouco que está disponível. Verifica-se que acabam por não serem publicadas as condutas efetuadas por parte dos policiais e a questão em análise é se a polícia está ou não tratando

os cidadãos de acordo com os princípios da cidadania. Com regimentos rigorosos e uma organização hierarquizada, presencia-se uma justiça militar que se aflige mais com a disciplina dos subordinados, do que com a violência que também se faz presente na instituição.

Uma avaliação da disciplina de direitos humanos no curso de formação policial

A perspectiva de uma formação educativa fundamentada nos direitos da pessoa humana está presente na Matriz Curricular Nacional do Sistema Nacional de Segurança Pública, visando formar profissionais com sólidos conhecimentos e que sejam capazes de compreender a diversidade de cenários existentes numa sociedade culturalmente diversificada como a brasileira, baseando suas ações em normas legais nacionais e internacionais, notadamente as que se referem aos Direitos Humanos.^{xi}

Entende-se que, a atuação da polícia militar no contexto social não se restringe apenas em atender às necessidades dos direitos humanos, mas também tem o dever de promovê-lo, visto que é seu papel fundamental, para que assim, tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária, ou seja, democrática. Diante disso, o agente policial não pode achar que a sua atividade é antagônica aos direitos humanos, pois a instituição existe para promover e garantir a dignidade da pessoa humana, atendendo a essência de um estado democrático de direito. Ocorre que, a matéria de direitos humanos tem sofrido discriminação, e não tem sido vista como prioridade por diversas instituições de formação policial.

No currículo do curso de formação da academia de polícia militar do Estado de São Paulo, por exemplo – a maior do país, e, portanto, uma referência para todo o país –, apenas 2% das aulas são dedicadas ao tema; e o que é pior, lecionadas, na sua grande maioria, por militares com formação em direitos humanos dentro da própria polícia militar, indicados geralmente pelo comando, num verdadeiro processo de retroalimentação, tolhendo o estímulo ao senso crítico, fundamental nesse processo.^{xii} Assim ocorre em grande parte dos estados brasileiros, como nos revela Adilson Paes de Souza:

Na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, são destinadas 30 horas/aula, num total de 2.790 horas/aula (1,07%) (Vieira, 2011); na Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, são destinadas 30 horas/aula, num total de 1.455 horas/aula (2,06%) (Amaral, 2011); e na Polícia Militar do Paraná, são destinadas 30 horas/aula, num total de 4.350 horas/aula (0,68%) (Adão, 2011).^{xiii}

Com uma carga horária tão reduzida para estimular os formandos a refletirem continuamente sobre tema de mais alta relevância, pedra angular de qualquer democracia, especialmente no âmbito da atividade que irão exercer, mais do que oportunas são as críticas oferecidas por Adilson Paes de Souza, denunciando que a situação fere o estabelecido no art. 226 da Constituição Federal e no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) ao não permitir de maneira

plena a propagação dos valores democráticos.^{xiv}

Diante da análise da matriz curricular do curso de formação policial do Estado de Alagoas é possível identificar que a matéria de cidadania e direitos humanos se faz presente, com uma carga horária de 60h. No entanto, sabe-se que as horas destinadas a essa matéria basilar se torna um componente que acaba por deixar a desejar, pois, os alunos se destinam relativamente poucas horas para compreender os direitos do homem e, possivelmente, para aplicar e assegurar que seja promovido o mínimo de direito universal possível a cada cidadão. É importante destacar que esses alunos se tornarão policiais responsáveis para garantir não somente a segurança pública, mas também a promoção e efetiva aplicabilidade de uma ramificação dos direitos mais importantes já criados e defendidos na história da humanidade.

Entende-se que poderia ser eficaz uma maior aplicação na matriz curricular a respeito da matéria de direitos humanos, através do aumento da carga horária no curso de formação, bem como aulas práticas supervisionadas por pessoas dotadas de conhecimentos específicos em relação aos direitos fundamentais resguardados pela constituição de 1998, para que assim, os futuros policiais tenham um contato direto com a sociedade, de forma a não ultrapassar nenhum limite conferido em lei.

A matriz curricular deve também conter assuntos de interesse comum entre as instituições de Alagoas, visando treinamentos que possam levar em consideração as características de uma sociedade atual, construindo assim uma cultura pacífica, com determinados enfoques comunitários e, propondo a valorização cada vez mais dos direitos humanos.

As concepções que acolhem direitos humanos podem ajudar a compreender de forma eficaz e prática como é efetuada a força que é utilizada pelos policiais militares duramente o atendimento a ocorrências e como essa força que ultrapassa os limites em lei acabam resultando em uma violência policial, colocando o conceito objetivo e subjetivo do órgão em total desconexão com a sua verdadeira finalidade. É necessário que a preparação dos policiais ocorra em parceria com as universidades e as disciplinas de cunho humanístico, assim, a junção desse polos resultaria em uma sociedade repleta de direitos harmonizados, sem quaisquer discriminação ou desigualdade social.

Insta compreender que deveriam também existir políticas públicas com a finalidade de prestar atividades educacionais para os policiais para que eles possam tornar o seu serviço à sociedade melhor. Por fim, considera-se que é diante de uma qualificação dos profissionais de segurança pública que as instituições e suas respectivas práticas possam ser modificadas, priorizando a proteção e a garantia

dos direitos humanos.

O USO DE SIMBOLOGIAS NO TRABALHO POLICIAL

Interessa-nos avaliar, também criticamente, o uso de simbologias no trabalho das polícias, como no caso de animais e caveiras. Contrapondo as críticas que normalmente são feitas, é o trabalho do Tenente-Coronel da Polícia Militar da Paraíba, Onivan Elias de Oliveira, que aponta um equívoco na interpretação de entidades ligadas à proteção aos direitos humanos diante de tais símbolos.^{xv} Segundo ele:

No universo militar e policial, a caveira ou um símbolo de animal qualquer tem muito mais o propósito de estimular os integrantes da Unidade que os ostentam a sempre lembrar-se das forças positivas dos mesmos, que a incitá-los para a prática de atos violentos ou infringentes das normas de conduta social de convivência.^{xvi}

É costumeiro que pessoas e instituições utilizem símbolos para orientar seus participantes a atuarem de forma específica e regular e as interpretações dificilmente constituirão verdades justas e reais e nada é mais misterioso para os leigos do que o símbolo da caveira. Percebe-se que uma das simbologias mais marcadas no contexto histórico das instituições policiais, inclusive no Estado de Alagoas, é a da “faca na caveira”, que trata-se de uma expressão que remete ao Batalhão de Operações Policiais Especiais.

O símbolo do BOPE é representado através de uma caveira com uma faca cravada de cima para baixo sendo cruzada por duas armas de fácil visibilidade. Tanto a imagem da caveira com a faca encravada, como o lema dessa instituição que diz “faca na caveira” é de certa forma interpretada como um símbolo que não ultrapassa a capacidade que o ser humano tem de se superar, demonstrando tamanha coragem para enfrentar o dia a dia no combate ao crime de longa escala. Entretanto, a essência dessa simbologia realmente está relacionada com a morte, porém com uma forma que diverge do entendimento banal e sim usado com inteligência, trazendo o lema de vitória sobre a morte.

Segundo Silva (2019), “a inspiração de tal simbologia teria se dado no contexto da Segunda Guerra Mundial. A narrativa é que as forças especiais inglesas, cujo símbolo era um punhal, teriam logrado êxito na invasão de uma base das forças especiais da Alemanha Nazista, simbolizada por uma caveira, ocasião em que deparando-se com um crânio sobre a mesa do comandante das forças alemãs, o comandante das forças inglesas teriatrespasado o objeto com o seu punhal, ao que foi atribuído o significado da vitória sobre a morte” (apud COTTA, 2012).^{xvii}

O Tático Integrado de Grupos de Resgates Especiais – TIGRE trata-se do grupo de elite da Polícia Civil, o qual traz em sua simbologia a imagem de um tigre que se relaciona ao próprio nome da equipe. O TIGRE atua nas missões em que a Polícia Civil de Alagoas necessita agir com o uso da força, ou seja, atuará nas ações de gerenciamento de crises; nas ações repressivas contra assalto e seques-

tros; nas ações e Operações Táticas Especiais; na desativação de artefatos explosivos e incendiários; e no atendimento às requisições dos órgãos integrantes do sistema de defesa.

O Comando de Operações Táticas – COT, trata-se da unidade de operações especiais da Polícia Federal, isto é, é a repartição de elite da Polícia Federal, que é responsável pelas intervenções de alto risco.

“A águia segurando o fuzil (um Colt M16 701 com lançador de granadas M203) é o símbolo do Comando de Operações Táticas. De acordo com a heráldica, a águia simboliza o apoio aéreo, a força, a garra, a inteligência e o espírito de luta do grupo. O fuzil representa a técnica, a tática e os equipamentos empregados”.^{xviii}

No Estado de Alagoas se faz presente também os símbolos do PELOPES, ROCAM e RADIOPATRULHA. O PELOPES também se trata de um batalhão de operações especiais, como no caso do BOPE, mencionado anteriormente, e, ambos trazem consigo a mesma simbologia. Percebe-se que a maioria dos símbolos se trata de caveiras ou animais. Alguns desses símbolos abordados tornaram-se oficiais, como é o caso do BOPE, por exemplo, já outros fazem parte apenas da tradição individual dos militares.

Para a instituição policial, tais simbologias são um elemento de suporte moral, que tem o fundamento de exaltar a vida, o que se torna um componente de força para quem lida com situações de risco. No entanto, é nítido que cada unidade policial passou a dar um significado pessoal para esses símbolos, entretanto entende-se que nenhuma delas faz apologia a morte.

Pode-se verificar que tais simbologias fazem parte de organismos de defesa espalhados por todo o mundo, tendo seus significados desenvolvidos através dos tempos. É importante ressaltar que a fundamentação para posterior compreensão de tais simbologias é de difícil acesso, ou seja, não se faz presente nos órgãos oficiais de cada instituição as referidas simbologias e a explicação para estas.

Entende-se que o termo símbolo, com origem no grego (sýmbolon), designa um elemento representativo que está (realidade visível) em lugar de algo (realidade invisível) que tanto pode ser um objeto como um conceito ou ideia, determinada quantidade ou qualidade.^{xix} Diante do exposto, pode-se compreender que a representação para cada símbolo pode surgir como decorrência de um processo natural ou pode ser estabelecida.

Nota-se que nas simbologias mencionadas, uma mente desconhecedora ou maldosa poderia atribuir-lhe a crítica de que seriam “exterminadores”. No entanto, isso nunca encontrou resguardo no mundo concreto, podendo constituir uma verdade injusta, pois, no âmbito policial, a caveira ou qualquer símbolo animal tem

propósito de incentivar os integrantes a enfrentar o dia-a-dia, como mencionado anteriormente e, não de incitá-los à prática de atos violentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com o que foi apresentado, entende-se que a utilização dos direitos humanos é requisito fundamental para a segurança e preservação de uma sociedade vista como democrática. Diante de seu papel ostensivo, a polícia militar é a autoridade que está mais perto do indivíduo em condição de violência, onde deve agir com ética profissional, tolerância e com humanidade, isto é, promover a aplicação dos direitos humanos na esfera da segurança pública significa torná-la mais eficaz.

Diante das leituras realizadas tornou-se perceptível que a utilização ou não dos direitos humanos pode estar vinculado ao comando ou chefia dos superiores, ou seja, por diversas vezes é realizado um trabalho mais repressivo, conforme o executado no curso de formação. Então, quanto mais afastado estiver a utilização dessas temáticas no curso de formação em relação a ocorrências do dia a dia, maior será a probabilidade de o agente realizar condutas contrárias aos princípios norteadores dos direitos humanos.

Mesmo reconhecendo os avanços alcançados nos últimos anos em relação a formação de policiais brasileiros, é necessário levar em consideração que a educação militarizada nessas instituições ainda se faz presente. Verifica-se que ao final do curso de formação o militar sai de lá com conceitos definidos, isto é, diante de uma sociedade civil com conceitos diversificados é inevitável não identificar a hierarquia extremamente rígida presente no agente policial. Essa rigidez e o sentimento de superioridade, por diversas vezes, advém do militarismo que é contrário ao ensino sobre direitos humanos.

Ainda que exista uma matriz curricular nacional para orientar a formação policial brasileira, as circunstâncias regionais e culturais e sua organização educativa contribuem para o modelo de formação apresentada. Ademais, é necessário ressaltar que as polícias devem combater o crime - como está posto no seu regulamento - bem como fazer prosperar os mandamentos positivados, observando as normas a respeito dos direitos humanos, bem como os tratados em que o Brasil faça parte, para garantir uma sociedade justa, igualitária, democrática e humanizada.

As atuações violentas de crimes e transgressões acontecidos no passado e ainda nos tempos atuais por diversos órgãos policiais, traz consequências negati-

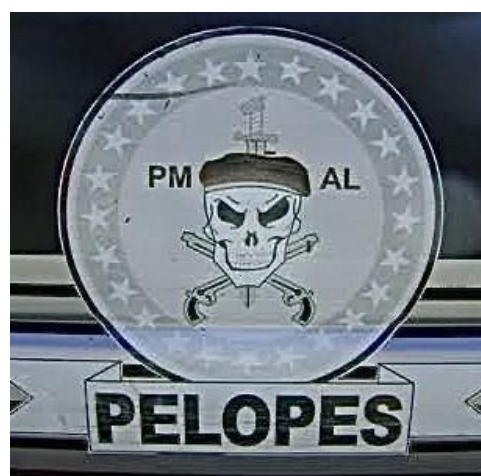
vas, isto é, tais atributos fizeram com que fosse atribuída a crítica da ignorância e militarização da instituição policial, resta-nos dizer que, existem policiais que também são submetidos a um modelo militar que lhes oprime.

A efetivação de medidas que visem o respeito à lei e aos tratados, sujeita-se também a cooperação entre a sociedade e a instituição policial, visto que, os policiais dependem da iniciativa dos indivíduos e estes necessitam da proteção e da árdua luta para preservar a ordem pública por parte dos policiais.

No que diz respeito às simbologias policiais, por mais que essas não façam alusão a morte, é importante que sejam feitas de maneira mais lógica, afastando o caráter intimidador, visto que, as interpretações podem constituir uma realidade injusta. O fato é que, caso se queira estabelecer uma convivência mais aproximada entre polícia e sociedade, a caveira e outras simbologias animais, pela carga simbólica que as acompanha, seja qual for a interpretação não haverá de auxiliar na consecução dessa finalidade.

Diante de todo o exposto, entende-se que compreender os direitos humanos é um fator importante para o processo de conscientização a respeito dessa temática, assim como é uma importante conquista dos cidadãos para que os mesmos sejam instigados a construir uma consciência crítica, ou seja, se as pessoas forem suficientemente informadas sobre os direitos inerentes à pessoa humana, que lhes são devidos só por serem humanas, serão capazes de identificar pontos críticos com relação a atuação do Estado e seu braço policial.

SÍMBOLOS MAIS COMUNS





REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17. set. 2019. JÚNIOR, França. *Cadáveres indiscretos: segurança pública e o (ab)uso de práticas ban(d)idas em ambiente democrático*. Maceió: Viva Editora, 2014, p. 98.

_____. Decreto Estadual nº 37.042/1996. *Regulamento Disciplinar da Polícia Militar de Alagoas*. Disponível em: http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/leis/lei_12.pdf. Acesso em: 3. set. 2019.

_____. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. *Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 11. set. 2019.

_____. Decreto nº 1.459, de 11 de setembro de 2003. *Regulamento da Academia de Polícia Militar Senador Arnon de Melo*. Disponível em: sistemas.pm.al.gov.br. Acesso em: 02. out. 2019.

_____. Lei Estadual nº 5.346/1992. *Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Alagoas*. Disponível em: <http://www.conselhodeseguranca.al.gov.br/legislacao/corpo-de-bombeiros-militar-de-alagoas/Lei5346-estatuto.pdf>. Acesso em: 3. set.

Disponível em: <https://doi.org/>

_____. Lei nº 3.437/1975 e alterações. *Estatuto da Polícia Civil do Estado de Alagoas*. Disponível em: <http://www.adepolalagoas.com.br/legilacao/estatuto-da-policia-civil-de-alagoas.html>. Acesso em: 5. set. 2019.

_____. Resolução nº 8. NUNES, Ministra Maria do Rosário. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

BETINI e TOMAZI. *COT: Charlie. Oscar. Tango: por dentro do grupo de operações especiais da Polícia Federal*. São Paulo: Ícone, 2018.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2.ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2004, p. 20

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira e, FERRAZ, Eraldo de Souza. Formação em segurança pública: relato de experiências. Maceió: EDUFAL. 2010, p.50.

FRANÇA JÚNIOR, Francisco de Assis de. Cadáveres indiscretos: segurança pública e o (ab)uso de práticas ban(d)idas em ambiente democrático. Maceió: Viva Editora, 2014, p. 97.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 75.

LESSA, Marcelo de Lima. *A simbologia das operações especiais*. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 25, n. 6109, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/76178>. Acesso em: 23 maio 2020.

OLIVEIRA, Onival Elias. *O Símbolo da Caveira e de Animal nas Forças Especiais Militares e Policiais no Brasil e as interpretações: uma (in)justiça para quem interpreta diante de contextos imaginários ideológicos*. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2013/04/Artigo-Onivan-Simbolo-Caveira.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

SILVA, João Paulo Fiúza da. *Como nasce uma “caveira”: o sofrimento como instrumento na formação de um policial de operações especiais de uma corporação policial militar do Brasil*. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: revis-ta.policiamilitar.mg.gov.br. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

SOUZA, Adilson Paes de. *O guardião da cidade – reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares*. São Paulo: Escrituras, 2013, p. 113.

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA: uma análise crítica da (des)construção da imagem da vítima de homicídio numa cidade do Agreste de Alagoas^{xx}

SOCIAL COMMUNICATION AND PUBLIC SAFETY VEHICLES: a critical analysis of the construction of the image of the homicide victim in a city in the Agreste of Alagoas

Bruno Cavalcante Leitão Santos¹; Francisco de Assis de França Júnior²; Maria Isabela Tenório Cavalcante³; Mariana de Oliveira Melo⁴.

¹Doutor em Direito (PUCRS); Mestre em Direito Público (UFAL); Especialista em Direito Penal e Processo Penal (UCDB); Professor de Direito Penal do Centro Universitário Cesmac e da Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas de Maceió - FAMA. E-mail: brunoleitao.adv@hotmail.com

²Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra (PT); Professor no Centro Universitário CESMAC (Maceió/AL); Coordenador do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais em Alagoas. E-mail: francajuniorDireito@gmail.com

³Graduanda do Curso de Direito no Cesmac Sertão. maria_isabela@hotmail.com

⁴Graduanda do Curso de Direito no Cesmac Sertão. marianaoliveira18melo@gmail.com

RESUMO

É sabido, que de um modo geral tais veículos de comunicação social, buscam muitas vezes ao repassar tais notícias a respeito dos crimes de homicídio, atrair a atenção do público, para que venham obter audiência, buscando o sensacional, o espetacular. Em sua maioria, os veículos de comunicação social constantemente expõem os corpos das vítimas sem nenhum pudor e respeito. Desse modo, é a partir dessa premissa que buscamos analisar o modo como são transmitidos/noticiados tais fatos, investigando de fato qual o tratamento dado pela imprensa nesses casos. Por conseguinte, o presente trabalho de conclusão curso tem como principal objetivo a investigação crítica da (des)construção da imagem da vítima de homicídio na cidade de Palmeira dos Índios/AL, analisando como a comunidade da cidade objeto de estudo tem (des)construído a imagem das vítimas de homicídio através dos fatos que lhes são noticiados por tais veículos de comunicação.

Palavras-chave: Veículos de comunicação social. Homicídio. Palmeira dos Índios. Imagem.

ABSTRACT

It is known that, in general, such media, often seek to pass on such news about ho-

micide crimes, to attract the attention of the public, so that they will obtain an audience, seeking the sensational, the spectacular. Most media outlets constantly expose victims' bodies without any modesty and respect. Thus, it is based on this premise that we seek to analyze the way in which these facts are transmitted / reported, investigating in fact the treatment given by the press in these cases. Therefore, the present work of conclusion course has as main objective the critical investigation of the (de) construction of the image of the homicide victim in the city of Palmeira dos Índios / AL, analyzing how the community of the city object of study has (de) constructed the image of homicide victims through the facts reported to them by such media.

Keywords: Media vehicles. Murder. Palm of the Indians. Image.

INTRODUÇÃO

A criminalidade é um dos principais problemas que afligem a sociedade brasileira na atualidade, sendo que tal fenômeno não apenas se restringe às regiões metropolitanas, como tem sido identificado, também com frequência, em municípios de médio e pequeno porte. Em vista disso, nossa investigação será desenvolvida na cidade de Palmeira dos Índios/AL, objeto de nosso interesse, porque a frequentamos, constantemente, e que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), tem uma população de 70.368 habitantes.

Dessa maneira, dada a complexidade do tema enfocado, mesmo em cidades menores, nossa análise crítica se restringirá a identificação das situações classificadas como homicídio nas estatísticas oficiais do governo estadual, bem como nas divulgações de sites como do Minuto Palmeira, Estadão Alagoas e Todo Segundo, mas muito especificadamente em como esses fatos são transmitidos/noticiados através de tais sítios eletrônicos com sede na mencionada cidade, analisando-se, portanto, a forma como tem sido (des)construída a imagem dessas pessoas vitimizadas.

Nesse contexto, o problema que vai nortear nossa reflexão crítica é o modo como se (des)constrói a imagem de determinadas pessoas vítimas de homicídio através de notícias transmitidas por esses veículos de comunicação. Destarte, podem ser encontradas informações sobre a condição social, a profissão, a quantidade de filhos dessas pessoas nas referidas notícias? Diante da sociedade, como essas mortes/notícias são (des)construídas? Os problemas que se apresentam aci-

ma, portanto, evidenciam a necessidade de analisar o tratamento que é dado pela imprensa local nesses casos.

Assim, como hipótese principal, perspectivamos que esses veículos de comunicação visam, mais do que transmitir/noticiar as informações, atrair a atenção do público, cativar a audiência, não existindo, ao menos em tese, respeito, seja pela vítima como pessoa que era ou por seus familiares. Percebe-se que longe de representar apenas números, o impacto de uma morte em cidade do interior, onde é natural que todos os moradores se conheçam e nutram certos laços de amizades, é consideravelmente maior do que nas grandes cidades.

Com isso, nossa investigação tem como objetivo principal refletir criticamente sobre a (des)construção da imagem da pessoa vítima de homicídio na cidade de Palmeira dos Índios/AL, e como objetivos específicos, analisar e discutir as estatísticas oficiais a respeito do tema enfocado, para que tal seja realizado de maneira mais densa, também vamos nos debruçar sobre todas as notícias que os três principais sites da cidade divulgaram.

Dessa maneira, as bases para o desenvolvimento do presente trabalho serão as informações articuladas a partir da revisão bibliográfica a ser realizada sobre a dinâmica dos crimes de homicídio em território brasileiro, assim, na presente pesquisa no qual utilizaremos alguns livros, que entendemos como imprescindíveis, tais como: *Prevenção da Violência: o papel das cidades* de João Trajano Sento-Sé, e *Cadáveres Indiscretos: Segurança Pública e o (ab)uso de Práticas Ban(d)idas em Ambiente Democrático* de Francisco de Assis de França Junior.

Por fim, o procedimento que utilizaremos como base principal para o desenvolvimento da presente pesquisa será o método indutivo, que parte da premissa da observação dos fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer. Desse modo, procuramos compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles. Será utilizado também de igual modo o método estatístico onde seu papel essencial é possibilitar uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado.

O HOMICÍDIO E SUA PROTEÇÃO JURÍDICA E SOCIAL: SERÁ UM DIA O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA CAPAZ DE PROTEGER EFETIVAMENTE A VIDA HUMANA

Acerca do crime de homicídio, este está previsto normativamente no Código Penal, onde se estabelece essencialmente a proteção à vida humana. Segundo Nelson Hungria o homicídio é a morte de um homem provocada por outro homem.

É a eliminação da vida de uma pessoa praticada por outra, assim, o homicídio é considerado o crime por excelência:

Como dizia Ippallomeni, todos os direitos partem do direito de viver, pelo que, numa ordem lógica, o primeiro dos bens é o bem da vida. O homicídio tem a primazia entre os crimes mais graves, pois é atentado contra a fonte mesma da ordem e segurança geral, sabendo-se que todos os bens públicos e privados, todas as instituições se fundam sobre o respeito à existência dos indivíduos que compõem o agregado social (1979, pág. 26-27).

Portanto, o crime de homicídio viola o bem mais valioso do homem qual seja, a vida. Dessa forma, o objeto jurídico do crime é o bem juridicamente protegido, onde é interesse protegido e resguardado pela norma penal (NORONHA, 1994, pág. 14). Assim, no que diz respeito ao seu objeto material, nota-se que o objeto material de um ato criminoso consequentemente é a pessoa ou a coisa sobre o qual recai. Vale ressaltar que a própria Constituição Federal de 1988 determina que a vida é o bem jurídico inviolável.

Propositalmente no Art. 5º da CF/88 tem-se o direito à vida a todos os brasileiros e estrangeiros que no país residirem: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Destacamos o pensamento do conceituado jurista Alexandre de Moraes sobre o direito de viver com dignidade, que diz:

O direito humano fundamental à vida deve ser entendido como direito a um nível de vida adequado com a condição humana, ou seja, direito à alimentação, vestuário, assistência médica-odontológica, educação, cultura, lazer e demais condições vitais. O Estado deverá garantir esse direito a um nível de vida adequado com a condição humana respeitando os princípios fundamentais da cidadania, dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e, ainda, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional e erradicando-se a pobreza e a marginalização, reduzindo, portanto, as desigualdades sociais e regionais (2003, pág. 87).

Dessa forma, nota-se que o direito à vida é um direito fundamental de todos os direitos, tornando-se um direito imprescindível ao cidadão. Mas apesar de ser um direito assegurado por diversos dispositivos legais, dentre eles a Constituição Federal de 1988, ainda assim, com o aumento da criminalidade, incluindo a violência, desigualdade, pobreza, tal direito tem sido violado. Pois o número de homicídios tem crescido de forma desastrosa. Crime este não cometido apenas em grandes metrópoles, mas principalmente em cidades pequenas, onde a pobreza, a falta de oportunidade, as desigualdades sociais, características estas que predominam.

Por seus resultados em todos os âmbitos na vida do indivíduo, grupos e nações, assim como fortes impactos físicos e psicológicos, a violência constitui e vem

constituindo um grande desafio. O crime de homicídio é a expressão máxima da violência interpessoal e toda a sua irracionalidade expressa por sua contraditória condição de ser a principal causa previsível de morte de cidadãos em todo o mundo (HOWELL JR, 2013).

O homicídio tem profundo significado social, pois não só interrompe a vida, um direito primário de todo e qualquer cidadão, mas também é um reflexo dos problemas que existem na sociedade, relacionados a tantas variáveis, como a desigualdade, a corrupção, a impunidade e o medo, a presença do crime organizado. Pois, não é por acaso que as maiores taxas de homicídios ocorreram em países de baixo desenvolvimento, onde são muito frequentes em lugares que a desigualdade social predomina (HOWELL JR, 2013).

No Brasil, a relação entre homicídio e vulnerabilidade relaciona-se a questão do tráfico de drogas e armas, não em um modo geral, pois sabe-se que existem outras variáveis, no entanto, o tráfico de drogas e armas é um poderoso setor econômico que utiliza de vários tipos de coerção, dentre ameaças até à execução. Tal associação entre redes de atividade e meios ilegais, a urbanização acelerada interligada ao desenvolvimento econômico insuficiente e desigual junto com a pobreza resultante são responsáveis por grande parte dos homicídios de jovens adultos, crime este que acontece no país (ZALUAR, 2007).

Contanto, adverte Zaluar que tais fatores não são suficientes para compreender e explicar a entrada no mundo do crime, pois ainda assim existe a ineficácia do Estado e sua atuação desigual focalizado nas favelas. Até mesmo, com relação aos homicídios, infelizmente muitas das mortes que são registradas são cometidas contra jovens do sexo masculino, negros, pessoas que vivem em aglomerados de uma cidade metropolitana, no meio de desigualdades sociais, um retrato este também dos dias atuais (ZALUAR, 2007).

Situações como essas, por exemplo, oferecem argumentos para diversas vertentes explicativas, dentro ainda do aspecto econômico. Por exemplo, situações já mencionadas, como exclusão e falta de oportunidades, medo, pobreza. O crime pode ser visto como um meio lucrativo ou até mesmo apresenta-se como uma saída. Consequentemente, podendo impor medidas radicais como “aqui se mata ou se morre” ou “muitas vezes as pessoas matam simplesmente para não serem mortas”. Mas por quê? Até quando? Percebe-se aqui que o homicídio por diversos meios está ligado ao meio social (SILVEIRA, 2010).

Mas nunca cessará. Por que matam? E por que o crime de homicídio cada vez mais nos parece crescer em grande proporção? Este aumento não ocorre somente em nosso país, mas também em todo o mundo. A violência um dia chegará

ao fim? Uma explicação clássica vem através do pensamento de Durkheim, no qual conceitua o crime como um ato de ofensa à consciência coletiva, um sentimento/emoção forte, que exerce influência sobre os indivíduos e suas consciências, no qual aproximam-se uns dos outros, os vinculando a sociedade.

Para Durkheim o crime é considerado “normal” e faz parte da vida social de todos, pois em seu preterível entendimento o crime encontra-se ligado em todas as sociedades, onde permite tratá-lo como um fato social. O crime é “normal” em decorrência de sua definição, pois para que ele não exista em uma dada sociedade seria, portanto, necessário que os Estados de consciência coletiva os quais ofendem fossem tão fortes que nenhuma obediência ocorresse. Mas, diante disso tal situação é impossível, pois na medida que as consciências se unificassem para determinados Estados, outras situações apareceriam (DURKHEIM, 1999).

Sabe-se que o crime de homicídio existe desde os templos bíblicos, quando então acontecera o primeiro homicídio retratado na passagem de Genesis, capítulo 4, no qual menciona a respeito da história dos irmãos Caim e Abel (GENESIS 4). Tal passagem é considerada como o primeiro homicídio da existência humana, que prescindiu todos os demais ocorridos. Portanto, como já mencionado anteriormente, ao cogitar a respeito do crime, da violência e do homicídio, citados nas Escrituras Sagradas e trazendo para os dias atuais, teria realmente a possibilidade de a violência findar-se ou esse aspecto cada vez mais aumentaria, não podendo o Estado conseguir controlá-lo?!

Tal crime de homicídio não apenas ocorre em cidades grandes, mas sim em cidades de pequeno e médio porte. Assim, insta ressaltar a cidade de Palmeira dos Índios/AL no qual possui em média 75 mil habitantes (IBGE, 2019), incluindo mulheres e crianças. E então desde 2016 a 2018 cerca de aproximadamente 120 mortes ocorreram. Dentre tais vítimas encontram-se crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Os desafios são enormes e, diante de um mundo globalizado, distribuem-se indiscriminadamente em cidades pequenas toda sorte de conflitos, porém é necessário encará-los de frente, com coragem, procurando sempre resolvê-los nos limites do que nos permitem os valores democráticos (FRANÇA JR, 2014).

Para Zygmunt Bauman “os cidadãos e aqueles que foram eleitos como os seus representantes estão diante de uma tarefa que não podem nem sonhar em resolver: a tarefa de encontrar soluções locais para contradições globais.” (2009, pág. 32). Uma vez que a criminalidade é fenômeno social que jamais será extinto, próprio da dinâmica social. Além disso, a constatação de Paula Miraglia é extremamente importante pois trata acerca da necessidade de empoderamento dos municí-

pios na formulação de políticas públicas em segurança, vejamos:

A prefeitura é o braço do poder público mais próximo à população, é onde se dá a prestação cotidiana de serviços, é, também, quem conhece os problemas e conflitos da comunidade mais de perto e pode, portanto, solucioná-los com maior agilidade quando estes ainda têm proporções reduzidas. Ao mesmo tempo, a proximidade com a comunidade agrega outro capital ao poder municipal: a capacidade de mobilização e articulação da população em geral. Estabelecer e liderar parcerias com diversos setores da sociedade civil organizada (lideranças locais, lideranças religiosas, associações de bairros, ONGS etc.), promover o envolvimento de outras áreas da prefeitura, além de ampliar os canais de escuta e engajar a sociedade como um todo no planejamento e execução das políticas de segurança são passos fundamentais para o planejamento e a prática de ações eficazes no combate à violência. (2014, pág 89).

Portanto, os fatos e os crimes ocorrem neles (municípios), e é deles que saem os tributos que financiam a cadeia de investimentos públicos (FRANÇA, 2014). O fato incontestável é que a dinâmica social tem seu curso prático nos municípios. Como mencionado por Oséias Francisco da Silva e J. Burato:

O novo modelo de segurança pública no Brasil reconhece que o investimento em educação é a prioridade, onde o município é ator fundamental. É no município que a vida efetivamente acontece, o Estado e a União, são abstrações. O caminho é municipalizar o policiamento educativo, popular e comunitário. (2011, pág. 56).

Assim, as políticas para o devido enfrentamento da criminalidade devem, portanto, contar com a inclusão ativa de agentes que conhecem as determinadas particularidades da região onde tais ações serão desenvolvidas (FRANÇA JR, 2014). Desse modo, cada Estado possui a sua individualidade e necessidade, do mesmo modo acontece com os Municípios. As necessidades do Município de Arapiraca são por sua vez diversificada das necessidades do Município de Palmeira dos Índios, cada qual com seus conflitos internos e externos. Assim como o índice de homicídio nas circunvizinhas são diferentes do quantum de homicídios acometidos na cidade de Palmeira dos Índios/AL.

À vista disso, insta ressaltar que existem veículos de comunicação social que cobrem e transmitem determinadas notícias da respectiva cidade objeto de estudo, dentre os principais sites estão os sites do Minuto Palmeira, Estadão Alagoas e Todo Segundo. Sítios eletrônicos que fazem a cobertura dos fatos ocorridos na mencionada cidade. Incluindo os crimes de homicídios aqui praticados. Nota-se, portanto, a presença da mídia e sua participação na coleta e percepção de dados.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA E SUA RELAÇÃO COM O CRIME

Em nossa sociedade atual, os meios de comunicação desempenham um papel de grande importância na vida do homem, onde em apenas alguns minutos/

segundos consegue-se conectar-se com diversas outras pessoas, e a partir de então obter um universo informações. A todo momento surgem uma variedade de informações que estão sendo transmitidas, e os meios de comunicação social exercem um papel fundamental na divulgação de fatos ocorridos no qual fazem parte da vida do ser humano.

Entende Souza (2000) que: “os meios jornalísticos mediatizam o nosso conhecimento das realidades que não conhecemos e propõem-nos, logo à princípio, determinadas interpretações para essas mesmas realidades.” Assim, fatos que parecem distantes, tornam-se próximos onde são agregados em nosso cotidiano através da divulgação da mídia. Rolim (2006: 190) observa que:

[...] o primeiro problema a ser destacado quanto à maneira pela qual a mídia retrata o crime, notadamente o crime violento, diz respeito à tendência de divulgar eventos dramático a partir de um “tensionamento” de sua singularidade com as dimensões do particular e do universal. Dito de outra forma: o que é apresentado como “fato” – um assassinato, por exemplo – parece desejar “emancipar-se” de suas circunstâncias e já é mostrado, invariavelmente, sem que se permita qualquer referência às condições que poderiam ser identificadas como precursoras da própria violência. Quando essa forma de noticiar o crime se torna a regra – o que, infelizmente, é o caso -, passa a ser improvável que os fenômenos contemporâneos da violência sejam percebidos pelo público em sua complexidade.

Nota-se que quando os crimes de homicídio são divulgados, sem existir nenhum tipo de contextualização dos fatos ocorridos, um esclarecimento a respeito das circunstâncias em que ocorreram esses delitos, onde não retratam de maneira clara e objetiva sobre a vítima ou os autores envolvidos, a propensão é que a sociedade formem uma opinião de que na verdade estão vivendo em um ambiente inseguro, repleto de violência, escasso, sem proteção jurídica, onde até nutrem pensamentos em que pode ser a próxima vítima. Mesmo os desastres mais improváveis, quando recebem uma atenção especial de tais mídias, com seguidas exposições, acabam por causar grande preocupação do público, influenciando em sua percepção da realidade (FABRETTI, 2014). Além disso, o crescimento desenfreado da legislação penal, também fortemente divulgado pelos diversos setores da mídia, estimula a percepção de que os crimes cresceram (ADORNO; LAMIN, 2014). Estaríamos, portanto, diante de uma naturalização midiática do horror.

Cornu (1999), observa que “o sistema mediático não tem unicamente por função informar. Compete-lhe também distrair, cativar, fascinar um público, fixar a atenção sobre temas, orientar os julgamentos, estimular compromissos, formar convicções, criticar decisões.” Como exemplo de estratégia de fixação, ocorre quando tais veículos de comunicação destacam uma/um determinada(o) notícia/ crime por um longo período de tempo despertando assim, um gatilho de grande influência na vida dos telespectadores, como de igual modo, também ocorre com de-

terminados sítios eletrônicos, mais precisamente o sítios eletrônicos objetos de estudo, Minuto Palmeira, Todo Segundo e Estadão Alagoas, referidos sites em diversas informações transmitidas/repassadas via internet, de modo sublime utilizam-se de táticas (des)construtivas a respeito tanto do crime em si como da imagem das vítimas, onde “procura-se o ‘sensacional, o espetacular’, mediante a dramatização de fatos de maneira a produzir o extraordinário do mundo ordinário” (TAVARES-DOS-SANTOS, 2014).

Destarte, tais meios de comunicação tem sim a responsabilidade de fornecer as respectivas informações, muito embora suas atribuições acabam por passar do limite dessa função. Nota-se, entretanto, que essas informações são desqualificadas, perdendo o seu potencial analítico. Pois, dos registros, dos fatos que são noticiados, muito pouco se sabe. Ou seja, esses veículos de comunicação, quando muito, informam apenas a distribuição da violência, o sexo da vítima, sua faixa etária, desvirtuando, grande parte dos adjetivos da vítima como de igual modo as circunstâncias do fato ocorrido. Dessa forma, a informação assume a forma e a importância que lhe é dada pela sociedade (SOUZA, 1993).

Diante disso, quando tais meios de comunicações divulgam informações sobre violência/homicídio, destaca-se que é de maneira banalizada, gerando na maioria das vezes um sentimento de pânico e insegurança na sociedade, distorcendo o fato ocorrido através da espetacularização da notícia. Ao gerar tais informações sobre a violência, a mídia reproduz, um processo de transmissão dessas informações efetuado pelos órgãos oficiais, onde o sentido dos mais variados tipos de violência que acontecem na sociedade, é desfeito, desestruturado. (SODRÉ, 1992). Na verdade, os veículos de comunicação social estão bem mais voltados a entreter que a informar.

A verdade é que o jornalismo, a TV, a internet, transformam a violência em um verdadeiro espetáculo com o objetivo de cativar/atrair a atenção do público, onde tais veículos de comunicação transmitem aquilo em que a coletividade gosta de saber, onde de certa forma, está relacionado com à natureza humana pela atração do crime e da violência. Diante disso, destaca-se o levantamento de dados realizado na cidade de Palmeira dos Índios/AL, onde ocorreram cerca de 150 mortes (retratados pelos sites do Estadão Alagoas, Minutos Palmeira e Todo Segundo) durante os anos de 2016 a 2018. Ao mesmo tempo em que essas mortes chocam, chamam a atenção do público.

De acordo com o entendimento de Junior (2009), a mídia é uma grande rede de canais que estão interligados a comunicação, o qual desempenham um papel pertinente na construção social, onde o público tende através das informações que

lhes são transmitidas (des)construir a imagem das vítimas, assim como a da criminalidade. A maior parte dos meios de comunicação no Brasil estão comprometidos com o discurso de que o crime está fora de controle e que a violência cresce de forma assustadora (ROLIM 2006). Nota-se que as notícias referentes ao crime de homicídio, tende a projetar sobre a sociedade uma (des)construção no meio ao qual vivemos, onde pode causar repercussões sobre a maneira pela qual as pessoas percebem tanto o crime como a violência.

Brige (2007) afirma que os meios de comunicação possuem capacidade de formar conceitos, todavia, o problema é que a notícia é transmitida sem comprometimento com a função social que a informação deve ter. A irresponsabilidade de tais meios de comunicação ao noticiar informações distorcidas em relação ao crime, atinge sua extremidade quando a sociedade chega ao seu estado de pânico, onde passa a exigir soluções imediatas na proporção em que essas imagens são repassadas, momento em que a sociedade passa a ter a sensação de insegurança, de angústia, de menor confiança no ambiente em que vive. Se nos atentarmos, a mídia não está “preocupada” em amenizar o problema da criminalidade na sociedade, mas sim, focar e transmitir/noticiar esses fatos, chagando a se favorecer da própria criminalidade, em questão de estratégias e aumento de audiência.

Soares (1996 apud ROLIM, 2006) discorre que a cada novo fato de violência nos canais de TV faz com que se acrescente ao antigo, ampliando a cifra e indicando a deterioração da vida social, razão pela qual não há referência externa; o canal é único e excludente: a realidade é feita de um fato depois do outro, que se soma ao anterior, tornando-o sempre maior. É devido a isso que cresce o número de insegurança na sociedade de um modo geral, vindo a projetar na sociedade de que a realidade é tudo aquilo noticiado nos meios de comunicação, levando a sociedade a achar que o crime está fora de controle, ou até mesmo que está por toda parte quando na verdade não está. Eventos que não correspondem ao rol dos mais corriqueiros na sociedade acabam sendo tão expostos pela mídia que a sensação geral é de que estão por toda parte (MIRAGLIA, 2014).

No campo da Segurança pública, segundo Rolim (2006):

O discurso de “lei e ordem”, as demandas punitivas e a “inversão” produzida pelos noticiários aumentam a angústia pública diante da violência e promovem uma sensação de insegurança normalmente desproporcional aos riscos concretos. O mesmo processo inspira menor tolerância social e estimula formas agressivas de defesa. A mídia pode amplificar as chamadas “ondas de crime” e produzir o pânico entre as pessoas. E, o que é mais grave ainda, quando essa forma de se relacionar com o crime e a violência é a regra, cria-se uma tendência de que as polícias respondam com mais prisões e, quase sempre, mais violência. Ocorre, também, que o poder judiciário passa a responder com sentenças criminais mais duras e que os políticos aprovam leis que criam novos tipos penais e agravam as penas. Como resultado, teremos mais violência e mais crime (...).

A mídia quando passa a usar o fato criminoso e a violência, provoca alterações significativas na sensação de insegurança, a partir de uma realidade controlada proporcionada por tais veículos de comunicação social. Igualmente discorre, Ignacio Ramonet (2010):

Ninguém se lembrou de que hoje em dia a informação televisiva é essencialmente um divertimento, um espetáculo. Que ela se nutre fundamentalmente de sangue, de violência e de morte. E isto mais ainda devido à ocorrência desenfreada entre emissoras que obrigam os jornalistas a buscar o sensacional a qualquer preço, a querer ser, cada um deles, o primeiro no local e a enviar de lá imagens fortes. Esses imperativos não levam em conta o fato de que às vezes é materialmente impossível verificar se não é vítima de uma intoxicação, de uma manipulação e que os repórteres não dispõem de tempo para analisar seriamente a situação.

Na grande maioria das vezes, a impressão que temos é a de que o repórter reage ao evento supostamente criminoso, ao transmitir sua interpretação dos fatos, especialmente quando sangrento, da forma como gostaria que as pessoas também reagissem caso ele mesmo fosse a vítima (FRANÇA, 2014). Todavia, o respectivo cenário tornar-se-ia diferente se a mídia comprometida com o combate a violência tratasse o tema com muita descrição, ofertando soluções, demonstrando o que poderia ser feito para a prevenção de condutas violentas, tornando-se um instrumento para possibilitar o controle da violência e fazer com que se apaziguasse a sensação de insegurança.

A MÍDIA E SUA PARTICIPAÇÃO NA (DES)CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA VITIMA DE HOMICÍDIO

Para a mídia, que de um modo geral, a fim de atrair a atenção do público em busca de audiência, tende a dramatizar o evento, o foco costuma ser a vítima. Como destacado por José Vicente Tavares-dos-Santos (2014) especialmente no campo da televisão, muito embora não seja uma fonte direta “procura-se o ‘sensacional, o espetacular’, mediante a dramatização de fatos de maneira a produzir o extraordinário no mundo ordinário. No entendimento de Sérgio Adorno e Cristiane Lamim (2014):

Não há qualquer pudor na exposição de corpos mutilados, nus, desconfiados; não há o mínimo respeito pela privacidade dos cidadãos, cuja vida é devassada como se nela se pudessem ver com clareza os sinais de seu infortúnio: fala-se em uma vida eivada de vícios e de deslizos morais, mostram-se armas e instrumentos; descreve-se o modus operandi do agressor ou agressores, identificam-se situações de premeditação do crime.

Visam mais do que transmitir/noticiar as informações, atrair a atenção do pú-

blico, cativar a audiência, não existindo, ao menos em tese, respeito, seja pela vítima como pessoa que era ou por seus familiares. Nota-se que convivemos em uma verdadeira naturalização do horror. Alguns dos efeitos dessa frequente exposição do crime sangrento são, ainda que em outro contexto, muito bem compreendidos pelo entendimento de Paula Miraglia, pois, para o avanço da criminalidade não provoca um aumento proporcional nos riscos de vitimização. Para a ilustre escritora, esse avanço provoca um aumento da sensação de insegurança, fazendo com que a população acabe vivendo como se a violência estivesse igualmente em todos os lugares, quando na verdade não está (MIRAGLIA, 2014).

Como sustentado por Sílvia Ramos (2014) as informações transmitidas pela mídia “tendem a influenciar o modo como as pessoas organizam as imagens do ambiente em que vivem.” Não é à toa, que a mídia ocupa o status de “segundo poder”, e não o quarto, como costuma ser anunciado. A mídia só não ocupa o topo da escala de poder social porque resistem ao primeiro deles: o econômico (RAMONET, 2010). À vista disso, no decorrer do respectivo trabalho foram estudados e analisados sítios eletrônicos, como o Minuto Palmeira, Todo Segundo e Estadão Alagoas, sítios eletrônicos estes objetos de estudo em pleno funcionamento, assim como, analisados diversos requisitos como, quais os bairros que esses homicídios são mais frequentes, os locais de maior incidência (rua, residência, bares, etc.), os dias da semana, os horários, os tipos de arma, o gênero mais afetado e, obviamente, sua classe social, sua profissão, sua cor, etc.

A cidade de Palmeira dos Índios/AL

Durante o espaço de tempo pesquisado, cerca de aproximadamente 150 mortes ocorreram entre os anos de 2016 a 2018. Dentre tais mortes, destaca-se crianças, jovens e adultos. Um quantitativo alarmante para uma cidade que possui de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), uma população de 70.368 habitantes. Destaca-se, portanto, um cenário sobre mortes violentas intencionais. Longe de representar apenas número, o impacto de uma morte em cidades do interior, onde é natural que quase todos os moradores se conheçam e nutrem certos laços de amizade, é consideravelmente maior do que nas grandes cidades; estas absorvem, digamos, melhor essas notícias, pois o fato parece mais distante (FRANÇA JR, 2014). Não se trata apenas de número, trata-se de pessoas que foram vítimas do crime de homicídio, onde suas vidas foram ceifadas, famílias foram deixadas, casa, trabalho, absolutamente tudo. É revoltante, como a mídia, por busca de audiência, sem o mínimo respeito/ pudor, usam e utilizam esses fatos, utilizam dessas cenas, dessas notícias, para “ganhar”, atrair e cativar o público.

Conforme preceitua Fernanda Bestetti de Vasconcelos (2014):

Os conflitos violentos interpessoais, os quais costumam resultar nos chamados delitos de proximidade, ocorrem entre pessoas que possuem algum tipo de vínculo (de amizade, vizinhança, familiar, afetivo, entre outros) e, historicamente, fazem parte do cotidiano de grande parte da sociedade brasileira. Os envolvidos nesse tipo de conflito possuem, em geral, grande dificuldade de administrá-los de modo a não ter como resultado um delito, o qual pode variar de ameaças até homicídios dolosos. Os delitos de proximidade são produto de um contexto de discórdia e costumam ocorrer em locais que proporcionam algum grau de intimidade entre as partes envolvidas, como espaços domésticos, locais de vizinhança, espaços de trabalho, de lazer.

Destaca-se no ilustre entendimento de Fernanda Bestetti a respeito dos delitos de proximidade, delitos estes que ocorrem através de pessoas do meio social, crimes que ocorrem entre pessoas comuns que possuem algum tipo de vínculo de “amizade”. Faz-se necessário a menção a respeito dos delitos cometidos na presente cidade objeto de estudo, em sua maioria, os respectivos crimes segundo os veículos de comunicação social utilizados no tocante trabalho, ocorreram na residência da própria vítima, assim como, cometidos na rua, em sua maioria vítima entre 16-50 anos de idade, do sexo masculino, assassinados por arma de fogo, fazendo-se menção de igual modo aos crimes também ocorridos por arma branca, assim como, destaca-se que tais crimes ocorreram com maior relevância entre o período da manhã e o período da noite, como também tais meios de comunicação destaca os dias ao qual o respectivo crime é com maior frequência cometido, ou seja, entre a quinta-feira e o final de semana.

Ressalta-se o grande e crescente número de jovens, alvos do crime de homicídio. Entre as notícias pesquisadas/estudadas, em torno de 60% (sessenta por cento) dessas notícias refere-se a jovens que foram alvos do respectivo crime. De acordo com França Jr (2014):

Os jovens estão mais suscetíveis à vitimização justamente porque se acham na fase da vida em que há maior necessidade de buscar se firmar em espaços sociais e, para isso, relacionam-se com um número maior de pessoas. É a fase da inquietação, das dúvidas, da formação da personalidade, da busca por experiências jamais experimentadas, do desbravamento; é, enfim, a fase da rua, onde geralmente as coisas acontecem, especialmente mortes violentas intencionais.

Muitos desses jovens são negros, de família pobre, sem escolaridade, infelizmente, a grande maioria acabam envolvidos com o tráfico de drogas. Mas, o que nos indaga é que se o sistema/governo não fosse tão falho com relação à educação, como poderia ter sido o futuro desses jovens? Tais informações são de igual modo divulgadas pela mídia, informações estas transmitidas para a sociedade, chegando a utilizar-se de um discurso até mesmo distorcido e descaracterizado. Utilizam-se do seu grande poder de influência para atrair a atenção do público, cati-

vando-os. O quão aterrorizante é o modo como tais veículos noticiam essas informações. Independente se a vítima como pessoa que era deixou família, casa, emprego, não importa, tais veículos transmitem essas informações de forma fria e crua, não existindo nenhum tipo de respeito ao mostrar corpos jogados ao chão, desfigurados, nus, desrespeitando tanto a imagem da vítima como pessoa que era, quanto a de seus familiares. Vemos que a mídia informa/transmite notícias “selecionadas”, aquelas as quais possam gerar um quantitativo ainda maior de audiência.

Dentre diversas notícias publicadas, uma das cenas que chamou bastante atenção, fora a cena de um homem, defronte a sua casa, alvo do crime de homicídio, jogado ao chão com sua filhinha ao lado, chorando por sua morte. Inacreditável o modo como essa cena, tão triste e alarmante, fora publicada sem o menor respeito/pudor, inacreditável como esses veículos de comunicação em busca de audiência, possam chegar ao ponto de divulgar cenas tão fortes como essa. Onde não importa, quem fora a vítima, seus familiares, importando apenas, a busca por audiência. Qual o verdadeiro intuito da mídia na divulgação de cenas como essas? Há realmente interesse nessas vítimas?

Infelizmente, informações estão sendo cada vez mais distorcidas, não contendo a respeito da vítima como pessoa que era, se, portanto, deixou família, filhos, trabalho, casa, de modo algum tais notícias contém as respectivas informações. A mídia foca de maneira absurda nos corpos desfigurados, nos corpos jogados ao chão, no status em que a vítima possuía, destacando preferivelmente se a vítima tinha envolvimento com o crime, assim como, a suposta motivação do crime.

Entende-se que a partir dessas informações a sociedade, o meio o qual vivemos, na maioria das vezes é influenciada por tais veículos de comunicação social, ao absorver toda e qualquer tipo de informação que lhes é transmitida. Milhares e milhares de pessoas vivem alienadas e facilmente se deixam influenciar, e a mídia é uma grande precursora disso. Onde influenciam de forma decisiva naquelas imagens que construímos sobre nosso cotidiano.

Torna-se assustador como a sociedade tem sido levada a acreditar em tudo que é enaltecido pela mídia. Essa mesma sociedade tem atribuído juízo de valor com relação a essas vítimas de homicídio, sem ao menos analisar a fundo o real e verdadeiro motivo pelo ocorrido, (des)construindo a imagem dessas vítimas dia após dia, através daquilo que lhes é noticiado.

CONCLUSÃO

É importante ressaltar que o presente trabalho possibilitou compreender melhor a dinâmica da prática de homicídios e especialmente a sua relação discursiva com os órgãos da imprensa e da segurança pública na cidade de Palmeira dos Índios/AL. Pois, o enfoque principal do respectivo trabalho esteve voltado às informações que são (ou não) repassadas sobre essas vítimas do crimes de homicídio. E como são retratadas em tais veículos de comunicação social e nos órgãos de segurança pública. Perspectivamos que esses veículos de comunicação visam, mais do que transmitir/noticiar as informações, atrair a atenção do público, cativar a audiência, não existindo nenhum respeito, seja pela vítima como pessoa que era ou por seus familiares.

A mídia transmite essas informações de forma fria e crua, ao expor corpos jogados ao chão, desfigurados, nus, desrespeitando tanto a imagem da vítima, quanto a de seus familiares, influenciando de forma decisiva naquelas imagens que construímos sobre nosso cotidiano, a sociedade, o meio o qual vivemos, na maioria das vezes é influenciada pela mídia, ao absorver toda e qualquer tipo de informação que lhes é transmitida. Entende-se que uma mídia comprometida com o combate a violência deveria tratar o tema com muita descrição, deveria, portanto, ofertar soluções, demonstrando o que poderia ser feito para a prevenção de condutas violentas, onde deveria ser um instrumento para possibilitar o controle da violência fazendo com que se apaziguasse a sensação de insegurança. E não utilizando-se de tais eventos para que seja enaltecida.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; LAMIN, Cristiane. **Medo, violência e insegurança**. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de. (orgs.). **Segurança pública e violência – o Estado está cumprindo o seu papel?** São Paulo: Contexto, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, pág. 32.

BRIGE, P.; VIEIRA, P.; ALVES, R. **A exploração do Crime pela Mídia e suas implicações no Processo Penal**. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em: Acesso em: 06 de junho de 2020.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação**. Tradução Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

Durkheim E. **Da Divisão Social do Trabalho**, 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 1999. pág. 96.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. **Segurança pública – fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional**. São Paulo: Atlas, 2014.

FRANÇA JÚNIOR, Francisco de Assis de. **Cadáveres indiscretos: segurança pública e o (ab)uso de práticas ban(d)idas em ambiente democrático** - Maceió: Viva Editora, 2014. pág. 28-32.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**, 5, ed Rio de Janeiro: Forense, 1979, p. 25.

Imura CP, Silveira AM. **Como explicar a violência**. In: Melo EM. Podemos Prevenir a Violência Brasília: OPAS; 2010, pág. 210.

JUNIOR, O. L. C. **Mídia e Criminalidade no Brasil**. [S.l.: s.n.], 2009

Lo CC, Howell JR, Cheng CT. **Explicando as diferenças entre preto e branco na vitimização por homicídio. Agressão e comportamento violento**, 2013, 25-134.
MIRAGLIA, Paula. **Os municípios e a segurança pública**. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de. **Segurança pública e violência – o Estado está cumprindo o seu papel?** São Paulo: Contexto, 2014, pág. 89.

MORAIS, Alexandre. **Direito Constitucional**. 13ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003, p.87.

NORONHA, E. Magalhães, **Direito Penal; dos crimes contra pessoa – dos crimes contra o patrimônio**, 26. Ed, São Paulo, Saraiva, 1994, v2, p. 14.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

RAMOS, Sílvia. **Violência, crime e mídia**. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, política e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

ROLIM, M. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, centre for Brazillian Studies, 2006.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SILVA, Oséias Francisco da; BURATO, J. **Segurança pública como projeto socioeducacional: a vocação preventiva, comunitária e popular dos guardas civis municipais**. São Paulo: Scortecci, 2011, pág. 56.

SODRÉ, M., 1992. **O Social Irrradiado: Violência Urbana, Neogrotesco e Mídia**. Rio de Janeiro: Cortez.

SOUSA, J. P. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

SOUZA, E. R., 1993. **Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80**. Cadernos de Saúde Pública, p. 45-60.

TAVARES-DOS-SANTOS, J. V. **Modernidade tardia e violência**. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs.). **Crime, política e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 22.

VASCONCELOS, Fernanda Bestetti. Delitos de proximidade e violência doméstica. In: LIMA, Renato Sérgio; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Rodrigo Ghirringhelli de (orgs.). **Crime, política e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

Zaluar A. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. Estud Av 2007, pág. 31-49

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA: prevenção do feminicídio e construção de redes de apoio para mulheres e meninas carentes na cidade de Maceió^{xxi}

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA: prevenção do feminicídio e construção de redes de apoio para mulheres e meninas carentes na cidade de Maceió

Francisco de Assis de França Junior¹; Alajose Medeiros de Melo Caballero²; Anderson Felipe dos Santos²; Manuely Karollyny Moreira dos Santos²; Mariana Cândido dos Santos²; Tiago Bassetti Gomes².

¹Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Cesmac. ²Discentes do Curso de Direito do Centro Universitário Cesmac.

RESUMO

Tendo em vista o crescimento exponencial dos índices de feminicídio em território nacional, no período de 2016-2018, este artigo buscou discorrer a respeito da violência contra as mulheres em razão de gênero, com foco no crime de feminicídio. Os questionamentos base para a elaboração desta pesquisa se deram durante a vigência do projeto extensionista que a fundamenta, mediante a forte incidência de práticas violentas e tentativas de feminicídio contra mulheres pobres, em grande parte, por seus companheiros ou ex-companheiros. Assim, a legislação em vigor protege, no caso concreto, todas as mulheres? Quem são as mulheres que integram os índices de maior vitimização letal? Por que mesmo diante do advento da Lei 13.104/15 que insere o feminicídio enquanto qualificadora do crime de homicídio, os números continuam a crescer? Nesse contexto, o objetivo principal consiste na análise dos dados estatísticos com o intuito de compreender o perfil das pessoas que são mais acometidas pela problemática que enseja este trabalho. Desta feita, o método utilizado consistiu em pesquisas de cunho documental e referências bibliográficas ao passo que a apresentação dos resultados se deu de modo quantitativo a fim de comparar os dados estatísticos disponibilizados em plataformas digitais da Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, no Atlas da Violência 2015 e 2019 e demais meios disponíveis. No mais, embora tenham sido constatados progressos significativos no campo das políticas públicas e assistenciais de prevenção ao feminicídio foi notado que essas não abrangem, satisfatoriamente, as áreas mais periféricas, principalmente na região nordeste; sendo a educação o meio mais eficaz para o fornecimento de informações a respeito dos direitos das mulheres e acerca de quais os órgãos procurar nos casos em que a violência doméstica e fa-

miliar, em quaisquer de suas formas, já esteja em curso.

Palavras-chave: Femicídio. Violência contra a Mulher. Maceió. Alagoas.

ABSTRACT

In view of the exponential growth of femicide rates in the national territory in the period 2016-2018, this article sought to discuss gender-based violence against women, with a focus on the crime of femicide. The basic questions for the elaboration of this research took place during the term of the extension project that underlies it, through the strong incidence of violent practices and attempts at femicide against poor women, largely by their partners or ex-partners. So, does the current legislation protect, in this specific case, all women? Who are the women who are part of the highest lethal victimization rates? Why, even with the advent of Law 13.104 / 15 that inserts femicide as a qualifier for the crime of homicide, the numbers continue to grow? In this context, the main objective is the analysis of statistical data in order to understand the profile of the people who are most affected by the problem that leads to this work. This time, the method used consisted of documentary research and bibliographic references whereas the results were presented in a quantitative way in order to compare the statistical data available on digital platforms of the Alagoas Secretariat of Public Security, in the Atlas of Violence 2015 and 2019 and other means available. In addition, although significant progress has been noted in the field of public and assistance policies for the prevention of femicide, it has been noted that these do not satisfactorily cover the most peripheral areas, especially in the Northeast, with education being the most effective means of providing information. regarding women's rights and about which bodies to look for in cases where domestic and family violence, in any form, is already underway. **Keywords:** Femicide. Violence against Women. Maceió. Alagoas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui o intuito de discorrer acerca dos principais pontos e resultados observados durante a vigência do projeto extensionista intitulado “Direitos Humanos e Justiça: prevenção do feminicídio e formulação de redes de apoio para mulheres e meninas na cidade de Maceió” e, para tanto, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, na Lei 11.340/06 e 13.104/15, em análises doutrinárias e jurisprudenciais bem como no estudo de dados estatísticos correspondentes a temática abordada.

Inicialmente, é importante destacar que o interesse por esse tema surgiu em

Disponível em: <https://doi.org/>

meio ao crescimento exponencial dos dados de feminicídio no Brasil, especialmente nas regiões do nordeste, no período de 2016 – 2018. Notou-se que mesmo diante das estatísticas disponibilizadas e os avanços legislativos obtidos, poucas são as medidas de prevenção que conseguem resultados efetivos, sobretudo nas áreas mais pobres.

Diante disso, Pinafi (2007) explana que a prática de violência contra a mulher não é um fenômeno isolado, mas sim fruto de uma construção histórico-social, visto que por muito tempo o sexo feminino foi tido como detentor de capacidades diminutas, quando não representado como totalmente incapaz; reflexo de uma sociedade extremamente patriarcal e machista.

Dessa maneira, cabe pôr em evidencia que avanços legislativos importantes foram conquistados no cenário nacional, a exemplo do disposto na Carta Magna de 1988 que estabelece em seu artigo 5º, inciso I, que “homens e mulheres são iguais perante a lei”^{xxii}, e, também, o artigo 5º da Lei 11. 340/06 que dispõe que a violência contra a mulher é compreendida como ““(...) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial”; nos âmbitos doméstico e familiar, sem que seja necessário o convívio entre agressor e ofendida.^{xxiii}

Todavia, é válido salientar que muito embora os diplomas legais supracitados representem progressos significativos não são capazes, por si só, de modificar as práticas de discriminação e misoginia que durante a construção histórica e social do país foram tidas não apenas como práticas comuns, mas, sobretudo, legalmente aceitas, pois conforme explana Cavalcanti (2008) a origem da violência contra a mulher é de cunho estrutural, onde nosso próprio sistema social e cultural influi na superioridade masculina e subjuga o feminino, tendo como agravante o fato de que, segundo Filho (2001), também é herdeira de uma cultura enraizada em uma sociedade escravocrata.

Em suma, mesmo que o artigo 2º da Lei Maria da Penha explique que toda mulher, independentemente de suas condições socioeconômicas e culturais, possui o direito assegurado de usufruir dos direitos fundamentais inerentes à condição de pessoa humana, sendo-lhes garantidos, portanto, as devidas oportunidades para que possam viver livres de quaisquer tipos de violência; no campo material torna-se perceptível que o alcance da legislação nas regiões mais vulneráveis é extremamente reduzido, contribuindo para que casos de violência contra a mulher permaneçam, em parcela considerável das situações analisadas, impunes, ou, não sofram as devidas sanções.

Sendo assim, a implementação do Projeto Extensionista que alicerça este

artigo deu-se com fulcro no artigo 8º da Lei Maria da Penha que prevê a aplicação da política pública que tenha como meta a prevenção da violência contra às mulheres e que, essa, por sua vez, deve ser realizada através de um conjunto articulado de ações entre os entes federativos e ações não-governamentais,^{xxiv} tendo como uma de suas principais diretrizes a promoção e a realização de campanhas educacionais voltadas a profilaxia da violência doméstica e familiar contra a mulher, direcionadas ao público escolar e a sociedade em geral.

Isto posto, o objetivo principal deste estudo consiste em analisar os dados estatísticos disponíveis a fim de compreender quais são os grupos sociais mais vulneráveis no que tange a violência contra às mulheres, com foco na cidade de Macaíó. Ademais, o método de abordagem em sala de aula com os participantes do Projeto de Extensão seguiram a linha da criminologia abolicionista, visto que em conformidade com Trevisan (2013) uma das alternativas cabíveis para o fim da violência contra a mulher e para a igualdade de gênero é a educação tanto de homens como de mulheres.

A elaboração deste artigo, se deu por intermédio de uma pesquisa exploratória, com método bibliográfico, de abordagem quantitativa. Os critérios de inclusão adotados foram que os participantes do projeto extensionista já fossem maiores de idade, devidamente matriculados na instituição de ensino Tavares Bastos no regime da Educação de Jovens e Adultos - EJA, e que por livre e espontânea vontade estivessem dispostos a participar das reuniões. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, sob o número do CAAE: 08927419.7.0000.0039 e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Por fim, esta pesquisa divide-se em três tópicos principais: o alcance da legislação em vigência na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher em áreas carentes, a identificação do perfil dos agressores em face do abolicionismo penal e a comparação dos dados estatísticos.

INSTRUMENTOS LEGISLATIVOS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES: QUAIS MULHERES?

Sabe-se que a violência enquanto fenômeno social é fruto de uma multiplicidade de fatores, os quais somente podem ser entendidos se considerada a realidade onde ocorrem e as circunstâncias agravantes que o ensejam.

Nessa Conjuntura, Andrade (2017) expõe que 230.078 casos de violência contra mulheres foram notificados no Brasil, somente no ano de 2017, período em que, inclusive, a Lei do Feminicídio já estava em vigência. Além disso, dados dis-

ponibilizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram que o Brasil é o quinto país do mundo que mais mata mulheres, com uma taxa de 4,8%, ao passo que, consoante divulgado pela Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; 27% das mulheres nordestinas, entre 15 e 49 anos de idade, já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar.

Ainda de acordo com a pesquisa mencionada, o percentual de agressões físicas contra as mulheres na região do nordeste é de 17,27%, dentre as quais 6,2% estavam grávidas durante a agressão e 77% são mulheres negras; em Macaíó esse índice representa 71,3%. Essa realidade permanece vigente porque, de acordo com Gasman (2017), o Nordeste é uma das regiões do país que possui os mais elevados indícios de desigualdade, machismo arraigado e concentração da população negra.

É possível, diante dos fatos expostos, entender que a violência contra a mulher, embora atinja cidadãs de todas as classes sociais, culturas e etnias, que as mais afetadas são as mulheres pobres, nordestinas e negras, as quais, em grande parte, não possuem o aparato estatal necessário para saírem de situações que violam sua integridade física, emocional e psicológica, principalmente.

Nesse segmento, o Atlas da Violência de 2019 traz à luz que cerca de 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil e que dessas, 8 são mulheres negras, o que significa que esse tipo de violência, por exemplo, atinge desproporcionalmente a essa parcela populacional, sendo fruto de uma junção de múltiplos fatores de discriminação, em particular gênero, raça, etnia e classe social atrelados a ausência estatal em regiões periféricas.

Enfrentamento a violência contra às mulheres: avanços e desafios

Em conformidade com o que já foi exposto, a violência contra a mulher, em todas as suas ramificações, embora incida mormente sobre mulheres pobres e negras, está inserida nos mais variados contextos sociais.

Maria da Penha, por exemplo, mulher nordestina e professora universitária de classe média se tornou símbolo da violência doméstica por ter sido vítima, em duas ocasiões, de tentativa de homicídio por seu cônjuge – também professor universitário (WEBER, 2014). À época, as legislações em vigor no Brasil não eram suficientemente pertinentes e, por conta disso, a sanção só veio após a interferência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que considerou o Estado brasileiro ineficaz no enfrentamento à violência, além de pontuar a relativização e tole-

rância para com essa problemática.

De acordo com a ministra Rosa Weber (2014), a promulgação da Lei 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, consiste no despertar para uma mudança de compreensão em cultura e sociedade de violência, que de tão comum se tornou facilmente aceita, sendo a omissão perante situações de violência contra as mulheres amplamente disseminadas no corpo social – “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”^{xxv}. Sinteticamente, pode-se dizer que a violência contra a mulher está constituída e fortalecida em questões socioculturais amplamente divulgadas e estimuladas. No entanto, é importante considerar que:

isso significa que não são heranças genéticas, mas resultantes de um processo de aprendizagem. E, conseqüentemente, suscetíveis de reaprendizagem e ressignificação, ou seja, podem ser desaprendidas e transformadas (GUIMARÃES, 2002).

Desse modo, a introdução da Lei 11.340/06 no ordenamento jurídico brasileiro representou, ainda que tardiamente, uma espécie de ruptura com esse sistema que dissemina a violência contra a mulher, especialmente nas suas relações familiares e afetivas, como sendo dotadas de normalidade. Sob essa ótica, cabe considerar as inovações legislativas provenientes do advento da Lei Maria da Penha, destacando a transformação do paradigma exposto e o papel da sanção penal depositada ao agressor,

- (i) a mudança de paradigma no combate à violência contra a mulher, antes entendida sob a ótica da infração penal de menor potencial ofensivo, e, hodiernamente, como afronta a direitos humanos, na exata dicção do art. 6º do referido diploma legal (“A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”);
- (ii) o inegável e imperioso reforço do papel repressivo da pena.^{xxvi}

Além do mais, dentre os avanços percebidos no campo material, é imprescindível citar aqueles que funcionam como “longa manus” do judiciário no enfrentamento à violência contra a mulher. Afinal de contas, ao levar em consideração os aspectos que abarcam essa temática durante o processo de formação da identidade nacional, tornou-se imprescindível que novos organismos de atuação, bem como reformas naqueles já existentes, fossem realizadas a fim de prestar a assistência necessária à vítima e aqueles que a cercam. É válido notabilizar:

- (a) a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulheres (DEAMs) e sua incorporação como política pública;
- (b) a reforma da legislação com a inclusão da violência doméstica como circunstância agravante ou qualificadora de crimes, sobretudo nos de lesão corporal;
- (c) a mudança na interpretação doutrinária e jurisprudencial dos crimes praticados com violência doméstica;
- (d) a alteração na interpretação doutrinária e jurisprudencial da tese da legítima defesa da honra nos crimes de adultério;
- (e) a revogação de inúmeros tipos penais discriminatórios, como os crimes de atentado violento ao pudor, de atentado violento ao pudor medi-

ante fraude, de sedução, de rapto violento ou mediante fraude e de rapto consensual, inclusive a revogação do próprio delito de adultério;

(f) a modificação na redação do crime de estupro, englobando a anterior tipicidade do atentado violento ao pudor;

(g) a revogação do dispositivo que permitia a extinção da punibilidade com o casamento da vítima com seu ofensor nos crimes sexuais.

Por outro lado, (h) a definição de inúmeras medidas protetivas, como o afastamento do cônjuge violento do lar, colaborou para fomentar uma nova cultura jurídica no que diz respeito à violência contra mulheres e meninas no Brasil (CAMPOS, 2010).

A relevância dos elementos supracitados no combate à violência contra a mulher se dá porque, diferentemente dos outros tipos de violência, a punição do agressor pelo sistema jurídico-penal não resolve a problemática, haja vista que de acordo com Campos (2010) o elo pessoal e emocional existente entre vítima e agressor faz com que esse tipo de violência não se esgote ao final da agressão, como se dá, normalmente, entre pessoas desconhecidas,

(...) a violência contra a mulher - mormente porque praticada no seu espaço de convívio, no bojo da sua família, tendo por agressor pessoa com quem teve relação de afeto - se entranha, de modo inexorável e muitas vezes indelével, entristecendo-lhe a alma e afetando-lhe o psicológico, a ponto de afetar-lhe a dignidade humana. (...) (CAMPOS, 2010).

Nesse segmento, de acordo com a pesquisa divulgada pelo DataFolha, no ano de 2018, no estado de Alagoas do total de agressões contra as mulheres 43% aconteceram dentro de sua residência, local que, em tese, deveria ser sinônimo de proteção, além de que, dos casos mencionados no estudo, 61% dos agressores é conhecido da vítima. Esses fatores não somente contribuem para que a vítima demore mais para pedir ajuda, como também a faz desistir do processo, seja pela crença no arrependimento, pela morosidade da justiça, o medo de reparações por parte do sujeito ou, infelizmente, da junção de todos esses aspectos.

ASPECTOS DE INTERSECÇÃO: LEI MARIA DA PENHA E A LEI DO FEMINICÍDIO

Apesar do forte desejo popular pela condenação do agressor a quaisquer custos, é notório ter em conta que a Lei Maria da Penha não consiste em um instrumento de criminalização. Essa, por sua vez, possui um caráter muito mais amplo a exemplo da aliança entre as medidas assistenciais, de prevenção e as de enfrentamento à violência (CAMPOS, 2010). Elbert (2009) esclarece que apenas punir o agressor é um posicionamento fundado em uma perspectiva penal totalmente dicotômica, onde todos os sujeitos inseridos são analisados apenas sob o enfoque de criminoso ou não criminoso, culpado ou inocente. Ocorre que, essa visão diante da magnitude do problema é muito simples e não permite abranger todos os

valores que estão presentes na coexistência humana, sendo transmitidos de geração em geração. Nessa conjuntura, não se pode negar, obviamente, a estrita necessidade de utilização do direito penal para responsabilizar e intervir nos casos de violência contra a mulher, sobretudo porque essa pode alcançar sua forma mais gravosa, a morte.

Nesse contexto, embora a inserção do crime de feminicídio como qualificadora do crime de homicídio configure um avanço legislativo muito importante é preciso que sejam realizadas análises cuidadosas para que não haja revitimização. Diante disso, ambos os instrumentos legislativos formam uma espécie de intersecção, dado os mecanismos ofertados pela Lei 11.340/06 que não consistem apenas na condenação do sujeito agressor, mas buscam através do trabalho multidisciplinar salvaguardar a vítima e garantir, através de ações e políticas públicas, que o agressor também passe por esse tipo de processo a fim de fazê-lo compreender o porquê de suas atitudes e diminuir os índices de reincidência,

há de se considerar e reafirmar que a Lei Maria da Penha e a Lei 13.104/2015 não coíbem a violência contra a mulher, pois o homem não demonstra consciência dos seus atos. Além disso, o ciclo de violência se retroalimenta, pois ambos envolvidos (o homem, a mulher e a sua família) são vítimas do contexto (DIEHL; PORTO, 2018).

Dessa maneira, as etapas de execução do projeto extensionista visaram o encadeamento entre o esclarecimento e a demonstração daquilo que pode ser feito na seara jurídica para a proteção da vítima, desde os primeiros sinais de violência, a exemplo do que ocorre na violência moral, mediante calúnia, difamação ou injúria. Além de demonstrar informações necessárias, porém pouco conhecidas, a respeitados órgãos responsáveis, desde o fornecimento de endereço, telefone e e-mail, até o modo como esses podiam agir no caso concreto, com o intento de contribuir para que a vítima possa retomar a vida ao passar pelo tratamento e acompanhamento adequado para sua situação.

Campo de atuação da Lei 11.340/06

A Lei 11.340/06, em seu artigo 5º, dispõe que se configura enquanto violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão “baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.”

Diante do exposto, a violência contra a mulher, em suas distintas ramificações, advém de uma série de problemas sociais que assolam o território nacional, os quais são expressados mediante os elevados índices de desigualdade entre ho-

mens e mulheres, haja vista que a base patriarcal sob a qual a sociedade brasileira foi edificada apropriou-se do corpo, da imagem, do tempo e, sobretudo, da vida das mulheres, contribuindo, explicitamente, para que inúmeras formas de violência sejam cometidas, especialmente no lugar que deveria ser mais seguro: o lar.

Para tanto, Saffioti (2015) esclarece que a violência de gênero, expressamente reconhecida no texto da lei, não está resumida à agressão física, mas incide sobre qualquer modo de ruptura à integridade da vida, seja de natureza física, psíquica, patrimonial, moral ou sexual. Nessa seara, a Lei Maria da Penha, ainda em seu artigo 5º, enfatiza que são enquadradas como violência contra a mulher as agressões que ocorrem no âmbito familiar, da unidade doméstica e/ou em qualquer relação íntima de afeto, ao passo que as relações pessoais independem da orientação sexual dos sujeitos envolvidos.

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual (BRASIL, 2006).

Depreende-se do trecho citado que a caracterização da violência doméstica e familiar se dá para muito além das relações amorosas, podendo, no caso concreto, serem considerados enquanto sujeito ativo padrasto ou madrasta, sogro ou sogra e, até mesmo, agregados. Desse modo, a legislação elenca cinco tipos de violência contra a mulher, quais sejam: a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, sendo a mais conhecida delas a violência física.

No entanto, embora costumem acontecer de forma conjunta, cada modo de violência possui características bastante particulares, conforme pode ser analisado no quadro abaixo:

Tipos de violência contra a mulher	Sinais da violência contra a mulher
Violência Física	Conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal da mulher.
Violência Psicológica	Dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
Violência Sexual	Conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
violência patrimonial	Conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
violência moral	Conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, com base no texto do artigo 7º, da Lei 11.340/0

Os tipos de violência mais comuns, em conformidade com o que foi demonstrado pela pesquisa divulgada, no ano de 2019, pelo Núcleo de Defesa e Enfrentamento à violência Doméstica da Defensoria Pública do Estado do Ceará – NUDEM – CE; que informou que 97,5% das participantes da pesquisa relataram já terem sofrido violência psicológica e 73,6%, violência física. No entanto, é importante ressaltar que o rol dos tipos de violência exposto na Lei Maria da Penha não é de caráter taxativo, mas exemplificativo, permitindo, a depender do caso concreto, a inserção de agravantes.

Outrossim, analisando tais dados frente à realidade alagoana é notória a semelhança, pois dentre os relatos das integrantes do projeto extensionista, que já sofreram violência doméstica, pôde ser observado o mesmo parâmetro de evolução dos estágios da violência e do ciclo repetitivo que a engloba, além da ausência de assistencialismo por parte do Estado e do Poder Judiciário. Essas condições juntas, fazem com que as mulheres sintam que a Lei não sirva, na prática, como instrumento de proteção, ao menos não para todas. Visto que, em consonância com o que foi exposto durante as reuniões, a descrença na legislação se dá, principalmente, após pedidos recorrentes de ajuda ou busca por informações sem nenhum retorno,

tem-se diversos artigos despenalizadores, mas de cunho preventivo e educativo que se tornam ineficazes, pois o sistema de justiça não está preparado e não trabalha com uma rede interdisciplinar. Ao se reconhecer a necessidade da rede e as suas potencialidades, também se reconhece que a questão da violência contra a mulher perpassa o âmbito jurídico e recai sobre a questão psicossocial (CFEMEA, 2009).

No tocante à violência contra a mulher, não basta, portanto, a aplicação de medidas repressivas sem a junção de mecanismos capazes de promover uma mudança real e significativa nos valores sociais que durante tanto tempo a naturalizaram, possibilitando desde a violação de sua moral até a banalização de sua vida. Neste ponto, a Lei apresenta detalhadamente todas as nuances da violência doméstica e familiar, pretendo não apenas a punição do agressor, mas, acima de tudo, fomentar modificações socioculturais, políticas e jurídicas.^{xxvii} Assim, o capítulo I, título III do diploma legal em destaque prevê modos de assistência e atendimento a mulher vítima de violência por meio de medidas integradas de prevenção.

2.2 A Lei do Femicídio e seu campo de atuação

As mortes de mulheres decorrentes da violência doméstica ou familiar durante muito tempo não fizeram parte das estatísticas, ao menos não de modo signi-

ficativo. Sendo assim, a promulgação, em 09 de março de 2015, da Lei 13.104/15, possibilitou o surgimento de inovações no ordenamento jurídico brasileiro, fazendo com que uma série de políticas públicas fossem adotadas pelo Estado, com fulcro nos dados que passaram a ser disponibilizados pelas secretarias de segurança pública, visando evitar o surgimento de novos casos.

Todavia, muito se é discutido a respeito da morosidade para que uma lei específica sobre o homicídio, decorrente da violência de gênero, passasse a integrar o ordenamento jurídico nacional. Obviamente, convém sopesar que esse parâmetro não está apenas relacionado ao Estado brasileiro, pois a primeira legislação a respeito do feminicídio é datada do ano de 2007, na Costa Rica. No Brasil, a regulamentação só passou a existir ainda mais tardiamente, no ano de 2015,

a Costa Rica foi o primeiro país a criminalizar o feminicídio em sua lei penal, em maio de 2007 e após isso outros 15 países criaram formas de coibir e punir esse crime, seja tipificando o feminicídio/femicídio, por meio da reforma do código penal vigente, ou ainda estabelecendo agravantes para assassinatos de mulheres por motivação de gênero. (MELLO,2018).

A necessidade para a elaboração dessas legislações se deu, porque, em conformidade com o que explana o autor citado, atualmente em todos os lugares do mundo, todos os dias, mulheres são vítimas de assassinatos pelo simples fato de serem mulheres, sendo a morte o ápice de práticas violentas que, costumeiramente, duram anos. Dessa maneira, o regramento introduzido pela Lei 13.104/15, a Lei do Feminicídio alterou o dispositivo do artigo 121 do Código Penal brasileiro, incluindo a tipificação penal do feminicídio como qualificadora do homicídio quando esse é cometido “contra a mulher por razões do sexo feminino”. *In Verbis*:

Femicídio

VI - Contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando

O crime envolve:

I - Violência doméstica e familiar;

II - Menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Aumento de pena

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - Contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta)anos ou com deficiência;

III - Na presença de descendente ou de ascendente da vítima” (BRASIL, 2015).

A partir do estudo da referida lei, cabe notabilizar que o legislador, durante o processo de formulação dessa, buscou promover uma certa ampliação, quanto à aplicação da Lei no caso concreto, uma vez que destacou em seu inciso I que seriam consideradas razões de condição de sexo feminino quando o delito envolvesse “violência doméstica e familiar”.

Desta feita, o feminicídio é caracterizado enquanto uma qualificadora do crime de homicídio, aplicável quando a prática do delito é fomentado pelo ódio contra as mulheres, em virtude do fato de que o homicídio de mulheres no Brasil, via de regra, acontece de maneira distinta a dos homens, pois, segundo Waiselfisz (2015), enquanto praticamente metade dos homicídios masculinos acontecem na rua há, na violação da vida das mulheres, uma elevada domesticidade.

Neste enquadramento, passaram a ser incluídas enquanto circunstâncias para a qualificação do crime de feminicídio, os assassinatos cometidos em âmbito familiar, além do menosprezo à condição de mulher, o que demonstra, enfaticamente, a continuidade da Lei Maria da Penha. Para mais, a doutrina conceitua as práticas que podem ser configuradas como crime de feminicídio da seguinte forma:

(...)existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do gênero feminino. (...) entende-se por feminicídio as agressões cometidas contra uma pessoa do gênero feminino no âmbito familiar da vítima que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam à sua morte (DIEHL; PORTO, 2018).

Nesse viés, tendo em vista que esse tipo de crime possui raízes demasiadamente profundas, posto que em sua totalidade advêm de uma sucessão de práticas violentas, cujo quais, segundo Abreu (2018), se fundam na misoginia e violência extrema. A ascensão da Lei 13.104/15, tem por objetivo estabelecer sanções mais gravosas para os casos onde a violência contra a mulher culmina em sua forma mais onerosa, ou seja, o óbito; estabelecendo pena de 12 a 30 anos. Gomes (2015) classifica esse tipo de crime de acordo com as motivações do criminoso,

- a) “Genérica”, cuja referência é bastante ampla, pois considera um conjunto de mortes violentas em razão do gênero e não apenas o assassinato - aquelas decorrentes de aborto inseguro, de práticas de mutilação genital, a mortalidade materna, ou seja, toda morte de uma mulher onde o descaso e a omissão em razão do gênero sejam evidentes (...);
- b) “Específica”, esta perspectiva, centra-se nos assassinatos de mulheres onde é possível identificar que o sexismo foi a causa essencial da morte, para além dos motivos aparentes (ciúmes, brigas, violência urbana). (...);
- c) “Judicializadora”, aqui se localiza o debate acerca das possibilidades e/ou necessidades, dos limites e dos argumentos favoráveis, ou contrários, a que o Estado responda penal e especificamente ao fenômeno (...)” (GOMES, 2015).

Outrossim, do mesmo modo que ocorre na violência doméstica, um dos principais agravantes do feminicídio consiste no fato de que o agressor é, na grande maioria das situações, alguém que faz ou já fez parte do convívio da ofendida, a exemplo de companheiros ou ex-companheiros, reduzindo as possibilidades de

atuação e aumentando as formas de controle sobre a vítima.

À vista disso, as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral quando praticadas em contexto doméstico e/ou familiar ou, ainda, em qualquer relação íntima de afeto contra sujeito do sexo feminino, conforme elencado no artigo 7º da Lei Maria da Penha, se resultarem em óbito, aplicar-se-á a interpretação do artigo 121, §2º do Código Penal, concomitante com os artigos 5º e 7º da Lei nº 11.340/06; respondendo o agente por crime de feminicídio.

Destarte, entendeu-se que, no caso brasileiro, a tipificação do crime de feminicídio se dá como forma de continuação da política implementada pela Lei 11.340/06 que conquistou significativos avanços no enfrentamento à violência contra a mulher, principalmente no contexto extrapenal, mas que com relação à tutela criminal, é dotada de carência, uma vez que a Lei Maria da Penha apenas prevê sanções para lesões que decorrem da violência doméstica, não abarcando a morte.

A VIOLÊNCIA CONTRA ÀS MULHERES E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESTADO DE ALAGOAS: A PARTIR DE UMA ANÁLISE DEDUTIVA

O recorte espacial que engendra esta pesquisa é a cidade de Maceió. Todavia, seria inviável realizar uma pesquisa acerca dos índices de feminicídio, neste contexto específico, sem antes considerar as demais nuances e estáticas que englobam tal problema. Por isso, é válido ter em conta a posição municipal perante o Estado, desse perante os demais e da visão regional em face da nacional para que seja possível compreender, verdadeiramente, a gravidade da questão através de uma perspectiva macro.

A violência doméstica e o feminicídio na conjuntura nacional

A seletividade de determinado bem jurídico para salvaguarda pelo direito penal faz com que, no cenário atual, os grupos e movimentos sociais que são conhecidos pelas lutas enfrentadas em prol do enfrentamento à violência contra a mulher enxerguem a criminalização da conduta agressora como mecanismo para a promoção de visibilidade com relação à problemática e, especialmente, no que diz respeito à punição e reeducação do sujeito agressor.

Nesse contexto, de acordo com dados disponibilizados pela Organização Mundial da Saúde - OMS, no ano de 2015, o Brasil era um dos países com as maiores taxas de homicídio do mundo, ocupando a nona posição e ficando na frente de países como Haiti e México, com uma taxa de homicídio de 35 a cada 100 mil habitantes, enquanto o aceitável seria 10. Esse cenário contribuiu para que, ano

após ano, várias cidades brasileiras completam o ranking das cidades mais violentas do mundo, estando Maceió, na atualidade, na vigésima segunda colocação com uma taxa de homicídios de 51,46%.

No mais, de acordo com o Atlas da Violência de 2017, somente no ano de 2015 31.264 pessoas, com idades entre 15-29 anos, foram assassinadas ao passo que ainda de acordo com o referido, os homens jovens são as maiores vítimas da violência uma vez que, á época, representam mais de 92% das vítimas do crime de homicídio. Conquanto, a cada 100 pessoas mortas, 71% eram negras.

Ademais, as mulheres representavam no período elucidado 4.621 óbitos, havendo um crescimento de 22% entre as mulheres negras e uma redução de 7,4% entre as mulheres não negras, em conformidade com Lima (2018).

Entretanto, muito embora os sujeitos do sexo masculino sejam as maiores vítimas da violência, sabe-se que as condições de gênero que circundam esse problema interferem, diretamente, no modo como a violência se apresenta para ambos os sexos, uma vez que a maioria dos criminosos nos casos de vitimização letal da mulher se configura enquanto alguém próximo, por vez o próprio marido ou companheiro, e, em sua própria residência. Enquanto que o homem tende a ser morto na rua e por desconhecidos, devido aos altos índices de violência urbana que, infelizmente, continuam a assolar o país,

para as mulheres, a morte e/ou violência sofrida estão relacionada a vida privada e, em geral, são cometidas por pessoas próximas, inclusive por parceiros íntimos. Já no caso dos homens, a morte e/ou violência acontecem nas ruas, nos espaços públicos, e estão relacionadas a violência urbana, e são cometidas por pessoas com as quais não possuem vínculos (SILVA, et.al, 2016, p. 7)

Em síntese,

(...) no Brasil, quase 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano, sendo 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, quatro por minuto e uma a cada 15 segundos. Em 70% dos casos o agressor é uma pessoa com quem ela mantém ou manteve algum vínculo afetivo (VENTURI, et. al, 2004).

Sob essa ótica, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 mostrou que no ano subsequente à tipificação e promulgação da Lei 13.104/15, ou seja, no ano de 2016; foram registrados 929 feminicídios no Brasil e que, posteriormente, nos anos de 2017 e 2018, esses números atingiram as marcas de 1.075 e 1.206 casos, respectivamente, dentre os quais as mulheres negras representavam 61%. Além disso, o documento também demonstra que, no ano de 2018, 88,8% das vítimas foram assassinadas por companheiros ou ex-companheiros, tendo sido os de-

litos praticados em 65,6% dos casos na residência da vítima, o que remete à violência doméstica. Portanto,

(...) não basta pensar em condutas criminalizadoras (como criação de leis, é o que se deu com a Maria da Penha e com a lei do feminicídio), é preciso avançar compreendendo o papel do direito socioassistencial dos municípios. Por isso, nesses espaços e não exclusivamente os judicializados ou institucionalizados dá para construir ambientes propícios para trabalhar com a lógica dialógica da prática restaurativa tanto com os agressores quanto das mulheres (ofendidas) e seus familiares (DIEHL; PORTO, 2018).

Nesta mesma linha, Walselisz (2015), salienta que a violência contra a mulher no Brasil está atrelada a desigualdade das relações de gênero em território nacional, o que contribuiu para que o país passasse da 7ª para a 5ª posição entre os países que mais matam mulheres pelo simples fato de serem mulheres, o que demonstra a ineficácia da criminalização em seu sentido estrito.

Violência doméstica e Feminicídio no Nordeste

Conforme discorrido nos tópicos anteriores, mesmo diante de avanços legislativos como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, os casos de morte de mulheres vítimas da violência doméstica e familiar cresceram, exponencialmente, nos últimos quatro anos em todo o território nacional. Porém, os números mais alarmantes são encontrados no Nordeste, pois nessa região esse número praticamente dobrou entre os períodos de 2016-2018, mesmo diante da ascensão da Lei 13.104/15 que estabelece o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio.

Em relatório divulgado no ano de 2017 pelo Banco Mundial, fora informado que os índices de feminicídio na região Nordeste entre o período de 2003 - 2013, aumentaram cerca de 75%. No nordeste tal fato representou uma mudança de 3,2% para 5,6% assassinatos, ultrapassando a média nacional que, naquele dado momento, encontrava-se em 4,8% a cada 100 mil habitantes. Além disso, entre as mulheres negras e pardas, esse índice representou um aumento de, aproximadamente, 103%.

Nesse enquadramento, o Estado do Ceará, em 2017, atingiu a marca de 2 mil mulheres mortas, de acordo com dados coletados entre 2007 - 2017 e publicados no Atlas da Violência 2019. Braga (2019), defensora pública do Estado do Ceará alega que esse marco se dá, sobretudo, por conta da cultura machista enraizada associada à falta de políticas públicas e de conhecimento acerca dos direitos da mulher.

Violência doméstica e feminicídio em Alagoas

No ano de 2017, segundo a Secretária de Segurança Pública (SSP), 74 mulheres foram assassinadas em decorrência da violência doméstica e desses casos 31 eram relacionados ao feminicídio. Por conseguinte, entre os meses de janeiro a novembro de 2019, o Estado de Alagoas registrou, consoante o Monitor da Violência, 44 feminicídios, o que representou um aumento de 120% quando comparado ao ano de 2018.

Assim, o ente federativo passou a liderar o ranking nacional de feminicídios com uma taxa de 2,5 para cada 100 mil mulheres, o que, na prática, representa mais que o dobro da média nacional de 1,2. Tal realidade, infelizmente, não é novidade para as mulheres alagoanas e, em consonância com os dados ofertados pelo Instituto de Pesquisa Econômica - IPEA, os dados que foram considerados até 2015 demonstravam que Alagoas era o 11º ente federativo com a maior taxa de vitimização letal de mulheres. O que nos dias atuais, continua progredindo, pois somente em janeiro de 2020 já haviam sido registrados cinco casos de feminicídio.

É notório que esses dados estatísticos exorbitantes estão intimamente ligados a vários fatores que contribuem para a disseminação da violência do estado, haja vista que esse tipo de problemática deriva de uma série de fatores e circunstâncias que vão desde a formação social, perpassando pela ausência ou insuficiência assistencial até a permanências da convivência entre vítima e agressor, seja por falta de recursos para seguir com a vida, pelos filhos ou por medo de que algo pior venha a acontecer.

Além disso, para que ocorra a prevenção do crime de feminicídio faz-se necessário o reconhecimento, não somente no campo teórico, de que os assassinatos contra mulheres apresentam condições específicas e, por conta disso, demandam formas de intervenção precisas, sob pena de ser configurada omissão e o aumento de número de mortes de mulheres.

Os reflexos da violência contra a mulher na cidade de Maceió

Com base em pesquisas de campo e documentais o projeto extensionista que embasa este trabalho buscou promover uma série de ações na Escola Estadual Tavares Bastos, localizada no bairro do farol, onde fora constatada, durante as reuniões, a presença de três vítimas de tentativa de feminicídio, entre uma média de 15 participantes, representando 20% de todos os participantes ativos.

A situação de Maceió, com relação ao feminicídio, é bastante peculiar, uma vez que é notório os elevados índices de disparidade social presentes na capital

alagoana e, além disso, é de conhecimento público que tal fator associado ao machismo ainda existente na região contribuem efetivamente para que casos de violência contra a mulher continuem a existir. Prova disto, é que as vítimas de violência doméstica e tentativa de feminicídio, participantes do projeto extensionista, relataram durante os encontros que “ele não queria me deixar vim para a escola. Eu esperava ele dormir e pulava o muro, junto com minha filha”.

Além disso, convém salientar que uma das principais reclamações das mulheres que já passaram pela violência consistia na falta de assistencialismo e na dificuldade de efetivar a denúncia, o que fez com que algumas delas precisassem partir para a violência a fim de sobreviver, enquanto outras chegaram a ficar meses no hospital.

Nessa seara, durante as pesquisas que antecederam a elaboração do projeto extensionista foram realizadas visitas à Delegacia Especial do Direito da Mulher – DEDDM - I, no centro de Maceió, onde, na ocasião, haviam várias mulheres aguardando por atendimento e onde fora explanado que a delegacia não possui a mínima possibilidade de atuar no campo preventivo, sendo necessário, inclusive, que a violência se concretize.

Ocorre que, os dados disponibilizados pela Secretária de Segurança Pública – SSP/AL demonstram que entre os anos de 2018 e 2019 os crimes de feminicídio na cidade de Maceió eram equivalentes a 6 e 10, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo:

Tabela 22 - Feminicídios registrados pela SSP/AL no período de Janeiro a Dezembro de 2018.

Local	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ALAGOAS	3	0	0	2	0	1	1	5	0	4	1	3	20
MACEIÓ	2	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	6
ARAPIRACA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
RIO LARGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 22 - Feminicídios registrados pela SSP/AL em Alagoas no período de Janeiro a Dezembro de 2019.

Local	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Alagoas	8	2	2	7	5	2	4	2	3	3	3	3	44
Maceió	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	2	10
Arapiraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Rio Largo	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2

Fonte: NEAC/SSP

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de Alagoas

Todavia, Walsefisz (2015), informa que, até o ano de 2015, Maceió possuía a maior taxa de feminicídio do país, no entanto não foram encontrados dados referentes a este período na plataforma digital da SSP. Sob essa perspectiva, Silva, et.al (2015) reiteram que a maioria dos crimes contra à integridade ou à vida da mulher em Maceió decorrem por questões “tradicionais”, a exemplo da manutenção

da honra do homem em face de “comportamentos inadequados” por parte da mulher; configurando crimes extremamente cruéis.

É dentro desta perspectiva que a educação e o devido acesso à informação consistem em força motriz para que a mulher vítima da violência doméstica não seja atingida pelo feminicídio, afinal, é preciso que ela entenda que não está sozinha e que pode contar com o apoio de redes multidisciplinares, a exemplo do CREA e da CCDM que realizam trabalhos em prol da vida dessas pessoas. Por isso, foram disponibilizados nas reuniões na Escola Estadual Tavares Bastos os meios de contatar essas redes, bem como as redes comunitárias formadas dentro de contextos sociais bastantes específicos onde a presença estatal costuma ser ausente, como no vale do Reginaldo.

CONCLUSÃO

Através da sistematização jurídico-social proposta neste artigo, foi possível depreender como se dá, em moldes práticos, a relação de subjugação do sexo feminino perante o masculino no cotidiano da sociedade brasileira, assim como compreender a forma como esse tipo de comportamento fomenta a violência de gênero no país, sobretudo, nas regiões mais periféricas.

Para tanto, foram explanados aspectos comparativos sobre os crimes de homicídio contra pessoas do sexo masculino e do sexo feminino. Ocasão na qual observou-se que, embora os homens sejam as principais vítimas da violência urbana e que morram mais em decorrência dessa, que a violência contra a mulher acontece mediante uma série de questões específicas relacionadas ao gênero, dentro de sua própria residência, majoritariamente por companheiros ou ex-companheiros.

Nessa seara, o primeiro capítulo discorreu acerca da efetividade das legislações de proteção as mulheres que estão em vigência no momento, pondo em destaque o fato de que mulheres pobres e negras são as mais acometidas por esse tipo de violência, o que é reflexo de uma sociedade fundada sob preconceitos não apenas em virtude de gênero, mas também de raça, cor e etnia.

Além disso, muito foi questionado a respeito do alcance legislativo, pois com base na declaração das participantes do projeto de extensão e das pesquisas realizadas torna-se perceptível que tal alcance somente incide efeitos significativos sob aquelas pessoas que possuem o devido acesso à informação ou encontram-se em

posição privilegiada, social e economicamente; o que salienta a importância da adoção das práticas previstas no artigo 8º da Lei 11.340/06.

Outrossim, foi possível apreender a intersecção existente entre a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, haja vista que diante do aumento exponencial de casos de violência contra a mulher, que resultam em morte, as medidas extrajudiciais previstas na Lei 11.340/06 não se mostraram suficientes ao passo que somente a aplicação das sanções penais previstas na legislação 13.104/15 não produzem os efeitos esperados e não é capaz de diminuir a reincidência.

Por conseguinte, a análise dos dados estatísticos demonstra que a região nordeste possui elevados índices de violência contra a mulher e que, em âmbito nacional, Alagoas ocupa, até o presente momento, a primeira posição com relação ao aumento de números de casos de feminicídios ao que Maceió se encontra entre as cidades mais violentas para mulheres viverem. Sinteticamente, tais fatores são fruto de uma realidade banhada em discrepâncias sociais, econômicas e regionais exorbitantes, atrelados ao machismo e ao racismo que permeiam tal temática.

No mais, durante a vigência do projeto extensionista pode-se perceber que o papel da educação e da informação adequada fazem toda a diferença sobre o modo como a violência contra a mulher vai ser enfrentada, afinal, é preciso que a vítima perceba que não está sozinha durante o processo e que pode contar com a assistência que lhe é destinada, por lei, para à manutenção de sua vida bem como daqueles que a circundam. Ademais, as redes de assistência existentes ainda não possuem capacidade suficiente para atender todas as demandas, sendo necessária uma maior assistência estatal nas regiões mais pobres.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Jeritza. A Violência contra a mulher e os caminhos para a ruptura. **Jornal O Povo**. 2017. Disponível em: < <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/04/jeritza-braga-a-violencia-contra-a-mulher-e-os-caminhos-para-a-ruptu.html>> Acesso em: 02 de jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília - DF, 2006.

_____. **Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015**.

Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicí-

dio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília – DF, 2015.

CAMPOS, Carmen Hein de; CARVALHO, Salo de. **Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. 2010. CFEMEA. Lei Maria da Penha: do papel para a vida Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário.** Brasília - DF: CFEMEA, 2009.

DIEHL, Rodrigo Cristiano; PORTO, Rosane Teresinha Carvalho. JUSTIÇA RESTAURATIVA E ABOLICIONISMO PENAL: O PODER JUDICIÁRIO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER. **Revista Jurídica Cesumar.** setembro/dezembro 2018, v. 18, n. 3.

ELBERT, Carlos Alberto. **Novo manual de criminologia.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019.** Ano 13. 2019. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>> Acesso em 03 de jun. 2020.

_____. **Atlas da Violência 2019.** São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

GOMES, Izabel Solyszco. Feminicídios e Possíveis Respostas Penais: Dialogando com o Feminismo e o Direito Penal. **Gênero & Direito,** 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/24472>> Acesso em: 15 de maio de 2020.

GOMES, Thiago. Taxa de feminicídios em Alagoas é a maior do país. **Cidades.** Disponível em: < <https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/260205/taxa-de-femicidio-em-alagoas-e-a-maior-do-pais>> Acesso em: 05 jun. 2020.

GUIMARAES, Marcelo Rezende. **Cidadão do presente: crianças e jovens na luta pela paz.** São Paulo: Saraiva, 2002.

IZUMINO, Wânia Passinato; SANTOS, Cecília MacDowell. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

LIMA, Ana Caroline Fidelis de. Estudo Configuracional dos Assassinatos Cometidos Contra Mulheres na Cidade de Maceió, Alagoas. **Mestrado em Sociologia.** Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2018. Disponível em: < <http://200.17.114.109/bitstream/riufal/3299/1/Estudo%20configuracional%20dos%20assassinatos%20cometidos%20contra%20mulheres%20na%20cidade%20de%20Macei%C3%B3%2C%20Alagoas.pdf>> Acesso em: 02 de jun. de 2020.

MELLO, Adriana Ramos de. **FEMINICÍDIO: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil.** 2ªed. Rio de Janeiro: GZ, 2018.

PCSVDF. **Violência Doméstica e seu Impacto no Mercado de Trabalho e na Produtividade de Mulheres.** Fortaleza, 2017.

PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. **Revista Histórica**. Nº21. 2007. Disponível em: < <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>> Acesso em: 27 fev. 2020.

OLIVEIRA, Elisa Rezende. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UM CENÁRIO DE SUBJUGAÇÃO DO GÊNERO FEMININO. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Nº9. 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA; GOVERNO DE ALAGOAS. **Boletim Anual da Estatística Criminal 2018**. Disponível em: < http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/217_arquivos.pdf> Acesso em: 30 de maio de 2020.

_____. **Boletim Anual da Estatística Criminal 2019**. Disponível em: < http://seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/arquivos/337_arquivos.pdf> Acesso em: 30 de maio de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Proteção da mulher: jurisprudência do STF e bibliografia temática**. Brasília - DF: STF, Secretaria de Documentação, 2019. THE WORLD BANK. **Como é ser mulher no maior país latino-americano?** 2017. Disponível em: < <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2017/03/08/ser-mujer-brasil>> Acesso em: 02 de jun. 2020.

TREVISAN, Isabel Pires. **Experiência do grupo de acompanhamento de agressores desenvolvido em Bento Gonçalves**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa: 2013.

VENTURI, Gustavo, et.al. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: FLACSO, 2015. Disponível em: < http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 25 de maio de 2020.

- ⁱ Oberdan Dias da Silva, diretor do Centro de Pesquisa da Universidade São Judas Tadeu de 1994 a julho de 2001. Palestra proferida no II Simpósio Multidisciplinar "A integração Universidade e Comunidade" em 10 de outubro de 1996.
- ⁱⁱ JÚNIOR, França. Cadáveres indiscretos: segurança pública e o (ab)uso de práticas ban(d)idas em ambiente democrático. Maceió: Viva Editora, 2014, p. 98.
- ⁱⁱⁱ JÚNIOR, França. Cadáveres indiscretos: segurança pública e o (ab)uso de práticas ban(d)idas em ambiente democrático. Maceió: Viva Editora, 2014, p. 106.
- ^{iv} LEMGRUBER, Julita; MUSUMECCI, Leonarda; CANO, Ignacio. Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 75.
- ^v NUNES, Ministra Maria do Rosário. Resolução nº 8. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.
- ^{vi} CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2.ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2004, p. 35.
- ^{vii} Decreto nº 1.459, de 11 de setembro de 2003. Disponível em: [sistemas.pm.al.gov.br](http://www.sistemas.pm.al.gov.br). Acesso em: 02 de fevereiro de 2020.
- ^{viii} JÚNIOR, França. Cadáveres indiscretos: segurança pública e o (ab)uso de práticas ban(d)idas em ambiente democrático. Maceió: Viva Editora, 2014, p. 97.
- ^{ix} CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2.ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2004, p. 20.
- ^x CASTRO, Celso. O espírito militar: um antropólogo na caserna. 2.ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2004, p. 20.
- ^{xi} DIÓGENES, Elione Maria Nogueira e, FERRAZ, Eraldo de Souza. Formação em segurança pública: relato de experiências. Maceió: EDUFAL. 2010, p.50.
- ^{xii} SOUZA, Adilson Paes de. O guardião da cidade - reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares. São Paulo: Escrituras, 2013, p. 113.
- ^{xiii} SOUZA, Adilson Paes de. O guardião da cidade - reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares. São Paulo: Escrituras, 2013, p. 113.
- ^{xiv} SOUZA, Adilson Paes de. O guardião da cidade - reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares. São Paulo: Escrituras, 2013, p. 110.
- ^{xv} OLIVEIRA, Onival Elias. O Símbolo da Caveira e de Animal nas Forças Especiais Militares e Policiais no Brasil e as interpretações: uma (in)justiça para quem interpreta diante de contextos imaginários ideológicos. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2013/04/Artigo-Onivan-Simbolo-Caveira.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.
- ^{xvi} OLIVEIRA, Onival Elias. O Símbolo da Caveira e de Animal nas Forças Especiais Militares e Policiais no Brasil e as interpretações: uma (in)justiça para quem interpreta diante de contextos imaginários ideológicos. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2013/04/Artigo-Onivan-Simbolo-Caveira.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.
- ^{xvii} SILVA, João Paulo Fiúza da. Como nasce uma "caveira": o sofrimento como instrumento na formação de um policial de operações especiais de uma corporação policial militar do Brasil. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: revista.policiamilitar.mg.gov.br. Acesso em: 10 de agosto de 2019
- ^{xviii} BETINI e TOMAZI. COT: Charlie. Oscar. Tango: por dentro do grupo de operações especiais da Polícia Federal. São Paulo: Ícone, 2018.
- ^{xix} <https://www.dicionarioinformal.com.br/s%C3%ADmbolo/>
- ^{xx} Artigo fruto de Projeto Semente de Iniciação Científica - PSIC com bolsa da instituição.
- ^{xxi} Artigo resultado de projeto de extensão (com bolsa do Centro Universitário CESMAC), desenvolvido com base no edital 2018/2019.
- ^{xxii} Artigo 5º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- ^{xxiii} Art. 5º, incisos I, II e III da Lei 11.340/06
- ^{xxiv} Art. 8º, incisos V e VIII da Lei 11.340/06
- ^{xxv} ADC 19, rel. min. Marco Aurélio, voto da min. Rosa Weber, j. 9-2-2012, P, DJE de 29-4-2014.
- ^{xxvi} HC 137.888, voto da rel. min. Rosa Weber, j. 31-10-2017, 1ª T, DJE de 21-2-2018.
- ^{xxvii} CFEMEA, 2009, P. 703/705.